

UM DIAMANTE DE HISTÓRIAS

75 ANOS, 75 TESTEMUNHOS DE QUEM FEZ
E FAZ A POLÍCIA JUDICIÁRIA



75 ANOS
AO SERVIÇO
DA JUSTIÇA



Um Diamante de Histórias

ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Elementos do IPJCC e do GabIC

AUTORES

A. Lourenço Martins, Amílcar Sanches, Anabela Filipe, António João Maia, António Madureira, António Trindade e José Ricardo Chorão, Armando Dias Ramos, Artur Pereira, C. A. Afonso, Carina Cruz, Carla Pinto, Carlos Ademar Fonseca, Carlos Anjos, Carlos Farinha, Carlos Nunes Gomes, Cristina Curto, Cristina Soeiro, Dália Maria Costa Correia, David Freitas, Domingos Lucas, Eduardo Sousa, Egídio Cardoso, Ester Silva, Euclides Dâmaso Simões, F. Teodósio Jacinto, Fernando Negrão, Filipa Melo, Filipe Henriques, Francisco Antunes, Francisco Guerreiro da Silva, Francisco Moita Flores, Francisco Santos Silva, Hélder Figueiredo, Helena Gravato, Henrique Noronha, Isabel Polónia, Jaime Borges Pereira, João Carreira, João Dias da Silva, João M. Alves de Oliveira, João Paulo Ventura, Jorge Fava, José Alberto, José André Vaz, José Banastrinha, José Leal, José Luís Carrapiço Pereira, José Manuel Coelho Gonçalves, José Maria Sousa Pinto, José Marques Vidal, Leonor Sá, Luís Neves, Manuel Maria Rodrigues, Manuel Rocha, Manuela Lopes, Manuela Santos, Maria Leontina Trigo Fernandes, Mariana Raimundo, Mário Melo, Moura Melo, Nuno Moura, Orlando Mascarenhas, Patrícia Silveira, Paulo Alípio, Paulo C. Almeida, Paulo Rebelo, Pedro Manuel Marques Maia, Ricardo Tecedeiro, Ricardo Valadas, Rui Miranda, Rui Nunes, Vítor Agostinho, Vítor Francisco da Cruz Melo, Vítor Marques

Edição e revisão final

Sofia Micalli

Projeto gráfico e capa

Filipe Cruz

Produzido por

Gabinete de Imagem e Comunicação – GabIC

75.º aniversário da Polícia Judiciária

© 2021 – Polícia Judiciária

Um Diamante de Histórias

75 anos, 75 testemunhos de quem fez
e faz a Polícia Judiciária

Edição Polícia Judiciária
Lisboa 2021

Para uma correta visualização deste livro
recomenda-se a utilização do programa Adobe
Acrobat Reader.

Respeitou-se a opção dos autores na utilização
ou não do novo Acordo Ortográfico e também na
escolha de colocarem as suas fotografias junto dos
textos.

Os conteúdos e textos constantes desta obra,
bem como as opiniões pessoais aqui expressas,
são da exclusiva responsabilidade dos seus
Autores, não vinculando nem necessariamente
correspondendo à posição da Polícia Judiciária
relativamente às temáticas abordadas.

A reprodução total ou parcial dos seus conteúdos
e textos está autorizada desde que seja
devidamente citada a respetiva origem.

ÍNDICE

xi	NOTA DE ABERTURA
xiii	PREFÁCIO
01	A. LOURENÇO MARTINS <i>Segurança... pouco segura</i>
04	AMÍLCAR SANCHES <i>Burla de milhões</i>
07	ANABELA FILIPE <i>O rosto</i>
09	ANTÓNIO JOÃO MAIA <i>Polícia Judiciária, uma verdadeira família a que pertencço com orgulho</i>
11	ANTÓNIO MADUREIRA <i>No olho da pandemia</i>
13	ANTÓNIO TRINDADE e JOSÉ RICARDO CHORÃO <i>Caminhos Cruzados</i>
16	ARMANDO DIAS RAMOS <i>As pessoas morrem, não nos morrem</i>
19	ARTUR PEREIRA <i>Angulas ao alho</i>
23	C. A. AFONSO <i>A teia (in)visível - Contos do fim da tarde</i>
28	CARINA CRUZ <i>A Polícia não é para mulheres</i>
32	CARLA PINTO <i>O «MacGyver» de Valongo</i>
34	CARLOS ADEMAR FONSECA <i>Aos anónimos construtores de uma história com 75 anos</i>
38	CARLOS ANJOS <i>A sala torta prejudica a dança O bufo do chefe</i>
43	CARLOS FARINHA <i>Estórias...</i>
48	CARLOS NUNES GOMES <i>A Polícia Judiciária na cama da Amália</i>
51	CRISTINA CURTO <i>Não se entrava para a Polícia, ia-se entrando</i>

- 55 CRISTINA SOEIRO
De psicóloga a psicóloga forense: os casos que levaram ao uso da técnica do profiling criminal
- 59 DÁLIA MARIA COSTA CORREIA
Experiências novas
- 60 DAVID FREITAS
A PJ é um osso duro de roer
- 63 DOMINGOS LUCAS
Fragmentos de uma vida de paixão...
- 67 EDUARDO SOUSA
Lá se foi a mobília
- 71 EGÍDIO CARDOSO
Uma busca à reforma agrária
- 74 ESTER SILVA
Viagem no tempo
- 77 EUCLIDES DÂMASO SIMÕES
Verdes anos, grata memória
- 80 F. TEODÓSIO JACINTO
A formação dos quadros da Polícia Judiciária – memórias e testemunho, por ocasião do seu 75º Aniversário
- 86 FERNANDO NEGRÃO
Uma breve história de quase tudo!
- 89 FILIPA MELO
A iguaria
- 92 FILIPE HENRIQUES
Onde está o outro?...
- 94 FRANCISCO ANTUNES
O Torreão
- 98 FRANCISCO JOSÉ GUERREIRO DA SILVA
O papagaio milagreiro
- 101 FRANCISCO MOITA FLORES
O medo
- 104 FRANCISCO SANTOS SILVA
Polícia!
- 105 HÉLDER FIGUEIREDO
O lugar do Laboratório de Polícia Científica na Polícia Judiciária: da teoria à prática futura
- 109 HELENA GRAVATO
Alavancagem

- 113 HENRIQUE NORONHA
Fernandel – Da Sé ao inferno
- 117 ISABEL POLÓNIA
O menino com nome de telenovela
- 120 JAIME BORGES PEREIRA
Três semanas em Bissau
- 123 JOÃO CARREIRA
Uma noite nos intervalos da chuva e do nevoeiro
- 125 JOÃO DIAS DA SILVA
O Caso Farfalha e a comunicação social
- 130 JOÃO M. ALVES DE OLIVEIRA
O Velho e o Cigano
Uma questão de tamanho
- 137 JOÃO PAULO VENTURA
In memoriam
- 143 JORGE FAVA
Quando eu era um jovem investigador 1
Quando eu era um jovem investigador 2
- 147 JOSÉ ALBERTO
Uma ideia de Justiça. E de humanidade
- 151 JOSÉ ANDRÉ VAZ
A crítica e a coerência
- 152 JOSÉ BANASTRINHA
Notificação por terceiro.
O criminoso volta sempre ao local do crime...
- 156 JOSÉ LEAL
A polícia do judiciário, a cultura profissional e o serviço público através da investigação criminal
- 160 JOSÉ LUÍS CARRAPIÇO PEREIRA
O Plano do Franklim
- 163 JOSÉ MANUEL COELHO GONÇALVES
Assaltaram um comboio. Em Portugal?...
- 165 JOSÉ MARIA SOUSA PINTO
Confiança
- 168 JOSÉ MARQUES VIDAL
Argúcia feminina
- 170 LEONOR SÁ
O Museu longínquo, ou as estradas que lá vão dar

- 175 LUÍS NEVES
Duas moratórias de confiança - ou duas oportunidades em favor da ressocialização de delinquentes
A aquisição de uma oferta (par de ténis) ou um salvo conduto para a evasão
- 179 MANUEL MARIA RODRIGUES
A amante pública
- 183 MANUEL ROCHA
A equipa
- 185 MANUELA LOPES
O Senhor Peneque
- 187 MANUELA SANTOS
Uma praxe das antigas
- 189 MARIA JOSÉ MORGADO
A PJ na minha Vida Profissional
- 191 MARIA LEONTINA TRIGO FERNANDES
A caminho de uma «Aventura»
- 195 MARIANA RAIMUNDO
O Irlandês
- 198 MÁRIO MELO
GIBS – Giros, inteligentes e brutalmente sexies
- 204 MOURA MELO
Sorte de cão
- 206 NUNO MOURA
Isto é um assalto
Playstation
- 208 ORLANDO MASCARENHAS
Polícia Judiciária – sentido de Justiça
- 210 PATRÍCIA SILVEIRA
Uma Casa que deixa marcas
- 212 PAULO ALÍPIO
A vida humana é o que importa
- 215 PAULO C. ALMEIDA
O barco, o portão, o VIP e o avião
- 217 PAULO REBELO
27 de novembro de 1991

- 218 PEDRO MANUEL MARQUES MAIA
«O Caso de Alcáçovas»
- 223 RICARDO TECEDEIRO
O burlão cinéflo
- 226 RICARDO VALADAS
O seu brasão: Liberdade e Justiça
- 230 RUI MIRANDA
O rapto encenado
- 232 RUI NUNES
Operação Liberdade
- 233 VÍTOR AGOSTINHO
As ovelhas motorizadas e a investigação criminal
- 236 VÍTOR FRANCISCO DA CRUZ MELO
Ministério em contraluz
- 238 VÍTOR MARQUES
A história do rapto de um narcotrafcante e as suas vicissitudes



Estátua no exterior do DIG Guarda

NOTA DE ABERTURA

A 20 de outubro de 2020, a Polícia Judiciária (PJ) completou 75 anos. Certos de que não há como um livro para preservar a memória coletiva, a Direção Nacional promoveu a produção de «Um Diamante de Histórias» para assinalar o evento.

Pudemos contar com a participação de antigos e de atuais colaboradores da Instituição, através do relato de um episódio que tivessem vivido nos respetivos percursos profissionais. Assim, ao longo de meses, foram recebidas setenta e cinco contribuições de autores, oriundos de áreas distintas da PJ, com histórias de vivências que abarcam um período temporal que vai de meados dos anos setenta à atualidade.

Ainda que a maioria dos autores seja, ou tenha sido, da investigação criminal, o que não é de se estranhar tendo em conta a essência da Casa, contámos igualmente com textos de profissionais de realidades laborais diversas, abrindo assim o leque dos temas abordados, aproximando o leitor do universo mais complexo que é a Polícia Judiciária.

Por outro lado, o facto de podermos contar com textos de pessoas que passaram pela PJ, ou nela iniciaram funções, desde os idos de setenta do último século, permite-nos como que atravessar estes quase cinquenta anos da nossa História coletiva, não deixando de observar, ainda que levemente, pela natureza dos textos, as marcas que vão de um Portugal isolado e de enxada na mão, a uma sociedade moderna, integrada na Europa e dotada de gerações preparadas como nunca.

Para concluir, se alguém, um dia, pensar em escrever a história da Polícia Judiciária, a componente formal terá de procurar nos nomes sonantes que por ela passaram e nas investigações mais mediáticas que atravessam o tempo, mas também, certamente, nas muitas normas legais que a geraram e a transformaram até ao corpo atual. Porém, se o putativo autor quiser tocar a alma, pretender expor o ADN, desejar sentir para exhibir o que de mais fino e profundo a Casa é, não poderá dispensar este livro. Aqui encontrará casos e nomes, uns conhecidos por muitos, outros só por alguns, é certo, mas cuja dedicação, entrega à causa e subsequente resposta dada às necessidades das situações e das pessoas, num dado momento amargo das suas vidas, ajudaram a catapultar a PJ, ao longo da sua história, para um patamar do mais alto prestígio na sociedade portuguesa.

A equipa editorial



Sede da Polícia Judiciária de Lisboa.

FOTOGRAFIA: FERNANDO GUERRA

PREFÁCIO

De um prefácio é legítimo esperar que corresponda à antecipação, resumida, de um livro, com o objetivo de motivar o interesse na leitura, até pela curiosidade que possa despertar.

Inserido no âmbito das comemorações do 75.º aniversário da Polícia Judiciária, o *e-book* «Um Diamante de Histórias» procura promover a visão descontraída de momentos da Polícia Judiciária, relatados na primeira pessoa, mas que contribuam para a perceção – por esta via - de uma realidade coletiva, verdadeiro património institucional.

Setenta e cinco anos, um aniversário de diamante, mereceu o esforço desta iniciativa. Aliás, vale a pena sublinhar um aniversário que, em 2020, a par da Polícia Judiciária, outras realidades de 75 anos puderam festejar – desde logo as Nações Unidas, criadas em 1945, tal como também a TAP, a Estrada Nacional N.º 2 e o jornal *A Bola...* que igualmente completaram 75 anos e são, portanto, contemporâneas da Polícia Judiciária, nascidas no mesmo tempo de renovação, no pós-guerra.

Sem grandes preocupações com o rigor histórico, tanto mais que, paralelamente ao *e-book* e também integrada nas comemorações do 75.º aniversário, o Centro de Documentação e o Museu, tratam de organizar um acervo factual e cronologicamente correto, esta iniciativa visa, sobretudo, divulgar algumas situações relevantes para quem as viveu, e agora as testemunha, com claro sentimento solidário de partilha, mas também com uma legítima ponta de orgulho por fazer parte deste todo que é a Polícia Judiciária.

Este património coletivo revela fragmentos de uma cultura institucional, ao serviço da Justiça, da Polícia Judiciária.

São histórias que também fazem a história, ainda que naturalmente não esgotem essa história, rica de episódios, de vivências, de acontecimentos, bem como não dispensam um trabalho sistemático de documentação, do passado da Instituição.

Não foi fácil congregar contributos, nem se esgotaram temas e assuntos que mereciam destaque. Nem sempre houve disponibilidade para corresponder ao desafio de verter em prosa ocorrências marcantes...

Alguns dos que foram contactados e a quem se sugeriu a apresentação de um relato de vivências, na ótica pessoal, optaram por guardar para si essas vivências e sensações, escusando-se à exposição pública. Compreende-se que assim aconteça, pelo traço de discrição e reserva, que sempre pautou – em regra – a intervenção da Polícia Judiciária.

Outros, porventura, tiveram conhecimento tardio da iniciativa e não se aperceberam logo que a lógica era inclusiva e aberta a todos os que quisessem dizer PJ na primeira pessoa do singular, bem sabendo que em todos os momentos o Eu de cada um se transforma em Nós... dando sempre o individual lugar ao coletivo.

Depois, porque o período pandémico em que o trabalho se desenvolveu, com toda a alteração de hábitos, transformou o tempo aparentemente em menos tempo, num con-

texto de normalidade anormal, que a todos condicionou.

Felizmente, os que puderam corresponder positivamente à ideia de comemorar o 75.º aniversário da Polícia Judiciária, com a edição de «Um Diamante de Histórias», construíram algo que importa ler e que merece reflexão. Não se trata de exacerbar o passado, mas sobretudo de perceber os valores que projetam o futuro.

Levantando o véu sobre situações ocorridas, mais ou menos desconhecidas, relatos muitos dos quais apenas transmitidos nos corredores da Judite, às sucessivas gerações de profissionais que integraram a PJ ao longo dos anos, comprova-se como as perspectivas, ainda que pessoais, podem alicerçar uma história comum.

Além do sentido de humor, em especial nalguns dos relatos, evidencia-se, em todos, um claro sentido «de amor» à instituição Polícia Judiciária e à Justiça, numa imagem descontraída da investigação criminal, mas que evidencia formas de combinar a necessária racionalidade com a emoção e, até, de ser verdadeiramente afetivo.

Sem preocupações com o rigor formal, o resultado obtido não podia ser mais rigoroso, na medida em que transmite a substância e a dimensão material das vivências. Se é importante celebrar a história coletiva, é sobretudo importante ter consciência que o futuro já começou, baseado em valores organizacionais, na incessante busca da otimização, excelência e inovação, na insatisfação positiva que permita procurar soluções, para continuar a servir e integrar, cada vez melhor, o sistema de Justiça.

Acreditamos, por tudo o que contém e simboliza, que vale a pena ler este «Diamante de Histórias».

Carlos Farinha, DNA

Segurança... pouco segura¹

Criado em 1955, na sequência de uma reunião da Conferência Ásia-África realizada em Bandung, na Indonésia, o Movimento dos Não-Alinhados juntou inicialmente 24 países, com o objectivo de impedir o alastramento da Guerra Fria entre os blocos comunista e o mundo ocidental, apoiar as lutas anticoloniais, na perspectiva de gerar uma «terceira posição», equidistante das duas superpotências.

O Movimento dos Não-Alinhados representa hoje cerca de 60% da população mundial e dois terços dos lugares na assembleia-geral das Nações Unidas, tendo sido seus grandes promotores, Nehru da Índia, Nasser do Egipto e Tito da Jugoslávia.

Logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, a nova situação política portuguesa originou vários contactos com a Jugoslávia, onde Tito ensaiava o distanciamento da União Soviética. O então presidente da República Costa Gomes fez uma visita à Jugoslávia, de 23 a 25 de Outubro de 1975, havendo bastante sintonia entre os pontos de vista de ambos os países, posto que só mais adiante se tivesse tornado claro, como afirmou Melo Antunes, então ministro dos Negócios Estrangeiros, que a posição internacional de Portugal se situava na esfera geopolítica do mundo ocidental e não no bloco dos Não-Alinhados. O que decorre nitidamente da Constituição de 1976, ao consagrar-se uma nova ordem, política, social e económica do país.

É neste enquadramento que ocorre a vinda a Portugal do presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, Marechal Tito, de algum modo em retribuição da que o presidente da República de Portugal fizera, quando aquele regressava de uma visita oficial à Venezuela, México e Panamá.

Com mais rigor se pode falar de um «encontro» entre os dois presidentes e as suas comitivas (a do presidente português integrava 35 pessoas), o qual teve lugar no Algarve, de 20 a 22 de Março de 1976. Contrariamente ao que era habitual, a Polícia Judiciária foi convidada para fazer a segurança, em articulação com a GNR.

Sob o comando do subinspector Seíça foi designada uma pequena equipa e lá partiu para as terras do Sul, numa velha carrinha *Mercedes*.

O nosso subinspector era uma figura imponente, que se distribuía entre o metro oitenta e noventa, sempre apumado, bem vestido e muito respeitador no trato.

Nessa equipa resolveu incluir um irrequieto agente (designação anterior à do actual inspector), o qual começava a dar nas vistas por se voluntariar na captura de condenados evadidos, mesmo os mais perigosos. De estatura média, farta cabeleira, parecia «ligado



A. Lourenço Martins²

Director-Geral da PJ
de 1977 a 1982

1. Recordo de memória um expediente que me foi submetido, respeitante a factos ocorridos ainda antes da minha chegada à Polícia Judiciária, em 1977, com alguma inventiva que o tempo permite acrescentar e a recolha de dados complementares no arquivo oficial histórico da Presidência da República.

2. Nota do editor: Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

à corrente» e sempre especialmente preocupado com a metralha, não raro se fazendo acompanhar de mais de uma pistola, que distribuía pela sovaqueira e pela cintura. Mal adivinhava o subinspector Seiça como tinha sido uma ideia dispensável aquela inclusão do homem da metralha.

A comitiva nacional viajou no dia 20, num *Boeing 747* da TAP, a partir do aeroporto da Portela, com destino a Faro, onde chegou pelo meio-dia, enquanto a aterragem do avião do presidente Tito estava prevista para cerca das 19 horas. Já eram conhecidos os alojamentos nos *bungalows* do Hotel D. Filipa, em Vale de Lobos, cabendo à GNR tomar as providências de segurança no exterior.

A tarde caía apressada quando a equipa da PJ se preparava para ir na demanda do aeroporto de Faro.

O motorista velava pelas condições da viatura, dando uma brunidela de última hora, procurando fazer esquecer a venerável idade, enquanto os ocupantes começavam a acomodar-se nos lugares. Cabia ao mais jovem ir à frente, ao lado do condutor. Era uma azáfama na arrumação, tudo por causa das duas armas que o subinspector acabara por permitir, após várias insistências do agente. Sem dúvidas de maior, uma das armas foi arrumada no coldre que levava à cintura. A outra, porém, ainda vagueava em busca de poiso na sovaqueira.

Uma aragem fresca ruborizava as faces, e a carrinha já arrancava à ordem do subinspector quando o jovem agente ainda deixava uma das armas a deambular nas imediações do porta-luvas. Um ligeiro atraso fez acelerar o ritmo e o chefe aproveitava para recapitular o plano que tinham traçado.

Baixava o sol numa bola vermelha sobre o mar e crescia na alma dos PJ aquela sensação de que colaboravam numa tarefa que fizera deslocar esta gente importante dos «não-alinhados».

Eis que estavam a chegar.

No seu estilo borboleta, o jovem agente apertava o casaco, ao mesmo tempo que pensava em definitivo como acomodar a segunda arma, um revólver *Taurus* calibre 38.

Neste entretimentos, no banco detrás, os ocupantes aprestavam-se para a saída, com o subinspector no lado direito. A carrinha deslizava suavemente e curvava para o lugar de estacionamento, tendo estacado.

No preciso momento em que o subinspector abria a porta traseira e colocava o pé direito no chão, o jovem agente abria também a porta dianteira e, por obra do destino e da sua desarrumação, o revólver que ainda andava à solta, veio do tablier onde momentaneamente se encontrava, escorregou em modo rápido e tombou para fora da carrinha, batendo no solo de betão num estalido seco, logo seguido de um disparo forte.

Instalou-se na equipa algum pânico, uns pensando que tinham sido alvejados, outros que se iniciara um tiroteio no aeroporto. Tudo serenou quando, logo de seguida, se ouviu a voz cava do subinspector: «Ah, ladrão que já me furaste!».

Na verdade, o subinspector deitava a mão ao joelho, por onde começava a espirrar o sangue, que se via pelo buraco da calça e já ensopava o tecido. Estava mesmo furado...

Todas as atenções convergiram para o queixoso subinspector, agora em preparativos para o levarem ao hospital de Faro, a começar pelo agente da metralha, que aquele logo investiu em ordem incisiva: «Não me toques, segurem-no, tirem-lhe as armas e remetam-no para Lisboa!»

Completamente «seguros», no jantar do dia 21 seguinte, o presidente da Jugoslávia podia brindar à unidade das forças progressistas e democráticas sobre as quais repousariam os amanhã dos povos, na senda da edificação de uma nova ordem económica internacional, enquanto o presidente de Portugal sublinhava a revolução portuguesa «sem lágrimas e sem dor», que o povo abraçara, à semelhança do que se passara na Jugoslávia.

A noite afundava, o vinho subia... e a República pagava.



Amílcar Sanches

Na PJ desde 1993,
Agente/Inspetor

Burla de milhões

No ano de 2002 correu termos no Departamento de Investigação Criminal (DIC) da Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro, um inquérito onde se investigaram vários crimes de burla no montante de 3.000.000,00€.

Da prova testemunhal, exames laboratoriais e exames de perícia contabilística, buscas domiciliárias e não domiciliárias, vigilâncias e seguimentos, foi possível recolher fortes e fundados indícios da constituição de uma organização criminosa, constituída por uma dezena de indivíduos – portugueses, espanhóis e uma brasileira – que delinearam plano criminoso, com o fito de ludibriar várias sociedades de norte a sul do país.

A estrutura organizacional revelou-se bem montada e era evidente o conluio de todos os intervenientes, assim como definidos os canais de dissipação do produto das burlas, tendo sido identificados mais de uma dezena de recetadores das mercadorias obtidas fraudulentamente e apreendidos bens no valor de centenas de milhares de euros, bem como documentação de suporte, relevante dessas transações.

Aproveitando o facto de algumas empresas terem os seus comerciais de férias, a organização levou a cabo o projeto criminoso, recorrendo a artifícios fraudulentos que a investigação conseguiu escalpelizar, locupletando-se com os proventos das vendas do produto das burlas e, conseqüentemente, lesando 40 sociedades localizadas entre Ponte da Barca e Lisboa, dos mais variados ramos de atividade.

No início de 2002, o capital social da «sociedade» utilizada pela organização encontrava-se dividido em duas quotas: Eduardo e Pedro – pai e filho – sendo a gerência exercida pelo segundo e centrando atividade na representação da uma marca conhecida de sanitários. No final do primeiro trimestre de 2002, o filho, face às dificuldades em satisfazer obrigações assumidas pela representação daquela marca e de forma a não defraudar as expectativas do pai – empresário de renome –, decidiu vender a participação social de forma a permitir a entrada de novos capitais para a sociedade, anunciando esse propósito a diversos clientes e fornecedores.

Os mistagogos da organização – Fernando e João – apercebendo-se de que a «sociedade» gozava de boa reputação comercial e bancária, além de beneficiar ainda do património e confiança do outro sócio, formularam o propósito de se aproveitarem dela e do seu bom nome comercial para conseguirem o fornecimento, a crédito, de mercadorias que depois poderiam vender em proveito próprio, sem pagarem aos fornecedores. O plano gizado por Fernando e João perpassava por adquirir mercadorias que pudessem

garantir o rápido escoamento, em particular bens alimentares, cuja venda poderia ser consumada através de empresas e contactos que já possuíam das suas relações empresariais. Para esse efeito, o Fernando contactou ainda um cidadão espanhol, Adriano, sócio do cidadão português Jaime e um outro que viria a aderir ao plano mais tarde, Henrique, com residência em Espanha, combinando desde logo que aquelas poderiam ser escoadas rapidamente através de Espanha.

O Fernando e o João conceberam assim um plano com o intuito de se aproveitarem da «sociedade» do Pedro e do Eduardo para a aquisição de quaisquer mercadorias para as quais viessem a encontrar interessados na aquisição, fosse pela via da exportação para Espanha ou mesmo Angola - para onde escoaram mercadorias no montante de 1.500.000,00€ -, fosse através de terceiros, com quem iniciaram contactos para aderir ao esquema fraudulento. Foi esse o caso do Coutinho, com quem o Fernando já havia mantido negócios, prometendo repartir os ganhos que viessem a realizar.

De modo a ocultar as suas identidades, o Pedro e o João, combinaram a aquisição da «sociedade» através de alguém que, como «testa de ferro», viesse a intervir nos atos formais de celebração de contratos de cessação de quotas, prevendo ainda que, no final da atuação fraudulenta, procederiam a nova cessão de quotas. Com tal expediente pretendiam dificultar a responsabilização pessoal de qualquer gerente e da própria sociedade, sendo certo que o Fernando, desde início, decidiu atuar sob identidade falsa, assinando e apresentando-se perante terceiros como Luís.

Para esse efeito, o Fernando, através do Coutinho e da Salete, contactou o Miguel, indivíduo que na altura vivia como indigente e com hábitos alcoólicos. O Fernando propôs ao Miguel que interviesse com aparência de potencial investidor na «sociedade», tendo apenas de subscrever a escritura de cessação de quotas e proceder à abertura e alteração de contas bancárias, plano ao qual aderiu contra a promessa de contrapartida financeira.

O plano do Fernando e do João passava ainda pela utilização de meios de pagamentos emitidos pela «sociedade», em particular cheques e letras de câmbio, que foram entregues a fornecedores de mercadorias como forma de lhes conferir aparente garantia de pagamento. Todavia, como aqueles não pretendiam que esses meios de pagamento fossem pagos, projetaram que seria aposta nos referidos títulos uma assinatura forjada, não coincidente com a que constava das fichas de assinaturas e autorizações bancárias, sobre a qual seria colocado o carimbo da sociedade adquirida. Dessa forma, na aparência os títulos obrigavam a sociedade, mas não seriam pagos pelas entidades bancárias dada a desconformidade de assinaturas.

Com o plano previamente arquitetado, o Fernando e o João contactaram o Pedro, a quem começaram por se apresentar como interessados na aquisição da «sociedade», afirmando disporem de solução para rapidamente realizarem elevados ganhos através dela.

Verificada a adesão do Pedro, o Fernando e o João apresentaram-lhe todo o plano de atuação, ficando claro que o nome da «sociedade» ficaria «queimado na praça», pelo que teriam de atuar rapidamente no sentido de conseguir o maior número possível de fornecimentos de mercadorias, após o que, aquela encerraria, sem procederem a qualquer pagamento.

O Fernando e o João apresentaram o Pedro ao Miguel como aquele que iria figurar como adquirente da participação social na «sociedade» a fim de preservar e ocultar as atuações dos restantes. Nesse contexto, o Pedro transmitiu ao pai (Eduardo) que para manterem a representação da tal marca seria conveniente venderem a participação social a terceiros que dissessem estar dispostos a investirem na empresa, mantendo ele a posição de gerente, ao que aquele anuiu.

Ainda de acordo com o projetado, logo que deram como concluída a encomenda de mercadorias, que na prática perdurou por cerca de um mês – meados de julho a meados de agosto – o Fernando e o João procuraram continuar a ocultar a sua atividade, dificultando a sua identificação e as demandas cíveis dos fornecedores lesados, formalizando a transmissão da participação social da «sociedade» a favor do Henrique, residente em Espanha, tal como estava inicialmente combinado.

Em qualquer das transmissões de quotas da «sociedade» os adquirentes não pagaram qualquer montante ao cedente das quotas, uma vez que se visava apenas formalizar uma aparente existência de novos sócios de modo a enganar terceiros.

O Fernando, o João e o Pedro acautelaram também, em sede de escritura, que os eventuais direitos de créditos anteriores à cessão de quotas ao Miguel, não integrariam o património societário transmitido. Outrossim, o Pedro, para evitar a penhora em execuções que viessem a recair sobre si, subscreveu contrato de cessão de créditos a uma sociedade *offshore* com sede em Gibraltar.

Todas as diligências de recolha de prova realizadas pelo Departamento de Investigação Criminal (DIC) da PJ de Aveiro, levaram à acusação de 22 arguidos pelos crimes de burla agravada, falsificação de título de crédito, uso de documento bancário falsificado, falsificação de documento comercial (faturas forjadas), falsificação de documento comercial cometido em trato sucessivo, recetação dolosa e insolvência dolosa.

O rosto

Por aqueles dias, estava José em casa, sozinho, ao final do dia. A mulher tinha ido aos tratamentos lá para Lisboa, tão doente, coitada, e ele preparava-se para ver o seu programa favorito antes do telejornal.

Na cozinha, onde improvisara uma sala com a poltrona poída que tanto amava, alinhavava o jantar. Cozinhar era coisa de homem e ele fazia-o desde os tempos em que dera por si responsável por alimentar um rancho de irmãos órfãos. Iscas de cebolada. Quase a terminar o tempero, ouviu um estrondo no andar de cima. Era Inverno, alguém, com pressa, deixara uma janela mal fechada. Se entra chuva, lá se vão as madeiras que tão caro custaram. Enérgico, com fama e proveito, sobe a escadaria alcatifada num ápice e entra no quarto de onde, supunha, tivesse vindo o barulho. Corre para a janela, estava fechada. De soslaio, repara agora na porta do guarda-fatos escancarada com parte do seu conteúdo espalhado pelo chão. A sua impetuosa incursão surpreendera-o, tal como a Fábio, que, em pânico, tentara esconder-se do futuro imediato. Sem sucesso. José não deixaria passar. Trabalhara duramente toda a vida, sujeitou-se a muitas humilhações e sacrifícios, combatera na selva africana, construiu aquela casa com as suas próprias mãos, casara a filha com um homem bondoso e trabalhador, tinha o seu programa favorito à espera. Não, não e não! Ao virar-se cruzou o olhar com o do assaltante, odiou-o tanto quanto o seu coração permitia. Fábio cruzou o olhar com José, um homem enorme, cheio de ódio e de energia, pronto a aplicar a Justiça instantânea da indignação. Tentou escapar-lhe com a destreza de que se gabava, mas, ao perceber que seria impossível, sacou da naifa e, de imediato, desferiu todas as facadas que o medo permitiu. José, surpreendido e atordoado pela dor, afogou-se no seu sangue e guardou, já emudecido, uma última imagem: Fábio escapulindo pela janela.

Seguiram-se os espectáveis episódios, espanto, horror, dor, médicos, notícias, polícias e toda a parafernália de conhecimentos e instrumentos para trazer de volta o que ficou na retina de José. A verdade transformara-se em suposição, a indignação em mistério, as palavras em autos, o sangue em relatório, a casa em fotografias, a janela aberta e os telhados contíguos em solução.

Fábio foi o nome pronunciado mais tarde, depois de muitas horas de olhos abertos imaginando José e a sua surpresa, José e a sua luta inglória, José e a dor de se saber sem tempo para denunciar. Depressa o nome de Fábio se transformou também num relatório. Num dia ensolarado, foram buscá-lo à liberdade, à qual tão cedo não voltaria.



Anabela Filipe

Desde 2001 na PJ, passou pelo Sector do Local do Crime, DIC dos Açores, Unidade de Cooperação Internacional e Área de Projetos, Inovação e Conhecimento. Desde fevereiro de 2020 é Assessora no Gabinete do Diretor Nacional

O alívio invadiu aquela filha, bondosa e trabalhadora, que logo soube do fim do mistério, da detenção, da confissão. Herdeira dos azulejos, da alcatifa e da bondade do seu pai, veio transformar mais palavras em peças processuais. Esta obrigação nada era comparada com a vontade de agradecer todas as horas de olhos abertos que conseguiram encarcerar aquele nome. Estava agora perante o rosto da Justiça divina que, na sua infinita sapiência, reencaminhara o destino para outra mais prosaica, a dos Homens. Estava perante aquele rosto tímido e desconcertado com a emoção do agradecimento. Aquele rosto vulgar, imune à dor, sempre na esperança que daí brotasse clarividência. Estava perante aquele rosto e aquele rosto era o meu.

A Polícia Judiciária, uma verdadeira família a que pertença com orgulho

Inicio este breve testemunho referindo que, desde o primeiro momento em que entrei na instituição, tem sido para mim uma honra e um orgulho enormes fazer parte desta verdadeira família, que é a Polícia Judiciária. A bófia, como dizemos nos corredores.

É um lugar-comum dizer que as instituições são feitas pelas pessoas que as servem. Creio que esta verdade se ajusta particularmente à PJ, dado, sobretudo, o perfil das funções que lhe estão confiadas, a investigação criminal, e as dinâmicas de trabalho próprias da sua realização, que apelam e estimulam à presença e ao aprofundamento de factores humanos tão importantes como o carácter, a responsabilidade, a confiança, a camaradagem, a cooperação, o respeito, a perspicácia, a frieza e rapidez de raciocínio, a capacidade de análise crítica ou a presença de espírito livre e aberto, entre outros.

É claro que uma instituição é sempre mais do que as pessoas que lhe dão corpo em cada momento e ao longo do tempo. É desde logo um símbolo que a identifica e distingue das demais perante a sociedade. É um conjunto de normas e regras que configuram as suas funções e o modo como se organiza no sentido de as concretizar. São os espaços físicos onde está sediada e opera. Mas são sobretudo as pessoas que a constituem que lhe dão expressão e sentido. Que lhe dão vida e alma. Que a fazem no dia-a-dia e tornam presente perante a sociedade, que o mesmo é dizer, que concretizam as funções que a lei lhe confia e que os cidadãos esperam dela.

E são as sucessivas gerações de pessoas que a servem que, com a sua coragem, entrega e envolvimento, lhe conferem uma determinada cultura organizacional, uma espécie de marca d'água, referencial de confiança perante a sociedade.

Claro que esta leitura se pode fazer exatamente do mesmo modo relativamente a qualquer instituição, na medida em que todas têm a sua matriz cultural e as suas tradições e, com elas, inquestionavelmente, a sua própria marca d'água referencial de uma certa confiança aos olhos dos cidadãos.

E será, precisamente, a partir deste ponto que se percebe e explica que os referenciais institucionais e os correspondentes posicionamentos de confiança perante os cidadãos sejam naturalmente distintos de instituição para instituição. Não se trata, nem poderia tratar-se, de uma questão comparativa, de umas instituições serem melhores do que outras. Nem, ainda menos, de uma relação desequilibrada do ponto de vista da percepção sobre as instituições, associada ao facto de umas poderem parecer mais «bem vistas» ou inspiradoras de maior confiança do que outras.



António João Maia³

Na PJ desde 1990, como Agente/ Inspetor no combate à corrupção. Actualmente trabalha no Conselho de Prevenção da Corrupção

³. Nota do editor:

Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

Não, nada disso! Cada instituição é uma realidade, um universo muito próprio, composto pelas pessoas que lhe dão forma, organizadas em função do cumprimento das suas tarefas, segundo as dinâmicas de trabalho próprias e mais ajustadas ao cumprimento dessas funções.

E, como se referiu anteriormente, será precisamente a partir das características do exercício das funções de cada instituição, que as pessoas se ajustam e adaptam, criando e reforçando laços e dinâmicas relacionais, o caldo cultural, as circunstâncias da instituição de que fazem parte e que, com propriedade, passam a assumir, de forma vinculada, como a sua instituição.

A Polícia Judiciária constituiu-se como uma instituição caracterizada por elevados índices de confiança entre as pessoas, por fortes laços de solidariedade, cooperação e entreajuda, próprios do trabalho em equipa, bem como pela liberdade de opinião, pela responsabilidade e pelo respeito, elementos geradores de dinâmicas culturais promotoras e facilitadoras de confiança, acolhimento e integração de todos os elementos, particularmente dos mais novos, como numa verdadeira família.

É evidente que, como em qualquer lado, existirão excepções a este registo, mas são residuais e muitas delas, com o decurso do tempo, acabam por se deixar envolver, ajustando-se com alguma naturalidade a estas dinâmicas de trabalho.

O desenvolvimento destas características prende-se, como se disse, com a natureza das funções que são realizadas, a investigação criminal. Elas compreendem, nos seus principais traços caracterizadores, o contacto permanente com todo o tipo de pessoas da sociedade, muitas delas das franjas da marginalidade e do mundo do crime. Por vezes perante cenários reveladores de problemas sociais graves, profundos e de elevada complexidade, incluindo alguns com a presença de riscos sobre a própria vida. Trata-se, sem dúvida, de uma função que, porventura como poucas, requer e estimula a presença de uma elevada e importante dimensão humana. A capacidade para ouvir, perceber e compreender, muitas vezes ainda a quente, as explicações do crime mais perverso contadas na primeira pessoa.

Foi este caldo cultural, esta forma de trabalhar, de ser e de estar na vida, que encontrei e me acolheu, há mais de três décadas, na instituição Polícia Judiciária, e que considero continuar a ser um dos seus pilares mais fortes. Ele tem sido a base para todo o trabalho que a PJ tem desenvolvido em prol da segurança dos cidadãos, gerando fortes índices de confiança, de respeito, honorabilidade e da mais elevada reputação da instituição na sociedade portuguesa.

Que este valor, esta marca d'água distintiva, não se perca nunca, para bem da sociedade, da instituição e de todos os homens e mulheres que a fazem acontecer dia após dia!

Bem-haja a todas e a todos os colegas que ao longo da sua vida profissional escreveram e escrevem a brilhante história da Polícia Judiciária, base tão importante para a criação e manutenção do elo de confiança de que é merecedora na sociedade.

No olho da pandemia

Certo dia, não distante, no meio do mais duro confinamento de que há memória, tive de me deslocar a Espanha, mais concretamente à sede da Guardia Civil de Huelva, juntamente com o Coordenador da Secção Regional de Investigação ao Tráfico de Estupefacientes da Diretoria do Sul e um segurança.

Na sequência de uma operação bem-sucedida, que levou à detenção de vários traficantes e à apreensão de algumas toneladas de haxixe, investigação esta encabeçada pelas autoridades espanholas, mas que contou com a significativa, determinante mesmo, cooperação da Diretoria do Sul da PJ, surgiu o convite para que o respectivo Diretor e alguns operacionais pudessem marcar presença na conferência de imprensa, que habitualmente se realiza em circunstâncias similares. O sucesso da operação sinaliza bem a importância da cooperação internacional, assim como o convite à PJ para estar representada na conferência de imprensa diz do reconhecimento da importância dessa cooperação, mas também do empenho em que ela perdure e se fortifique.

Nessa altura, em Portugal, os restaurantes e cafés estavam encerrados há várias semanas, contudo, haviam sido reabertas as fronteiras com Espanha.

Chegados ao posto de fronteira de Castro Marim, fomos mandados parar pelas autoridades espanholas para efeitos de fiscalização.

Nessa altura, exibimos uma placa com a indicação «Polícia Judiciária», que normalmente se encontra nos veículos da nossa Instituição. Perante tal, com o sorriso rasgado e um simpático «Compañeros!», o nosso colega espanhol fez-nos de imediato sinal para, sem mais, prosseguirmos viagem.

E seguimos... em direção a Huelva.

Já em Huelva, verificámos que os cafés e restaurantes estavam abertos, pelo que, em quase êxtase, logo que possível, parámos a viatura e sentámo-nos numa esplanada para saborear um café.

Este gesto, habitualmente tão banal, provocou um mim e, julgo, nos que me acompanhavam, uma inimaginável explosão de sensações, designadamente de privilégio, por estar de novo e, naquela altura, sentado numa esplanada a tomar um simples café – ainda que de fraquíssima qualidade.

Após esta fantástica experiência sensorial, que jamais esquecerei, dirigimo-nos para as instalações da Guardia Civil, onde, também simpaticamente, um colega espanhol nos indicou um lugar para estacionarmos a viatura no parque daquela força policial.



António Madureira

Procurador da República.
Diretor da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária desde 2019

Eis senão quando, o senhor Coordenador, que me acompanhava, recebeu um telefonema do nosso colega do Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Castro Marim, a perguntar se alguém da PJ teria entrado em Espanha, uma vez que havia um enorme alarido junto dos colegas espanhóis ali colocados, por, alegadamente, três indivíduos terem passado a fronteira num carro alugado, fazendo-se passar por polícias.

Passada a fronteira, com as facilidades já descritas, o colega espanhol terá ido verificar o registo de propriedade da viatura com base na matrícula que registou, certamente com um erro, e deve ter sofrido um choque quando viu que, ao contrário do que contava, o carro não pertencia à PJ, mas a uma empresa de aluguer de viaturas, facto que o terá levado a dar o alarme junto dos colegas, estado de alma que chegou aos representantes das autoridades portuguesas. Era preciso agir e agiram.

Escusado será dizer que os três alegados meliantes erámos nós, e o carro, supostamente alugado, mas na verdade propriedade do Estado português, estava devidamente estacionado no parque da sede da Guardia Civil de Huelva.

Quanto a mim, tranquilamente a respirar aquelas horas de liberdade, ainda saboreava o café de terceira categoria.

Caminhos Cruzados

Bandi e Bora fazem parte de uma brigada de pesquisa e recolha de informação criada em 1985 na DCCB, a «Malhoa» e atual Unidade Nacional Contraterrorismo (UNCT), por circunstâncias do combate às FP-25 de Abril, grupo terrorista que na altura instituiu em Portugal uma verdadeira ameaça ao Estado de Direito.

Das muitas histórias que preenchem a nossa vida profissional, a maioria, por questões diversas, não podem ser relatadas, contudo, selecionámos uma que nos parece caricata e não observámos qualquer impedimento para o fazer.

Corria o ano de 2015, eu e o Bora, juntamente com o Viki, chefe de equipa, o Quebec, o Marújo e o Jacaré, desempenhávamos funções de recolha de informação, de imagem, levantamentos, vigilâncias, enfim, todo o encadeamento habitual na nossa área, no âmbito de um inquérito a decorrer na UNCT sob suspeita da prática de crimes de tráfico de seres humanos, extorsão, homicídio na forma tentada, entre outros, que incidiam num grupo de «máfia romena» em associação com «tugas». Esta ação delituosa ocorria entre a zona Oeste, Lourinhã e Bombarral, a Costa Vicentina, Milfontes, e na região de Beja, Cabeça Gorda. No decorrer das diligências, encontrando-nos, Bandi e Bora, na zona do Bombarral, fomos contactados pelo Viki, para que nos dirigíssemos para a Avenida República da Bolívia, 55, em Lisboa, com o propósito de ali montarmos vigilância a uma residência de um casal, ele «tuga», ela cubana, suspeitos de assaltos a bancos juntamente com um tal Edu, angolano com sotaque brasileiro, evadido de Vale de Judeus e já referenciado por uma série de assaltos que havia concretizado em bancos e ourivesarias no norte do país, após a evasão.

Assim, já na zona de Benfica, em Lisboa, com o dispositivo instalado, como até ao final do dia nada de relevo se observasse, com base noutras informações disponíveis, intuiu-se que o Edu se teria deslocado para o Algarve.

Apesar de estarmos empenhados em determinado serviço, acontece com alguma regularidade termos de nos deslocar para outro, pelo seu carácter de maior urgência.

Era outono, altura da apanha da azeitona, o nosso trabalho decorria ora na zona da Lourinhã, ora em Milfontes, com indicações de que na zona de Beja se encontraria o maior aglomerado de trabalhadores e mandantes.

Dirigimo-nos então, Bandi e Bora, no farejo do rasto dos bandidos, até chegarmos a Cabeça Gorda, uma pacata localidade perto de Beja, com o ambiente comum de uma aldeia alentejana, tranquilidade e pouco movimento de pessoas e viaturas.



António Trindade



José Ricardo Chorão

—
O primeiro, na PJ desde 1985, o segundo de 1982 a 2019. Inspetores na UNCT

Após reconhecimento, localizámos numa das ruas de acesso ao centro da aldeia, uma casa onde se concentravam os dormitórios dos trabalhadores, com um aspeto degradado, divisórias tipo gaiolas, uns com portas outros com panos, colchões no chão, onde dormiam e comiam, e de onde saiam para trabalhar nos campos na apanha da azeitona. Este complexo apenas tinha uma porta de acesso onde se encontrava um «tuga» que desde o sol nascer até se pôr, controlava os movimentos dos trabalhadores e tudo o que se passava à volta.

Nesse dia, após saída do tal «segurança», fizemos uma abordagem a alguns trabalhadores que entre queixas e conversas nos informaram da presença de um indivíduo num dos quartos junto da porta principal, que fazia o controlo das instalações juntamente com o tal «tuga» de Beja. Decidimos fazer uma abordagem ao indivíduo no sentido de saber qual o seu papel na estrutura. Batemos na porta correspondente, surgiu-nos um indivíduo com cerca de 50/55 anos, cabelo grisalho, olhos claros e óculos graduados, bem vestido e com sotaque brasileiro. Questionámo-lo sobre o que fazia ali, explicando que era electricista e estava a efectuar umas reparações na casa do proprietário, de quem era amigo. O Bora perguntou-lhe pela caixa de ferramentas, que não se via. Deu a entender que o proprietário teria todas as ferramentas necessárias para lhe fazer o trabalho. Vencidos, mas não convencidos, procedemos ao registo da sua identificação, uma observação atenta aos seus pertences e, como o nosso propósito estava mais direccionado para os romenos e seus comparsas, saímos da estrutura já noite dentro e seguimos viagem.

No regresso a Lisboa, ambos intrigados com a presença daquela figura algo misteriosa, com a intuição policial a esquadrihar entre a sua lacónica justificação e o seu desenquadramento no meio.

Tinha passado pouco mais de uma semana sobre aquele trabalho extemporâneo em Benfica, e veio-me à memória a hipótese daquele indivíduo poder ser o tal Edu, muito procurado pelos colegas do Porto, e então também pelos de Lisboa. O Bora mostrou-se cético, por não lhe parecer que tivesse grande sentido! Ou teria!?

Diálogo continuado e intrigado, liguei para o chefe da brigada que tinha a relação dos assaltos na zona de Lisboa e perguntei sobre a identidade do tal evadido de Vale de Judeus. Espanto dos espantos, o tal «electricista», que tivemos na mão, era mesmo o evadido e tão procurado Edu. Ainda fizemos meia volta, regressámos ao local, mas tarde de mais, já se tinha posto em fuga. Segundo informação dos romenos, desapareceu de imediato, após a nossa saída.

No dia seguinte reunimos a brigada de pesquisa, contámos a história e foi decidido deslocarmo-nos para a zona de Beja, pois era ponto de honra capturarmos o tal Edu. Assim se decidiu e assim se fez. Avançou a equipa toda para Beja, e fomos fazer aquilo que melhor sabemos fazer, analisar toda a informação colateral à presença do Edu e do contacto dele, o tal «segurança» responsável pelas instalações onde estavam os romenos, em Cabeça Gorda.

No dia seguinte, com o dispositivo montado ao «segurança», que residia em Beja, fizemos bingo. Depois do almoço, o «segurança» saiu de casa num carro desportivo, acompanhado do Edu, e numa das artérias da cidade fizemos a interceção e detivemo-los.

Esta é uma história de caminhos cruzados. Para nós é caricata, acima de tudo, porque desconhecíamos o Edu, nunca tivemos qualquer foto dele, passámos apenas pela rama e, num lugar de nenhures, surge a cereja que faltava pôr sobre o bolo, inimaginável.

À parte deste enredo, os colegas do Porto, quando inicialmente lhes foi relatada a história, não a digeriram muito bem, dada a natural rivalidade policial, que sendo leal é positiva. Na verdade, os do Porto tinham o Edu identificado em sete ou oito assaltos e os de Lisboa tinham-no apenas em dois ou três, daí aqueles não terem parecido ficar convencidos da sequência dos acontecimentos que lhes foi feita.

Caros amigos, tivemo-lo à nossa mercê sem saber, escapou-se-nos por entre os dedos, mas com intuição e garra fomos lá, localizámo-lo e detivemo-lo, acabando à guarda dos colegas do Porto, que nos aguardavam em Lisboa.

Ponto final.



**Armando Dias
Ramos**

Na PJ desde 2000,
Inspetor
e Inspetor-chefe

As pessoas morrem, não nos morrem

Dos dois anos que passei em comissão de serviço no Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária de Ponta Delgada, estive colocado, durante um ano, na área dos crimes contra as pessoas.

Foi em 2004 e o momento que trago nas próximas linhas ainda hoje se encontra bem presente na minha memória. Poderia ter escolhido outras estórias, quiçá mais engraçadas, mas o intuito é deixar um alerta sobre o que sucedeu. Estou certo de que não fui o primeiro e não terei sido o último.

Estávamos em vésperas do Carnaval desse ano. Os açorianos sempre gostaram de festas e celebram efusivamente aquela quadra que antecede a Quaresma, momento de preparação para a Páscoa. Estava de piquete e tinha viagem marcada para no dia seguinte ir ao continente gozar algumas folgas de serviço acumuladas. O Inspetor-chefe da minha brigada de homicídios informou-me que, apesar de estar de piquete, teria de me deslocar imediatamente à localidade da Povoação por ali terem sido encontrados dois cadáveres. Seguindo a ordem de distribuição processual em uso na brigada, o caso ficaria à minha responsabilidade, pelo que fazia todo o sentido que eu avançasse para o local do evento a fim de ter um contacto real com o cenário.

Saí do piquete e lá seguimos, com mais dois colegas e o Inspetor-chefe, para apurar as causas da morte de duas jovens primas, de 12 e 16 anos, não sem antes ligar para a agência de viagens e cancelar a viagem para o continente. Adivinhavam-se horas de trabalho e, com duas mortes, seria impensável viajar no dia seguinte.

No local, um apartamento arrendado por uma professora do ensino secundário com deslumbrante vista para o mar, encontravam-se alguns agentes da PSP, que salvaguardavam a cena dos factos, e elementos dos bombeiros voluntários. O apartamento singelo era constituído por uma sala pequena e ao fundo uma cozinha igualmente pequena, tudo em espaço aberto, e do lado esquerdo uma casa de banho. Da sala emergiam umas escadas para um piso superior, também ele amplo, onde se encontravam duas camas e onde repousavam as vítimas sem vida. Não fosse a abundante espuma que surgia das suas bocas e dir-se-ia que estavam em pleno sono profundo.

Foi efetuada a análise minuciosa dos cadáveres, que não apresentavam qualquer tipo de lesão, estando já fixados os livores cadavéricos e os lábios com cianose. A professora, irmã da vítima mais nova, estava em estado grave no hospital, tendo sido encontrada desmaiada no fundo das escadas pelos agentes da PSP que ali acorreram, em virtude

de os telefonemas dos pais das menores não terem sido atendidos.

Apurou-se que na noite anterior teriam estado numa discoteca a celebrar o carnaval e se encontravam mascaradas. Foram realizadas todas as diligências tendentes a apurar o percurso das últimas 48 horas, desde os contactos que mantiveram até à saída da discoteca. A professora estava inconsciente, sem possibilidade de ser inquirida sobre o que realmente tinha acontecido. Quando começou a dar sinais de voltar à consciência, o seu estado de fragilidade era tal que nem foi informada das mortes da irmã e da prima. O seu discurso era confuso e com sinais de desorientação, embora insistisse em chamar pelos nomes das duas.

Antes das autópsias, face aos sinais cadavéricos e à ausência de traumatismos visíveis nos corpos, surgiu a hipótese que as mortes tivessem ocorrido por ação da libertação de monóxido de carbono do esquentador, instalado na cozinha *open-space*, que levou à inundação do pequeno apartamento deste gás mortal e inodoro. Foram realizados testes de medição de gases e de monitorização da atmosfera, com auxílio dos bombeiros, concluindo-se pela elevada presença desse gás por deficitária combustão do esquentador⁴. As autópsias, efetuadas no dia seguinte, acabariam por confirmar a causa de morte e a investigação que realizámos.

A vítima sobrevivente acabou por referir, semanas mais tarde, que tinham festejado o Carnaval numa discoteca na Povoação. Ambas as raparigas que morreram tinham-se deslocado de Ponta Delgada para ali, por se tratar de período de férias e para que pudessem estar juntas. Após o regresso da discoteca foram tomar banho à vez. Por estarem mascaradas, o banho demorou mais que o habitual e tanto a irmã como a prima foram-se deitar, mas chamaram-na algures no tempo, e afirmaram estar sem forças. Situação similar já tinha sucedido na última passagem de ano, mas no dia seguinte havia uma pequena memória destes factos e tudo estava normal. Naquela noite fatídica, porém, pensando seguir no encalce das menores, acabou por desmaiar no fundo das escadas, sem se aperceber do que efetivamente ocorrera.

Eu já tinha examinado diversos cadáveres na cena do crime, mas esta situação em particular mexeu comigo, por razões subjetivas e emotivas que ainda hoje não descortino, até porque não conhecia as vítimas. Seria por se tratar de duas jovens na flor da idade? Seria por nem se terem apercebido da sua própria morte? Certo é que durante três dias consecutivos, o subconsciente chamava estes acontecimentos à colação e obrigava-me a despertar depois de um sonho terrível.

Nunca reporte esta situação a colegas ou outras pessoas. Nunca dei nota dos pesadelos e de quanto estas duas mortes me afligiram. Teria sido diferente se efetivamente tivesse ocorrido crime de homicídio?... Não poderei responder. O que poderei afirmar é que há investigações que marcam quem nelas trabalha. E que essas marcas perduram na vida, porque também nós somos seres humanos, tal como as vítimas que figuram nos processos que investigamos.

4. O monóxido de carbono é um gás inodoro, muito perigoso devido à sua elevada toxicidade. Por ser mais leve que o oxigénio e dióxido de carbono tende a instalar-se nas partes superiores das divisões. Em contacto com o sangue, através da respiração, forma ligação perfeita com a hemoglobina 200 a 250 vezes superior ao oxigénio. Os tecidos mais sensíveis aos efeitos tóxicos do monóxido de carbono são os que têm maiores necessidades metabólicas, como é o caso do sistema nervoso central e do músculo cardíaco.

Como homens e mulheres e sobretudo polícias, a ultrapassagem destas situações deveria ser encarada de forma diferente. Beneficiando de apoio em consultas no âmbito da medicina do trabalho e sem vergonha de assumir perante chefias e colegas que existem situações laborais que nos afetam psicologicamente. Felizmente, consegui ultrapassar a situação, mas tudo poderia ter sido mais fácil...

O lado positivo desta história, e que também perdura na memória, foi a chamada telefónica, pelas cinco da manhã, para o aeroporto. Fui informado que ainda existiam lugares no avião da Sata para Lisboa. Duas horas antes, como quem vai apanhar o comboio, estava no aeroporto e adquiri o bilhete, embarcando e logrando gozar os dias de descanso que estavam programados. O lado negativo, é que aquelas raparigas, as memórias dos seus cadáveres, viajaram comigo.

Angulas ao alho

1988 – Maio – Exercia funções de coordenação interina na Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB).

No relatório da autópsia duas conclusões chamaram a atenção. A morte tinha ocorrido há mais de 24h e menos de 36h à data do aparecimento do cadáver, e no estômago ainda havia restos de esparquete.

Estavam erradas, e se fossem públicas davam alento às teorias de que o morto havia sido raptado e torturado.

«Tinha indícios de Pentotal, usado pela polícia para conseguir confissões» – garantia *O Jornal*.

Mês anterior

Soube-se 2ª feira à tarde pela rádio, que o Dr. Evo, ex-representante para o exterior da Resistência Nacional Moçambicana, estava desaparecido desde o início da noite anterior.

A esposa comunicara à imprensa que fora jantar com um tal Chagas, agente do serviço de segurança de Moçambique, que o recolheu à porta de casa em Cascais.

Localizar o *Citröen DS-21*, boca-de-sapo, era tarefa prioritária.

É que tempos antes, tinha-se tomado contacto com o Chagas, emigrado da Caparica, agora de regresso em funções desconhecidas. Relacionava-se com o «desaparecido». O que falavam não se sabia. E quanto mais se escarafunchava, maior era o mistério, porque se desconhecia que atividades, amizades e poder adquirira no país de residência. Mais ainda, porque circulava naquele carro com dois seguranças, que não tinham rebuço em exhibir armas à cintura.

Mas foi para nós surpresa a notícia do desaparecimento.

Vasculhada a zona, descobriu-se o restaurante do jantar. As nossas «Vigilâncias» comunicam o sumiço do *Citröen*, e que um dos seguranças partira para Maputo.

Da fronteira informaram que o carro passara de madrugada. Com dois ocupantes. E mais tarde, que fora «abocanhado» pelo *ferry* de Algeciras até Marrocos.

Na quinta-feira aparece o cadáver.

Malveira da Serra, em Almuinhas Velhas, onde se sentia o cheiro a maresia de que é feita a alma, daquele «Mar sonoro, mar sem fundo, mar sem fim» que Sophia tanto amava.

Pousado num buraco estava o corpo que vegetação basta, densa e alta acobertava.



Artur Pereira

Na PJ de 1978 a 2010 como Inspetor/ Coordenador, Coordenador Superior e Dirigente

Sete balas o trespassaram.

«Todas as polícias estão empenhadas na resolução deste caso» e «Também o Serviço de Informações de Segurança e a DINFO militar», por ordem do primeiro-ministro. «Foi ele quem decidiu a ativação, em pleno, dos serviços policiais e de informação portugueses (desde a DCCB até ao SIS)» - proclamava *O Jornal*.

Nós não sabíamos, mas presumimos quando junto da casa do defunto os ocupantes de uma viatura suspeita exibiram um cartão que singelamente dizia: MAI.

Uma semana passada, havia impaciência «Um crime cometido nas barbas das autoridades portuguesas. Quem matou? DCCB, DINFO, SIS? Tantas siglas e nenhuma pista certa» – dizia o *Diário de Lisboa*.

Entretanto, a resposta marroquina chegou: «*Citröen* foi apreendido a um polícia da cidade. Dos vossos homens, nada.»

A cidade maior do reino, que Humphrey Bogart e Ingrid Bergman eternizaram naquele beijo imenso de paixão e de tristeza, que a despedida instantânea para Lisboa tornou universal.

Concluímos: Terminado o repasto e a pretexto de algo, - a mulher do morto falou numa iniciativa de paz entre o movimento rebelde e o governo -, vão para o Guincho deserto e o convidado é baleado sem apelo nem agravo. Largado o corpo na serra, toca a acelerar para Espanha.

E em Marrocos? Vendem o carro, instrumento do crime e aguardam ajuda.

–Vamos a Casablanca – decreta o Diretor.

E foi.

Fiquei ao leme no contacto possível, à época, com ele.

E também com o Diretor-geral, vizinho dois andares abaixo no mesmo edifício, que quis reunião com outras forças e serviços de segurança para partilhar informação.

Recordo bem o que recebemos em troca. Em tom pausado e compenetrado, enquanto folheava um caderno, um participante comunica:

–O principal suspeito foi visto a descascar batatas, numa casa do Bairro do Relógio. Foi tudo.

O segurança, antes partido, descobriu-se instalado no hotel Polana, em Maputo.

Resolvemos arriscar. Telefonou-se-lhe, sob o nome de um amigo. O nosso agente foi tão convincente que não deu hipóteses que a dúvida se instalasse.

Abriu-se todo. «Estava bem instalado, boa vida e no dia seguinte, sábado, iria a Paris portando uma pasta».

Alvitramos que os dois procurados esperavam apoio no aeroporto. Confirmou-se. Ali foram detidos.

Em contrarrelógio processamos o mandado de captura do terceiro suspeito.

Com o Diretor-geral que quis expressar a importância e urgência do caso, apresentamo-nos ao início da tarde no Tribunal de Instrução, no 4º andar da Gomes Freire.

O procurador de escala, ainda em almoço, nunca mais chegava. Desistimos.

Contactou-me, ao final da tarde.

– Há um problema, já não há juiz. Mas vou dar umas voltas por galerias de arte e vernissages, que é rotina de um juiz às sextas-feiras.

A espera foi longa, desesperante.

À já escura a noite quando se apresentam na «Malhoa» os dois imprescindíveis magistrados. No meu gabinete, um promoveu e outro despachou.

Quando o avião aterrou em Orly, o nosso homem era aguardado por viatura diplomática, que só atrasou a captura.

A cooperação marroquina emperrou com o carro. Aos pedidos de perícia não deram andamento. Em desespero, solicitamos a entrega.

E aí vou eu, um colega e motorista, para o trazermos «pelas suas próprias rodas».

À chegada descobrem o que já sabíamos. Um dos passaportes estava caducado. Depois de algumas explicações lá nos abriram as portas do reino.

O comissário não queria acreditar que pretendíamos trazer o carro por via terrestre.

É que o dito estava no parque, há quase um ano, à chuva, ao sol e ao vento de areia.

Apresentava-se irreconhecível do pó, os pneus em baixo e no tabliê saíam os fios que denunciavam o furto do transístor.

E não resistimos, violando a cena do crime (tema na altura imberbe), a procurar no estofo traseiro orifícios. Nada, de tão ressequida estava a napa que fora de cor de mel.

– O carro para circular precisa de seguro - advertiu o comissário.

Foi uma lufa-lufa pois era dia do *Salat al-Jumma*, e tudo fechava mais cedo. Com a ajuda do Consulado conseguimos o salvo-conduto.

O boca de sapo foi entregue inteiro ao Laboratório de Polícia Científica, que nele encontrou a confirmação dos disparos assassinos.

Esta foi a última peça do *puzzle*. Tempos antes, já a desconformidade do relatório da autópsia estava resolvida.

Convidei o médico legista a conhecer o terreno onde o cadáver apareceu. Estava lavrado. Exibimos as fotos e mostrámos o quadro das temperaturas que o serviço de meteorologia fornecera, com a amplitude térmica de algum orvalho noturno e tempo ameno primaveril diurno, para o convencermos das razões do retardo na putrefação que constatou.

De regresso, fomos almoçar.

Escolhido o prato principal, e sem se aperceber, encomendei-lhe uma entrada antes dispensada.

Quando chegou, exclamou surpreso.

– O que é isto? – Observando intrigado os pequenos meixões no azeite fervente.

– O que o Evo tinha no estômago. Angulas – contestei. – Também se chamam meixões, crias de enguias.

– Desconhecia – confessou. Quando examinei os restos de comida e vi uns fios, pensei que só podia ser esparguete. Vou completar o relatório.

– Sabe, senhor doutor. Foi precisamente neste restaurante que ele saboreou a sua última refeição. E foi nesta sala e nesta mesa que se deliciou com angulas ao alho, petisco do seu especial agrado.



A teia (in)visível - Contos do fim da tarde

Podia ter acontecido ontem, mas foi há muito tempo. Nessa altura ainda não trazia nos olhos a visão criminalista de polícia. Recorda-se de estar sentado na sala de canto, num quarto andar onde se instalara a Secção Central de Combate aos Estupefacientes. Para ali tinha sido enviado no final do primeiro período de Estágio na Secção Central de Investigação Criminal da emblemática sede da Polícia Judiciária, na Rua Gomes Freire. Por lá permaneceria nove meses. Ele e mais quatro colegas de curso cujos trajetos seguintes se tornariam tão díspares, como o dos apóstolos no final da última Ceia. Um quarto andar, cujas paredes carregadas de vitórias e derrotas na luta contra o tráfico de drogas, lhes gravaria uma amizade para o resto da vida.

Sempre fora um miúdo reservado e tímido. Custava-lhe puxar pelas palavras para expor as ideias. Tinha um sério receio de que o seu corpo se expusesse ao ridículo. Ou talvez fosse um medo atroz de ficar em evidência, de exhibir a estupidez, que lhe granjeara enormes dificuldades no processo de transformação dos pensamentos em ações. Procurava seguir a reboque de quem ousasse a primeira frase. Apesar disso, era dedicado e procurava ser voluntarioso, e por vezes lá conseguia desfazer o nó que lhe habitava a garganta. Esse traço trouxe-lhe sérias dificuldades na adaptação ao novo.

Depois de se terem passados os dois primeiros meses a coadjuvar um colega mais experiente, o chefe chamou-os ao gabinete. Tinham acabado de regressar de um almoço no restaurante Carteiro, mesmo na boca da Rua de Santa Marta. O gabinete era escuro e escondido ao canto da sala. Acanhado, com uma secretária enorme e retangular onde dormitavam vários montes de processos. Sentado de frente para a porta, viu o chefe ajeitar o bigode, acomodar-se na cadeira e, por fim, indicar-lhes, com a mão, as restantes cadeiras em redor da mesa. Falou-lhes do trabalho que tinham desenvolvido. Da importância da sua presença e da dedicação que tinham demonstrado. Disse-lhes que o trabalho que faziam era muito importante para combater aquela criminalidade que tanto afetava os jovens com idades aproximadas às suas. E por fim, disse-lhes, que eram as pessoas certas para iniciar uma nova experiência a partir daquela tarde. Resolvera entregar-lhes alguns casos para investigarem. Supervisionados por ele, tratariam de os resolver com a maior brevidade.

Sem grandes demoras nem explicações, já que era um homem de poucas palavras, entregou duas pastas a cada um e terminou a reunião. Quando o chamou, já todos os seus colegas se encontravam sentados, agarrados aos seus casos e alguns tomavam notas



C. A. Afonso

Na PJ desde 1986, como Agente/Inspetor e Inspetor-chefe desde 2017. Formador certificado no IPJCC, tem vários livros publicados desde 1982

preliminares. No instante em que estendeu a mão e segurou nos dedos uma só pasta, sentiu-se incendiado por uma forte sensação discriminatória. O que teria feito para merecer metade da confiança dos seus colegas? Mas o chefe não o deixou mergulhar muito tempo naquele estado de inquietação e disse-lhe quase de imediato:

– Este é um caso especial. Dou-lho a si, porque me parece ter os conhecimentos certos para lidar com ele.

A história que o caso descrevia pareceu-lhe, na primeira leitura, uma história banal. Escrita numa folha de papel onde se destacava um número de telefone. Pertenceria a uma mulher cujo nome completo se desenhava por cima, acompanhado por uma descrição mais extensa, onde se expunham informações sobre um possível traficante de drogas que trazia aprisionada uma jovem de 17 anos. A jovem em causa era a filha da denunciante. Riu-se. Aquela história parecia-lhe tudo menos uma situação de tráfico de droga. Por muito que se esforçasse não conseguia ver a especialidade daquele caso. Na sua ótica, era mais uma mãe descontente com o namorado da filha a procurar arranjar uma maneira airoso de pôr o rapaz ao longe. Que mais podia ser? Ele próprio tinha sido chutado pelo pai da miúda por quem se tinha encantado no ciclo preparatório. Sofrera uma denúncia, com idêntica vileza, à sua diretora de turma que lhe granjeou um belo raspanete. Caso resolvido.

Mal acabou de verbalizar estas ideias, o chefe desenhou-lhe com o lápis um balão à volta do número de telefone.

– Diga à senhora que venha cá falar connosco. Ouça o que ela tem para lhe contar pela sua própria boca.

Aquela ideia pareceu-lhe demasiado absurda. E estranhou que o chefe não se tivesse apercebido do disparate que estava a dizer-lhe. Achou-se a perder tempo com uma bagatela penal e logo no primeiro caso que lhe haveria de calhar. Tinha-lhe distribuído um só caso que agora se revelava ser trabalho de brincadeira. Não era preciso ser-se um grande investigador para tirar as verdadeiras conclusões, pensou. Mas talvez quisessem pô-lo à prova, testar-lhe a resistência, verem como ele se desenrascava a lidar com uma mulher desavinda. Ou simplesmente porque não confiavam nele, nas suas capacidades. Contrariado ligou-lhe. A denunciante assentiu a vir ao Conde Redondo pelas dez horas do dia seguinte.

Pela manhã releu o processo. Meia dúzia de palavras lavradas por baixo de um nome e um número de telefone. Tudo lhe pareceu arrumado nos mesmíssimos locais onde os vira no dia anterior. De lá não saltou qualquer nova ideia que pudesse desmontar a sua teoria, elaborada com a metodologia própria de quem puxa da sabedoria dos livros e da vida.

O segurança bateu à porta, trazia atrás de si uma mulher cinzenta, inacabada. Quando a viu surgir por detrás do homem, pareceu-lhe um vulto incolor. Desenhado apenas com uma mancha escura, sem contornos. Depois os cabelos brilharam à contraluz.

Baloiçaram, compridos e louros, com os passos que a trouxeram para o interior da sala. Estende-lhe a mão. Aperta-lha por alguns instantes, delicadamente.

– Entre para aquele gabinete, se faz favor.

Ao mergulhar na porta encarou o chefe recostado no seu cadeirão. Num gesto automático ergueu-se e indicou uma cadeira ao canto junto da janela. Ambos se sentaram em simultâneo. Ele, que seguia atrás a medir-lhe os passos, ficou de pé. Irrequieto. Os olhos da mulher pareceram-lhe agitados, de um verde água translúcido, talvez da cor do choro. Encovados, como quem se quer esconder do mundo, no fundo do rosto. Apesar de serem grandes, permaneciam ocultos por entre as frinchas das pálpebras, como quem foge à agressão da luz. Percebeu serem de um tom esverdeado. Não o pode afirmar, porque não a encarou frontalmente. Ela sentou-se. Uniu ambas as pernas, que inclinou sobre a esquerda e cruzou as mãos em cima da mala que colocou a descansar sobre o colo. Pela delicadeza dos gestos, das interjeições, dos agradecimentos circunstanciais, evidenciava uma certa distinção. Muito embora não se apresentasse perfeitamente arranjada, e até denotasse alguma despreocupação com a aparência, as peças de roupa realçavam qualidade e bom gosto. Havia uma certa harmonia nas cores, apesar de escuras e opacas. O ar era acariciado pelo aroma do banho matinal, sentindo-se uma agradável colónia a evaporar-lhe da pele, ampliada pelo estado emocional em que se encontrava. Precisamente na toca de um departamento policial, mesmo que ali estivesse de livre vontade.

O chefe tinha uma peculiar forma de iniciar as conversas com as testemunhas. Ao longo dos anos foi percebendo que ele era naturalmente assim.

– Ora então, conte-nos lá o que a traz por cá, minha senhora!

E ela contou. Começou a história colocando duas fotografias em cima da mesa. Ajeitou-as depois com a ponta dos dedos, para que ficassem em perfeita simetria, e nesse preciso instante vocalizou espontaneamente algumas palavras:

– Esta é a minha filha - disse, enquanto apontava para a uma imagem de uma bonita jovem de cabelos loiros e olhos verdes, captada no instante em que um sorriso brilhante eclodia dos seus lábios. Estava sentada no banco de um jardim. Por trás via-se o mar e uma gaivota que rasgava a única nuvem que condensava o céu.

Ao lado, uma outra foto de uma rapariga suja, maltrapilha e até repugnante. Com um aspeto velho e desgastado, para a idade que aparentava ter. Segurou as duas fotos, lado a lado com os dedos das mãos abertas, e exclamou para a foto da direita:

– Esta à direita eu já não sei quem é! – Quando expeliu estas palavras a mulher espalhou-se num choro descontrolado e aflito. Escondeu o rosto entre as mãos e dobrou-se sobre o colo e repetiu: Eu já perdi a minha filha, perdi a minha filha, perdi a minha filha. Baloiçava insistentemente, como se mergulhasse num êxtase psicótico, irracional e incontrolável.

O chefe, que ele via habitualmente recostado na cadeira sem se deixar afetar pelo lume das reuniões, mesmo naquela onde se ateiam tições, deu um salto e segurou

a mulher pelos ombros procurando acalmá-la. Naquele instante não conseguiu descobrir quaisquer palavras que pudessem encaixar-se ali para mitigar aquela dor. Inquieto, agitado, deu passos apressados em torno do mesmo lugar procurando esmagar a vergonha que sentia naquele preciso instante. No fundo dos seus olhos navegava o sorriso daquela linda jovem, cuja mãe ele julgara no confinamento da sua preguiça. No preconceito dos seus livros. Na foice da sua arrogância.

Quando ela se recompôs contou-lhe a estória daquela menina. Era a única filha de uns pais que exerciam a mesma dedicada profissão. A mãe era médica anestesista e o pai neurocirurgião. Tinham uma vida desafogada. Quando a filha nasceu, mudaram-se de Cascais para Lisboa, zona de Campo de Ourique. A ideia era poderem estar próximos de tudo o que tivesse a ver com as necessidades da filha e com o seu desenvolvimento. E porque era a zona de residência dos seus pais. Correu tudo conforme esperado até aos 16 anos. Era uma excelente aluna, bonita, atenciosa, educada. Tinha muitos amigos e passava muito tempo em casa. Os avós faleceram. Passou a estar muitas vezes sozinha. Era responsável e tinha uma grande liberdade. Aos 16 anos, no baile de finalistas do colégio, conhece o rapaz que a haveria de desgraçar. Era um miúdo vivo, irreverente e indomável. E bonito também. Gostava de desportos radicais e participava em corridas de motos. De Campo de Ourique ao Casal Ventoso foi um ápice. O comportamento dela modificou-se radicalmente. Primeiro a irreverência, depois as bebedeiras e por fim as mentiras. Quando fez 17 anos, depois de ele ter sido preso por furto de esticção, ela passou a prostituir-se na Avenida de Ceuta para angariar dinheiro. Foi uma dor horrível vê-la perder-se tão dramaticamente. Atualmente, só dorme em casa quando a mãe, como uma doida, invade as ruas do Casal Ventoso e dali, sob o olhar acutilante dos traficantes e consumidores, a arrasta do chão onde se encontra caída no delírio de mais um «chuto».

– Vocês não fazem ideia o que é este sofrimento! Têm de me ajudar. É preciso identificar e prender esta gente. Posso não ir a tempo de salvar a minha menina, mas não quero que outras como ela se tornem os alvos de gente tão má e sem escrúpulos.

Quando ela saiu, permaneceram alguns minutos sentados. Em silêncio. Como se estivessem a digerir as palavras que ali tinham sido ditas. Algumas ainda circulavam pelo gabinete com a mesma efervescência com que haviam saído dos lábios daquela mãe. Sentia-se acanhado, envergonhado ao reabilitar no pensamento tudo aquilo em que tinha fundamentado a conclusão da tarde anterior. A única verdade que ali surgiu, foi a de que as suas teorias e convicções tinham falhado completamente naquele caso e isso envergonhava-o. O chefe, já despido de quaisquer teorias académicas, de todos os seus preconceitos, tinha olhado livremente para os factos e conseguira delinear o único caminho possível para seguir na linha da investigação. Um caminho simples, direto, essencial para a descoberta da verdade. As estórias só podem ser narradas por quem as sabe. Não por quem as imagina.

– Então o que é que você achou? – Disse o chefe no preciso instante em que se

levantou da cadeira, enfiou as mãos nos bolsos e dirigiu-se à janela envidraçada que dava para a Rua de Santa Marta. Depois retirou um charuto do bolso do casaco, acendeu-o e deu duas valentes baforadas e voltou a dizer: – O que é que você achou?

Disse-lhe que tinham de proceder a diligências de vigilância e seguimento àquela jovem, para identificar todos os pontos de venda de droga que ela estivesse a frequentar. Descobrir quem são os traficantes que habitualmente fornecem o Casal Ventoso. No final prender uma série de traficantes. Talvez prendê-la também a ela, para que assim fosse obrigada a um tratamento coercivo.

– Estou a ver que afinal você quer salvar o mundo. Eu acho que pode ser um bom princípio. Mas digo-lhe umas coisas que também já me disseram há muitos anos, num tempo em que este fenómeno da droga não era o que hoje é. Não podemos salvar o mundo, temos de salvar as pessoas. Um caso de cada vez, um consumidor de cada vez. Se forem dois, ficamos satisfeitos, mas o objetivo é focarmo-nos apenas num. Percebe?

– Acho que sim, chefe.

– Então, agora, mãos à obra. Vá lá vigiar essa miúda e arranje-me um inquérito bem fundamentado para podermos abrir uma investigação.



Carina Cruz

Na PJ desde 2015, como Inspectora na Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupeficientes

A Polícia não é para mulheres

A Polícia não é para mulheres. Chega quase a ser um aforismo, mas, no fundo, é um convencimento cultural. Um dos que muito tem contribuído para o sucesso operacional das mulheres na Polícia.

Sou inspetora da PJ há pouco mais de seis anos, sempre numa área operacional, daquelas para homens de «barba rija». E as histórias (estórias, desculpem) são muitas porque a realidade que vivemos diariamente é imensamente rica, diversificada e profundamente interessante. Não podemos negar, aliás, até somos um pouco vaidosos quanto a isso.

Ao longo destes anos, trabalhei ao lado de mulheres e homens de outro molde, que combinam o humanismo, a competência e o sentido prático de forma quase culinária.

E não esqueçamos o sentido de humor. Temos tantos com tanto e tão requintado. Quem já lidou com gente desta Casa sabe do que estou a falar. Talvez seja isso mesmo a fazer deles os profissionais que são. É dessa inteligência e sensibilidade, que o humor requer, que nascem muitas histórias ou, pelo menos, a perspetiva certa delas. Esta é a minha.

Havia na nossa brigada uma investigação, daquelas que nascem de quase nada, crescem lentamente e mantêm-se muito graças à casmurrice do inspetor e à liberdade de obstinação que a chefia nos permite.

E, neste caso, o colega esmiuçou todos os pequenos indícios. Fê-lo de forma excepcional e conseguiu desenhar a estrutura da organização, as funções dos intervenientes e os seus padrões de comportamento.

A verdade é que, muitas vezes, conhecemos ao detalhe os nossos investigados, com uma familiaridade tal que nos permite, pelas suas alterações de humor, ou mesmo, pequenas diferenças no tom de voz, perceber que algo está para acontecer. O colega teve essa noção e conseguiu antever que estava para chegar a Portugal um carregamento de droga.

Tudo se passava na região Norte pelo que, inicialmente, foi mobilizada uma equipa para rotinar os suspeitos: eu e uma colega. Neste primeiro dia, tudo passava por reconhecer os locais e perceber os hábitos dos supostos traficantes. Costuma dizer-se que a sorte procura-se, mas aqui encontrou-nos.

Num dos muitos locais que tínhamos a reconhecer, e à hora que escolhemos fazê-lo, cruzámo-nos, nas imediações, com um carro conhecido da investigação, seguido por

outro, de aluguer, ocupado por dois tipos desconhecidos. O nosso instinto disparou. Não sei se o feminino ou o policial, mas ficámos mais atentas à segunda viatura.

O local era impossível de vigiar. No entanto, éramos «só» duas mulheres num carro. E isso não levanta qualquer suspeita, não é? Reconheço que ficámos a dever à discrição, mantendo-nos próximas do armazém, mas isso permitiu-nos perceber as movimentações dos suspeitos, inclusivamente, que instantes depois, todos entraram num só carro e seguiram viagem.

Claro, fomos no seu encalço e durante quase uma hora e meia, da azáfama do litoral à desertificação do interior, efetuámos um seguimento com apenas uma viatura.

No decurso do seguimento pedimos apoio e, enquanto ele tardava a chegar, as localidades que percorríamos ficavam cada vez mais inóspitas. O seguimento não estava a ser fácil e, obviamente, complicou, com a chegada de um novo carro que se juntou ao dos suspeitos.

Em bom tempo tivemos apoio de colegas do Norte. Tudo ficou mais fácil, até porque eles dominavam a topografia da região. Continuámos por mais uma boa hora e, nesse dia, identificámos o local onde mais tarde viria a ser descarregada a droga.

Nas semanas que se seguiram, fomos acompanhando as movimentações dos suspeitos, o caso estava cada vez mais interessante e prestes a rebentar, o dispositivo no terreno foi crescendo e gradualmente chegavam mais equipas ao Norte.

Na grande maioria das vezes, as investigações são repletas de detalhes deliciosos, que a natureza discreta da nossa área não permite revelar, e esta não foi exceção. Posso apenas partilhar que a criatividade do chefe levou à identificação de dois novos suspeitos que surgiram por aqueles dias. Aí, a nossa presença, e o que resulta dela, ficou como sempre, por notar.

Não eram portugueses, mas, com a colaboração de uma nossa congénere, foi possível saber que eram já conhecidos e estavam associados à criminalidade violenta, aliás, segundo os nossos colegas estrangeiros, os tipos eram «malíssimos».

Nos dias que se seguiram, continuámos as vigilâncias aos «malíssimos», já com um operativo considerável no terreno, e sem que nunca nos detetassem. Foram muitos dias e noites longe de casa, mas o desgaste que sentíamos era superado pelo entusiasmo dos resultados, capazes de convencer qualquer militante mais cartesiano.

Chegámos ao dia da operação. Começámos bem cedo, como habitual, a monitorizar os suspeitos e os locais. Após várias horas de vigilância, os suspeitos convergiram todos no armazém que havíamos identificado semanas antes.

As equipas estavam discretamente espalhadas pela localidade. Nesse dia, fazia equipa com uma outra colega e ficámos nas traseiras do armazém. Estávamos a vigiar o local há umas horas, até que dois dos «malíssimos» saíram das traseiras para um carro. Foi dada a ordem de abordagem e a nossa equipa, e outra, estavam mais próximas. Quando

chegámos aos «malíssimos», a outra equipa, um colega e uma colega, já se tinha antecipado, e os «malíssimos» estavam controlados. Restou-nos ajudar no algemamento e na revista de segurança.

Logo em seguida, precipitei-me para o armazém onde estavam os outros «malíssimos». Claro está, não fui sozinha. Sem combinarmos, a colega da minha equipa acompanhou-me. Nós, inspetores, temos este hábito de nunca deixar ninguém avançar sozinho.

Ao chegarmos ao logradouro do armazém, vimos um dos nossos carros e foi o suficiente para acharmos que a abordagem ao armazém já estava em curso. Entrámos pelas traseiras, um bloco de escritórios do armazém. Como tal, instintivamente subimos as escadas e de armas e lanternas em punho, efetuámos o varrimento aos compartimentos superiores. Na nossa cabeça, os colegas já estavam a controlar a zona central do armazém.

As paredes e o chão das diversas salas que percorremos estavam todos em cimento, sem qualquer acabamento e totalmente vazias. O ímpeto superou a incerteza.

Progredimos taticamente por todos os compartimentos. Um por um. Sempre na expectativa de entrarmos alguém, mas nada. Chegámos ao último compartimento. Era uma sala ampla, também ela sem qualquer acabamento e com janelas para a zona central do armazém. Apressámo-nos a espreitar pelas janelas e, em contraponto à nossa adrenalina, estavam os «malíssimos» tranquilamente a trabalhar a estrutura para aceder à droga. Manuseavam a empilhadora. Os sons de alarme da máquina e as suas vozes, enquanto trabalhavam, ecoavam até ao bloco de escritórios. Éramos nós e eles.

Até que vimos um dos «malíssimos», talvez alertado pelas luzes das nossas lanternas, dirigir-se para o bloco de escritórios. Olhámos uma para a outra e sorrimos, não foi preciso dizer nada.

Estávamos sem comunicações e tínhamos apenas um par de algemas. Apressámo-nos a ir fechar a porta exterior, no primeiro piso, porque não queríamos que a luz irradiasse pelo bloco e comprometesse a abordagem dos restantes colegas. Também, já não podíamos voltar atrás, tínhamos de manter o controlo das movimentações dos suspeitos.

Depois de fechada a porta, vimos que o «malíssimo» continuava na nossa direção. Mudámos de posição e aproximámo-nos da zona central, mas ele aproximou-se mais rápido do que prevíamos. Instintivamente, escondemo-nos em corredores opostos. Foi o possível.

Ouvimo-lo aproximar-se, enquanto gritava: "Oh! Oh!" batendo com a mão nas portas. Esperámos por ele, enquanto os outros continuavam focados em retirar a droga. Acabou por me encontrar primeiro. Identifiquei-me, em surdina e, de imediato, a minha colega apressou-se em apoiar-me.

Controlámos o suspeito, tão silenciosamente que o poderíamos ter feito numa sala de cinema. Só não o conseguimos algemar. O «malíssimo» era tão grande que apenas um par de algemas não chegava. Mas ele seguiu às nossas indicações. A assertividade tem destas coisas, é sem género e sem estatura.

Por breves instantes, aguardámos a chegada das restantes equipas e, quando ouvimos os colegas a entrar, saímos dos escritórios e avançámos. O armazém era enorme e estava dividido de uma forma que nos impossibilitava ver o que se passava na outra metade. Avançámos com o nosso detido para o centro do armazém e percebemos que os colegas que tinham entrado estavam em inferioridade numérica. A colega ficou a controlar o nosso «malíssimo», enquanto eu avancei para apoiar os restantes.

Corri, então, para a segunda metade do armazém. Conforme avançava percebi que um colega tinha já controlado um dos «malíssimos» que no momento da abordagem tinha um martelo na mão.

Continuei, e vi que o meu chefe estava entre dois «malíssimos» e, quando controlou o primeiro, o outro fugiu em direção à porta do armazém. Eu estava no caminho. Disse-lhe que parasse e se deitasse no chão. Vi nos seus olhos que não o ia fazer. Ignorou-me, enquanto corríamos convergentemente. Quando nos aproximámos, ele fez por se desviar, mas não muito, no fundo eu era «só» uma mulher e o «malíssimo» até era grande.

Confiante, contornou-me. O seu descrédito beneficiou-nos a ambos, resultou num ângulo de abordagem mais favorável para mim, e mais seguro para os dois. Consegui alcançá-lo, fomos para o chão e contive-o. Entretanto, chegaram as restantes equipas, com as necessárias algemas, e iniciou-se a correria frenética para cumprir todas as diligências necessárias, dentro do prazo de 48 horas para apresentação dos detidos.

Em retrospectiva, todo o serviço foi digno de compêndio escolar de polícia, um dos muitos que me orgulho de ter vivido. E, naquele dia, no momento da abordagem, três homens e três mulheres, prenderam seis «malíssimos». No dia seguinte, o que corria entre os detidos no estabelecimento prisional, era que mais de 40 polícias haviam irrompido de surpresa pelo armazém. A magia da percepção.

Quando fomos apresentá-los a primeiro interrogatório judicial, no caminho, um deles virou-se para mim e disse: “És forte, mas justa”. Não reagi, desejei-lhe apenas boa sorte. Mas, admito, que revi a nossa Polícia naquelas palavras.

Quanto à operacionalidade das mulheres na polícia? Que continue um segredo bem guardado.



Carla Pinto

Na PJ desde 2003, como Inspetora no Porto, em Ponta Delgada e novamente no Porto, Inspetora-chefe de 2018 à atualidade

O “MacGyver” de Valongo

Na tarde do dia 15 abril de 2010, os elementos da equipa de prevenção dos homicídios da Diretoria do Norte foram acionados para uma situação de homicídio qualificado na forma tentada, ocorrido na zona do grande Porto.

Um indivíduo entrara num armazém para furtar sucata e havia sido baleado, apresentando múltiplos orifícios na coxa esquerda e femoral, condizentes com disparo de uma espingarda caçadeira.

A vítima, à data com 42 anos de idade, relatou que havia entrado no armazém repleto de sucata através de uma abertura existente entre o telhado e a parede. Ao aceder ao interior do espaço tocou num fio e, de imediato, sentiu uma dor intensa na perna que associou ao disparo de uma caçadeira, salientando não se ter apercebido da presença de alguém no interior do armazém.

No exame inicial que realizámos, apercebemo-nos da existência de uma extensa mancha de vestígios hemáticos na parede interior, condizente com o local por onde a vítima entrou e saiu do armazém, não tendo sido localizado qualquer elemento de balística.

No dia seguinte, e com condições de luminosidade favoráveis, realizámos nova inspeção judiciária. Foi no decurso desta que constatamos que todo aquele espaço havia sido armadilhado pelo seu proprietário, de forma a criar aos «assaltantes» um único ponto de entrada no armazém, local por onde efetivamente veio a entrar a vítima. Nesse exato local, do lado interior, existiria um engenho armadilhado que disparou após ser despoletado o «gatilho», presumivelmente acionado pelo fio em que a vítima tocou.

E enquanto percorríamos o espaço detetámos várias outras armadilhas.

Junto no chão, sob umas tábuas em madeira existentes à entrada do armazém, o proprietário tinha colocado um telemóvel previamente programado, o qual por pressão efetuaria uma chamada para o seu número, alertando-o para a existência de estranhos no interior.

O armazém estava construído de forma tosca e inacabada, existindo um espaço aberto em toda a extensão, entre o topo das paredes e a cobertura, o qual estava quase na sua totalidade obstruído de forma improvisada com peças de automóvel, paus e chapas de cobertura dobradas de forma a impedir o acesso através daquela zona. No entanto, e de forma «inexplicável», na zona de parede mais baixa, ou seja, na zona onde o escalamento era mais fácil, esta obstrução não existia, sendo claramente um «convite» a que eventuais assaltantes ou crianças mais curiosas acessem ao espaço por aquele local.

Foi precisamente por aí que a vítima entrou, e onde vieram a ser encontrados os vestígios hemáticos.

Foi ainda localizado um artefacto construído de verga de ferro/aço, composto por uma barra, na qual foram soldados diversos segmentos mais pequenos e aguçados, cujo uso o proprietário referiu ser para perfurar pneus de viaturas de alegados autores de furtos. Contudo, atendendo à sua localização – por baixo do «ponto de entrada de eventuais intrusos», tal objeto apenas poderia visar infligir ferimentos perfuro-contundentes nos pés de quem por ali entrasse.

Ainda na mesma área, numa pequena mesa, junto aos veículos ali depositados, foram localizados um cartucho de calibre 12 Gauge, já com alguma oxidação, e um invólucro de um cartucho do mesmo calibre, cujo fulminante havia sido perfurado, mas cuja base do invólucro estava dilatada, denotando ter sido deflagrado em local distinto de uma câmara de arma de fogo.

Outra das armadilhas só foi detetada quando observámos o cume do armazém. Ali, havia sido colocada uma placa em ferro/aço, suspensa com recurso a um cabo de aço e libertada através de um «fio de tropeçar», a qual estava «desativada».

Numa escada de acesso a um espaço num primeiro andar, foi colocado um espigão em aço isolado, ligado a um cabo elétrico com apenas uma fase, que, ao ser pressionado faria contacto com o condutor elétrico e originaria a consequente descarga que, em última análise, poderia levar à electrocução do intruso. No topo desta escada existia uma cadeira, estrategicamente colocada, servindo claramente como local de vigia.

Por fim, no portão de entrada eram visíveis impactos de «bagadas de chumbos», os quais teriam resultado de disparos efetuados pelo proprietário para o interior do espaço de forma a reter eventuais intrusos após ser alertado pelo telefonema realizado do aparelho que ali colocara, exactamente, para esse efeito.

De salientar que, aquando da primeira inspeção judiciária, realizada de noite, com lanternas e na presença do proprietário, os dois inspetores circularam por todo o espaço sem que este os alertasse para as várias armadilhas existentes.

No decurso da investigação, o proprietário, à data com 75 anos de idade, não mostrou qualquer arrependimento nem receio pelo perigo que criou, uma vez que o espaço em causa era atrativo para crianças e adolescentes curiosos por viaturas antigas, que ali sabiam existir.

A este «MacGyver» foram apreendidas três espingardas caçadeiras, embora tivesse quatro manifestadas em seu nome, inúmeras munições e cartuchos, um redutor de calibre e um aparelho de visão noturna.

Seis anos mais tarde veio a ser condenado pela prática de um crime de homicídio qualificado na forma tentada e, seguramente para grande desgosto seu, interdito de possuir armas de fogo durante cinco anos.



**Carlos Ademar
Fonseca**

Na PJ desde 1988,
Agente/Inspetor na
Secção de Homicídios
da DLVT, até 2005
e no Instituto de Polícia
Judiciária e Ciências
Criminais (IPJCC)
desde 2006

Aos anónimos construtores de uma história com 75 anos

Muitos se cruzaram com ele, trabalhando, convivendo, conluindo aqui e ali, no fundo, vivendo o dia-a-dia da Secção. A sua genuína discrição funcionou como uma cerca que dificultava o conhecimento dos seus feitos além do primeiro andar da Gomes Freire, onde trabalhava, que, na verdade, ele reduzia às quatro salas da Secção de Homicídios, a que dedicou toda a sua longa carreira. Também por isso poucos se lembram dele, excetuando aquela meia dúzia de investigadores que com ele mais lidaram, hoje dispersos por força dos caminhos e descaminhos da vida.

Trabalhei com ele durante cerca de 15 anos e o respeito e consideração que conquistou levam-me a não citar o seu nome. Conhecendo-o, sei que não gostava de ser protagonista, mesmo neste texto. Fugia da exposição e nele o «nós» prevalecia face ao «eu», que raramente usava. Mas porque nas próximas linhas precisarei de evocá-lo, será o Artur.

Esta história, que vivi e que partilho com gosto, teve o seu início no final dos anos oitenta do século XX, terminando apenas oito anos depois. Uma mulher idosa fora assassinada com enorme violência na casa isolada em que vivia sozinha, na serra de Carnaxide. Artur avançou com o fotógrafo e o lofoscopista, como então era da praxe.

O quadro não era agradável de ver, nenhum é. Os vestígios da violência exercida espalhavam-se por todas as poucas dependências, entre peças de vestuário no chão e de armários tombados, com portas e gavetas abertas, não faltando marcas de sangue um pouco por todo o lado, incluindo em alguns instrumentos possivelmente usados na agressão. Dispensar-me de aqui dar conta dos pormenores mais sórdidos que quem ali entrou não pôde deixar de valorizar. Direi apenas que, no estofado de um pequeno banco, foi recolhida a impressão em sangue de uma palma de mão não pertencente à vítima.

As conclusões médico-legais não deixaram dúvidas quanto à violência exercida, incluindo violência sexual. Os ferimentos espalhavam-se um pouco por todo o corpo.

Os elementos recolhidos não permitiam outra coisa que não trabalhar arduamente, começando por contactar todos os indivíduos que viviam ou circulavam por perto, tarefa dificultada pelo isolamento do local. Ainda assim, Artur e os colegas, ao longo de diversas semanas conduziram variadíssimas pessoas à PJ, a fim de serem ouvidas, e recolhidas as suas impressões digitais para serem comparadas com os vestígios existentes. Porém, não obstante o esforço, sem resultados positivos.

E quando estavam reunidas as condições para que o fulgor inicial começasse a esmorecer, Artur passou a uma outra fase, porque era esse o caminho: contactar todas as

esquadras da PSP e postos da GNR, num raio considerável face ao local do crime, para se proceder a um levantamento de todos os assaltos em residências, e na via pública, com violência física e sexual.

Contaram-se por várias dezenas o número de casos elencados, outro tanto de vítimas, algumas testemunhas e até suspeitos para tomar declarações. Seria preciosa toda a informação que permitisse traçar um perfil físico, psicológico e de atuação de um autor, no pressuposto razoável da existência de um criminoso em série a atuar naquela zona.

Com o intenso trabalho desenvolvido, o processo foi ganhando volume de forma rápida. Eram já inúmeras as inquirições, como o era o dos pedidos de exames. No entanto, os resultados positivos insistiam em pautar pela ausência. As respostas não eram as pretendidas, sucedendo-se sem deixarem nesga de esperança. Uma certa angústia crescia no investigador, na proporção direta do aumento de respostas negativas, e na medida em que via reduzir-se o número dos casos que faltava avaliar.

A perspetiva de um fracasso pairava e para Artur tinha um significado objetivamente grave: um criminoso ficaria impune. Também não desejava contribuir para ser alvo do olhar condescendente dos familiares e amigos da vítima, quando o questionassem sobre o estado da investigação. Incomodava-o, apesar de a consciência não lhe pesar, porquanto esgotara todas as possibilidades de trabalho que lhe chegaram e todas quantas conseguiu desencantar.

Por outro lado, não ignorava que era apenas um investigador num universo de centenas, e a ele poucos o conheciam, mas todos conheciam a PJ e nela depositavam a esperança de que, mais uma vez, viesse a contribuir para que se fizesse justiça. No fundo, mais do que o olhar condescendente dos outros, estava em causa a credibilidade da Instituição a que pertencia junto dos que conheciam os contornos do caso; sempre que falassem ou lhes falassem da PJ inevitavelmente emergiria aquele fracasso. Artur sentia que algo falhara ao longo da investigação. Como auto-estímulo sempre cultivara a velha máxima: «Não há crimes perfeitos, mas polícias imperfeitos». Ele era o «polícia imperfeito».

Era habitualmente parco em comentários sobre os sucessos, como avesso que era ao auto-elogio, mas nesta fase não se cansava de dar pormenores do caso a colegas de outras brigadas. Fazia-o na perspetiva de que alguém abrisse uma brecha para a resolução, que ele não vislumbrava. O que menos contava era a autoria do rasgo, contando que das diligências propostas pudesse resultar algo de positivo. Tudo valia, menos enviar o processo para o arquivo, embora a isso viesse a ser obrigado. Aconteceu, por manifesta falta de propostas úteis de trabalho, e quando decorriam cerca de dois anos sobre a prática do crime. Foi um dia difícil para Artur.

Porém, os processos continuaram a chegar e a ser resolvidos com maior ou menor dificuldade e assim, os anos foram passando e o caso da idosa barbaramente assassinada foi ficando mais esbatido até ao esquecimento. Menos na cabeça de Artur. Para ele, um caso não resolvido era um caso vivo; era uma espinha atravessada que, a espaços, dava

sinais e marcava a sua presença. Os casos resolvidos desapareciam, os que seguiam para o arquivo moíam e continuavam a moer.

O fascínio de trabalhar na PJ passa muito pela quase ausência de rotinas e pelas surpresas que vão ocorrendo. Haviam passado seis anos sobre o arquivamento do processo, oito sobre a prática do crime, quando, numa manhã de segunda-feira, um colega da 3.ª Brigada procurava quem lhe inquirisse um preso do EPL. O recluso escrevera uma carta ao diretor em que denunciava um tio da autoria de diversos «crimes». Acontece que na noite anterior, no âmbito da prevenção, calhara a esse colega um homicídio e tinha à porta da Brigada variadíssimas testemunhas para ouvir. Andava então com a carta do preso de porta em porta até que chegou à sala de Artur, que logo se ofereceu para resolver a questão.

Mal concluiu a leitura das linhas mal-amanhadas pelo preso, logo Artur fez o seu diagnóstico: «É meio-louco e isto cheira-me a vingança». Factos concretos que pudessem ser classificados como crime, nem um. Era um chorrilho de palavras, em que apenas estava bem espelhado um ódio profundo contra o denunciado. Mandou entrar o homem e como introdução quis conhecer as circunstâncias que o levaram à prisão, conversa que poderia dispensar se lesse a ficha biográfica, mas bem sabia que um quebra-gelo é sempre salutar para quem vai à polícia, ainda que já tenha «currículo». O preso foi dizendo que o acusaram injustamente de ter violado uma mulher no Algarve havia quatro anos.

Quando, nessa manhã, cheguei à sala já a inquirição ia a meio, mas Artur contou-me, mais tarde, que mal ouvira as primeiras palavras do preso, surgiu-lhe em *flash* a imagem do cadáver da idosa, tal como o encontrara oito anos antes. Talvez tenha sido esse fugaz pensamento que o impeliu a prosseguir com as perguntas que lhe interessavam muito mais do que a matéria denunciada. Fazia o quê na vida? Preso no Algarve, aonde? Quem era a vítima? A tudo o preso respondeu com a naturalidade de quem nada tinha a temer, porque condenado já ele estava. Trabalhava em Lagos, na construção civil, e quanto à mulher que o denunciara, nem sequer a conhecia, ainda que lhe dissessem na polícia que ela passava todos os dias em frente da obra onde ele era servente de pedreiro. Há quanto tempo estava no Algarve? Por onde andara antes? Sempre trabalhara nas obras? Que sim, sempre trabalhara como servente e fora para o Algarve porque deixou de ter trabalho na Amadora, onde então residia. Amadora? Então fomos vizinhos, mentiu Artur para alimentar a conversa. Onde morava? O preso achou graça à coincidência e até sorriu. Residia na Estrada Militar, por trás do Continente.

Sem saber, o preso aproximava-se cada vez mais do local do crime que interessava ao investigador. Faltava uma pergunta: então há quanto tempo deixámos de ser vizinhos? O preso teve de pensar um pouco sobre o que aquele polícia simpático queria saber, mas vencido esse lapso temporal, prosseguiu dizendo que viajara para o Algarve oito anos antes. Perante a resposta, quem não conseguiu evitar um lapso foi Artur, ao deixar escapar um traiçoeiro esgar de satisfação que, no entanto, não passou despercebido ao preso, porque rapidamente voltou atrás no discurso para o retificar. Que não, qual oito... pelo

menos dez. Trabalhara no Algarve mais de seis anos, estando preso há quatro. «Meio-louco?» questionou-se Artur para concluir que nem tanto, mas tinha de agir.

Tudo passava por conduzir o preso aos colegas da lofoscopia para que fizessem as recolhas que se impunham a fim de serem comparadas com os vestígios existentes. O suspeito ainda quis conhecer as razões para tal diligência, mas de imediato se acalmou com a serenidade de Artur. Mera rotina, uma prática obrigatória para todos os presos que passam pela PJ.

Lá cumpriram a tarefa, e enquanto o colega das impressões digitais se dirigiu aos arquivos em busca do exame pendente há tanto tempo, Artur regressou à sua sala para encerrar o expediente do colega, em que pouco se demorou.

Artur estava optimista e, de facto, para azar do outro, a sorte sorrira-lhe, como modestamente não se cansou de afirmar, quando lhe falavam no caso resolvido oito anos depois. Com efeito, logo após o almoço, o colega das impressões digitais acercou-se da sala e bateu à porta para chamar a atenção de Artur. Mal o conseguiu, sorriu e ergueu o polegar direito sem proferir qualquer palavra. Mais não foi necessário para neutralizar a dolorosa espinha atravessada, velha de oito anos.

Não posso terminar sem partilhar a minha convicção de que Artur representa bem os homens e as mulheres que anonimamente construíram uma história longa e digna que muito honra quem na PJ dá o seu melhor todos os dias. Somos os herdeiros de um legado de saber e responsabilidade, transmitido de geração em geração, que nos impele a continuar o rumo de dignificação da função, entregando-nos à causa, inovando, adaptando-nos às exigências de uma sociedade em constante mutação, de forma a que a marca de excelência que a PJ representa perdure e se fortifique.



Carlos Anjos

Na PJ desde 1988,
Agente/Inspetor
e Inspetor-chefe.
Presidente da
Associação Sindical
dos Funcionários de
Investigação Criminal
(ASFIC)
de 2004 a 2010.
Presidente da Comissão
de Apoio às Vítimas de
Crimes desde 2011

A sala torta prejudica a dança

No ano de 1983, Portugal havia sido tomado de assalto pelo caso Dona Branca. Estava em causa uma burla piramidal, algo inédito até essa altura, e depois a criminosa era uma octogenária, com todo o estilo de uma qualquer avozinha, que se tornou numa espécie de instituição parabancária, onde qualquer um podia depositar as suas economias, a troco de juros elevadíssimos, que atingiam quase sempre os dois dígitos.

O Governo e os ministros da Justiça e das Finanças de então, Rui Machete e Hernâni Lopes, bem avisaram que o negócio era suspeito, que aquilo podia ser crime, mas nada parou a ganância de muitos portugueses, que reconheceram ali uma oportunidade de fazer dinheiro fácil, de enriquecerem em poucos meses. Houve necessidade de aprovar legislação específica, pois, este crime e esta forma de atuar, era algo que a lei de então não previa.

Este negócio das arábias durou cerca de ano e meio, tendo a burlona Dona Branca encerrado todos os escritórios no dia 23 de julho de 1984, com a indicação de que a organização entrava de férias - férias eternas porque nunca mais reabriram. Envolvida com a grande maioria dos seus colaboradores corruptos e criminosos, um deles o advogado que «legalizava» as suas ações financeiras, veio a ser detida no dia 08 de outubro de 1984 e colocada preventivamente na, então, Cadeia das Mónicas, em Lisboa. Foi, posteriormente, acusada pelo Ministério Público, juntamente com outros 68 arguidos, por associação criminosa, múltipla prática da emissão de cheques sem cobertura, burla agravada, falsificação e abuso de confiança, tendo sido iniciado o julgamento em 1988 no Tribunal da Boa-Hora, que teve a duração de um ano. No final do julgamento, foi condenada a uma pena de prisão de 10 anos, pelo crime de burla agravada, sendo condenados pelo mesmo crime outros 43 arguidos, enquanto os restantes 24 arguidos foram absolvidos. Alguns dos condenados, entre os quais o seu advogado, haviam saído de Portugal, antes de serem detidos, tendo fugido, essencialmente, para o Brasil.

Por essa altura, estava eu colocado na Secção Central, numa brigada chefiada pelo então Subinspetor Jacinto Amaro. Já à data, a PJ lutava com a escassez de recursos humanos, pelo que o Chefe Amaro decidiu criar uma nova equipa, chefiada pelo Agente de 3.ª classe João Pombo e constituída por dois Agentes Estagiários, eu e o Abel Monteiro, que tínhamos já cumprido o estatutário ano de estágio, mas ainda aguardávamos que o Ministro da Justiça de então, Rui Machete, e o Diretor Nacional da PJ, Marques Vidal, nos dessem posse como Agentes de 3.ª classe.

Dada a juventude deste grupo, o Francisco Chagas e o Reis Moura, velhos Agentes

de 1.ª classe, imediatamente nos apelidaram de «equipa do cartão jovem», em referência ao nome do cartão destinado às camadas mais jovens da sociedade instituído recentemente pelo Ministério da Juventude.

Estava o meu grupo, três «putos» novinhos, eu com 23 anos e os outros dois ligeiramente mais velhos, em pleno exercício de funções com um índice de produtividade muito alto, ao ponto de o Chefe nos querer pôr algum travão, quando um de nós, penso que o Abel Monteiro, recebeu uma «boca», certamente do único «bufo» que tinha, informando que o ex-advogado da Dona Branca, indivíduo condenado à revelia a uma pena de oito anos de prisão, tinha entretanto regressado a Portugal e aberto um escritório na Travessa da Queimada, no Bairro Alto em Lisboa.

Até aquele momento, nunca nenhum de nós três havia sequer ouvido falar daquele indivíduo. Mas todos conhecíamos o caso Dona Branca e, se o senhor se tinha «pirado» para o Brasil com uma pena de oito anos de prisão às costas, é porque havia de ocupar uma posição importante na organização.

Entretanto, para elevar a competência do «bufo», ele não se esqueceu de nos avisar que, se fôssemos ao Tribunal buscar os mandados de captura, o advogado seria imediatamente informado do facto e abandonaria o país o mais rapidamente possível – coisas de que justiça sofre.

Com toda a excitação que o caso gerava, montámos, com todos os cuidados, umas vigilâncias rudimentares num local muito difícil, uma rua estreita, onde não havia qualquer possibilidade de estacionar o carro e onde qualquer movimento errado seria a morte do artista. Contudo, rapidamente constatámos que o quotidiano daquele escritório se resumia a um corrupio de gente pouco recomendável a entrar e a sair a seu bel-prazer, pelo que era muito difícil identificar o nosso alvo sem darmos nas vistas. É bom recordar que, à data, os meios tecnológicos disponíveis para uma operação deste tipo deixavam muito a desejar, de resto, não há como esconder, a condizer com o nível da experiência dos seus operadores.

Assim, face ao deserto de resultados objetivos, havia que fazer uso de uma de duas expressões populares, «atacar a coisa de frente» ou melhor ainda porque mais pujante, «agarrar o touro pelos cornos».

E, por nós os três, foi planeada uma intrincada operação de captura do meliante, assente na indispensável colaboração da Maria de Lurdes, *Milú* para os amigos, a sempre disponível funcionária administrativa do Grupo de Apoio Administrativo e de Tratamento da Informação (GATI) da Secção. Ela telefonava para o referido escritório e, com a sua voz mais sensual, perguntava pelo senhor advogado, dizendo que queria falar com ele. Se a secretária do advogado lhe passasse o telefone, ela desligaria e ligaria de imediato para nós pelo rádio – ao tempo, os telemóveis eram coisa só vista no *Espaço 1999* –, transmitindo-nos a informação, de que o «pássaro» estava na gaiola.

Assim foi. A *Milú* ligou e acertou na *mouche*. O homem estava mesmo lá dentro e

agiu como combinado. Nós, que já estávamos na rua, dois numa ponta e um na outra, de imediato avançámos para o local, quando esbarrámos com o advogado de pasta na mão a tentar sair do escritório. O «pássaro» era sabido. O telefonema, e o facto de a *Milú* ter desligado sem falar, alertou-o e ia apanhar ar para outro lado. Não teve, porém, tempo e foi detido ali mesmo, à porta do seu novo escritório.

No entanto, a «gaiola» encontrava-se bem composta. Eram muitas as pessoas que ali estavam à espera de serem recebidas por tão ilustre espécime. Só que nós os três estávamos com tanta vontade de o deter, que nos esquecemos que entre aquela gente toda estariam, certamente, muitos outros ilustres procurados pela justiça. Quando já fechados no escritório dele, o João Pombo lembrou-se disso. Levantou-se e disse-me: - «Anda comigo ali à sala de espera. Vamos identificar aquela malta toda». Nós os dois bem fomos, mas na dita sala restava a secretária. Todos os outros se haviam posto ao fresco. Fomos à porta espreitar e até a Travessa da Queimada parecia deserta. Só a porta do jornal *A Bola* parecia ter movimento. Quanta inexperiência. Com um pouco mais de calo profissional faríamos mais umas quantas detenções.

De seguida, regressámos à base, ficando o Abel com o advogado detido, enquanto eu e o João Pombo, fomos ao Tribunal da Boa Hora recolher os mandados de captura, para podermos conduzir o homem à cadeia sem mais delongas.

Quando dissemos ao funcionário o que íamos fazer, ou seja, que queríamos os mandados de captura para aquele advogado, o homem riu-se na nossa cara, dizendo-nos que era impossível prendê-lo. Tinham sido muitas as vezes em que PJ e PSP tinham levantado os mandados, mas acabavam sempre por os devolver, depois de os certificarem negativamente. O advogado ganhara a alcunha de *O Sombra*, porque parecia desaparecer na penumbra da noite quando a polícia o procurava. Muitos eram os avistamentos, mas nada parecia resultar.

Perante esta reação do homem do tribunal, o João Pombo teve uma tirada de mestre, respondendo-lhe que a alcunha dele deveria ser *O Avisado*, pois pela sombra dos dias alguém o avisava da presença da polícia e da iminente detenção. Mas agora, acrescentou-lhe, podemos dar-lhe ainda uma outra alcunha, esta muito mais atual e assertiva, *O Lixado com F grande*. Sabe, é que ele já está preso na Gomes Freire. Só precisamos dos mandados para que dê entrada no hotel adjacente à sede da PJ.

Perante a incredulidade dos presentes, lá recebemos os documentos e o «ilustre» advogado deu entrada na zona prisional, para cumprir a pena em que havia sido condenado pelo Tribunal.

O único amargo de boca resultou da falta de experiência que nos levou depressa demais, que nem rapazes gulosos, ao pote do mel. Não fora assim, e a colheita do dia teria bem mais avantajada. Mas, reconhecemos, era muita informação para sistemas operativos ainda pautados por uma certa simplicidade, ou então, voltando a terminologias ao gosto popular, a sala estava demasiado torta para tão fracos dançarinos. Porém, voltemos a reconhecer, o resultado não foi mauzito e ficou a história.

O bufo do chefe

Em 1988, ainda jovem e ainda estagiário, estava na Direção Central de Prevenção Criminal, mais concretamente na Secção Central ou «Externas», como era conhecida na PJ. Uma das várias incumbências da Secção era a realização de rusgas, em locais onde fosse suscetível poderem circular indivíduos procurados pela justiça, ou em locais que pudessem ser frequentados por rapaziada ligado ao submundo do crime.

Por essa altura, a homossexualidade era ainda altamente criticável pela maioria da população, sendo alvo de perseguição e condenação social. Exceto em pequenos círculos das principais cidades, a homossexualidade era uma realidade escondida e não assumida. Poucos eram aqueles e aquelas que assumiam essa condição.

A liderança das «Externas» marcou uma, das muitas rusgas que eram feitas, para um bar/discoteca situado no Bairro Alto, essencialmente vocacionado para a população homossexual masculina.

Este tipo de serviços ou operações, neste tipo de estabelecimentos, não acarretava grandes dificuldades, não resultando dos mesmos grandes perigos para a integridade física da rapaziada, nem dos frequentadores. Era algo constrangedor, principalmente para os clientes que ali se encontravam, principalmente porque, à data, os mesmos temiam que a sua presença pudesse ser tornada pública e conhecida, com todos os problemas que isso lhes poderia criar. As situações mais comuns que se encontravam prendiam-se com a necessidade do cumprimento de alguns pedidos de paradeiro ou de captura de que eram alvos, principalmente alguns dos prostitutas que frequentavam o estabelecimento para tentar uns «engates» visando ganhar algum dinheiro.

Por norma, o planeamento operacional não era difícil, com base no conhecimento do local, normalmente através da planta do mesmo (a Secção tinha plantas atualizadas de todos ou de quase todos os estabelecimentos de diversão noturna da cidade) e da «vistoria» prévia que um elemento da Secção havia feito ao local. Existia assim, o conhecimento exato de todas as entradas e saídas, permitindo que as mesmas, após a nossa entrada, fossem controladas, de maneira que todos quantos estavam no interior do estabelecimento fossem devidamente identificados.

Na rusga atrás referida, o Chefe Duarte Augusto, que com o Chefe Amaro lideravam as operações, destacara dois dos agentes mais encorpados. Dois verdadeiros «armários», o Reis Moura e o César, para ficarem a controlar a porta principal. O resto da rapaziada tinha a missão de identificar todos quantos ali estavam, pedir-lhes os documentos de identificação (ou outra qualquer forma de identificação), e ir ao carro para, através do rádio, chamar o Arquivo Central de Registos e Informações (ACRI), onde o Sapatinha diligentemente verificava a existência de pedidos e mandados relativamente aos nomes fornecidos. Todos os que tivessem pendentes algum pedido de paradeiro ou mandado de detenção, entravam numa das viaturas da PJ para serem conduzidos à Gomes Freire.

Naquela noite, à nossa entrada, um conhecido homem da televisão trocava carí-

cias com um outro cavalheiro. Tratava-se de uma das estrelas em ascensão na sua área, o entretenimento, pessoa com um programa de grande sucesso que semanalmente nos entrava em casa. A sua presença, e naqueles preparos, chamou a atenção da rapaziada de imediato. Nisto, o Chefe Amaro, sempre um *gentleman*, rapidamente tratou de identificar a estrela televisiva e o companheiro apaixonado. Constatando-se que não existia nada pendente sobre nenhum dos dois, deu indicação para que ambos saíssem rapidamente do local. Bem-mandados, levantaram-se de imediato e dirigiram-se à porta de saída. O companheiro foi deixado sair sem problemas. Sendo que o César, com a sua elevada estatura, com o cabelo comprido atrás, quase até aos ombros, e careca à frente, com umas botas de tacão cortado, biqueira fina, e como estávamos no inverno e era noite dentro, com um casaco/sobretudo de cabedal que lhe era muito caro, óculos na ponta do nariz e cigarro na mão (sim, à data fumava-se em todo o lado e a qualquer hora), põe a mão no peito da jovem estrela televisiva e com um ar inteligente, disse-lhe:

« - Ó Pinta, eu conheço-te de algum lado. As nossas vidas já se cruzaram e não deve ter sido por nada de bom que tu fizeste.»

A vedeta nem sabia onde havia de se meter, não apenas pelas palavras que cortavam, mas também pela figura shakespeariana que as proferia.

Criou-se um burburinho, com o César a interrogar em tons ameaçadores a estrela em ascensão, querendo saber de onde se conheciam e porquê. O Chefe Amaro, sempre atento, apercebendo-se do que se estava a passar, chegou de mansinho, chamou o César e, ao ouvido, segredou-lhe o nome do homem e ordenou-lhe que o deixasse sair. De imediato, o César faz um sorriso rasgado e não desarmando, deu-lhe uma palmada nas costas, dizendo-lhe:

«- Bem me parecia que te conhecia de algum lado. "Bufo do Chefe", não é?... Sai lá e não te esqueças de te continuares a portar bem.»

O «manholas» do Reis Moura ria-se a bandeiras despregadas e, rapidamente, contou a todos o que ali se havia passado. O César não fazia a mínima ideia de quem era aquele homem, nem o que ele representava, devendo ser a única pessoa em Portugal nessas condições. A partir daquele dia, aquele *entertainer* passou a ser conhecido entre nós como *o Bufo do Chefe*, coisa que continuava a envaidecer o César que, quando questionado por nós sobre aquele episódio, nos dizia com um largo sorriso e confiante:

«- O gajo pensava que me comia. Tem de comer muito pão para me enganar, coitado.»

Estórias...

Ter de escolher um episódio vivido profissionalmente de uma carreira longa e diversificada, é tarefa demasiado árdua. Assim, procurando ser o mais sucinto possível, ainda que se perca algum do pormenor descritivo, vou discorrendo, deixando-me guiar pela memória, apenas com a preocupação de deixar testemunho sem ultrapassar o espaço concedido.

Começo com uma ocorrência de 1998. Iniciara funções, há poucos dias, na chefia da Inspeção do Funchal. Naturalmente que as novas responsabilidades profissionais constituíam um desafio excitante, mas – ao mesmo tempo – uma experiência de resultado incerto. Estaria à altura da exigência das funções?

Além da investigação criminal propriamente dita, da gestão disciplinar e motivacional dos profissionais daquele Departamento, ganhava relevância a responsabilidade de representar a Polícia Judiciária na Região da Madeira, num contexto de alguma agitação mediática, por causa dos processos de criminalidade sexual contra menores, pendentes de devido esclarecimento.

A somar a esta incerteza, decorria a visita oficial do Presidente Sampaio à Madeira, obrigando a maiores atenções com o protocolo de representação institucional; sucediam-se as receções e as visitas da comitiva presidencial, acompanhada por enorme séquito de jornalistas, regionais e continentais.

Ainda pouco conhecedor da realidade regional, esforçava-me por, rapidamente, absorver as características do meio onde iria exercer durante dois anos.

O frenesim da visita presidencial não ajudava a dispor de tempo para recolher informação interna sobre a pendência processual, as estratégias de resposta a implementar, os recursos disponíveis e o melhor método de os rentabilizar.

Entretanto, ocorre o falecimento do Cardeal Patriarca, D. António Ribeiro, e o Presidente Sampaio regressa ao Continente para participação nas exéquias fúnebres, sendo o programa protocolar suspenso por alguns dias.

São declarados três dias de luto nacional e, por fax, recebo instruções do Diretor Geral, Fernando Negrão, comunicando a necessidade de colocar as bandeiras a meia haste.

Mal o fax chegou à minha secretária de trabalho, procurei dar seguimento expedito, exarando Despacho, desenhando as letras num cursivo recortado, preocupado com a legibilidade da minha grafia, habitualmente de difícil leitura:

"Ao Piquete

Proceda-se em conformidade, hasteando as bandeiras a meia haste;



Carlos Farinha

Na PJ desde 1981,
Perito de Criminalística,
Agente/Inspetor,
Inspetor/Coordenador
de Investigação
Criminal, Coordenador
Superior de IC,
Dirigente e Diretor
Nacional-Adjunto

Cumpra-se, de imediato.”

Concluí com os ademanos apropriados, datando e assinando. De imediato providenciei para que chegasse ao Piquete.

Intimamente, sentia-me satisfeito por ter sido expedito e claro na decisão, orgulhoso da essência e da forma adotadas.

Porém, pouco depois, o chefe de Piquete bate a porta do meu Gabinete com o fax na mão. Era um dos veteranos da PJ ali colocados, o Agente Fernandes que, com calma olímpica, me disse:

– Lamento, mas não podemos cumprir o que determinou...

– Mas não podem porquê? - perguntei, meio abespinhado e a adivinhar aparente resistência ou, até, insubordinação...

– Não podemos, porque o edifício não tem mastros... temos bandeiras, mas não temos onde as colocar...

Com efeito, por querela antiga com o Tribunal do Funchal, a Inspeção da Polícia Judiciária não dispunha de mastros próprios, contrariamente ao que sucedia em todas as unidades onde anteriormente eu tinha estado colocado...

Ou seja, por desconhecimento das circunstâncias, o meu despacho era inexecutível; em lugar de imagem de eficiência pretendida, tinha evidenciado a inexperiência...

Um mês depois, com o apoio e autorização da Camara Municipal do Funchal, foram erguidos, no passeio fronteiro à entrada principal das instalações da PJ, três mastros luzidios, pintados de branco alvo, novinhos em folha e disponíveis para hastearem as bandeiras representativas, como é de lei em todos os edifícios públicos.

Cerca de um ano antes, ainda a PJ debutava em Leiria, ocorreu um episódio simples, ainda assim, com a carga humanista suficiente para marcar quem o viveu. A novel inspeção contava ainda poucos dias de existência, após uma transferência, mais ou menos conturbada, de Tomar para a cidade do Liz.

As novas instalações, espaçosas e modernas, promoviam uma mudança coletiva de hábitos. Era agora possível a partilha informal de informação nos espaços comuns, mais amplos e arejados, no refeitório ou na sala de reuniões. Tomava-se assim o gosto de discutir as notícias de crime ou as participações recentes.

Naquela manhã, Vítor B. trouxera uma novidade: deparara-se na véspera, ao final do dia, na praia de Pedrógão, ali tão perto, com uma mulher jovem acompanhada de duas crianças, buscando alojamento temporário. A situação nada de especial teria, não fosse estarmos no final do Outono, tempo pouco propício a férias balneares. E para Vítor B, na sua sensibilidade policial, algo de estranho estaria na base da situação, que deveria ser investigado.

Alguns colegas zombaram, achando excessiva a interpretação e aconselhando Vítor a ser mais comedido.

Na mesma manhã, porém, junto com o restante expediente postal, sobressaiu uma

missiva subscrita por um presidente de câmara, de concelho do interior, próximo de Leiria.

Relatava sumariamente que uma funcionária autárquica deixara de ser vista, na sequência de uma discussão familiar, tendo desaparecido com duas crianças menores, seus filhos.

O autarca assinalava a situação como sendo de risco, por tendência depressiva da jovem mãe, solicitando o empenhamento da Polícia Judiciária na sua localização. Aproveitava para desejar os melhores sucessos ao recém-criado Departamento da Polícia Judiciária.

Rapidamente, o caso foi associado à conversa matinal do colega. Embora pudesse não configurar crime da competência da Polícia Judiciária, era importante intervir no plano social e, prevenindo males maiores, contribuir para pacificar a situação. A meio da tarde, a mãe e as crianças foram localizadas, confirmando-se a história. Apesar do constrangimento inicial, o diálogo foi tranquilo, como se estivessem, ansiosamente, à espera de oportunidade para arrepiar caminho.

Mediou-se o contacto com os familiares, promovendo-se o apoio psicológico possível, no reequilíbrio da contenda, que teria estado na base da discussão e da «fuga».

Por comum acordo, organizou-se logisticamente o regresso a casa, garantindo que ocorresse sem dificuldades ou conflitos; enfim, cumpriu-se uma tarefa de prevenção social.

Dois meses depois, pouco antes do Natal, a sensação de dever cumprido acentuou-se, ao recebermos um postal, singelo e com uma caligrafia pouco firme, agradecendo a nossa intervenção e fazendo votos para que também tivéssemos uma boa consoada em família...

«...tão feliz como a família que ajudaram a reunir».

E afinal tinha sido fácil, bastara uma conversa por acaso...

Histórias sem tempo, que deixam quase sempre a assinatura em quem as viveu, e quem leve alguns anos de desempenho profissional na PJ certamente coleciona já algumas dessas assinaturas, como a lição de Pedro, que poderia ser José, Miguel... para o efeito tanto faz.

Era um jovem dependente de heroína que, para poder manter o vício começou a traficar o produto que consumia. Comprava pequenas quantidades de droga, adulterava-a para aumentar a quantidade e depois vendia-a dividida em doses individuais. O seu objetivo era um: garantir o pó milagroso quando chegasse a hora. E, bem o sabia, ela chegaria.

A PJ atuou, e rapidamente passou a conhecer o rapaz, a degradação física e de aparência que patenteava e, numa outra perspetiva, as suas rotinas. O andrajoso e esquelético Pedro foi detido e presente a tribunal, como é de lei. Entendeu o Juiz que deveria aguardar o julgamento em liberdade, mas admoestou-o e repreendeu-o, instando-o a aproveitar a sua juventude para alterar a conduta que vinha protagonizando.

O processo seguiu a sua tramitação e, alguns meses depois, foi marcado julgamen-

to. Convocados para comparecerem em audiência, os investigadores da PJ que tinham participado na investigação e na detenção, depararam-se com um Pedro diferente, com bom aspeto, menos magro, vestido com aprumo, cabelos alinhados e uma expressão de responsabilidade tranquila. Trocámos cumprimentos e não evitei perguntar:

– Então Pedro, tudo bem?

– Estou bem, deixei a droga... olhe, arranjei uma namorada, fiz dela a minha heroína... – Respondeu, sublinhando com sorriso e um brilhozinho nos olhos o duplo sentido com que empregava a expressão «heroína»...

São fins felizes como este que nos preenchem, que nos enchem o peito com aquilo a que comumente se chama satisfação plena do dever cumprido.

Ainda que arriscando ultrapassar um pouco o limite do espaço estabelecido, e já estou a contar caracteres, não posso terminar sem deixar o registo de um dos grandes e mais pungentes exemplos que presenciei do que é olhar em frente, para o futuro, para o nós em detrimento do eu, sem peias nem ameias, contra ventos e marés... e até, não obstante, os incêndios.

O ano de 2003 viu surgirem chamas em toda a região centro, transformando em negro a paisagem verdejante, anteriormente tranquila pela calma do interior, pelo calor daquele verão e pela crescente desertificação.

Era tempo de uma paisagem marcada por um combate sem tréguas, com nuvens de fumo, sirenes, mangueiras e bombeiros serra acima, meios aéreos aplicando calda retardadora e muita, muita atenção mediática, social e política.

Mais discreta, a resposta da PJ desdobrava-se na investigação rápida de situações, procurando destrinçar entre evidências de dolo e ausência de elementos indiciários. Era urgente conseguir resultados, no domínio da identificação de presumíveis autores, que contribuíssem para alguma eficácia preventiva e sobretudo para tentar, com iniciativas de detenção certas, neutralizar os incendiários, em parte, mimeticamente ativados por todo o dramatismo que os fogos florestais acarretam e que a comunicação social amplifica.

Na sala de apoio, sobre um mapa de toda a zona centro, verticalmente colado na parede, inseriam-se pioneses coloridos, numa distribuição dos pontos de início conhecidos, das investigações em curso.

Os olhos avermelhados da maioria dos investigadores demonstravam as suas deambulações pelo terreno, colhendo informação no contacto com as comunidades rurais, no diz-que-diz que fervilhava, procurando explicações, mas, sobretudo, suspeições. Contudo, pisar terra queimada, em sentido literal, não é o melhor dos cenários com que um polícia de investigação criminal possa sonhar.

Com o aproximar do final do verão, o arrefecimento progressivo da meteorologia anunciava a disponibilidade para reduzir a cadênciã e voltar aos casos pouco ou deficientemente investigados.

Revisitava-se, nessa tarde de fins de setembro, um dos últimos incêndios da época,

ocorrido junto à, até então, frondosa praia fluvial da Fróia; dois investigadores da PJ e dois guardas florestais, olhavam a encosta ardida, quase até ao curso de água, procurando perceber onde fora o ponto exato de início e como ocorrera a progressão do incêndio.

Trocavam opiniões técnicas sobre inclinações do terreno e ventos dominantes quando, na parte baixa do terreno queimado, junto à ribeira, avistaram - ao longe - a silhueta de um idoso, curvado sobre si próprio, em passada lenta na terra ardida.

De vez em quando tirava algo dos bolsos e agachava-se, tocando a terra com as mãos, parecendo quase estar num ritual religioso...

As atenções centraram-se na vetusta figura, e os quatro procuraram adivinhar o que faria ali o idoso, divergindo entre o colocar armadilhas para os pardais ou plantar qualquer coisa.

– Olha, vem para cá; é o Ti João Boiça – disse um.

E de facto, o velhote, terminada a tarefa desconhecida, subiu a encosta pelo carreiro, aproximando-se do grupo.

Com amistosa expressão deu as saudações. - Boa tarde, Ti João - respondeu o guarda florestal que o reconheceu.

– Estamos curiosos, diga lá o que andava a fazer ali em baixo? - disparou o outro.

– Andava a plantar castanheiros, a terra está solta e as primeiras chuvas não tardam...

– Castanheiros? Mas você, com essa idade, não vai ter tempo de os ver crescer - atirou-lhe um dos «PJs».

– Pois não – concordou –, mas não são para mim, são para os meus netos e para os netos dos meus netos...

Apesar das suas competências e conhecimentos, deveria ser aquele o sentido do seu esforço diário, em que se empenhavam, combatendo, através da investigação criminal, as condutas que destruíam pelo fogo o meio ambiente de todos, além de sancionar comportamentos, afinal, era preciso repor e preservar a natureza, para os que nos possam suceder...

A explicação pronta do ancião envergonhou quem manifestara falta de perspetiva de futuro, quiçá obliterados na canseira da rotina diária e da realidade imediata...

Mas valeu a pena...



Carlos Nunes Gomes⁵

Agente, Inspector/
Coordenador de
Investigação Criminal,
Coordenador Superior
de IC e Dirigente,
ao serviço entre
1981 e 2014

A Polícia Judiciária na cama da Amália

Poucos saberão que em meados da década de oitenta do século XX, a divinal Amália Rodrigues foi a protagonista de uma investigação, insólita e pitoresca, levada a cabo na 13.ª Secção da Directoria de Lisboa. Esta secção foi montada ao tempo para dar resposta à gigantesca onda de furto em residências, que se verificava como consequência do aumento descontrolado do consumo e do tráfico de estupefacientes, principalmente de heroína, embora a história nada tenha a ver com este fenómeno.

Aqui fica, com a fidelidade que a memória permite ao fim de tantos anos, o resumo dessa inesquecível investigação.

A meio da tarde tocou o telefone. Do outro lado da linha uma voz feminina a dizer que era da parte da dona Amália, por causa de um postal que tinha recebido para prestar declarações. Na altura não existiam os actuais meios de comunicação e as pessoas eram convocadas por postais dos CTT. Pedi que me lesse o número do processo que constava do postal, vasculhei no monte que estava em cima da secretária, constatei que a Amália não tinha comparecido e que já era a segunda vez que faltava.

Explicações de um lado, e esclarecimento do outro, e a certa altura da conversa, a interlocutora perguntou-me:

– O senhor não percebeu quem é a dona Amália, pois não?

– Eu não, devia ter percebido? É alguém importante?

– É a dona Amália, a fadista.

– Não me diga! Não me apercebi não, no meio de tanta papelada não associei o nome à pessoa. Mas diga-me lá, em que posso ajudar?

– É que a dona Amália está adoentada e pede se o senhor a pode vir ouvir cá a casa. Ela não tem andado lá muito bem.

– Pode ser com certeza, combinamos já uma data.

E assim aconteceu. Ultrapassadas as dificuldades no acerto de agendas que me fizeram desconfiar da doença, lá ficou a inquirição marcada para uns dias depois na casa da dona Amália. Claro que fiquei curioso e fui de imediato ler os autos para me inteirar do caso que tinha em mãos, coisa que ainda não tinha feito. O auto de notícia da PSP referia terem sido chamados a casa da queixosa, de madrugada, por ali ter sido encontrado um indivíduo, estranho à família, a dormir num dos quartos da residência. Veio-me ao rosto o primeiro de muitos sorrisos que esta história me provocou até hoje. Um estranho a dormir numa cama da nossa casa, sem ser convidado, não é coisa que se veja todos os dias.

5. Nota do editor:
Por vontade do autor, este
texto não segue a grafia do
novo Acordo Ortográfico.

Na data acordada, bem aperaltado como era meu uso, meti-me no 20, eléctrico que na altura ligava a Gomes Freire ao Cais do Sodré e tinha paragem na Rua de São Bento, mesmo à porta do meu destino. Toquei à campainha e fui recebido por uma senhora simpática que me conduziu a um salão espaçoso e bem decorado do primeiro andar, a dar para a Rua de São Bento, onde fiquei a aguardar. Um magnífico retrato da Amália dominava por completo aquele ambiente e captou a minha atenção. Que beleza de pintura. Não sei quanto tempo depois, uma outra senhora, muitas mulheres havia naquela casa, assomou à sala e perguntou:

– A dona Amália manda perguntar se não se importa de falar com ela no quarto?

Eh pá, esta agora. Os meus trinta e poucos anos arrepiaram-se, mas serviço é serviço. Entrei por ali adentro e fui desaguar num quarto onde a Amália se encontrava, deitada na cama, acompanhada por outras senhoras que, posteriormente, soube serem suas colaboradoras em diversas funções.

À minha entrada exclamou com ar brejeiro:

– São todos assim lá na Polícia? Se calhar fizemos mal em não ir lá!!!!!! - Arrancando sorrisos e gargalhadas das presentes. - Olhe, sente-se aqui na cama ao pé de mim e faça lá as suas perguntas.

Cumprimentei a dona Amália e as demais, interessei-me pela sua saúde, se estava melhor, que não era incómodo nenhum ir lá a casa, enfim, um pouco de conversa de circunstância. Depois sentei-me na cama, puxei da papelada e perguntei:

– Então, o que é que se passou?

A resposta veio em catadupa, todas desataram a falar ao mesmo tempo até que eu disse:

– Vamos começar do princípio. Cada uma conta a sua parte.

– Olha, começa tu – disse a Amália - dirigindo-se a uma das presentes – Tu é que deste pela coisa.

– Muito bem! - disse a visada - Eu vou contar. Aí pelas 5h30 da manhã, quando me levantei, passei no corredor e de um quarto alguém perguntou as horas. São cinco e meia, respondi. Quando cheguei mais adiante gelaram-se-me as pernas e apertou-se-me o coração. Naquele quarto não era suposto estar ninguém, o que raio fazia um homem ali? Fui depressa acordar a dona Amália e as outras.

– Exactamente! – prosseguiu a dona Amália – Um homem? perguntei eu. Vamos lá espreitar. Fomos devagar pelo corredor e lá estava ele. Deitado na cama a dormir, as calças penduradas na cadeira, os sapatos debaixo. Lá arrumado era ele. Não fizemos barulho e chamámos a Polícia, que o levou. O rapaz parecia apalermado e estava assustado, era ainda um menino. O senhor agente já falou com ele?

– Já. Já falei e ele está muito envergonhado do que se passou.

– Conte, conte lá, até para a gente ficar descansada.

– Está bem! – disse eu – É uma coisa simples e podem ficar descansadas. O rapaz foi

com uns amigos jantar à Casa do Alentejo. Ele não pode beber, mas naquela noite pensou que só um copito não faria mal. Ficou desorientado e ao passar aqui para sua casa, subiu por um caixote do lixo e trepou à varanda que estava aberta. Depois encontrou o quarto e deitou-se. O resto já sabem. Ele acaba por ser um bom moço e trabalha num hotel de luxo aqui da cidade. Podem ficar descansadas.

– Pois foi. Nessa noite a televisão esteve cá e passaram os fios pela porta da varanda e deve ter ficado aberta. - Acrescentou alguém.

Feito o auto, demorei mais um pouco na conversa. O serviço da Polícia Judiciária provoca sempre esta curiosidade e o ambiente era de facto muito descontraído.

Levantei-me, fiz as despedidas e já à saída do quarto oiço a dona Amália:

– Ó senhor Agente, o rapaz será bom moço e trabalhador, mas não deve ser muito apurado da cabeça!

– Porque diz isso?

– Então o gajo com tanta mulher cá em casa foi-se deitar sozinho?

Despedi-me daquele adorável convívio com a certeza de levar no bolso uma história para contar aos meus netos.

Não se entrava para a Polícia, ia-se entrando

Tomando o testemunho dos mais antigos que acumulavam décadas de saber-fazer de uma profissão que se desejou sofisticada, mas que requer todo o engenho da vida. Com o tempo, distendiam-se as desconfianças entre os recém-chegados e os que pertenciam à Casa, sujeitos que éramos, dias a fio, a quotidianos irregulares e experiências invulgares. Os dias exigiam elasticidade das horas. A corrente dos afazeres dispersava-nos entre urgências, ao ritmo dos alvos. A riqueza variada de percursos individuais potenciava uma operacionalidade menos erudita, mas muitíssimo eficaz, uns compensando os outros. O espírito e entrega contribuía para lidar com a exposta fragilidade humana com que nos deparávamos. Algumas circunstâncias ecoavam em nós, ainda muito tempo volvido. Seriam eternizadas, de noite, nas escalas de serviço de piquete. Também se partilhava o rocambolesco de abordagens mais musculadas ou a criatividade e agilidade de alguns, inspiradora para os restantes e verdadeiro património imaterial.

Vivíamos, inicialmente, com indisfarçável apetite, a investigação colorida da época. Em prédios dispersos que não dormiam, ondas rádio irrequietas, agentes entrincheirados nas viaturas e cassetes áudio por virar, num torreão com insónias.

Era a vida real a acontecer. Crua como os cadáveres gizando na noite, dorida como as mulheres violadas, matreira como uma burla engenhosa ou falsificada como um cheque trapaceiro. Bancos corridos de madeira amparavam, na curva dos corredores, o visitante. Havia sempre gente a pé. As luzes do 174 raramente se apagavam. Nas salas em aquário, por alojarem a chefia ao meio, circundada por duas salas com separadores de vidro, escutavam-se relatos, mais ou menos emotivos. Discutia-se. Por vezes, acesamente. Fumava-se. Muito. Sem qualquer pudor. Os piquetes não dormiam. Uma banquetta comprida de napa preta, estreita, acolhida sob um mapa enorme da cidade de Lisboa, cochilares ligeiros pautados pelas estridentes comunicações rádio. Pediam-se antecedentes, respondiam-se leituras de fichas, ainda manuais.

As primeiras mulheres desarrumaram a ordem instalada das camaratas, impondo a evidência de um quarto exclusivo, equipado de um beliche (suficiente, na altura) e de uma cabine de duche que não deixava margem para circulação. Nalguns departamentos, descansava-se o turno entre dossiers e em camas militares, absolutamente curtas para os colegas-homens da altura. Um balcão de atendimento obrigava os mais baixos a empoleirarem-se. Os telefones tocavam incessantemente, carentes. As noites no departamento de combate ao tráfico de estupefacientes eram interrompidas pelos testes rápidos a droga



Cristina Curto

Agente/Inspetora desde 1994, atualmente na Unidade de Informação Criminal – Brigada de Análise de Informação

apreendida ou por chamadas do aeroporto. No *piquete Lima*⁶, ia-se ao portão azul atender alguma ocorrência urgente.

De dia, uma colmeia laboriosa em permanente atividade, assegurava uma polícia viva e enérgica, ritmada pela batida metálica das máquinas de escrever nos escritórios triplicados, alternados de papel químico. O fervor burocrático sustinha-se apenas quando ocorriam erros inconvenientes de digitação, logo corrigidos com uma tira de *radex*, previamente requisitada ao economato, cujo escrutínio era draconiano; exigia o centímetro e meio de lápis gasto, em troca de um novo. À falta de *radex*, um simples «digo», resolvia o lapso, antes de «trancar» o auto, i.e., finalizá-lo. Cosiam-se os processos com agulha e linha, assegurando assim a sua inviolabilidade.

Chegado o fim do mês, carreiras de formigas-agentes rumavam ao balcão da contabilidade onde um livro pautado, de capa dura preta e cantos protegidos a linho, indicava por departamento e ordem alfabética o valor dos honorários, a receber em numerário. No pequeno átrio, não comportando todos, formava-se uma fila em que se punha a conversa em dia e se cobiçavam as ajudas de custo dos notívagos das *Bases Mike e Delta*⁷.

A bomba de gasolina do pátio do edifício, hoje dito «histórico», acionada por manivela, alimentava um parque automóvel em tetrís caótico. Retirar de lá um carro testava a paciência de qualquer um, normalmente a do estagiário ainda não dignificado em agente. Colegas mais antigas passaram novo exame de condução, a fim de comprovar perante a chefia, a confiança merecida na condução das viaturas do Estado.

Entregavam-se objetos apreendidos, num guiché no topo da rampa, com guias de depósito extensas e sofridas, após longa argumentação com o colega que as recebia, numa discordância insana sobre as diversas tonalidades do encarnado ou da descrição dos metais apreendidos, amarelos, mas que se presumiam ser ouro.

As chefias eram seriamente respeitadas, cumprimentos devidos, vénias exigidas. Não sou do tempo em que um chefe, levando o dever de zelo ao limite, distribuía folhas de papel higiénico. Mas senti o desafio da feminilidade numa profissão masculina que arrumava as raparigas, ainda poucas, no pitoresco mais do que no profissionalismo. Em larga minoria, eram vistas com paternalismo. As primeiras fizeram muito por todas as outras, elevando o respeito e provando a competência. Ser mãe na altura, era mais difícil ainda. Só uma rede familiar sustentava a assiduidade. Estudar não era ainda comum, e não sempre bem aceite, sobretudo pela hierarquia cujo posto tremia de antecipação, não fossem os novos desafiar os antigos. O que não poderia acontecer porque o saber dos antigos não vem nos livros, é o resultado de experiências acumuladas, passadas de geração em geração. O verdadeiro conhecimento da vida.

Em 1993, a minha faculdade ficara em suspenso. Poderia sempre acabar mais tarde, pensei. Já o concurso para a polícia, que se arrastava há cerca de dois anos, dificilmente me aconteceria de novo, apesar dos meus 24 anos. Tudo tem o seu tempo. A polícia nunca foi, para mim, um sonho infantil de realização. Preenchi o papel de candidatura, azul de 25

6. Alfabeto fonético:
Lima - L de Lisboa.

7. Alfabeto fonético:
Mike - M de Malhoa;
Delta - D de Duque de Loulé.

linhas, sentada no pequeno lance de escadas do Largo Andaluz, no último dia admissível, literalmente em cima dos joelhos, sob o olhar reprovador de quem o recebia sem grande convicção. Colei os selos fiscais. Não pensei muito seriamente no assunto. A prova escrita, na cidade universitária, surpreendeu-me pela afluência. A chamada, por ordem alfabética, foi demorada. Constatei, ali mesmo, pertencer à geração das Anabela, Cristina, Maria João e dos António, Manuel... Ainda hoje, por graça, se realiza um almoço, anual de «Cristinas» da Casa, apenas suspenso devido à pandemia. Fui passando as restantes provas. Saída a classificação final, o destino tornou-se concreto.

A escola, que uma ilustre visita adjetivou de *coquette*, era um espaço moderno, disciplinado que intuía a exigência e dedicação. Não me saí mal. Vinha da faculdade. Uma vantagem, considerados os métodos de avaliação. O tempo salientaria os mais capazes, muito além do saber académico. Os que têm a genuína destreza para a profissão. Terminámos 11 miúdas e 58 rapazes. Uma fornada diversificada, como era saudável. Só mais tarde compreendi o sacrifício de alguns, que já tinham família e profissões em suspenso, ou que vinham de longe, por vezes acumulando as duas dificuldades. Um colega madeirense, só foi a casa no Natal. A verba não permitia mais. O curso teve a gestação de nove meses.

O estágio foi alvo de experimentação diversa, ao longo do tempo. O meu, teve um agente experiente, pouco expansivo, tolerante. A primeira lição foi a «visita ao armário». Um mono gigante de ferro cinzento onde se empilhavam, ordeiramente, os modelos homologados de expediente: mandados, autos e restantes familiares burocráticos. Fomos bem-ensinados. Casos reais, previamente filtrados. Clínica geral. Marcou-me um crime de violação, entre marido e mulher. Num contentor. Procedeu-se a uma acareação. Mexeu-me com as tripas. O marido a dada altura soltou: «Se não é p'ra mim, não é p'ra ninguém». Escreve, ditou o orientador de estágio. E eu escrevi, trémula, mas disciplinada.

A segunda parte do estágio aconteceu-me «na droga». Uma escola. Um edifício estreito, onde estivera instalada a antiga embaixada americana. As salas dos inspetores - atuais coordenadores - ficavam na esquina do edifício. Espaçosas, luminosas. Tremiam quando passava um autocarro. Apareci no primeiro dia, com os meus colegas Isabel, David e Teresa. Fomos recebidos pelo Diretor da altura, que assumiu que o único rapaz tinha sido o melhor classificado. Não tinha. Quando fui apresentada à brigada, um colega olhou-me de alto a baixo. Vestia saia e casaco (tinha-nos sido recomendado que nos apresentássemos de forma cuidada). Estava absolutamente desenquadrada. Acusando o toque, fui num despacho trocar de roupa à hora do almoço. Morava em Lisboa, ao contrário de muitos, deslocados e longe dos seus e das suas referências. Quando me apresentei à tarde, fui brindada com um desprezível: «Então é um fato para de manhã e outro para a tarde?!». Ainda bem que mudei de roupa. Só voltei a casa, três dias depois. O meu cacifo passou a ter um «kit sobrevivência», sempre pronto. Não ter rotina alguma era desestabilizante e aliciante ao mesmo tempo. Sentia a vida a passar por mim. Descobri-me. Pensava-me vocacionada para o crime económico. Acabou por nunca acontecer. Desenvolvi algumas competências práticas que

pensava não ter. Identifiquei e aceitei limitações. Várias.

Aprendi a importância da escuta e do trabalho rigoroso sem atalhos, da prioridade do coletivo, dos ensinamentos que a diversidade oferece. Vi as cores que a vida pode ter, declinadas em vários tons de cinzento. Não é um longo rio tranquilo.

Quando as torres gêmeas caíram, já tinha um computador. Assisti ao desmoronamento da segunda, em direto. Um marco na vida de todos os adultos. A primeira vez que senti o descolamento de gerações, foi justamente ao citar o 11 de Setembro. Para os mais novos, já não é uma referência. Afinal, teriam pouco mais de 5 anos. Sabem o que é, ignorando que sofrem ainda o seu impacto.

Estive colocada três anos na «Brigada de Desaparecidos». Uma má experiência que desfez a minha ideia ingénuo de serviço social. Não se consegue mudar o mundo. Pais ausentes, ambientes difíceis, mães só com mãos honestas ásperas da lixívia, lares indignos, anciãos desamparados, adolescentes rebeldes e estruturas institucionais frágeis e pouco articuladas.

Uma das investigações começou com a participação de desaparecimento de uma idosa, da sua casa de Sete Rios. Facultou-nos o acesso à morada, o proprietário, um general. Um senhor general, digo. Tudo indicava que o neto a poderia ter morto. O caso seguiu para os homicídios. Noutra «ocorrência», uma empregada doméstica de uma embaixada no Restelo ausentara-se para parte incerta sem o passaporte filipino, retido com natural arrogância pelo chefe da segurança da embaixada. Histórias, de que os mundos são feitos e, apenas pontualmente, se alinhavam connosco.

O universo da informação passou, em 2004, a ser o meu. O *bug* do ano 2000, verdadeiro stresse tecnológico, ultrapassado, democratizou-se a informática. Simultaneamente, os concursos de entrada ficaram suspensos, durante anos. Os mais velhos foram empurrados para a reforma. O trabalho tornou-se mais sofisticado. Os corredores novos, anónimos e silenciosos. O piquete comum contribuiu para que alguns que dificilmente se cruzariam, soubessem da existência uns dos outros. As famílias modernas também são um pouco assim. Compostas. Afastadas, mas à distância do computador ou do telemóvel. Não menos família por isso.

É por isso dever dos antigos passar o testemunho, a experiência e a memória coletiva. Sem desânimo excessivo, com a tolerância que outros tiveram connosco.

É dever dos mais novos acolherem essa herança, descartando o obsoleto, injetando-a de saber-saber e saber-fazer novos. O futuro é deles. Mas sem renegar a identidade atual, madura e resiliente, apesar de menos vigorosa. Pois é ela que nos define a todos. Traz consigo muitas horas não dormidas, aniversários não celebrados, riscos, aflições, frustrações, inspiração, altruísmo, aprendizagem e conhecimento. Merece a preservação.

E os portugueses, também.

De psicóloga a psicóloga forense: os casos que levaram ao uso da técnica do *profiling* criminal

Ser psicóloga forense na Polícia Judiciária, mais propriamente no Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, tem sido um caminho de aprendizagem, construção, numa tentativa de obter respostas práticas baseadas na evidência científica. Neste meu caminho, muito contaram alguns casos que me marcaram como pessoa e como profissional.

O primeiro caso ocorreu em 1993, e ficou conhecido como «Estripador de Lisboa». Há pouco tempo na Instituição, sem experiência no estudo do comportamento criminal e sem nunca ter visto uma pessoa morta, este caso foi marcante porque me permitiu perceber um pouco como era o trabalho desenvolvido pelos polícias de investigação criminal, o que era um homicídio em série e... responder à minha questão interior: «O que podia fazer uma psicóloga, acabada de sair da faculdade, no meio desta situação tão complexa.» Assim, num dia do mês de fevereiro de 1993, o Diretor do, então, Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais (INPCC), Dr. Ferreira Antunes, falou comigo e explicou-me que estava a ser investigado um caso muito raro, e que a colaboração de um psicólogo poderia ajudar.

Nessa mesma tarde, estava dentro de um carro, com dois agentes do FBI, que estavam cá para colaborar na investigação do caso. Na semana seguinte, participei numa ação de formação com o FBI sobre a temática dos crimes em série. Um mês depois, fui recebida na equipa de investigação do caso (uma equipa de análise de informação que foi criada para o efeito), com secretária de trabalho e tudo... Três pessoas que não posso deixar de mencionar: o Dr. Ferreira Leite, que coordenava a equipa e que sempre me integrou nas atividades, o Agente/Inspetor Félix da Silva e o Subinspetor/Inspetor-chefe Mário Rodrigues, que me ajudaram a perceber o processo de investigação criminal em casos de homicídio, organizar a informação associada e aplicar alguns dos conhecimentos sobre a área comportamental obtida na formação do FBI.

Perante esta situação e oportunidade, aprendi qual poderia ser o caminho a fim de estudar o comportamento criminal como forma de contribuir para a formação dos profissionais de investigação criminal. Numa sala do edifício da atual Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo foram colados nas paredes cronogramas (um *brown paper*) dos crimes e pastas e documentos enchem as secretarias de trabalho. A análise desta informação era discutida pelos elementos da equipa, a qual fui integrando progressivamente.

Foram efetuadas entrevistas a psiquiatras sobre a relação entre a doença mental e comportamentos de esvisceramento e homicídio; analisámos os programas de televisão associados aos momentos dos crimes; foram analisadas informação sobre uma série de



Cristina Soeiro

Na PJ desde 1990,
Psicóloga Forense
no Instituto de Polícia
Judiciária e Ciências
Criminais

suspeitos. Enfim... foi muito maior a minha aprendizagem do que o meu contributo para a análise daquele processo.

Ponto importante, em novembro de 1993, após o estudo aprofundado sobre a dinâmica dos indivíduos que cometem crimes em série, escrevi o primeiro relatório de perfil... rudimentar... mas para mim fundamental como guia, visando definir o tipo de trabalho que um psicólogo pode fazer numa instituição especial como o é a Polícia Judiciária.

O «Estripador de Lisboa» foi, para mim, o ponto de partida para o desenvolvimento de conhecimento sobre o funcionamento da Instituição e do tipo de trabalho realizado pelos seus profissionais e, naturalmente, a ponte com a área da Psicologia.

Em 1998, surgiu um novo desafio para a aplicação da técnica dos perfis criminais. O INPCC recebeu um primeiro pedido formal para a elaboração do perfil criminal relativo ao abuso sexual de crianças. O pedido chegou sobre a forma de um ofício, emitido pelo Departamento da Polícia Judiciária da Madeira, e tinha como objetivo o estudo dos casos de abuso sexual de crianças que estavam a acontecer no Funchal, envolvendo crianças da cidade e alguns turistas como agressores.

Foram estudados 16 dos casos de abuso sexual de crianças investigados por este Departamento. A aplicação da técnica forense dos perfis criminais teve aqui um novo desenvolvimento, porquanto envolveu a elaboração de uma base de dados com informação dos casos, recorrendo às variáveis explicativas deste tipo de crime. Este trabalho constituiu o ensaio para aplicação futura da técnica dos perfis criminais.

Foi nesta altura que tive o primeiro contacto com o crime de abuso sexual de crianças e com a complexidade que envolve a investigação criminal neste tipo de crime; foi no Departamento da Madeira que tomei contacto com a primeira sala de inquirição de vítimas deste tipo de crime, elaborada pelo coordenador responsável de então, o Dr. Carlos Farinha. Deste projeto de trabalho resultou a possibilidade de definir uma metodologia para a elaboração dos perfis criminais e perceber como o comportamento dos agressores condiciona o comportamento das vítimas, determinando a importância de ter salas para a recolha da prova testemunhal, assim como o uso de técnicas de entrevista apropriadas. A definição da Psicologia, como uma ferramenta que pode ser utilizada no trabalho de polícia de investigação criminal, começou a tomar forma.

Em 2006, os crimes associados ao «Cabo Costa» constituíram o terceiro contexto criminal com impacto na aplicação da Psicologia ao trabalho de polícia, e de forma mais específica na aplicação da técnica dos perfis criminais ao homicídio em série. O contacto efetuado pela direção da Diretoria do Centro (Dr. Pedro do Carmo e Dr. Almeida Rodrigues), sediada em Coimbra, permitiu perceber que os crimes em investigação poderiam estar relacionados entre si.

Foram analisadas as informações de cada um dos casos e discutidos os resultados das informações recolhidas, que levaram à identificação de alguns suspeitos por parte da equipa de investigação criminal. Foi possível, com a informação que foi enviada para Gabinete de

Psicologia e seleção do então Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, elaborar um perfil criminal com as principais características psicológicas e comportamentais do possível agressor. Um conjunto representativo de características encaixava num dos suspeitos, o «Cabo Costa». O dia em que foram efetuadas buscas numa casa da pertença do então suspeito, constituiu um momento importante para a compreensão de como uma ferramenta, como os perfis criminais, pode ser utilizada como uma fonte de informação e suporte que pode ajudar em algumas decisões a tomar pela investigação criminal.

Estes foram apenas alguns dos casos em que tive a oportunidade de trabalhar como psicóloga forense, mas, seguramente, os mais marcantes como momentos de aprendizagem que permitiram a minha integração na Instituição onde trabalho. Marcaram, por isso, a minha história de vida profissional e também pessoal pela experiência técnica e científica, mas também pelas pessoas com que contactei e com quem aprendi.



Experiências novas

Dentro da vertente profissional, orgulho-me de ter sido a responsável pela reestruturação e organização do Arquivo e da Biblioteca da Diretoria de Coimbra, pela informatização da Biblioteca e pela criação de um pequeno Núcleo Museológico instalado na Diretoria.

Como era responsável pelo Arquivo e pelos objetos apreendidos, senti a necessidade de criar e pôr em funcionamento um «Regulamento do Arquivo da Diretoria de Coimbra» e um «Regulamento dos Objetos Apreendidos», (fui pioneira, não existia nenhum a nível nacional), tendo sido muito gratificante verificar as mais-valias que daí advieram para o bom funcionamento daqueles serviços e da própria Diretoria.

Outra experiência muito enriquecedora, foi a minha colaboração e participação na elaboração do «Catálogo Dossier» de objetos de arte, para a salvaguarda do património cultural móvel, por parte do atual Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

Atividades extraprofissionais:

No Natal de 1990, decidi envolver-me num projeto novo e audacioso, mas que resultou em pleno e de uma forma muito gratificante para todos.

Com a ajuda de dois amigos, não funcionários da PJ (um músico e um técnico de som) e ainda com a colaboração de alguns colegas que tinham filhos pequenos e que se disponibilizaram para participar, organizei a «Festa de Natal das Crianças», com a prata da casa, sem recorrer a animadores externos.

Escolhi algumas canções de Natal e uns poemas, e mãos à obra para ensaiar um grupo de meninos/meninas (17 no total), que cantaram, tocaram (os que sabiam) e recitaram poemas. Foi precisa alguma logística, como deslocar um órgão para o sótão do edifício da Diretoria, conciliar os horários de todos os intervenientes e ensaiar, ensaiar, ensaiar....

Foi precisa ainda muita determinação, muito empenho e algum trabalho, mas correu tudo muito bem, foi uma festa muito bonita e diferente das outras e que, para mim, foi marcante, já que nunca me tinha envolvido num projeto daqueles. Foi igualmente muito emotivo e muito compensador, ver aquele grupo de crianças tão envolvido e tão feliz com o resultado.

Os pais ficaram muito orgulhosos e todos os outros que tiveram oportunidade de assistir à festa, congratularam-se e aplaudiram-nos intensivamente.

Outra experiência marcante, foi a de ter feito parte de um «Grupo de Danças e Cantares Beirões», criado e organizado dentro da Diretoria de Coimbra e composto por gente que gosta de música, que gosta de cantar e de dançar.

O grupo era muito diversificado, com elementos dos vários grupos profissionais e, quer os ensaios, quer as atuações, foram momentos de muito convívio, muita partilha, muita criatividade e sobretudo de muita diversão. Esses momentos vão ficar para sempre nas nossas memórias.



**Dália Maria Costa
Correia**

Chefe de Setor,
de 1987 a 2010



David Freitas

Na PJ desde
1994, como Agente/
Inspetor

A PJ é um osso duro de roer

É uma enorme honra pertencer aos quadros da Polícia Judiciária (PJ) e desempenhar uma função profissional tão gratificante, como é o caso da investigação criminal.

Contando com 26 anos de carreira, confesso que tive uma enorme dificuldade em escolher uma história em particular, pois são tantas, que se poderiam escrever vários livros, uma vez que a realidade da investigação criminal é multifacetada.

A escolha acabou por recair numa história relacionada com a investigação de um crime de roubo e sequestro com enorme violência física e psicológica, que ocorreu numa quinta na zona de Alenquer, em 2009. Tal escolha teve que ver com o facto de a investigação em causa ter tido desenlace positivo, permitindo desmantelar um grupo extremamente violento.

Os criminosos, que se veio a apurar serem do leste europeu, dedicavam-se a assaltar propriedades em território europeu, cujas características eram claramente demonstrativas de que os proprietários seriam pessoas de estatuto social elevado e com excelente capacidade financeira.

Ora, no decorrer do ilícito, e após um acidente de viação com uma das viaturas roubadas aos ofendidos, os assaltantes deixaram no seu interior elementos que levaram à identificação de um dos números de telemóvel utilizados pelo grupo, permitindo assim a sua interceção telefónica.

No decorrer da análise desse meio de recolha de prova, apurou-se que em meados de outubro de 2009, um dos números telefónicos ativara células de antena de telecomunicações móveis na área do Algarve, verificando-se registos de atividade nas zonas de Lagos, Portimão e Quinta do Lago.

Durante o dia 19 de outubro de 2009, uma vez que continuavam ativas as células na zona de Alvor-Portimão, optou-se por enviar meios para o local, tanto mais que existiam fortes suspeitas de que o grupo estaria a preparar novo assalto naquela zona, pois já tinha cometido um ilícito com o mesmo *modus operandi* em que as vítimas eram cidadãos ingleses.

Assim, e como se costuma dizer na gíria policial, há que sair da cadeira pois os bandidos não vêm apresentar-se à Polícia. Pelas 19h00 do dia 19 de outubro de 2009, foi determinado que eu me deslocaria para aquela zona do Algarve, acompanhado do colega Henrique Jacinto, com o objetivo de localizar algumas das viaturas identificadas pelas autoridades espanholas.

Após várias diligências na zona de Portimão e Alvor, pelas 21h30, com a colabo-

ração da GNR, foi detetada uma das viaturas parqueada perto de um campo de golfe. Atendendo à coincidência, e dado o modelo da viatura em questão não ser muito vendido no nosso país, foi efetuado contacto com as autoridades espanholas, apurando-se que a matrícula do veículo era falsa, motivo pelo qual ficou de imediato sob vigilância policial.

Com o consolidar da informação no terreno, foram tomadas medidas para estabelecer um dispositivo mais «musculado» e por essa razão foi enviada outra equipa composta pelos inspetores João David e Aurélio Afonso, bem como duas equipas provenientes da Diretoria do Sul e do Departamento de Investigação Criminal de Portimão da PJ, para darem apoio no terreno. Foi também efetuado contacto com a GNR, que colocou de prevenção alguns dos seus efetivos a acionar caso fosse necessário.

Ora, cerca das 08h40, surgiram apeados, vindos da zona dos apartamentos, três indivíduos caucasianos com características do Leste Europeu, do sexo masculino e aparentando cerca de 20 anos de idade. Encaminhavam-se em direção à viatura, mas, talvez por terem vislumbrado um dos veículos de vigilância, passaram por aquela como se nada fosse, seguindo para a EN125 e permanecendo numa paragem de autocarro. Ali se mantiveram aproximadamente meia-hora, acabando por prosseguir a pé em direção a Alvor, sendo alvo de seguimento apeado.

Uma vez que o dispositivo de segurança se mantivera toda a noite em alerta, foi dada ordem para que a maioria dos elementos da PJ se fosse «vitaminar», ficando eu e o Henrique Jacinto a vigiar a referida viatura.

Decorridos cerca de 15 minutos, voltaram a surgir os mesmos indivíduos, que lograram ludibriar o seguimento efetuado, encaminhando-se desta vez para a viatura que se encontrava sob vigilância. Abriram-na, e nesse momento foi dado o alerta a toda a equipa. Eu e o Henrique Jacinto apeámo-nos e dirigimo-nos a eles de forma descontráida, evitando que suspeitassem da nossa condição de polícias.

Enquanto isso, surgiu o João David, ao volante de um automóvel que também se encaminhou para o local. Nessa altura, dois dos assaltantes, apercebendo-se da nossa movimentação e sem que ninguém estivesse à espera, sacaram de armas de fogo e dispararam diretamente sobre mim, visando também o Henrique Jacinto, pondo-se de imediato em fuga apeada.

Perante isso, gritámos, anunciando a nossa qualidade de polícias, demos ordem para pararem, que não acataram, e iniciámos uma perseguição com o objetivo de os interceder e deter. Os assaltantes ainda efetuaram alguns disparos na nossa direção enquanto corriam, sendo que dois deles seguiram para o interior do campo de golfe e o terceiro enveredou pela direção oposta, no sentido da EN125. O Henrique Jacinto foi no encalce deste, enquanto eu mantive a perseguição dos outros dois.

Perante o evidente risco de vida para os elementos policiais e utentes daquele empreendimento turístico, foram efetuados alguns disparos de intimidação para o ar, que não surtiram qualquer efeito.

Na altura gerou-se alguma confusão típica destas atuações policiais. Os assaltantes lograram escapar ao contacto visual e eventual controlo, mas, com a convergência de toda a equipa e o apoio da GNR (que foi acionada), foi possível circunscrever a área do campo de golfe e da zona das vivendas. Apurou-se, através de uma moradora, que dois dos assaltantes se encontravam escondidos na arrecadação de apoio à sua piscina.

Foi possível corroborar essa informação, confirmando-se que dois dos assaltantes estavam barricados no interior desse anexo, sendo visível do exterior que um deles empunhava uma arma de fogo. Refira-se que quanto ao terceiro assaltante, perdêramos o seu rasto.

Frustradas todas as tentativas de abertura da porta, tornou-se necessário arrombá-la, imobilizando-se de imediato os assaltantes que ofereceram resistência. Recorremos à força estritamente necessária para dar cumprimento à missão, que obrigou um dos assaltantes a receber assistência médica no Hospital de Portimão, recebendo alta pouco depois.

De salientar que no decorrer das diligências policiais relacionadas com estes dois suspeitos, os mesmos assumiram postura hostil - chegando mesmo a ser violenta - recusando-se a colaborar em todos os atos, inclusive na sua própria identificação.

Curiosamente, em conversa informal, veio a apurar-se que os assaltantes ficaram surpreendidos pela forma como os elementos da PJ, sob fogo e sem qualquer manifestação de medo, foram para cima deles mesmo colocando a vida em perigo. Um deles até afirmou: «normalmente os polícias fogem assustados», ao que respondemos: «pois, mas isto é a Polícia Judiciária».

Verificou-se, entretanto, que os assaltantes tinham pernoitado no interior de uma residência naquele local, seguramente à espera dos proprietários para os sequestrarem e apoderarem-se dos seus bens. No entanto, em virtude de uma situação inopinada, aqueles só regressariam na manhã do dia seguinte.

E assim foi cumprida mais uma missão com sucesso, dentre as muitas que a PJ, ao longo dos seus 75 anos de existência, já levou a bom termo, em que as mulheres e os homens que a compõem, de forma abnegada, determinada e com grande sacrifício, defendem um dos pilares essenciais da sociedade: a Segurança.

Fragmentos de uma vida de paixão...

Ao longo de quase 32 anos de carreira, 24 dos quais passados na brigada que investiga os crimes relacionados com obras de arte da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo (DLVT), fui, inevitavelmente, colecionando imensas histórias. Se a maioria são repetitivas e não têm história, outras ficaram-me como património vivencial de uma significativa parte deste, não pouco, mas tão pouco tempo que vivi. Por razões diversas, muitos destes pedacinhos de vida não cabem no conceito em que assenta este projecto literário, mas outros tantos sim, e aqui surge a dificuldade: a escolha. Assim, cumprindo aquele que me parece o principal critério, o da dimensão, permito-me partilhar convosco três desses pequenos fragmentos.

«O Menino Jesus que percorria o mundo» teve origem na comunicação à PJ de um suposto furto de arte sacra, ocorrido no Seminário Torre D'Aguilla, em São Domingos de Rana. Face a tal comunicação, foi com espanto que, chegados ao local, fomos informados que nada fora furtado. Bem pelo contrário, tinha sido abandonada no interior da capela, sobre o altar, embrulhada num lençol, uma escultura em madeira policromada, do Séc. XVIII, representando o Menino Jesus, coroado, com vestes em tecido branco bordado a ouro, com 78 cm de altura e diversos adereços, como fios e pulseiras em ouro. Em suma: uma imagem de excelente qualidade.

Segundo testemunhas, um indivíduo surgiu no Seminário pretendendo juntar-se ao Retiro da Congregação das Carmelitas Descalças e, entretanto, desaparecera, sendo visto a entrar na capela com algo embrulhado debaixo do braço, após o que terá entrado num automóvel e sumido do local. Sobre o veículo, apenas sabiam dizer a cor e alguns números ou letras da matrícula.

Após aturadas investigações, conseguimos identificar o homem em causa e localizar a sua residência. Por não se encontrar em casa ou não querer abrir a porta, deixámos-lhe uma notificação para que comparecesse na PJ - o que cumpriu. Face ao formalismo que a situação sempre impõe, fomos surpreendidos com a chegada de uma personagem bizarra: o homem envergava calções brancos e camisola de alças, também branca - tipo militar em hora de ginástica - peúgas brancas, das decoradas com umas raquetes cruzadas, e chinelos. Resta acrescentar que estávamos no Inverno.

Após longa e difícil conversa com o indivíduo, a fim de tentarmos apurar de onde viera a escultura, ele tentava explicar que a função ou destino da imagem era dar a volta ao mundo.

Enquanto a conversa decorria, foi possível estabelecer contacto com o pai do meu interlocutor, que nos explicou que a dita imagem era pertença da família e, claro, o filho não



Domingos Lucas

Agente / Inspetor desde
1989

tinha permissão para a retirar de casa, acrescentando que a sua inusitada atuação era fruto de um trauma causado no cumprimento do serviço militar, numa das frentes de guerra que Portugal travou em África até 1974.

Para finalizar, o antigo combatente disse-me que chegara ali de carro - penso que num Renault 5 - que estacionara no parque de táxis existente na Rua Gomes Freire, onde ainda hoje se encontra, mesmo em frente à PJ, e que o carro não tinha motor de arranque. Significava isso que para sair dali, seria necessário que alguém o empurrasse.

Esta investigação terminou comigo a ajudar o pobre de espírito a empurrar o carro umas dezenas de metros, até à descendente Rua Conde de Redondo. Apenas aqui chegados, ele entrou na viatura, fê-lo sem perder os chinelos, e lá se foi embora.

O próximo fragmento, que intitulei «Perder a cabeça», teve origem num email proveniente do Diretor do Museu Nacional de Etnologia, informando que havia aparecido, junto às casas de banho daquele Museu, uma escultura em pedra ou metal de cor preta, representando uma cabeça estilizada, «tribal», não havendo referências que permitissem concluir se pertenceria às coleções do Museu.

Avançámos para o local e lá estava a cabeça, abandonada junto às casas de banho, que se localizam no nível -1, do lado contrário ao do Museu propriamente dito.

As senhoras da portaria, esclareceram-me que tinha sido um indivíduo, que surgira do lado das casas de banho com uma pequena mochila, com tamanho suficiente para transportar a dita escultura. Na ocasião, comunicou-lhes que a escultura ali se encontrava. Desconheciam quem era o homem ou sequer se tinha vindo da área de exposições.

Naquela zona não existem câmaras, aliás, no interior do Museu existem, mas na altura não funcionavam. Entretanto foi possível esclarecer que a peça não pertencia ao acervo do Museu. A pertencer a algum Museu Nacional não era aquele.

Efectuámos pesquisas no sentido de identificar a peça e de tentar saber a sua proveniência, tanto junto a Museus e investigadores nacionais, como junto das autoridades espanholas, pois a peça parecia-nos ser originária da zona das Caraíbas ou da Oceânia.

Fomos elucidados que, a ser autêntica, a peça seria originária da cultura *Taino* (850-1250) das Caraíbas, e ligada ao culto dos mortos *tête de mort*.

Algum tempo depois, fomos informados pelos responsáveis do Museu que, anos antes, receberam um email de um indivíduo que queria oferecer ao Museu aquela mesma escultura, mas como não havia uma história por detrás da mesma, não a aceitaram. Assim, chegámos à identificação de mais um «maluco» que não furtou, mas pelo contrário quis oferecer uma obra de arte a um Museu. Segundo o homem, a escultura estaria na posse da sua família desde que um seu tetra-avô a adquirira em Paris, não encontrando a nossa Polícia elementos que contestassem a versão apresentada.

Porque, finalmente, a peça passou a ter uma história, pôde ser integrada no acervo do Museu e, assim, esta estória teve um final feliz.

Para terminar, apresento-vos mais um fragmento da minha vida profissional, de 2019,

a que dei o título de «Casacos há muitos». Ao contrário dos dois anteriores, este teve origem num furto ocorrido num museu: o Museu da Farmácia, em Lisboa. Mais propriamente numa exposição temporária montada no espaço exterior ao edifício do Museu, situado na Rua Marechal Saldanha.

A partir das 19h00, a porta principal que dá acesso ao átrio é fechada, pelo que apenas ali se pode aceder através da garagem, de acesso restrito aos residentes do prédio, ou através do restaurante Pharmácia, que tem porta e esplanada aberta para a Rua de Santa Catarina.

Este restaurante, à data dos factos, tinha as casas de banho avariadas, razão pela qual os clientes teriam de descer ao referido átrio, a fim de utilizarem as casas de banho ali existentes.

A exposição em causa homenageava Odette Ferreira (1925-2018), farmacêutica e investigadora que integrou a equipa responsável pela identificação de um segundo tipo de vírus da sida, em 1986, apenas três anos volvidos sobre a descoberta do vírus que destruí o sistema imunitário dos doentes e assustava o mundo. Entre os objectos que compunham a exposição, e que se encontravam resguardados em vitrinas, encontrava-se um casaco comprido, de cor verde, que a investigadora vestira quando viajou para Paris, onde ia entregar as amostras de sangue que se suspeitava estar contaminado, a fim de ser examinado no Instituto Pasteur, único local na Europa onde se poderia fazer esse exame.



As amostras hemáticas iam acondicionadas junto ao corpo da doutora Odette Ferreira e o casaco servia para as dissimular, a fim de que não fossem detectadas ao entrar no avião.

Visualizando as imagens do sistema de vídeo vigilância instalado, verificou-se que, perto das 23h00 de um dos dias de funcionamento do restaurante, um casal de clientes que se encontrava a jantar na esplanada, desceu junto às casas de banho do átrio. Após saírem, o homem tirou o casaco do expositor, vestiu-o à mulher e tirou-lhe umas fotografias com o telemóvel, após o que trocaram, e é ele a vestir o casaco e ela a tirar as fotografias. De seguida subiram, ele com o casaco vestido, pegaram nas suas coisas, que haviam deixado junto à mesa do restaurante e foram-se embora.

Após o visionamento, o passo seguinte foi tentar identificá-los junto dos empregados do restaurante, tendo-se apurado que eram estrangeiros, falavam mal inglês e ela seria certamente de um país do Leste europeu. Ainda um elemento importante: cada um bebera uma garrafa de vinho, ele tinto e ela branco.

Pagaram com um cartão de crédito, o que nos ajudou a identificá-los.

Vasculhámos os caixotes de lixo existentes nas redondezas, pois o casaco, que apesar de ser de boa marca, *Escada*, já estava muito roído pelas traças e poderia ter sido abandonado por ali. Sem resultados positivos.

Fomos a todos os locais onde tinham efectuado pagamentos com o referido cartão, verificando ter sido o jantar no restaurante Pharmácia o último pagamento efectuado, antes de abandonarem Portugal, através do Aeroporto Humberto Delgado, o que aconteceu pelas 13h00 do dia seguinte.

Durante a sua estadia em Lisboa, os suspeitos pernoitaram em mais de um hotel e, felizmente, conseguimos localizar o casaco no Hotel da Baixa, ainda assim, sem contarmos com facilidades, pois no quarto por eles ocupado nada ficara esquecido. No entanto, após muita insistência, conseguimos apurar que, naquela noite, havia sido encontrado num dos corredores desse hotel, o do andar do quarto onde o casal estava instalado, a tal peça da exposição que ali fora abandonada.

Recuperado em poucos dias, o casaco rapidamente regressou ao local de onde desaparecera, a fim de compor o espólio da exposição que, pouco depois, rumou à cidade do Porto.

Assim me despeço, com mais uma «brilhante» investigação.

Lá se foi a mobília

Na posse da informação do envio aéreo de uma mobília acondicionada num caixote de madeira por um migrante venezuelano, deduziu-se que ali vinha cocaína.

Mas viria essa cocaína dissimulada, junta, embutida na embalagem ou no corpo da própria mobília? Colhidos os documentos da remessa, montou-se quartel-general em casa do Dr. Paulo Rebelo, para a análise à documentação: embalagem remetida por um tal Luís Pastor, endereçada a um anónimo, António Almeida, residente nos armazéns Simol, em Lisboa.

Especiais cuidados tiveram três indivíduos, à tardinha, quer no levantamento da encomenda nos serviços da ANA, quer no depósito da mesma, composta por dois caixotes de roupa e mobílias, nos ditos armazéns. Com a colaboração do gerente, no concernente à discrição e sigilo máximo da nossa ação e identidade, ansiosos que nem cães de caça antes da largada, toca a desfazer as caixas. Depois de sumariamente vistoriadas, roupa e guarda-roupa em mogno, restou a cama: fura aqui, parte ali uma parte, uma peça, outra, ainda outra mais, ao fim de uma hora, não havia nada inteiro: pedaços. Nestes entretantos, o gerente, ligou para o Piquete da PJ:

- Estão aqui uns indivíduos que se identificaram agentes...

Depois da devida identificação, acabámos o trabalho: desfazer o resto que faltava desfazer.

A impaciência do chefe Tomé, animada dum saudável pessimismo, veio ao de cima.

- Oh doutor, estamos feitos! Tudo espatifado e droga de grilo, nada de nada. Nem o cheiro. E agora?

O Arnaldo deu mostras da sua graça:

- Puf! Seja paciente chefe: ainda não escaqueirámos tudo! Só faltam os rebordos, cabeceira e traseira da cama!

Deixou de falar por um instante e exalou um cansado suspiro que mereceu o nosso encorajamento e apoio: sem dúvida a única esperança. À medida que a noite se ia aproximando, mais pairava no ar uma desconfiança entre todos, parecendo não se confiar em ninguém. Incansavelmente, num último assomo de confiança e fé, o Arnaldo - na verdade, era ele o último trunfo. À força do denodo de tanto martelar, do interior de uma tábua caíram, espalhafatosamente, 16 quilos de cocaína. Notando-se suspiros fundos, sentimos um alívio imenso.

Às ghoo do dia seguinte, à porta do armazém, junto de um camião, o Henrique em cima, eu em baixo, fingíamos controlar a carga. Aproximou-se o mesmo indivíduo de muletas que, tric-tric-tric, cirandara no dia anterior pelo Aeroporto. Embrulhou-se no papelão espalha-



Eduardo Sousa

Na PJ desde 1977,
Agente/ Inspetor e
Inspetor-chefe.
Aposentou-se em 2006

do pelo chão e catrapus, estendeu-se ao comprido, rebolando pela calçada: muletas para um lado, lunetas para outro e ainda um molho de papéis para outro lado.

- Ó Eduardo, segura o homem! - gritou o Henrique.

Condoído do aparatoso tombo, movido pelo cristianíssimo dever de amparo dos coxos, apanhei os objetos, ordenei os papéis da Guia de Levantamento e ajudei-o a levantar-se.

- Ena, amigo! O senhor espalha-se assim?

- As pontas das muletas prenderam-se no papelão e eu tombei redondo no chão! Venho aqui ao armazém levantar uma mercadoria! Obrigadíssimo pela gentileza!

- Venha, venha homem, que eu seguro-o!

Amparando-o pelo braço, ajudei-o a equilibrar-se nas muletas até ao guiché. Com um sorriso inofensivo, agradeceu a inesperada amabilidade. Apresentada a Guia, identificou-se. Formalmente detentor da encomenda, assustou-se com a ordem:

- Fernando Arreiro, Polícia! Está preso!

Não se moveu, não gemeu, não pestanejou, mas mudou de semblante: descorou, empalideceu, desfigurou-se, suspirou, petrificou. Num ai, o sorriso tomou as cores do arco-íris e o mundo virou-se do avesso: recusava terminantemente acreditar que, magicamente, num pequeno segundo, me tivesse transformado de bom samaritano em Judas. Cá fora, o equatoriano Júlio aguardava numa carrinha de caixa fechada. Custou-lhe descer. Coitado! Tive de o segurar bem para que não se espatifasse no chão e rachasse a «tola». Na Residencial Estrela, o libanês Ysam Saheli ansiava notícias.

A droga destinava-se, parte para venda na Holanda e outra parte na Bélgica; o lucro seria para compra de armamento dos guerrilheiros do Líbano.

Ardegoa

Mais velha que a Sé de Braga, tanto quanto constava, era nome lendário, referência do crime em Fafe, mormente do de tráfico de droga. Mulher-homem, na casa dos cinquenta anos, um terror à solta, impunha respeitinho a toda a gente: à primeira desavença, saía bofetada, pancada, facada, tiros. Venceu esse mau génio na busca à sua casa, ao espetar duas lambadas na filha recém-casada, acalmando a sua indelicadeza.

Droga apreendida nessa ação, uma ninharia. Ouro muito, enterrado no quintal adjacente do vizinho: bijutaria, pedras preciosas, jóias, alfinetes de gravata, botões de punho, relógios de marca, brincos, peças ornamentais em ouro e filigrana, fascínio do conduto de uma antiquíssima panela bem tapada, melhor ainda, com tampa soldada. O glamour era divino e aquele conspurcado pedaço de terreno não merecia tão valiosíssimo e abscôndito enfeite.

Apreendido o ouro, não foi reconhecido pelos seus legítimos proprietários. O simples «parece-se com o meu..., igualzinha à minha..., tal e qual o nosso...», não basta para sustentar a entrega do artigo. Mas os cordões, as alianças, os anéis, as pulseiras, as escravas, as libras, um sem fim de objetos de ouro, não são todos iguais? Acaso alguém vai danificá-los com marcas? São todos iguais, mas o Código exige a descrição, exige a particularidade, exige o «é inequivocamente, sem margem para dúvidas». Quantas vezes, me apeteceu fazer um qualquer sinal no artigo e insinuá-lo ao seu dono como referência particular. O ato da devolução dos artigos metia raiva, sabido que não pertencia aos i(legítimos) possuidores.

Passados meses, em agosto, na festa de Santo Ovídio, rodeada pela imensa prole e alguns amigos, ostentando grossos e compridos cordões de ouro, cumprimentou-me com amenidade e senhoril compostura. Insinuando-se minha amiga, convidou-me para o grupo e lanchar com eles o lauto manjar que, à primeira vista, fazia salivar de apetite. Por razões óbvias e por tal convite trazer água no bico, recusei. Não deixou de me afrontar:

- Vê este ouro? É parte do que você me apreendeu aqui há um ror de meses! Ao fim e ao cabo não lhe adiantou o esforço na apreensão!



Uma busca à reforma agrária

Uma diligência de busca acarreta sempre um conjunto diversificado de factores, um frenesim sigiloso que começa no planeamento e preparação, culminando no clímax da sua execução. A parte chata vem depois com a burocracia processual. De uma forma geral as buscas exigem cuidados específicos, seja pela dimensão e complexidade, ou pelos riscos que envolvem. Umas quantas quase cirúrgicas de execução célere, outras morosas e enfadonhas que, iniciando-se antes do nascer do sol, ocupam todo o dia e prolongam-se pela noite dentro.

A diligência que inspirou esta história era suposto ser uma daquelas que se esperava maçadora e nada interessante. Visava a identificação e recolha de documentação de natureza contabilística e envolveu a quase totalidade do efectivo da, então, Inspeção de Setúbal, ao tempo dirigida pelo Inspector⁹ Dias Costa, sediada na exígua vivenda da General Daniel de Sousa. Não era um caso que suscitasse interesse jornalístico e não me lembro de ver qualquer notícia sobre o assunto nos jornais do dia seguinte, mas exigiu o envolvimento de muitos meios, incluindo ainda o efectivo disponível da Perícia Financeira e Contabilística.

A operação, se assim se pode chamar, teve como alvo cerca de uma dezena de Unidades Colectivas de Produção, de entre as que ainda restavam de todas as que foram criadas na designada Zona de Intervenção da Reforma Agrária, no fervilhar revolucionário dos anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974. No biénio de 1975 e 1976 haviam sido criadas mais de cinco centenas de UCP, muitas das quais baptizadas com designações inspiradas no ambiente revolucionário de então; «A Terra a Quem a Trabalha», «Muralha D'Aço» e «Papoila Vermelha» são, entre tantos outros, exemplos ilustrativos.

Corriam os primeiros anos da década de noventa. A reforma agrária perdera o seu fulgor e há muito que se iniciara o seu declínio, fruto do desgaste e erosão dos tempos e da legislação criada pelos sucessivos governos, com especial referência para a designada Lei Barreto (1977), considerada naquele tempo como a causadora da morte da revolução alentejana, e a Lei de Bases da Reforma Agrária (1988) apelidada, então, de Lei do Latifúndio. O facto é que, na sua seqüência, as UCP deixaram de poder contar com parte significativa de uma das suas maiores fontes de receita, exactamente a que provinha da venda da cortiça que extraíam dos montados que até então ocupavam. Ademais, era voz corrente que não cumpriram o período de repouso entre cada descortiçamento.

Toda a operação, montada e criteriosamente planeada pelo chefe Lino Santos, que definiu estratégias e quantificou meios, visava a recolha de documentos e registos contabilísticos de tudo o que tivesse que ver com a cortiça, trabalho que se esperava demorado e pouco



Egídio Cardoso⁸

Perito financeiro e contabilista de 1978 a 2018. Director da Unidade de Perícia Financeira e Contabilística de 2001 a 2018

8. Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

9. Actualmente, Coordenador de Investigação Criminal.

interessante, como o foi para a maioria das equipas, com excepção da que me coube em sorte. Com efeito, ficaria concluída a meio da manhã sem que se tivesse logrado encontrar o que quer que fosse para apreender. É que nem sequer chegou a ser iniciada.

Sairamos de Setúbal a horas decentes, que os escritórios, mesmo os de uma UCP, não abrem muito cedo e rumámos a sul seguindo a velha EN1 em direcção a Alcácer do Sal. Dois agentes¹⁰ e eu que, como perito, tinha por missão a escolha da papelada que interessava. O nosso objectivo era uma pequena UCP sediada nas imediações dos arrozais que bordejam o Sado, mais ou menos a meio caminho entre a Marateca e Alcácer do Sal. Lembro-me de termos saído à direita, metendo por uma estrada estreita que serpenteava por entre os sobreiros que por ali abundam até que, depois de uns quantos casinhotos dispersos, desembocámos num aglomerado de casas, pequeno lugarejo que nem aparentava ter estatuto de freguesia. Surgiu-nos deserta, já que, até se estacionar a viatura, não se vira vivalma. Estão todos a trabalhar no campo, cogitei.

Caminhámos um pouco sem saber bem que direcção tomar, na expectativa de encontrar a sede ou os serviços administrativos da UCP, supondo-se que pudessem ser num qualquer espaço devidamente identificado na periferia do lugarejo. Uma mulher saiu-nos ao caminho, enxada ao ombro apoiada por uma das mãos. Um balde baloiçava ao ritmo dos passos de quem tem mais que fazer.

- Bom dia. Sabe-me dizer onde é o escritório da UCP cá da terra? Perguntou o agente investido em chefe da diligência e de quem infelizmente não recordo o nome.

A mulher, detendo o olhar em cada um de nós, mirou-nos com curiosidade, hesitou e quebrando o breve mutismo, devolveu a pergunta:

- A UCP?

- A cooperativa. Precisou o agente.

- Ah, a cooperativa! Isso já não existe vai para mais de um ano,

- Não existe? interrogou o agente. Mas, cessou a actividade foi?

- Isso eu não sei. Só sei que acabaram com ela, fecharam as portas.

- Então e as pessoas que lá trabalhavam? Insistiu o agente.

- Ora, cada um foi à sua vida, cuidar do que é seu.

- E a direcção, sabe quem eram?

- Sim, isso sim! - e apontando um barracão ao cimo da rua, concluiu: - Olhe, um deles estava ainda há pouco ali no palheiro.

- Obrigado e tenha um bom dia.

Subimos a rua, sem pressa enquanto a mulher, num passo decidido, retomava o seu caminho.

- Bom dia. Saudou o agente assomando à porta da construção. O senhor é da direcção da cooperativa? Inquiriu.

O homem, de aspecto maneirinho e roliço, mirando-nos de alto a baixo como quem tenta adivinhar ao que íamos, respondeu:

¹⁰. Designação antiga do actual Inspector.

- Sim. Ou seja, fui, que a cooperativa já não existe. E, detendo o olhar em cada um de nós, acrescentou: - Ainda que mal lhe pergunte, para que querem saber? Os senhores são das finanças, são?

- Não senhor. Retorquiu o agente. - Somos da Polícia Judiciária. Trazemos um mandado judicial para levarmos a escrita. O senhor sabe onde está?

- Ah, a papelada. Isso foi tudo queimado. E alongou o queimado enfatizando o acto.

- Queimado? questionou o polícia com ar sério. - Mas, queimado como?

- Queimámos numa fogueira, ora essa! Respondeu com ar surpreendido como se a pergunta fosse descabida.

- Então o senhor não sabe que a escrita tem de ser guardada mesmo depois de extinta a cooperativa?

- Isso não sei. Se a cooperativa acabou, para que servia a papelada. Queimou-se tudo e pronto, até porque a gente não tinha lugar para a pôr. Rematou.

Olhámo-nos sem nada dizer. Por mim, pensei: Diligência finda. Contudo, o agente entendeu que a coisa não podia ficar assim. E simulando um certo agastamento, perguntou.

- Mas vamos lá a saber, afinal quem mandou queimar os documentos?

Sem hesitar e evidenciando estupefacção, o homem retorquiu:

- Ora essa, fomos nós, a direcção!

O homem voltava a usar o plural, como se isso minimizasse ou retirasse conteúdo à responsabilidade da sua pessoa. Não teria sido ele, mas a direcção. Ele, era apenas um dos da direcção.

Nesta altura, a conversa começava a ganhar alguma comicidade. Era óbvio que o homem, ainda que pudesse desconhecer, apercebia-se que a destruição da documentação encerrava alguma ilicitude. O seu comportamento era nitidamente cauteloso e tendente a afastar de si qualquer responsabilidade.

- Mas, vamos lá a ver. Alguém teve a ideia. Ou não?

A insistência suspicaz do polícia não pareceu incomodar o homem que de pronto sentenciou.

- Não senhor! A ideia foi de todos os da direcção.

Procurando colocar um ar de autoridade, mas claramente a levar a coisa para a galhofa, insistiu ainda o agente:

- Ok! Está bem! Mas alguém terá sido o primeiro a ter a ideia. Não foi?

A resposta do homem, como se estivesse na ponta da língua, saiu com solerte desfaçatez.

- Não, não... tivemos a ideia todos ao mesmo tempo.



Ester Silva

Ao serviço de 1979 a 2012 como Agente, Subinspetora/ Inspetora-chefe

Viagem no tempo

Neste 75.º aniversário da Polícia Judiciária fui convidada para escrever, na primeira pessoa, um registo da minha experiência enquanto operacional da Instituição.

Não quis perder a oportunidade de contar às gerações mais novas o percurso difícil que envolveu as primeiras mulheres que abraçaram uma profissão, à época, quase exclusivamente masculina.

Troquei o 3.º ano do curso de Medicina onde não existia esta diferenciação, pela investigação criminal. Troquei, porque embora inicialmente a minha intenção passasse por continuar as aulas da faculdade, a paixão pela investigação criminal sobrepôs-se. Descobri uma profissão apaixonante que me preenchia por completo as 24 horas do dia, pondo à prova a capacidade lógica, o espírito observador, aberto e inventivo, a persistência e a resiliência.

Sem qualquer tipo de feminismos exacerbados, até porque os meus grandes aliados sempre foram os inúmeros colegas masculinos com quem trabalhei, lado a lado, sem qualquer discriminação, relembro as lutas que travei com profissionalismo, aliadas ao trabalho desenvolvido com afínco, paciência e uma imprescindível dose de sentido de humor.

Lembro, como exemplo, o facto de hoje ser obrigatório ter carta de condução para o ingresso na PJ, e em 1980 ser proibida a condução de viaturas da polícia às mulheres. Achei uma discriminação inaceitável e lutei contra ela. Tinha viatura própria, via o nível de óleo, conhecia os principais componentes de um motor e sabia mudar um pneu furado. Qual a razão de me ser vedado, só pelo facto de ser mulher, o direito de conduzir carros da PJ? Orgulho-me de ter sido a primeira mulher a conduzir uma viatura policial, com direito a palmas dos meus colegas quando atravessei pela primeira vez o túnel de saída junto ao antigo piquete da PJ, no edifício velho.

Relembro o tempo em que era a única mulher a quem pediam ajuda para a investigação de crimes violentos. Quando foi criada uma secção mais operacional para investigar roubos e outros crimes graves, por sugestão dos meus colegas, solicitei oficialmente o ingresso nesse grupo restrito de operacionais. Como resposta ao meu pedido, fui chamada à presença do Diretor Nacional-Adjunto da altura, pessoa que incutia em todos um temor respeitoso quando passava nos «tenebrosos corredores da Gomes Freire» (alusão a uma altura em que aqueles corredores pulsavam de vida dia e noite). Entrei sem que se dignasse olhar-me. A caneta de aparo de tinta preta rabiscava os cantos dos papéis à sua frente. Finalmente olhou-me, ou por outra, fuzilou-me com o olhar e eu perdi o sorriso.

Com ar de quem me culpava por lhe ter estragado o dia, anunciou relativamente ao meu pedido que «A secção em causa tinha sido criada para homens de barba rija e eu tinha tido... a infelicidade de nascer sem barba».

Incrédula, indignada, mas perdida de riso só de pensar nos meus colegas lá fora quando soubessem a resposta do diretor, sorri, agradeci e saí. É importante saber quando desistir. Conhecia bem este diretor e sabia não ter qualquer hipótese. Tinha sido meu professor de deontologia no curso de investigação criminal e já aí deixara a sua marca. Num teste da dita cadeira, soube o que era ser enxovalhada perante toda a turma por um erro gravíssimo, um crime sem perdão, que me sujeitou a uma lição de deontologia extra, de quase meia hora. Afinal o meu crime tinha sido escrever «Marginais» (com letra maiúscula) e «justiça» (com letra minúscula). O resto do exame estava irrepreensível.

Apesar da má vontade deste senhor, e mesmo sem ter barba, passado um ano fui convidada para um novo Departamento, altamente operacional, especialmente criado para combater o terrorismo/banditismo: a Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), precursora da atual Unidade Nacional Contraterrorismo (UNCT), local onde construí toda a minha carreira.

A conquista pelo lugar que desejamos raramente acontece devido a grandes lutas. É nas adversidades que aprendemos a conhecermo-nos, a controlar as emoções, a saber quem somos e o que queremos. O destino, ou o Universo, leva-nos, degrau a degrau, onde nos quer e nós achamos que nos é, ou não, devido. No final, ficam apenas curtos instantes guardados na memória. Mas sem estes pequenos momentos de humor, que nos provocam o riso fácil e nos aquecem à lareira do tempo quando desfiamos recordações, a vida deixaria de fazer sentido. E são tantas as recordações... muitas boas e poucas más, felizmente.

Uma das minhas mais gratas experiências profissionais reporta a um crime ocorrido no ano 2000, quando me encontrava de prevenção, como Inspetora-chefe: o rapto de um bebé da Maternidade Alfredo da Costa.

Era noite! Em poucos minutos chegámos ao hospital e iniciámos a investigação.

O bebé, do sexo feminino, tinha desaparecido misteriosamente. O que se sabia? Uma alegada funcionária teria ido buscar a bebé que se encontrava junto da mãe, para a levar à enfermaria e ser sujeita a um exame de rotina, não voltando a ser vista.

O pessoal de enfermagem já sabia pela descrição da mãe da bebé, que aquela poderia ser uma mulher que se apresentara naquele hospital, durante a manhã, identificando-se como inspetora do Ministério da Saúde (MS). E era tudo!

Aparentemente a suspeita tinha-se identificado com um cartão (falsificado) com logótipo do Ministério.

Passou o dia a visitar o andar do serviço de partos, onde falou com funcionários e parturientes, alegadamente para comprovar o funcionamento posto em causa por uma queixa apresentada no MS que denunciava a prática de abortos abusivos. Ao fim do dia,

depois de todos já se terem habituado à sua presença, e sem causar suspeita, foi buscar a bebé que se encontrava junto à mãe para, supostamente, efetuar o teste do pezinho. Sem dar nas vistas, saiu do hospital com a recém-nascida.

A investigação partiu do zero!

Não havia imagens de videovigilância, nem quaisquer provas materiais passíveis de recolher que pudessem ajudar. Não tínhamos nada para além de uma mãe chorosa em desespero, um pai destroçado a tentar apoiar a mulher que em período de pós-parto mergulhava num descalabro emocional, e uma equipa de enfermagem com um sentimento de culpa inultrapassável. Tínhamos todos os outros pais em pânico pelo que lhes poderia ter acontecido e a completar o quadro, na mesma enfermaria, na cama ao lado, tinha acabado de nascer uma criança de etnia cigana, recusando-se o pai a abandonar o quarto. Esta referência serve apenas para permitir imaginar o cenário.

Distribuí a parca equipa de inspetores, de forma a serem ouvidas todas as pessoas que contactaram com a suspeita, para se obter um reporte, o mais exato possível, desses diálogos. Ao fim de duas horas, tínhamos uma secretária do hospital inundada de fichas com a informação recolhida. Da análise imediata desses dados pudemos inferir dois momentos importantes: que a suspeita teria estado internada naquele hospital dez anos antes, aquando de um incêndio ali ocorrido, por saber demasiados pormenores sobre o mesmo e, algumas semanas atrás, ter acompanhado uma jovem num aborto legal devido a uma má formação do feto. Identificámos a jovem e, por *feeling*, apostámos nesta linha de investigação. Nessa noite perdemos a conta às portas a que batemos.

De porta em porta, de contacto em contacto, passadas cinco escassas/infinitas horas, tínhamos a bebé no nosso colo e a raptora detida.

Subir as escadas da Maternidade, ainda o dia não tinha nascido, para devolver a bebé de perfeita saúde à sua mãe, sentir o agradecimento de dezenas de pessoas que comungavam uma dor dilacerante de culpa, de perda e de solidariedade, fez-nos perceber a razão da grandeza da nossa Polícia Judiciária. Uma família a que nos sentimos honrados de pertencer.

Verdes anos, grata memória

Cheguei à Polícia Judiciária ao findar o Verão de 1989, com o entusiasmo e o espírito de missão próprios de quem tem 34 anos. E sinto, ainda hoje, que esse foi um dos momentos mais marcantes do meu percurso profissional. Abriu-se-me então, uma janela panorâmica sobre o mundo e a vida, que muito gostaria de manter até ao fim. E sim, na década quase completa que aí vivi, realizei-me e fui feliz.

Não é que a entrada tivesse sido isenta de escolhos. As tensões entre o Ministério Público, de onde provinha, e os quadros superiores da PJ estavam ao rubro, e só o carisma e a autoridade natural do doutor Marques Vidal puderam refrear os ânimos. Ainda me lembro do virulento documento apresentado à direcção, a que ajudei a responder com os melhores argumentos jurídicos, que numa intensa reunião realizada no Porto pudemos coligir. Volvida essa primeira etapa, tratou-se depois de tentar conseguir para a Polícia Judiciária o reconhecimento, no próprio Código de Processo Penal, de um estatuto compatível com a sua real natureza de órgão superior de polícia criminal, conferindo-lhe alguns poderes instrumentais acrescidos. Disso me encarregou, uma vez mais, o doutor Vidal, numa comissão de revisão presidida pelo professor Figueiredo Dias, em que pontificavam os nomes mais sonantes da doutrina e da justiça penal da época. As actas das sessões, por onde não raro perpassava a tensão MP/PJ, retratam bem o teor das propostas apresentadas. Mas o resultado dos trabalhos nunca viu forma legislativa.

A Polícia Judiciária vivia o rescaldo de uma intensa intervenção no domínio do banditismo de motivação política, com que decisivamente contribuiu para a afirmação do estado de direito e a sedimentação da democracia, e confrontava-se então com enorme dispersão dos seus, sempre limitados, meios no enfrentamento do que era à época considerado o flagelo maior: o tráfico e o consumo de drogas. Houve então, na primeira metade da década de noventa, a clarividência política de distribuir competências investigatórias nesse campo pelos demais corpos policiais, tarefa em cujo esboço legislativo também participei, por designação do doutor Mário Mendes que, em finais de 1991, assumira a direcção nacional.

O passo seguinte foi, sob a égide do ministro Laborinho Lúcio, dar resposta ao clamor que se levantava, com inegável fundamento, acerca da insuficiência da resposta aos casos de criminalidade económico-financeira, em que avultavam ostensivos desmandos com os fundos europeus que chegavam em grossos caudais. Por isso, em 1994, foi criada a DCICCEF¹², encetando-se o indispensável caminho da especialização investigatória nessa área. Participei, então, no anteprojecto do que viria a ser a Lei 36/94¹³, que consagrava as polémicas averigua-



Euclides Dâmaso Simões¹¹

Director-Geral Adjunto de 1989 a 1999

11. Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

12. Direcção Central de Investigação e Combate à Criminalidade Económica e Financeira.

13. Medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira.

ções preventivas e as primeiras medidas de direito premial para os arguidos de corrupção e crimes adjacentes que colaborassem com a justiça. Trabalho de equipa restritíssima, resolvido num par de reuniões, cujo resultado enfrentou duas fiscalizações preventivas de constitucionalidade e ainda hoje vigora. Antes, porém, tinha já participado, em Bruxelas, nos trabalhos preparatórios da primeira Directiva sobre o branqueamento de capitais. E então, porque dois dos membros da delegação, pertencentes ao Banco de Portugal, discordassem do meu propósito de sufragar a extensão do conceito de crime subjacente pelo menos à corrupção e ao terrorismo, pretendendo antes circunscrevê-lo ao tráfico de droga, lá tive de pedir ao ministro da Justiça que me habilitasse a fazer vingar tal entendimento. No que fui atendido, não tardando, aliás, que o conceito se esparramasse por todas as áreas da mais variegada ilicitude criminal.

A pressão do tráfico internacional de estupefacientes sobre o país, fez despertar a necessidade de suporte legal a formas mais incisivas de investigação, que então se consideravam imprescindíveis. A proposta de aperfeiçoamento do regime das acções encobertas que sobre o assunto elaborei, com um coordenador da Directoria de Coimbra, só pela lei 45/96¹⁴ veio a ganhar consagração legal, mas ficou a constituir um marco importante no robustecimento do combate a esse tipo de criminalidade.

Tive, pois, bastas oportunidades para me eximir àquilo que poderia ter sido o desempenho quotidiano e burocrático de direcção do que hoje se chama uma unidade territorial, entre autorização de ajudas de custo, aquisição de consumíveis, reparação de viaturas e obras de conservação dos edifícios. Deu-me também a Polícia Judiciária a oportunidade de, a partir de 1995, passar a acompanhar os trabalhos da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal, que anualmente reunia em Viena e constituía o maior fórum global de discussão dos assuntos penais mais candentes. Aí, tomei parte nos trabalhos preparatórios da Convenção de Palermo contra a criminalidade transnacional organizada e seus três Protocolos adicionais, tendo em consequência procurado incrementar a sensibilidade nacional, bem como a de países da CPLP para o tráfico de seres humanos, em seminários anuais realizados sob a égide do Ministério da Justiça. Na Comissão de Viena, ganhei também familiaridade com as questões da cooperação judiciária internacional em matéria penal e com a recuperação de activos. Contacto este que viria a gerar o movimento de dinamização entre nós de tão importante instrumento de justiça penal, que desembocou na criação, mais tarde, pela Lei 45/2011¹⁵, na redacção de cujo anteprojecto também tomei parte, do Gabinete de Recuperação de Activos. Adrede criado na dependência da Polícia Judiciária.

Eis aqui, colados às minhas memórias, alguns dos acontecimentos com que se entreteceu a história da PJ durante a década de 90. Tempo de mudanças como todos, fértil em realizações e rico de experiências como poucos.

Quis a sorte que tivesse tido como directores nacionais e como colegas de direcção, magistrados em comissão de serviço e quadros da carreira policial de grande qualidade humana e enorme valia técnica. É inevitável que cite os nomes de José Marques Vidal e de Mário Ta-

14. Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro (regime jurídico do tráfico e consumo de estupefacientes).

15. Cria, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Activos (GRA)

vares Mendes: o carisma e a desconcertante ironia de um e a decantada cordialidade de outro tornaram-nos perenemente credores da minha admiração. Cada um deles, à sua maneira, influenciou especialmente no que ali fiz e vim a ser. Existiu sempre entre todos um clima de liberdade de opinião e de crítica, de entreajuda sem perda de saudável espírito de competição, de agudo sentimento de que a PJ estava primordialmente ao serviço da Justiça e da comunidade e não de quaisquer interesses corporativos, por mais legítimos que se apresentassem.

Sem perda da *gravitas* institucional necessária, reinava no nosso relacionamento uma informalidade, então rara no mundo da justiça, sem enfiamentos ou poses majestáticas, antes com aguçado humor e genuíno companheirismo. Certamente devido a isso, continuamos a encontrar-nos periodicamente e a ter connosco alguns dos homens da Casa, investigadores que pelos feitos se tornaram legendários. Talvez por isso, volvidos tantos anos, quando na televisão ou nos jornais vejo o crachá da Polícia Judiciária ou notícias com ela relacionadas, continuo instintivamente a pensar que é assunto meu, coisa do meu interesse. Grata memória!



F. Teodósio Jacinto¹⁶

Procurador Geral-Adjunto, jubilado.
Director do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (actual IPJCC) entre 2002 e 2007

A formação dos quadros da Polícia Judiciária – memórias e testemunho, por ocasião do seu 75.º Aniversário

1. As minhas primeiras palavras serão para agradecer o convite para participar na obra «Um Diamante de Histórias» e para felicitar este prestigiado corpo de polícia criminal, que tem um papel essencial, em termos de investigação e de prevenção criminal, sendo uma das instituições mais prestigiadas, a nível interno, e com enorme reconhecimento a nível europeu e internacional.

A marca de excelência da Polícia Judiciária é um motivo de orgulho para todos nós e constitui mesmo, no meu ponto de vista, um *case study*, na medida em que, ao contrário da tendência gradual e persistente de desconfiança e insatisfação com o funcionamento das instituições, tem mantido, durante todo este período, um elevado grau de confiança e respeito dos cidadãos.

2. Esse alto nível de desempenho e a consequente confiança dos cidadãos e das instituições congéneres decorrem da aposta feita, desde a sua criação, em meios científicos e técnicos de vanguarda e em meios humanos altamente qualificados e objecto de actualização e especialização constantes.

A necessidade de «...um ensino especializado, como forma de preparação do pessoal para as progressivas dificuldades que assume a investigação criminal», foi particularmente acentuada, no preâmbulo do Dec-Lei n.º 35042, de 20 de Outubro de 1945, que organizou os serviços da Polícia Judiciária.

O ano de 1957, é um ano marcante na vida da Polícia Judiciária, tendo sido criados o Laboratório de Polícia Científica, a Biblioteca da PJ, o Museu Criminalístico e a Escola Prática de Ciências Criminais – cf. o Dec-Lei n.º 41306, de 02.10.1957.

De salientar que, a criação da Escola Prática de Ciências Criminais foi precedida de um estudo da organização e funcionamento das melhores escolas de formação policial da Europa, levado a cabo, em 1957, pelo então Ajudante do Procurador-Geral da República, António Miguel Caeiro.

Para além dessas escolas, o Conselheiro Miguel Caeiro visitou também algumas das melhores escolas de criminologia da época, elaborando, de seguida, o relatório dessa missão, o qual serviu de base ao Dec-Lei n.º 41306, de 02.10.1957, e respectivos diplomas complementares – cf. «A preparação e formação do pessoal dos serviços prisionais, dos serviços jurisdicionais de menores, e da polícia judiciária em alguns países da Europa»¹⁷.

A leitura desse relatório é, ainda hoje, extremamente enriquecedora e motivadora,

16. Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

17. António Miguel Caeiro, in *Boletim de Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, Ministério da Justiça, n.º 3, jul. 1958, Cap. IV, pp. 41-125 - Relatório de uma missão de estudo no estrangeiro, na qualidade de bolseiro do Instituto de Alta Cultura - <http://www.gde.mj.pt/bpjl.nsf/83cbegacef94db5a8025730800549412/0746afe382b680do802574de004df58?OpenDocument>.

para quem tenha presente que o investimento na formação dos quadros de uma instituição é a prioridade das prioridades.

Por esse motivo, o relatório do Conselheiro Miguel Caeiro foi um instrumento de trabalho que me acompanhou, em todo o período em que exerci como director do ISPJCC, o mesmo acontecendo com a particular atenção à notável visão estratégica então havida, que nos colocou na vanguarda, a nível europeu, em termos de formação policial e de polícia científica.

Importante é sublinhar o facto, nem sempre conhecido, de o Conselheiro Miguel Caeiro ter exercido as funções de director da Escola Prática de Ciências Criminais e ter vindo a ser, mais tarde (1979-1981), o primeiro director do Centro de Estudos Judiciários - CEJ, criado pelo Dec-Lei n.º 374-A/79, de 10 de Setembro.

E o director do CEJ, que sucedeu ao Conselheiro Miguel Caeiro, o Conselheiro Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio, deixou também a sua marca na formação da Polícia Judiciária, enquanto director, embora por curto período, da Escola de Polícia Judiciária, criada em 1978 (a EPJ sucedeu ao Instituto de Formação Profissional do Ministério da Justiça, o qual, por sua vez, havia sucedido, em 1972, à Escola Prática de Ciências Criminais).

O envolvimento dessas duas grandes referências da magistratura Judicial e da magistratura do Ministério Público, na formação dos quadros da Polícia Judiciária e na formação dos juizes e procuradores, é, só por si, extremamente relevante, certo que o desenvolvimento da formação supõe, sempre, qualidade e excelência.

Tais ligações permitiram, por outro lado, o desenvolvimento de uma cultura de cooperação entre magistrados e investigadores, essencial para o bom funcionamento do sistema de justiça penal.

Se bem analiso, essa cultura de cooperação, que existiu numa fase inicial, foi-se diluindo ao longo do tempo, limitando-se, enquanto exerci no ISPJCC, a actividades ocasionais, como sejam conferências, visitas de estudo e outras actividades desse género.

3. Tal como aconteceu com o ano de 1957, os anos de 1979 e 1980 são também marcantes para a formação na Polícia Judiciária.

Efectivamente, em 1979, o Ministério da Justiça, imbuído de uma notável visão estratégica, adquiriu a Quinta do Bom Sucesso, em Loures, propriedade que reunia as condições adequadas para aí instalar a Escola de Polícia Judiciária, conforme ficou expressamente a constar da respectiva escritura de aquisição.

Tal instalação veio a ocorrer em 1980, tendo aí sido construído um excelente *campus* de formação, que constitui uma referência a nível nacional e europeu, em especial, a nível da CEPOL – Agência da União Europeia para a Formação Policial.

A qualidade do *campus* de formação da Polícia Judiciária, para além, obviamente, do nível da formação aí ministrada, foi um dos elementos que contribuiu para que o Instituto passasse a ser uma marca de referência no âmbito da CEPOL.

E tal veio a ser reconhecido, nas avaliações efectuadas, tendo sido atribuída a Portugal, em 2005, a classificação mais elevada, em termos globais, na avaliação aos cursos efectuados (4,9, numa escala de 1 a 5), no âmbito da CEPOL. E idêntico resultado se obteve, nesse mesmo ano, no âmbito da Conferência Europeia de Investigação e Ciência 2005.

4. Após haver iniciado funções, em Setembro 2002, entendi dar prioridade ao relançamento da revista *Polícia e Justiça*¹⁸, visando-se, como escrevi em nota de abertura do N.º 1, Janeiro/Junho de 2003, que, a par da rigorosa periodicidade da publicação e do nível científico, que «...a Revista passe a revestir a natureza de uma publicação de toda a Polícia Judiciária, ao serviço de todos os profissionais que servem neste corpo superior de polícia, bem como dos restantes operadores do sistema de justiça penal, dos meios académicos e das restantes instituições e entidades envolvidas na investigação científica, em especial no âmbito das ciências criminais. Ao ISPJCC, enquanto organismo especializado na formação profissional, na investigação, promoção e divulgação de conhecimentos no domínio das ciências criminais e judiciais incumbirá o papel de dinamizador da Revista, afirmando-se também por essa via como verdadeira casa de cultura».

Os objectivos tidos em vista foram integralmente realizados, tendo a Revista obtido um sucesso que ultrapassou as minhas expectativas.

Para tal contribuiu, em primeiro lugar, a ampla adesão de colaboradores de diferentes áreas, designadamente dos quadros da Polícia Judiciária, professores universitários, magistrados judiciais e do Ministério Público.

Colaboradores esses que, dando seguimento às preocupações do Conselho de Redacção, bem como dos Consultores da Revista, abordaram temáticas de candente actualidade, procurando sempre o indispensável encontro entre a teoria e a prática.

É com muita pena que constato que a Revista deixou de se publicar, a partir de 2007, tanto mais que, desde finais de 2006, estavam em curso negociações com a editora para que a mesma passasse a ser disponibilizada também online.

Espero sinceramente que se cumpra a profecia do meu professor de Direito Romano, Prof. Doutor Sebastião Cruz, o qual comparava o ensino dessa importante cadeira à Fénix, da mitologia grega. Por vezes, desaparecia ou, na sua linguagem mais viva, mergulhava durante longos períodos, mas renascia sempre com mais força.

5. Não deixarei de me referir ao Museu da Polícia Judiciária e aos importantes projectos culturais e de abertura à comunidade aí desenvolvidos, contribuindo assim para o reforço da indispensável ligação entre a Polícia Judiciária e a comunidade que a mesma serve.

Criado em 1957, o Museu tem um riquíssimo acervo, o qual, mau grado a exiguidade das instalações, se encontra aberto ao público e se mostra de grande interesse¹⁹.

O Projecto Igreja Segura, iniciado em 2003, foi desenvolvido pelo Museu, em par-

18. A I Série da Revista fora publicada entre 1985 e 1990, seguindo-se uma II Série, publicada entre Junho de 1991 e Julho de 1998.
19. <https://www.policiajudiciaria.pt/museu-policia-judiciaria/>

ceria com diversas entidades públicas e privadas, tendo como objectivo principal «...criar as condições de segurança e de conservação necessárias à salvaguarda sistemática e efectiva do património histórico e artístico da Igreja, mediante a optimização dos esforços, interesses e recursos de todas as instituições envolvidas.»

O mesmo teve uma enorme projecção, atenta a sua relevância para o cumprimento do dever, que incumbe sobre todas as instituições e sobre todos e cada um de nós, de contribuir para a salvaguarda, conservação e divulgação do nosso património cultural.

Na feliz expressão do saudoso Ulf Göransson, director da CEPOL, de 2001 a 2010, o Projecto constitui uma nova forma de prevenção criminal, saída da Quinta do Bom Sucesso.

Na mesma linha seguiu o Projecto SOS Azulejo, da iniciativa e coordenação do Museu²⁰. Lançado em 2007, o SOS Azulejo teve uma enorme aceitação e repercussão, a nível interno e europeu, tendo vindo a ser galardoado, em 2013, em Atenas, com o Grande Prémio da União Europeia para o Património Cultural / Europa Nostra (Categoria 4)²¹.

6. Se o Ministério da Justiça soube estar na vanguarda, em 1957, em termos de formação policial e de polícia científica, o mesmo não aconteceu, na sequência da aprovação do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – Relatório Sectorial – Fase II.

Contrariamente às garantias que me haviam sido dadas, ao mais alto nível, de que a formação do corpo superior de polícia estava fora do PRACE, a reestruturação proposta veio mesmo a ser aprovada, tendo o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais sido transformado em mero centro de formação, numa primeira fase com a designação de Escola de Polícia Judiciária, que havia tido nos anos setenta do século passado, e agora de Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

Não está em causa a designação de Escola, pois hoje vamos todos à escola, toda a vida, nem a abolição do termo «Superior», mas sim, como alertámos em sede própria, em Setembro de 2006, a opção do modelo proposto pelo PRACE, o qual havia sido utilizado, sem grande sucesso, para a formação de polícias em quase todos os países europeus, entre o final do Séc. XIX e as primeiras décadas do Séc. XX.

Como é por demais reconhecido, e como na altura também sublinhei, a complexidade e especialidade da educação e da formação, que são hoje exigidas pelas polícias, não se compadece com estruturas de treino ou de formação minimalistas e sem qualquer tipo de autonomia científica ou pedagógica.

Ao longo da segunda metade do Séc. XX, essa educação e formação começou a ser configurada como algo equivalente a uma *universitas*, sendo hoje raros os países que ainda mantêm o modelo do Séc. XIX, existindo, quando muito, alguns países que possuem várias unidades nacionais de formação especializada.

A Alemanha é um excelente exemplo do caminho que deverá e está a ser seguido,

20. <http://www.sosazulejo.com/>

21. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_13_542

a nível europeu.

Em 2006, foi criada a Universidade de Polícia Alemã (Deutsche Hochschule der Polizei, DHPol), sendo seu primeiro presidente, com estatuto em tudo idêntico ao de reitor, Klaus Neidhardt, sociólogo, que havia ingressado nos quadros da Polícia (BKA) e com quem tive o gosto de trabalhar, quer na CEPOL, quer na AEPC – Association of European Police Colleges, sendo nesta ambos vice-presidentes.

Em Janeiro de 2013, foi dado um novo salto qualitativo, tendo a Universidade de Polícia Alemã e os cursos por si ministrados recebido a acreditação do German Council of Science and Humanities (WR) da Alemanha.

De sublinhar também o facto de, a partir de Junho de 2014, a Presidência da Universidade de Polícia Alemã ter passado a ser exercida por um professor universitário, o que revela bem o espírito de abertura da instituição policial alemã.

E tal é tanto mais significativo, quanto é certa a importância que a Alemanha confere à qualidade, em todos os domínios, o que consegue sem experimentalismos e, muitas vezes, com cuidados que nos parecem excessivos.

Dito de outra forma, em momentos chave, temos, por vezes, a impressão de uma irritante inactividade, o que levou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia a afirmar, em 2011, que temia mais a inactividade alemã do que o seu poder²².

Dir-me-ão que esta é uma visão lírica, pois não temos nem a dimensão, nem as capacidades económicas da Alemanha.

Se pensarmos, a título de mero exemplo, no caso da Finlândia, onde o Police College foi transformado em Police University College of Finland, em 2014, veremos, de imediato, que tal argumento improcede na íntegra.

A transição para esse novo modelo, com acreditação e certificação da formação ministrada, com graus de nível universitário, é uma tarefa complexa, que leva tempo e tem de vencer muitas resistências, havendo mesmo quem se questione sobre a real utilidade de tal graduação para o trabalho policial.

Essas resistências, que eram já objecto de acesas discussões no Conselho de Administração da CEPOL, em 2006 e 2007, não levam, porém, em conta a complexidade crescente da actividade das polícias, em especial na investigação criminal, e a necessidade de dar resposta a uma opinião pública cada vez mais exigente.

A via que me parece mais adequada para a implementação do novo modelo é a que foi seguida em vários países europeus, citando-se, a título de exemplo, o Reino Unido, onde foram estabelecidas parcerias com as universidades²³.

E foi justamente por essa via que tentámos avançar em 2003, propondo a aplicação da Declaração de Bolonha na Polícia Judiciária, por forma a que, num primeiro passo, todos os investigadores não habilitados com licenciatura, acessem a tal grau, mediante creditação da formação técnica que haviam tido no Instituto, bem como da respectiva experiência profissional, acrescendo a esses créditos formação teórica a ministrar por facul-

22. «Waking Europe's sleeping giant», *The Economist*, October 3rd 2020, p. 22.

23. <https://www.intechopen.com/online-first/police-education-in-the-united-kingdom-challenges-and-future-directions>

dades de Direito de referência, com as quais seriam celebradas as pertinentes parcerias.

Infelizmente, tal proposta não mereceu concordância superior, não lhe tendo sido dado qualquer seguimento.

Pior que isso, surgiu, mais tarde, o malfadado PRACE, o qual, como já escrevi nou- tro local, foi adoptado por meras razões economicistas e nos fez regredir para uma situa- ção anterior a 1957, o que, oxalá esteja enganado, terá, a prazo, sérias consequências no desempenho e no prestígio deste corpo superior de polícia²⁴.

Como refere o Papa Francisco: «A política não deve submeter-se à economia e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia»²⁵.

Dito de outra forma, e louvando-me nas sábias palavras do conselheiro Arala Cha- ves, na conferência proferida no 41.º aniversário da Polícia Judiciária, em Outubro de 1986: «O apetrechamento do corpo superior de polícia com os meios técnicos indispensá- veis e a formação de excelência do seu pessoal tem, naturalmente, custos elevados. Mais elevados são, porém, os custos de uma comunidade insuficientemente defendida»²⁶.

24. «O Papel da Polícia Judiciária, no Sistema de Justiça», separata da *Revista do Ministério Público*, Ano 30, nº 120, Out/Dez. 2009.

25. *Fratelli Tutti* – Carta Encíclica – Sobre a Fraternidade e a Amizade Social, 2020, p. 109.

26. «A Polícia e a Comunidade», in Eduardo Augusto Arala Chaves, Ovar, Maio 2004, p. 157.



Fernando Negrão

Diretor-Geral da Polícia
Judiciária entre 1995
e 1999

Uma breve história de quase tudo!

1. Anos antes de cruzar a minha vida com a vida da Polícia Judiciária, li num jornal uma pequena nota acerca de um jantar de despedida oferecido a um Inspetor da Casa. Prática da maior relevância e que tinha o condão de fazer esquecer os piores momentos e realçar o melhor de cada homenageado. Prática que, infelizmente, caiu em desuso, pela massificação e pela «mecanização» que em geral ocorreu na sociedade, nas relações pessoais e, ainda, porque as saídas passaram a ser cada vez em maior número que as entradas e o trabalho passou a concentrar-se em cada vez menos.

O facto de estas despedidas terem diminuído, nunca baixou o espírito de solidariedade, de interajuda e de amizade que existia entre todos os que na PJ cumpriam com orgulho a sua missão. E era de facto uma missão, quase uma dádiva, saber que Homens e Mulheres, com vidas semelhantes, iguais a qualquer um de nós, não tinham horários de trabalho e entregavam-se ao cumprimento da sua função, como se fosse a última coisa que estavam a fazer. A preocupação, a dedicação, o interesse, o «não conseguir desligar», tudo porque era preciso resolver cada caso que surgia como se fosse, não só, a sua honra e brio que estivessem em causa, mas também a da própria PJ, sem nunca esquecer as vítimas e o seu sofrimento.

Regressando à notícia do jornal, dizia ela que o Inspetor homenageado discursou no final, como aliás era hábito, e disse uma coisa que nunca mais esqueci: «... mais importante e compensador que todos os casos em que trabalhei e a que cheguei a bom porto com a descoberta do autor e sua posterior condenação, foram os casos em que no início tudo apontava para determinada pessoa como o autor e, após aturada investigação, foi possível apurar que o autor era afinal outro...». Está aqui tudo, está o profissional de Polícia, está a boa formação profissional e, acima de tudo, está alguém decente e que tem um profundo respeito pela enorme responsabilidade do seu trabalho e por todos os que nele estão envolvidos.

Terminada a leitura daquela notícia, fechei o jornal e disse de mim para mim: «Assim, vale a pena!».

2. Anos depois, venho a ser abordado por alguém ligado ao Governo, tentando apurar da minha disponibilidade para liderar a Polícia Judiciária. Feito, como é costume em política, com meias palavras e argumentos imprecisos para que no futuro, se houver problemas, possa sempre ser dito que o que se disse foi o contrário daquilo que se anda a dizer.

Estranhei o convite, estranhei a forma, mas era eu que, afinal, estava mal pois vim a constatar que esta é a prática comum. Depois de perceber que era mesmo um convite, pedi dois dias para pensar. Ao voltar costas, a primeira coisa de que me lembrei foi do jantar de homenagem ao inspetor e das suas sábias palavras. Por aí me fiquei e quando comecei a meditar seriamente no assunto, era sempre assaltado por aquele inspetor que já havia começado a fazer parte da minha vida. Falei com várias pessoas, não muitas, acontecendo que as que tinham tido ligação à PJ viam-na como uma espécie de «campo de batalha», onde era preciso conquistar metade. Uma visão que atrasou a modernização da Polícia de Investigação durante anos. Os outros diziam-me para avançar por ter qualidades para o efeito. Aceitei. E fi-lo quase exclusivamente por uma única razão, e que foram as palavras sábias do Senhor Inspetor, que me levaram, neste outro instante, a dizer de mim para mim: «Vai valer a pena!».

Falei depois com o responsável político, o Ministro, que percebi não entender, nem querer entender, nada acerca da Polícia Judiciária e insistia que eu devia articular com o Procurador Geral da República. Com este falando, percebi que só uma coisa lhe interessava e era transformar esta Polícia numa espécie de «apêndice» ou «braço armado» do Ministério Público. Ora, o quadro legal não era esse e os Magistrados do Ministério Público, incompreensivelmente, não tinham qualquer formação na área da investigação criminal. Por isso passei quase cinco anos, enquanto titular de uma Direção de inigualável qualidade, na sua maioria, a fazer da Polícia Judiciária uma polícia adequada aos tempos modernos e com projeção para o futuro, enquanto o Ministro e o PGR se entretinham em ignorar ou em tentar conquistar. Curiosamente, no interior da PJ foi, quase imediatamente, percebido que a minha Direção era constituída por gente de trabalho e que só queria o melhor para aquela Casa, cheia de potencialidades não aproveitadas ou mal aproveitadas, bem como para o cidadão comum que queria e quer continuar a olhar para a Polícia Judiciária com o respeito e a admiração de sempre.

3. Foram tempos irrepetíveis e de árduo trabalho, forjado no que se transformou numa quase «comunidade», em que o empenho, a vontade, a determinação e competência foram levando a Polícia Judiciária a introduzir novas práticas de gestão, novas ferramentas de grande valia para o combate ao crime, uma nova forma de olhar para os recursos humanos e, acima de tudo, o aprofundar de uma nova atitude. E essa atitude era a de procurar os melhores meios e ferramentas para apoiar as investigações. Para dar maior apoio ao Ministério Público, que era quem detinha a direção do inquérito, mas a quem não era dada, e repito, a formação adequada para o efeito.

Realço o confronto que tive com a ausência de informação organizada, ou seja, ela existia, mas de forma dispersa, sem ser analisada e sem ser cruzada com outros dados. E esta foi a primeira grande «reforma» estrutural. Criar um «Sistema Integrado de Informação Criminal», que, com o apoio inestimável de um quadro do Exército, começou a ser

montado e a dar frutos mais rápidos e mais claros nas investigações. Realço também, a importância da introdução de novas soluções informáticas no combate à criminalidade económico-financeira, designadamente para identificação de empresas em todo o mundo real, como também no mundo digital dos sistemas financeiros. Outras reformas foram avançando e que hoje são vistas como tendo sempre existido. Realço, por fim, que quem deu vida a estas e outras mudanças foram os profissionais da Polícia Judiciária e a sua clarividência.

4. Termino, recordando que no Dia Internacional da Mulher, em 1996, decidi comprar várias dúzias de rosas para oferecer às Mulheres que trabalhavam no mesmo edifício que eu. Foram dadas e aceites com o orgulho e com a estupefação de quem na nossa Administração Pública se sente reconhecido, o que, como bem sabemos era e é um sentimento quase inexistente. Inclusive, tive uma pequena «manifestação» à porta do meu gabinete para agradecer o gesto. Este acontecimento reforçou a minha ideia de que a motivação é essencial numa Organização, e foi com essa ideia que continuei a trabalhar, embora sem apoio político por falta de sensibilidade para as importantes questões ligadas à «liderança», e também porque as preocupações mantinham-se centradas na discussão difusa e despreocupada acerca do posicionamento da Polícia Judiciária relativamente ao Ministério Público. Estive várias vezes à beira de sair da PJ e regressar aos tribunais e tal só não aconteceu, nessas várias vezes, porque o entusiasmo posto por todos quantos na Casa exercem as suas funções era imparável. E essa atitude, que jamais esquecerei, levaram-me sempre, sempre a invocar no meu pensamento o meu inspetor que, antes de mim, já sabia que a procura dos inocentes é tão importante como a descoberta dos culpados!

A iguaria

Durante muitos anos trabalhei em bibliotecas e arquivos e desengane-se quem pensa que o agradável ambiente de uma sala de leitura, arrumada, luminosa e silenciosa, nasce assim, espontaneamente. Os bastidores de tal produção são, muitas vezes, um cenário caótico, escuro, algo tenebroso, até, pelo muito pó, ácaros e comichões. Apenas o permite o cumprimento de um planeamento rigoroso, que implica muito esforço físico e experienciando algumas situações terríficas até, a cujos pormenores vos quero poupar. Salvo o exagero, tal apenas é possível com muito sangue, suor e lágrimas à mistura, como cantam os sete jovens asiáticos que rebentam com as tabelas dos *charts* musicais no momento...

Quando entrei na PJ já trabalhava nesta área há 15 anos, porém, e daí resulta a riqueza do trabalho, as experiências nunca se repetiram. Em comum, tive a sorte de conhecer e trabalhar com excelentes profissionais que pude acrescentar à lista de «minhas pessoas» onde só têm lugar os bons amigos. Na Área de Documentação e Tradução (ADT) fui integrar uma equipa que, independentemente da categoria que ocupavam, sempre agarraram todas as tarefas com ambas as mãos e numa base de igualdade, enfrentando juntos os desafios que iam surgindo.

O Centro de Documentação (CD) desta Polícia já conheceu vários espaços e como é fácil de imaginar, não é «pêra doce» fazer a mudança de uma estrutura com esta dimensão. A última contou já com a minha participação. Aconteceu quando trocámos o famoso 213 da Gomes Freire pelo novo edifício-sede, em 2014. Muito trabalho, grande parte dele fora de horas para não perturbar o funcionamento normal da instituição, mas bem-sucedido. Todos ficámos de parabéns pela rapidez, e felizes pelas novas e dignas instalações que o acervo documental desta Polícia e do país, único e tão importante, veio a ocupar.

A história que quero partilhar com o leitor não passa de um pequenino episódio nesta longa saga biblioteconómica, mas que me deixou uma serena, embora consistente, recordação.

Ao longo destes 75 anos de existência, a Polícia Judiciária foi crescendo e foi-se adaptando às novas realidades, criando áreas e setores para responderem e colmatarem as necessidades que despontavam. Quem faz parte da Casa sabe bem que a PJ é um organismo vivo, característica essencial para não perder essa capacidade de adaptabilidade aos tempos novos, sem nunca perder a sua matriz. Num destes episódios de adaptação,



Filipa Melo

Especialista Auxiliar, entrou para o Centro de Documentação em 2004. Co-produtora e voz *off* dos vídeos institucionais produzidos pela PJ desde 2014. Em 2019 integrou o Gabinete de Imagem e Comunicação

em 2009, o Centro de Documentação veio a herdar a função de gestão dos depósitos de arquivo definitivo da PJ. Um dos locais de acondicionamento da informação mais antiga desta Polícia está localizado num dos pavilhões adjacentes a um Estabelecimento Prisional. Grande parte destes documentos não estavam inventariados nem informatizados e tornava-se urgente o seu tratamento, tornando-os acessíveis.

Num desses momentos, foi necessário limpar os espaços onde todos esses documentos estavam armazenados – mais de 4000 metros lineares de documentação! De forma inteligente, porque contribuiu para ultrapassar a impossibilidade que a Unidade de Administração Financeira, Patrimonial e de Segurança (UAFPS) tinha, na altura, de afetar recursos para a limpeza das áreas, a ADT conseguiu estabelecer um acordo com o referido Estabelecimento Prisional para a disponibilização de mão de obra prisional. Pudemos contar com algumas reclusas em RAVI (Regime Aberto Virado para o Interior), que ajudaram na limpeza dos espaços em apoio ao pessoal do Centro de Documentação. Planeou-se um horário rotativo e as equipas do CD lá se dirigiam para o local nos dias escolhidos, articulando-se no sentido de deixarem o arquivo funcional o mais rapidamente possível.

Trabalhámos, e muito, numa intervenção que durou cerca de três meses. Ao longo desse tempo foi inevitável estabelecermos um contacto mais profundo com as mulheres que trabalharam connosco. Eram oriundas de estratos sociais diversos e tinham experiências vivenciais tão dispares que, arrisco, tinham em comum apenas os vários caminhos mais ínvios que percorreram na vida, acabando o seu percurso por as reunir no mesmo local, privadas do bem mais precioso: a liberdade.

Lembro-me bem de uma dessas reclusas. Era uma mulher madura, estrangeira, cabelos a tocar o grisalho, face dura, cultura geral acima da média, a quem uma paixão cegou, como então nos reconheceu, acabando por levá-la para uma vida ligada às drogas, desviando-a de um possível caminho bem mais limpo de escolhos, e daquele local.

Enquanto se limpava e se organizavam espaços, fomos trocando vivências e se todas as mulheres marcavam pela diferença, todas elas aceitavam a sua responsabilidade no momento de reclusão que então viviam.

Outra das nossas ajudantes era também uma mulher vivida, não apenas pelas experiências que foi tendo, mas também pelo número de anos que contava, embora parecessem mais do que realmente eram. De uma alegria contagiante, conversadora, não se cansava de nos assegurar que, no bairro onde morava, era a que cozinhava o melhor arroz de caracol.

«– Amiga, um dia que eu saia, vá até ao bairro e pergunte pela Tia Isabel; ofereço-lhe o melhor arroz de caracol da sua vida!»

Confesso que ao escrever esta história não me recordo realmente se a senhora se chamava Isabel, Luísa ou Cristina... mas lembro-me do riso e da pontinha de salero que transmitia aos gestos enquanto falava, tão próprio das mulheres ciganas. Não nos podia

passar despercebido também o reconhecimento e respeito que as outras reclusas lhe dirigiam.

À medida que o trabalho ia avançando, bem como o tempo, as histórias iam-se sucedendo... histórias contadas, experiências trocadas, emergia um sentimento comum de que, por vezes, a vida teria desfechos diferentes se as decisões tomadas pudessem ser reversíveis quando nos apercebemos do erro que está a ser ou foi cometido. O inatingível ideal...

Esta experiência permitiu não só organizar e preparar o espaço do arquivo, mas também, em termos pessoais, nutrir-me de outras travessias vivenciais, contactos pessoais e realidades pouco prováveis de vir a conhecer no meu quotidiano. Não nego, no entanto, que, talvez, o contacto de certo modo fugaz com estas pessoas me tenha deixado uma visão algo romantizada das suas vidas, aliada à distância temporal em que os acontecimentos se deram e que foram agora rebuscados para dar corpo a esta história...

Mas, confesso, que a ideia de um arroz de caracol, pouco agradável no início, me chegou a parecer uma tentadora iguaria com o passar do tempo. Sei, porém, que nunca provarei o petisco da Tia Isabel, porquanto, meses depois, vim a saber que foi uma das reclusas que, numa saída precária de visita à família, não regressou ao Estabelecimento Prisional para o cumprimento da restante pena... Enfim, vidas, que esta vida profissional me permitiu conhecer.



Filipe Henriques

Na PJ desde 1996,
Agente/Inspetor

Onde está o outro?...

Estava eu ainda a conhecer os cantos à casa da prestigiada e prestigante Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) da Polícia Judiciária (PJ), onde havia sido colocado no dia 01 de janeiro de 2005, quando, como elemento integrante da 2.ª Brigada da 3.ª Secção Central de Combate ao Banditismo (SCCB), o chefe marcou uma reunião de urgência para nos dar conhecimento de um suposto rapto.

Corria o mês de fevereiro de 2005, e a DCCB ainda se confrontava com a ameaça que, os denominados «grupos criminosos de Leste», representavam para a segurança nacional.

No decurso de uma interceção telefónica, constatou-se que numa conversa mantida entre dois *brusnias* (como eram conhecidos os indivíduos naturais dos antigos países integrantes do Pacto de Varsóvia) era comentada a situação de um indivíduo que se encontrava em cativeiro. Para ajudar à referida situação, era completamente desconhecida a identidade da suposta vítima e dos seus presumíveis raptos.

Sendo eu o mais «maçarico» na brigada, coube a este jovem, então com 39 anos de idade, a *mui nobre* tarefa de elaborar a informação para abertura de inquérito e solicitar, junto do Digno Magistrado do Ministério Público, as diligências tidas por necessárias.

Assim, já com a respetiva informação pronta e devidamente despachada, desloquei-me ao tribunal para os fins convenientes.

Passados alguns minutos de espera no tribunal, sou chamado à presença do Meritíssimo Juiz de Direito, que me perguntou: «O que é isto?» ao que informei: - «É o que temos, não sabemos mais nada sobre a identidade dos intervenientes.» Fez-se silêncio. O Meritíssimo Juiz, olhou-me fixamente e disse: «Está bem! vou autorizar as diligências solicitadas, mas não me deixe ficar mal.» Foi então que percebi que a PJ e a DCCB em particular, mantinham a sua credibilidade intacta.

Era sexta-feira e não havia tempo a perder. Entraram os «grilos»²⁷ em funcionamento e como era apanágio da «Malhoa» – designação porque era conhecida a DCCB – todos os elementos da brigada fizeram questão de ficar a trabalhar durante todo o fim-de-semana. Não tendo sido necessário recorrer ao famoso e sonante chavão muito usado pelas altas chefias da DCCB: «NINGUÉM SAI!».

Este espírito de entreatajuda, e sentido de corpo e de camaradagem existente na DCCB, permitiam que ninguém ficasse sem o devido apoio quando o serviço o exigia.

Pelas 23h00 horas do domingo seguinte, estavam identificados três dos indivíduos

27. Interceção telefónica

diretamente envolvidos e localizado o local onde se encontrava o suposto raptado.

Como os suspeitos eram todos *brusnias*, formou-se a convicção, entre os elementos da brigada, que o raptado também teria nascido num dos países do Leste da Europa.

Após a emissão dos respetivos mandados de busca e apreensão, no dia seguinte foi montado um dispositivo junto ao local do cativo – um aglomerado de habitações num local ermo, cujo único acesso era um caminho de terra batida.

Conforme determinado superiormente, pelas 07h00 horas de terça-feira, alguns dos garbosos elementos que compunham a 2.ª Brigada da 3.ª SCCB da DCCB, dirigiram-se à porta da referida habitação e constatando que esta não dispunha de campainha, tiveram de utilizar meios acessórios para se fazerem ouvir. Ao aperceberem-se da nossa presença, dois indivíduos que se encontravam no interior da residência dirigiram-se para a porta no sentido de facilitarem a nossa entrada.

Contentes, quiçá, por estarem na presença de tão ilustres representantes da DCCB, iniciaram uma alegre troca de «calorosos afetos». Resistiram às algemas com afinco.

Apercebendo-me que os «afetos» estavam para durar, tal a demonstração de regozijo por parte dos anfitriões, mas considerando-me dispensável por ali, até porque era necessário garantir a segurança, decidi iniciar uma visita às restantes divisões do apartamento. Foi então que constatei a presença de um indivíduo do sexo masculino, de raça negra – nessa altura ainda não existia o movimento *Black Lives Matter*, – sentado no chão e cujas pernas e braços se encontravam amarrados por correntes unidas por cadeados. Não fosse o tom escurecido da pele e certamente seriam visíveis inúmeras nódoas negras, resultantes da circunstância de os anfitriões lhe tentarem incutir «boas maneiras». Perante esta situação, proferi: - «Chefe está aqui um preto!». Consequentemente, o chefe virou-se para os dois anfitriões, perguntando-lhes: «Onde está o outro?...» ao que aqueles responderam: «Qual outro??!! não está cá mais ninguém!!...».

Após esta resposta, todos regressamos à «Malhoa» com o sentimento de dever cumprido.

Em virtude de os elementos da 2.ª Brigada estarem dispersos por diversas salas, durante os meses seguintes, sempre que tínhamos de ir falar com outro colega, antes de entrar na sua sala, perguntávamos: «Onde está o outro???...», resultando sempre numa enorme gargalhada. A satisfação jocosa era completada por uma voz de fundo, proveniente da sala do chefe: «Gozem, gozem... olhem que o último a rir é quem ri melhor!».



Francisco Antunes

Especialista Adjunto
desde 1987 à atualidade
(USIC e GabIC)

O Torreão

Quando ingressei nos quadros da Polícia Judiciária, em fevereiro de 1987, tinha 21 anos. Era no Torreão que funcionava a secção de equipamentos especiais de apoio à investigação, do Departamento de Serviços de Telecomunicações (DST). Um espaço que, embora acanhado, abrigava no piso superior os emissores de transmissões de mensagens via rádio de onda curta, que estabeleciam a ligação ao centro internacional de mensagens (telex) da Interpol, em Paris, enquanto no piso inferior funcionavam as escutas telefónicas, os «grilos», como eram chamadas na gíria policial.

Era o local mais «elevado» do antigo edifício-sede e, contava-se, que serviu de primeiro posto, aquando da colocação dos primeiros operadores e técnicos de telecomunicações na PJ, oriundos dos quadros de oficiais de transmissões da Marinha, especializados em transmissões rádio e com treino em código Morse.

Nessa época, em que não existiam telemóveis, as comunicações via rádio eram de extrema importância para os trabalhos operacionais da polícia, assegurando contactos entre viaturas, piquete e os diversos centros de comunicações por todo o país, sendo toda a operação e manutenção asseguradas pelo pessoal técnico da DST.

Embora ainda se vivesse numa espécie de pré-história tecnológica, antes da revolução informática, época em que se datilografava com máquinas de escrever, a PJ estava a investir na modernização da rede de rádio e a transitar para a tecnologia digital, disponibilizando rádios mais pequenos, modernos e programáveis.

Eu vinha da Força Aérea, onde prestei serviço militar e concluí a minha formação técnica, por isso fui inicialmente colocado no Sector de Manutenção Rádio durante a instalação dos novos equipamentos, período onde se trabalhava intensa e alegremente e onde aprendi muito. Programar/instalar/reparar rádios das viaturas, antenas, subir torres de comunicações no topo das serras, algumas vezes de noite, a chover, a nevar ou mesmo a fugir de trovoadas, tudo se fazia com empenho e espírito de missão e raramente se contratavam serviços externos.

Foi, porém, mais tarde, no Torreão, onde trabalhei mais próximo com a investigação criminal, que me foi dado assistir e conhecer a verdadeira luta que era o combate ao crime com os meios da época. Os «grilos», as escutas telefónicas, estavam a tornar-se uma das ferramentas mais poderosas para desvendar crimes, vigiar criminosos e para recolha de informação preciosa para a investigação, tempos em que apenas um telefone fixo permitia vigiar todos os elementos de uma casa. Vivia-se na era das cassetes de áudio, e os «Voxes» - caixinhas electrónicas que permitiam ligar e desligar os gravadores automaticamente - eram produzidos artesanalmente por nós, pessoal técnico, baseados num circuito electrónico a transistores, copiado de um Vox que fora, em tempos, adquirido à polícia espanhola pelo saudoso Calejo Machado, na altura chefe de brigada na «droga», a Direção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes (DCITE), na Av. Duque de Loulé.

Foi assim que, naquele espaço e com meios rudimentares, foi possível fazer avançar a PJ para a vanguarda dos métodos do combate ao crime na época, utilizando meios tecnológicos que hoje nos fazem sorrir.

Com os bons êxitos alcançados, os pedidos de escutas foram aumentando e, aos poucos, houve a necessidade de acrescentar o espaço físico e assim, no mesmo acesso ao terraço, em meados dos anos 90, foi construído um anexo onde chegaram a funcionar 75 «grilos» em simultâneo. A quantidade de trabalho foi sempre em *crescendo* e nós fomos adaptando às necessidades e evoluindo de acordo com as exigências tecnológicas e das alterações legislativas. Apesar de os «Voxes» fazerem o controlo dos gravadores, era necessário virar e trocar as cassetes manualmente, anotar a hora a lápis, tarefa que muitas vezes tinha de se fazer à noite e fins de semana para garantir que a capacidade de registo desses suportes não se esgotava, evitando-se a perda de informação.

Foi também no Torreão onde se produziram os «Voxes» para as escutas na Diretoria do Porto, e as unidades móveis para instalar por todo o país. Na época, cada escuta obrigava a uma linha telefónica directa à central do assinante, pelo que, um telefone muito distante de locais próximos de instalações da PJ, obrigava muitas vezes ao aluguer de residências ou pedidos de cedência de espaços em instalações de outros serviços públicos, polícias, tribunais, Câmaras Municipais, bombeiros etc. Pode-se imaginar, sem esforço, todas as dificuldades logísticas que implicava o acompanhamento de cada escuta pela investigação, muitas vezes em locais impensáveis.

As descodificações - Os antigos telefones com marcação em disco, e mais tarde ainda a primeira geração com teclas, faziam a marcação do número através de impulsos eléctricos na linha, que depois eram interpretados nas centrais. Isso deixava um rasto na gravação registada na fita que, através de uma engenhoca, também ela artesanal, reduzindo a velocidade e amplificando o som numa coluna, permitia que se contassem de ouvido esses impulsos. O algarismo 1 era uma só pancada (kapum), o 2 eram duas (kapum, kapum...) e assim sucessivamente até ao 0, que era composto por dez pancadas. Contando a sequência completa descodifica-se o número telefónico marcado.

A certa altura, era normal chegarem colegas com caixotes de cassetes para descodificar de outras zonas do país. Infelizmente, a engenhoca era peça única, o que obrigou a muitas noitadas. Em casos urgentes, conseguia-se descodificar remotamente números gravados de escutas montadas noutras regiões do país através da necessária improvisação via telefone. Enviavam-me sequências gravadas, reproduzindo a cassette junto ao auscultador do aparelho telefónico e eu, em Lisboa, regravava para depois tentar descodificar... o que muitas vezes conseguia, para grande satisfação de todos os colegas envolvidos!

As desmagnetizações – No fim de uma escuta e concluído o processo, procedia-se à destruição das gravações por meio magnético em que as cassetes, depois de apagadas as anotações a lápis e rebobinadas, eram desmagnetizadas passando-as numa caixinha cheia de imanes cruzados muito potentes, a fim de serem reutilizadas para outras escu-

tas, prática que hoje talvez gerasse dúvidas legais.

Mais tarde, com o surgimento dos telemóveis, as características técnicas dos sinais reencaminhados pelas centrais telefónicas modificaram-se e já não se utilizavam os antigos «Voxes», pelo que foi preciso reinventar as engenhocas. Foi então, graças ao saudoso engenheiro Pina, que se adaptou um novo circuito que deu origem à última geração artesanal que recebeu a alcunha do seu inventor - nasceram assim os *Pinamómetros* - engenhocas que permitiram fazer escutas a telemóveis durante os últimos anos até à aquisição do atual sistema informatizado, o *Paragon*.

Curiosamente, o Torreão acabou por ser um espaço embrião onde nasceram imensos serviços que depois cresceram dando origem a outras unidades e serviços.

Foi também no Torreão que estiveram concentrados *scanners* de escuta rádio, para interceptar conversas entre embarcações, táxis, rádio-amadores, etc. Ali estavam, igualmente, guardados equipamentos miniaturizados de escuta ambiente para introduzir em residências, microfones direcionais (o famoso guarda-chuva) e mesmo um sistema de seguimento electrónico de viaturas, ainda pela tecnologia de radiogoniometria, pois ainda não existia o GPS. Serviços que acabaram por estar na origem das diversas secções de vigilâncias, instaladas gradualmente em alguns departamentos centrais.

Foi ainda no Torreão que se fizeram as primeiras perícias de telemóveis, quando surgiu o *voice mail*. Existia uma outra engenhoca artesanal que conseguia gravar rapidamente mensagens em áudio para cassete, e mais tarde para CD. Entretanto os aparelhos foram evoluindo, como se sabe, e hoje é um enorme pesadelo de informação que pode ser extraído de um telemóvel, facto que deu origem a uma secção especializada em perícias de telemóveis. No Torreão estudou-se e testou-se o primeiro sistema de comparação de voz, hoje também a ser utilizado pelos peritos do LPC.

Era no Torreão que se encontrava o conjunto de equipamentos de vistoria e limpeza electrónica, que permitiam a deteção de escutas ambiente e a presença de microfones ou sistemas de espionagem ativos ou passivos, mesmo desligados, no interior de residências. Chegou-se a fazer varrimentos em hotéis, preparando a presença de altas individualidades, em cimeiras internacionais, em residências e locais de trabalho de magistrados e membros do governo, procedimentos fundamentais na deteção do famoso microfone encontrado no gabinete do Dr. Cunha Rodrigues, então Procurador Geral da República, em 1994. Função esta que hoje é assegurada por outros organismos externos à PJ.

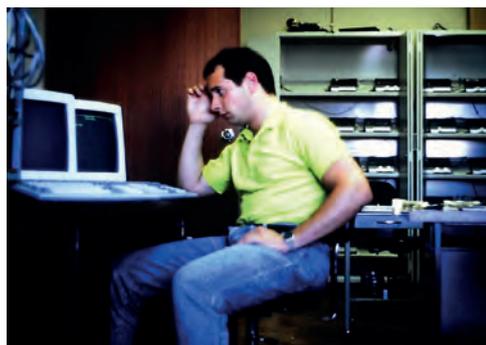
O surgimento do *Paragon*, em março de 2000, ditou o fim da tecnologia artesanal de escutas no Torreão, continuando o espaço a servir como secção de visionamento e extração de fotogramas de imagens gravadas por sistemas de videovigilância, inicialmente com cassetes de vídeo em formato VHS, e fotogramas extraídos com uma câmara fotográfica com uma bizarra campânula em forma de funil, que se apontava directamente para o écran do televisor e depois tirava uma foto de revelação instantânea do tipo *Polaroid*. No final dos anos 90, adquiriu-se uma impressora de sublimação que já digitalizava a imagem e imprimia directamente o fotograma a cores.

No virar do século, foram surgindo os sistemas CCTV digitais, que gradualmente substituíram a cassette por CD, DVD e Pen, mas a complexidade e os problemas associados diversificaram-se ainda mais devido aos inúmeros formatos apresentados por cada fabricante. Não existindo um formato normalizado, cada sistema apresentava uma codificação diferente, dificultando o acesso à reprodução das gravações, por razões de segurança e razões comerciais. Tal, obriga à utilização de pequenos *softwares* utilitários de reprodução e *players*, que nem sempre acompanham os ficheiros de vídeo recolhidos na origem, levando à necessidade de permanente pesquisa de programas, o que requer tempo e paciência. Atualmente essa responsabilidade foi transferida para o LPC, onde se usam as práticas certificadas que os novos tempos exigem.

O Torreão foi o que hoje se classifica de uma área de inovação e estará sempre na memória de muitos investigadores da velha guarda, que ali fizeram muitas noitadas a ouvir os «grilos», a escrever resmas de transcrições telefónicas. Ali se fumaram muitos maços de tabaco a acompanhar e coordenar operações a partir daquele espaço, como se fosse uma «sala de situação», a preparar imagens para exibir ao juiz para diligência de tribunal. Ali se perderam dias a visionar cassetes, algumas vezes na presença de testemunhas ou arguidos, a visionar vídeos confrangedores, de abusos sexuais, homicídios, assaltos, exumações, suicídios, incêndios, electrocussões, etc.

Enfim, uma pequena torre cheia de histórias, onde tive o privilégio de ter trabalhado de perto com extraordinários profissionais da investigação, e de ter feito alguns grandes amigos que admiro. Foi também neste local que me foi apresentada uma agente estagiária que, atualmente, tenho a honra de ter como esposa – pormenor que realça determinantemente na minha memória a importância que este espaço teve na minha vida.

O Torreão, estrutura arquitetónica do antigo edifício, certamente conhecerá futuras utilidades, espero. Imagino que, ainda neste século, chegarão os automóveis voadores, e aí o Torreão lá estará certamente a ser útil como posto privilegiado de controlo aéreo - fica a sugestão.





**Francisco José
Guerreiro da Silva**

Agente/Inspetor,
ingressou na PJ em
1979, aposentou-se
em maio de 2020

O papagaio milagreiro

Muitos de vós conhecem-me, com muitos tive o privilégio de trabalhar em equipa. Já estou aposentado após mais de 40 anos ao serviço desta Casa. Não podia deixar de aderir a esta inovadora iniciativa de recolha de estórias, que todos vivemos e testemunhámos, nestes 75 anos da Polícia Judiciária (PJ). Quem não tem episódios ou estórias para contar?... umas mais tristes, outras mais alegres; umas dramáticas, outras hilariantes, tudo fruto desta experiência humana única de ser polícia e investigador, mas também de, diariamente, lidar e conviver com o cidadão comum sem diferenças de classe social, educação ou formação.

Optei por contar uma estória passada no piquete de Lisboa. Esse serviço, permanentemente de 24 horas, era então considerado a verdadeira escola da PJ. Era o serviço de clínica geral, de resposta imediata às participações recebidas. Iniciavam-se de imediato as primeiras diligências de investigação. Eram escalados cerca de 12 agentes de todas as secções da Diretoria de Lisboa e da então Diretoria Geral e cada assunto ali recebido era distribuído preferencialmente aos colegas das secções respetivas.

Muitas peripécias ocorreram naquele saudoso piquete; tiros disparados inadvertidamente, *passerelle* de travestis e prostitutas, alegres e familiares ceias de Natal e de passagem de Ano, detenções, interrogatórios, mais os habituais «clientes»: vítimas de espionagem e perseguição por via «satélite» ou as «amigas» telefonistas da noite em busca de aventuras com «policías sem farda».

Todos os colegas mais antigos recordam a anedótica pergunta sobre a «cor» do carro que tinha sido furtado, isto quando uma senhora que ali se dirigiu a apresentar queixa por furto da sua viatura, foi atendida por um ilustre colega, especialista em furto e viciação de automóveis, mas também apreciador delicado e exigente do licor de Baco.

Ao perguntar à senhora de que cor era o carro furtado, ela respondeu-lhe «...cor de vinho» e ele, por detrás do seu risonho bigode, virou-se para ela e devolveu: «...branco ou tinto?...» a senhora, espantada com a pergunta disse «...tinto...», retorquindo ele «...Ah!...assim estamos melhor...». Episódios como este ocorreram no piquete dezenas de vezes.

A minha estória ocorreu durante um serviço de piquete, estava eu então colocado nos Homicídios (2.ª Secção-3.ª Brigada) e podemos considerá-la uma tragicomédia.

O que vou contar é o caso «de uma certa velhinha», que um dia ao madrugar, morreu «lá no Paço da Rainha».

«Bom dia, vizinha Maria, como está hoje?... como passou a noite?... vizinha... vizinha... não me responde?... bom dia, está tudo bem?... o que será que lhe aconteceu que não me responde desde manhã e já é hora de almoço?... oh que chatice!...vou ter que ir lá abaixo ver o que se passa e descer estas malvadas escadas de ferro a cair... mas ela tem a janela meio aberta e a luz do quarto acesa... o que é que se passa?... credo, nosso senhor... ela 'tá morta... ai meu Deus... vou já ligar à polícia».

«Guerreiro... arranja um motorista. Telefonou a PSP dos Anjos, tens uma morte sem assistência ali no Paço da Rainha, em frente à Academia Militar. Uma velhota foi encontrada morta em casa pela vizinha. Parece não haver crime... deve ter morrido durante a noite». «OK chefe... vou à Secção buscar material e já saio».

Estávamos em meados dos anos 80, um sábado de verão, depois de um almoço talvez no «Chico Zé», no «Comuna» ou no «Chacalik», refeitórios habituais ao fim de semana.

Naquele dia, eu estava de piquete pela Secção de Homicídios. O único agente motorista disponível no momento era um colega extremamente voluntarioso para o serviço, mas por respeito não mencionarei o seu nome. Alguns de nós nos homicídios sabíamos que ele tinha alguma relutância e dificuldade em estar na presença de cadáveres. No entanto, como o outro colega motorista estava em serviço exterior pela Secção de Furto, ele teve mesmo de me acompanhar.

Chegados ao Paço da Rainha, à porta de um velho prédio em frente à Academia Militar, estavam um guarda da PSP e uma senhora. Abordei-os, identifiquei-me e a senhora começou a contar o que tinha acontecido. Como habitualmente costumava fazer, de manhã chamou pela vizinha do rés-do-chão - morava no segundo andar - mas ela não respondeu. Insistiu perto do almoço e continuou sem resposta. Teve então que descer nas traseiras do prédio, por umas escadas exteriores de serviço, em ferro e muito velhas. Verificou então, já no quintal, que a janela do quarto da vizinha estava semiaberta, a luz acesa e ela morta na cama ainda com os olhos abertos. Ficou muito nervosa e lembrou-se logo de chamar a polícia.

Pedi à senhora para me indicar o caminho até ao quintal pois a porta da habitação estava fechada. Ali me levou através de uma entrada de serviço e pedi-lhe que regressasse à entrada do prédio, indicando-lhe que me aguardasse junto do polícia e do meu colega motorista.

Saltei pela janela do quarto da velhota e entrei na habitação. Confirmei que estava, de facto, já cadáver. Fiz um primeiro exame no local e constatei que não havia sinais de violência no corpo, nem suspeita de furto naquela divisão ou arrombamento na janela. Depois percorri a habitação até à porta de entrada, por um corredor central em soalho de madeira já muito usado, coberto com uma passadeira em lona, pregada ao chão. O quarto da senhora ficava no topo do corredor e no lado oposto localizava-se a porta da rua. A meio do corredor existia uma área de cozinha, com passagem para todos os quartos.

Havia pouca luz naquela zona e quando caminhava em direção à porta de entrada, um papagaio, de penas verdes e amarelas, que ali se encontrava no habitual poleiro em metal acorrentado a uma pata, estranhando a minha presença, ficou muito agitado tentou esvoaçar e falou «...olá!...olá...! olá.». Surpreso pela saudação virei-me para ele e disse-lhe «Olá, Jacob... está tudo bem?» e continuei a andar.

Não sei se acaso se chamava Jacob, sei que a maior parte dos papagaios que vinham de África e do Brasil, trazidos por emigrantes portugueses, chamavam-se Jacob. Tenho uma tia que também teve uma ave destas com o mesmo nome, portanto este devia ser talvez da mesma «encomenda» ou da mesma família. O certo é que o papagaio acalmou e eu continuei o meu caminho. A porta de entrada estava fechada por dentro com a chave na fechadura e não havia vestígios de arrombamento. Abri-a e do lado de fora estava o meu colega, o guarda da PSP e a vizinha. Falei com a senhora e ela explicou-me os pormenores da descoberta da falecida. Identifiquei o colega da PSP e nessa altura o nosso motorista espreitou para o interior da habitação e ao fundo do corredor viu a velhota morta na cama, ainda com os olhos abertos e disse-me: «Guerreiro, eu vou lá dentro ver... eu vou ali ver...». Sabendo eu das suas dificuldades, respondi-lhe que não era necessária ajuda, que estava tudo bem. Em princípio não havia crime e poderia esperar-me no carro. Mas ele, cheio de coragem e fazendo nova tentativa para se suplantar, entrou na habitação e começou a percorrer o corredor, com os olhos fixos apenas e só na falecida, que estava ao fundo no quarto. Não se apercebeu de mais nada no interior da casa. Quando passou junto à cozinha, o nosso papagaio Jacob voltou a falar: «quem é?... quem é?...quem é?».

Não imaginam. O nosso colega em pânico, desatou a correr pelo corredor a gritar: «Guerreiro!!...Guerreiro!!...a velha...a velha acordou!!!...». Com a minha calma informei-o que não era a velha a falar mas sim um papagaio que estava na cozinha: «Tem calma pá... vai p'ró carro que eu já vou lá ter».

Branco como a cal, mal feito do susto, lá foi ele descansar para a viatura. Chegados ao piquete, nunca mais o vi.

A vizinha, apesar das circunstâncias, não resistiu ao riso, o mesmo sucedendo com o elemento da PSP. E eu tive de arranjar a desculpa de que ele não contava com aquele susto.

Afinal de contas, o papagaio não foi milagreiro!!!

O medo

Corriam os anos oitenta. Não recordo qual foi o ano, que a memória vai adormecendo e restam sinais daquilo que vivemos. Desse tempo resta a inquietação, o desassossego, a força de vontade para saber mais, descobrir aquilo que resta descobrir e recordar episódios agudos que marcaram as nossas vidas. Aproveito esta efeméride para contar a mais estranha sensação de medo que vivi ao serviço da Polícia Judiciária. Uma história que ficou guardada no baú dos desafios que cada homem consegue vencer.

Pertencia à 2.ª Brigada, da 6.ª Secção da Diretoria de Lisboa. A nossa obrigação era investigar crimes de furto e de assalto à mão armada participados na competência territorial deste departamento.

Trabalhávamos no segundo piso da velha casa, agora acoplada às magníficas instalações de que a Polícia Judiciária dispõe. Do outro lado do corredor, existia a 12.ª Secção também dedicada aos mesmos crimes. Eram chefiadas por duas personagens que construíram a história de prestígio da PJ. Os Inspectores (agora Coordenadores) Sousa Martins e Fernando Gomes. Trabalhavam no mesmo gabinete e a distribuição de processos passava por eles. A esmagadora maioria, sem autores conhecidos, motivo que dava origem, com o evoluir da investigação, a existirem criminosos que eram procurados por agentes das duas Secções. Tornava-se normal que, muitas vezes, trabalhássemos em equipas, quando se perseguiam criminosos identificados em processos dispersos pelas várias Brigadas.

Recordo-me que foi uma época de muito trabalho, de investigações difíceis, de capturas de alto risco. São lendários alguns dos bandidos que então capturámos.

De entre eles, andava a monte um par de assaltantes à mão armada, quando a sua quadrilha já estava detida. O Gil e o Rio Maior. Inteligentes, sagazes, velozes na mobilidade, acumulavam assaltos à mão armada, desde instituições públicas a ourivesarias, hábeis na fuga, ao ponto de chegar um momento em que existiam processos contra eles em quatro das seis brigadas daquelas secções.

Nos anos oitenta, éramos operários de investigação criminal. Trabalhávamos sem horas fixas, os computadores ainda eram uma utopia, a informatização, uma quimera. Os autos de declarações eram dactilografados. Os ficheiros de informação eram manuais, assim como a pesquisa dactiloscópica, e a fotografia dependia do laboratório que fixava as películas.

As brigadas de furto qualificado e assaltos à mão armada, devido à natureza dos crimes em investigação, rudes, muitas vezes brutais, cometidos por indivíduos com poucos ou nenhuns escrúpulos, sem problemas em matar alguém, obrigavam-nos a um estado de alerta permanente.



Francisco Moita Flores

Ao serviço na PJ
de 1980 a 2012

Como foi o caso dos dois mariolas que já referi.

Todos nós possuíamos redes de informadores na rua. Prostitutas, chulos, ladrões e baixo coturno, gente sem eira nem beira que polvilha as noites da cidade, órfãos da vida, vadios, toxicodependentes, faziam parte da nossa «família» mais próxima. Recordo-me de um cigano, baixinho, olho vivo, felino como uma lebre, afoito que nem um tigre, a quem durante anos, semanalmente, pagava um almoço do meu próprio bolso e púnhamos a conversa em dia. Era engraçado o raio do homem! Apanhámo-lo a vender relógios falsificados e, com medo de ser preso, virtude das virtudes!, tornou-se num amigo. A ele ficámos a dever muitas detenções de indivíduos da sua etnia que se dedicavam ao roubo e ao furto.

Foi um desses «amigos» que nos deu a «boca». O Gil e o Rio Maior tinham feito mais um assalto à mão armada e esconderam-se, com a viatura, na mata que vai de Se-simbra até à Fonte da Telha.

Dirigimo-nos para lá. Éramos seis ou sete homens da 6.^a e da 12.^a Secções. Recordo-me do João Branco, do Mário de Carvalho, do Manuel Pedreiro. Perdoem-me aqueles que não citei, mas esta memória já não é o que era. Tal como aquela mancha vegetal, enorme, isolada, sem estradas decentes. Apenas carreiros por onde avançávamos sem conseguir ver além de 30 ou 40 metros.

Não levou muito tempo para percebermos que era impossível descobrir o automóvel (apenas sabíamos a marca e que era vermelho) por entre aquela densa vegetação.

No meio do matagal e arvoredado, acabámos por chegar a uma clareira onde fora plantado um pequeno aeródromo de terra batida com cerca de 40 metros de comprimento. Saímos para apreciar e compreender o que era «aquilo» que mais parecia um pequeno campo de futebol sem balizas. Foi, então, que vimos a aproximar-se uma asa delta motorizada que, desajeitadamente, aterrou em poucos metros.

Era uma coisa de brincar. As asas de pano, esticadas em varões, estavam seguras a um par de cadeiras e ao motor, com hélices, adaptado a partir de uma motorizada. Observei o homem que pilotava a geringonça, tão frágil quanto ameaçando partir-se, com admiração. Era preciso muita coragem para voar, arriscar a vida, para gozar o prazer de subir pelos ares, na iminência de se romper uma asa, de falhar o motor, de ser pontapeado por uma rajada de vento.

Alguém entre nós teve uma ideia brilhante. Se era difícil descortinar a viatura dos ladrões, procurando junto ao solo, por cima do arvoredado seria mais fácil. Mais rápido. Mais extensa a busca. O ás da asa delta pôs-se de imediato à disposição para transportar um de nós pelos céus.

Foi então que o brilho da ideia se apagou. Os rostos fecharam-se. As mãos refugiaram-se nas algibeiras. Alguns acenderam cigarros, como se não tivessem escutado o oferecimento e apanharam-me distraído. Um deles, embora fossemos grandes amigos, também éramos bons malandros, disse:

– O Moita vai consigo. Ele não deixa de olhar para a sua máquina.

Apercebi-me que os restantes estavam distanciados, deixando-me sozinho perante o destemido aviador.

Foi um momento único. Senti vontade de rir e de chorar com a partida que me pregaram. A força das pernas desapareceu, um frio inusitado invadiu-me o corpo e transpirava ao mesmo tempo. O coração batia à velocidade da luz e o sangue não circulava.

O piloto conduziu-me à cadeira do pendura e, naquele momento, compreendi o que vai na alma de um cidadão condenado à morte a caminho da guilhotina.

Apertou à minha volta um velho cinto de segurança, roubado de um carro, enquanto me dava instruções.

– Segure-se ao varão com as duas mãos. Se quiser que eu suba mais, aponte o polegar para cima. Se quiser descer aponte para baixo.

– Acha que isto é seguro? – perguntei num gemido suspirado. Vencido. Incapaz de reagir.

– Oh, homem! Esta máquina é mais segura do que um polícia. Quando levantamos, sabemos que temos de regressar aqui. Com um polícia sabemos quando nos leva e nunca sabemos quando saímos. Bora! Vai divertir-se.

Filho da mãe! Gozava com o medo que me paralisava.

Imaginem uma casca de noz a flutuar num mar revolto. Assim funcionava aquela geringonça, estremeçando, balouçando, trepidando, ora a cair, ora a descer, conforme os caprichos do vento. Tão frágil, tão exposta, tão desnudada de qualquer proteção que me conformara dentro do medo. A PJ vai pagar a pensão de alimentos aos meus filhos. Não vou sofrer com a morte porque cair de quinhentos ou seiscentos metros de altura, pesado como sou, é um instante. Há um seguro de vida para mortes em serviço. E conformado com a ideia de que já estava morto, sobrevoámos a Fonte da Telha, passámos pela Lagoa da Albufeira, fomos até à Quinta do Conde, regressámos por Fernão Ferro e voámos saltitando até à Caparica. E, de vez em quando, o motor falhava! Definitivamente era pó que ao pó tornava. Apenas os olhos estavam vivos. Na verdade, lá do alto, era fácil de ver o solo do matagal e percebemos que por ali não havia carro vermelho abandonado.

Descemos como levantámos. Num ápice! O piloto esfusante com a operação de busca. Eu sem conseguir desenlaçar os dedos do raio do varão, tal era a força com que o agarrara.

A primeira coisa que vi, já seguro e em terra firme, foi o riso gozão dos meus colegas.

Um deles perguntou:

– Então, viram o automóvel?

Foi o meu condutor que respondeu porque eu não conseguia articular qualquer som. E continuava sem sentir as pernas.

– Nada. Demos a volta toda e não há qualquer carro vermelho.

Já estava na viatura da polícia quando comecei a sentir-me gente. E deve ter sido a única vez que aqueles homens regressaram de uma missão falhada sem estarem macambúzios. Riam e gozavam com o meu medo. Eles sabiam que, mais dia, menos dia, o Gil e o Rio Maior seriam capturados e, também, tinham a certeza absoluta de que jamais me deixaria levar e entrar numa asa delta.

E as duas coisas aconteceram!



**Francisco Santos
Silva²⁸**

Inspector/Coordenador
de Investigação
Criminal na DCITE de
1995 a 2001 e Dirigente
desde então

Polícia!

A estória que vou relatar é simples e aconteceu no final da década de 90. Estava eu então a chefiar a 2.ª Secção Regional de Investigação de Tráfico de Estupefacientes (SRITE) da DCITE²⁹, quando ocorreu uma intervenção no aeroporto de Lisboa, no âmbito da qual foi detectado produto estupefaciente (cocaína), ocultado no interior de uma mesa de pequenas dimensões.

O produto, proveniente da América do Sul, vinha acompanhado e à responsabilidade de um indivíduo, que foi detido e conduzido às instalações da Avenida Duque de Loulé.

Após alguma conversa com o detido, algo tagarela, acabou por querer colaborar no sentido de se chegar ao «dono» da droga.

Muito voluntarioso, ele que até gostaria de ser polícia, deu indicações do que estava combinado com o indivíduo que lhe pagou a passagem aérea e que lhe pagaria o serviço após a entrega da droga, num local seguro.

O local de entrega comportava alguns riscos, uma vez que se tratava de um bairro degradado nos arredores de Lisboa. No entanto, com a vontade de subir um patamar na investigação, decidimos avançar com uma pequena equipa que acompanhou o detido.

Já noite, passava das 23h00, alguém bateu à porta da «casa» do detido para, como ele havia dito, recolher a droga e acertar contas.

O detido, agora quase colaborador, abriu a porta ao personagem e de imediato, o Inspector Carlos Loureiro exclamou em voz firme:

- Polícia!

Com grande descontração, o indivíduo retorquiu:

- Não pá!... estás à vontade... Não sou da polícia...

- Mas sou eu! Estás preso! - Disse-lhe o Carlos Loureiro.

²⁸. Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

²⁹. Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes, actual Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes - UNCTE

O lugar do Laboratório de Polícia Científica na Polícia Judiciária: da teoria à prática futura

«The fundamental constraint in forensic science, in much the same way as in science in general, is that available information is limited and incomplete. This means that categorical conclusions about events of judicial interest are impossible. Reasoning in the light of uncertainty thus represents the regular case.»^{30/31}

O Laboratório de Polícia Científica

Arquitetura orgânica interna ou mesmo competências práticas específicas das Áreas do LPC seria o início óbvio mas, por duas ordens de razão, é desnecessário discorrer: a primeira prende-se com a mudança conformadora inerente às instruções permanentes de serviço, que vão modelando as designações e competências das «micro-unidades» que compõem organicamente o LPC; em segundo, porque devido aos frequentes desenvolvimentos científicos e tecnológicos, alguns procedimentos que hoje não são possíveis pelo estado da arte, num amanhã próximo já o serão, e não raro numa perspetiva que não imaginámos previamente.

Não obstante algumas referências inter cruzadas, e cientes do risco paradoxal, tentaremos fugir à ciência forense - aqui enquanto labor conexo a algumas das ciências designadas exatas - cuja finalidade é dar contributos aproveitáveis a um processo penal concreto. Falar do LPC significa forçosamente falar da prova penal, mas, com a plena consciência de que esta encerra uma realidade jurídica ampla e que o papel do LPC se circunscreve a uma pequena parcela desse universo da prova penal, ainda que com óbvia relevância no direito interno.

O lugar do LPC pode ser abordado de diversos prismas, contudo, há uma lente não afastável e originária a que qualquer prisma deve obediência, falamos da lente normativa do Direito Penal e Processual Penal densificada pela orgânica da PJ³².

Começando pelo particular, diríamos que o LPC enquanto unidade de apoio técnico-científico especializado vê as suas competências tipificadas no diploma orgânico da PJ, em que estas poderiam ser agrupadas em três vertentes, onde duas encontram estreita ligação a figuras processuais penais e uma terceira mais transversal com outra latitude.

A primeira vertente é ínsita à atividade de investigação criminal desenvolvida pela PJ enquanto Órgão de Polícia Criminal, no co-desenvolvimento de atividades enquadráveis nos domínios dos meios de obtenção de prova em sentido próprio ou *ex vi* das providências cautelares quanto aos meios de prova.

Falamos do exercício por parte das «micro-unidades» de inspeção judiciária e parte da identificação judiciária (na participação circunscrita à sua competência), no decurso da



Hélder Figueiredo

Na PJ desde 2001, como Especialista Adjunto da Área de Criminalística do LPC. Especialista Superior desde 2017. No Sector de Inspeção Judiciária/Local de Crime desde a sua criação, em 2006. É formador no IPJCC.

ação tutelada pelas unidades centrais ou desconcentradas de investigação criminal da PJ em atos materiais de investigação criminal de iniciativa própria ou a encargo das Autoridades Judiciárias. Com maior expressão, são exemplo os exames tendentes à identificação ou recolha de prova real/material que incida em pessoas, lugares, animais ou coisas, bem como quando a mera documentação ou fixação do estado daqueles se mostre necessária à investigação³³. Numa interpretação conforme, dir-se-á que a competência reservada da PJ aproveita no concreto a esta atividade do LPC, sem prejuízo do dever de cooperação.

Quanto à segunda vertente, a de índole laboratorial em sentido próprio, falamos do domínio pericial enquadrável processualmente no meio de prova pericial. Aqui se integram as actividades enquanto laboratório oficial do Estado Português, a quem cabe dar resposta às perícias solicitadas no âmbito de processos crime sem prejuízo das competências cumulativas com Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. O campo da realização de perícias abrange: áudio e som, balística, biologia, criminalística, documentos e moeda, drogas e toxicologia, escrita manual, imagem criminalística, informática e telecomunicações, física, lofoscopia, marcas e ferramentas, e química. Podendo haver lugar a implementação de novos domínios³⁴.

A terceira e mais transversal das vertentes abrange as actividades não enquadráveis nas duas anteriores e consequentemente residuais. Essencialmente as concretizadoras de cooperação nacional e internacional, desenvolvimento técnico-científico e gestão da qualidade. Daqui especial destaque: o Ficheiro Central de Dados Lofoscópicos, o ponto de contacto nacional técnico-científico para aplicação da Decisão Prüm, identificação humana em cenários de exceção, no âmbito da base de dados de perfis de ADN e na realização de intervenções periciais complementares, e situações que envolvam substâncias químicas, biológicas, nucleares e radio-ativas (QBNR), no âmbito do sistema de Protecção Civil³⁵.

Um LPC para o futuro

O LPC foi criado em 1957 com a promulgação do Decreto-Lei n.º 41306 de 2 de Outubro de 1957³⁶, organicamente na PJ (sob direção de Alberto Ralha até 1973)³⁷, à data estruturado em cinco áreas de trabalho: toxicologia, biologia, físico-química, armas e vestígios diversos, e documentos. Desde o estabelecimento originário sofreu assinalável evolução científica, organizacional e da capacidade.

Da caracterização exposta, percebemos que o LPC ocupa ainda hoje na PJ um papel relevante no concreto domínio da sua atuação legalmente preconizada. Por maioria de razão, e como decorrência do diploma orgânico, percebemos que o alcance, aqui pericial, do LPC se circunscreve aos domínios ali descritos³⁸ sem prejuízo da admissível expansão também ali prevista e, pese embora, fora da atividade pericial *stricto sensu*, possua maior latitude de intervenção através das estruturas de inspecção e identificação judiciária (internamente associadas à designação «criminalística»).

Atenta esta sede comemorativa dos 75 anos da PJ, seria oportuno sugerir três breves considerações de índole prática, reforçadoras da ação do LPC.

A primeira é que na atualidade parece ainda muito vocacionado para um certo tipo de crime dentro do universo da competência investigatória da PJ, essencialmente crimes violentos contra as pessoas e contra o património. Uma análise estratégica que leve em conta as estatísticas criminais por tipo de crime e a avaliação de modelos probatórios³⁹ associados poderia indicar caminhos futuros de intervenção do LPC readequando prospectivamente a sua resposta.

Um segundo aspeto relevante tem que ver com o modo como o LPC se comunica através da investigação criminal ao processo penal. Nesta sociedade pós-moderna, a comunicação elitista⁴⁰ baseada no jargão⁴¹ já não é bem acolhida. Será interessante explorar uma comunicação em linguagem clara e de apreensão universal sem perder a referência técnico-científica que procedimentalmente deva casuisticamente seguir. Só assim se alcança a finalidade co-adjunvante que lhe compete.

Por último, referir que a responsabilidade de laboratório oficial e acreditado⁴² não mais permite voltar atrás no processo de acreditação. Devemos estar cientes que a manutenção do sistema de qualidade implica uma ordenação além das fronteiras do LPC, abranje toda a PJ. Tudo isto na plena consciência que o processo de acreditação deve partir e encontrar o seu fundamento nos ditames constitucionais e legais (na essência, a legislação processual penal e conexa), não devendo auto justificar-se como um fim em si mesmo.

Concluindo, impõe-se a todos uma visão holística da investigação criminal, que não se esgota na PJ (aliás a titularidade da ação penal é terreno do Ministério Público). Da mesma forma se impõe uma capacidade empática intra-institucional, conhecendo o seu papel e o papel do outro bem como as finalidades do seu trabalho em concreto nesta engrenagem investigatória da PJ. Só a limpidez das competências permite a cada um de nós conhecer o seu papel na PJ e o seu contributo para a realização de Justiça. Assim, dito grosseiramente parece simples, a investigação criminal a ser investigação criminal e o apoio técnico-científico especializado a ser apoio técnico-científico especializado.

30. Tarini, Franco e Biedermann, Alex (2015). Uncertainty in Forensic Science: Experts, Probabilities and Bayes' Theorem. *Statistica Applicata - Italian Journal of Applied Statistics* Vol. 27 (2), 131. Retrieved from https://wp.unil.ch/forensicdecision/files/2015/01/Taroni_Biedermann_2015b.pdf.

31. Tradução de autor: «A restrição fundamental da ciência forense, da mesma forma que na ciência em geral, é que as informações disponíveis são limitadas e incompletas. Isso significa que, conclusões categóricas sobre eventos de interesse judicial são impossíveis. O raciocínio à luz da incerteza, representa, portanto, o caso regular».

32. Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro.

33. Vertente enquadrável na alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro:

«a) Pesquisar, definir procedimentos de recolha, recolher, tratar vestígios e garantir a custódia da prova no âmbito dos crimes da competência reservada da PJ ou cuja competência que lhe seja deferida;».

34. Aqui a reprodução das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro:

«b) Realizar perícias nos diversos domínios da ciência forense, nomeadamente do áudio e som, balística, biologia, criminalística, documentos e moeda, drogas e toxicologia, escrita manual, imagem criminalística, informática e telecomunicações, física, lofoscopia, marcas e ferramentas e química; c) Implementar novos tipos de perícia e desenvolver as existentes, integrando o conhecimento científico nacional e internacional;»

35. Vertente enquadrável nos seguintes números e alíneas do Artigo 41.º Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro: «1 - O LPC exerce a sua atividade em todo o território nacional, tem a natureza de laboratório oficial nos termos da lei, goza de autonomia técnica e científica, competindo-lhe: (...) d) Manter e desenvolver as respetivas bases de dados forenses, em especial o Ficheiro Central de Dados Lofoscópicos, nos termos previstos na Lei n.º 67/2017, de 9 de agosto; e) Assegurar o ponto de contacto nacional técnico-científico para aplicação da Decisão Prüüm, em matéria de impressões digitais e como Centro Nacional de Análise de Notas e Moedas, junto das instituições europeias; f) Assegurar a participação técnico-científica da PJ, em matéria de ciências forenses, nas diferentes instâncias nacionais, comunitárias e internacionais e, em especial, na cooperação com os países de língua oficial portuguesa; (...) 2 - Sem prejuízo da resposta da PJ aos restantes órgãos de polícia criminal e às autoridades judiciais, a intervenção do LPC pode ser estendida a qualquer entidade ou serviços oficiais. 3 - A competência do LPC é cumulativa com a do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., em especial em matéria de Identificação humana em cenários de exceção, no âmbito da base de dados de perfis de ADN e na realização de intervenções periciais complementares. 4 - A PJ, através do LPC, coopera com o sistema de Proteção Civil, quer em catástrofes naturais ou acidentais, quer em situações, de origem não criminosa, que envolvam substâncias químicas, biológicas, nucleares e radio-ativas (QBNR).»

36. Acessível em <https://dre.pt/application/file/253363>

37. Desde então até ao presente sob direcção de: António Carlos da Silva Santos (1973-1998), Maria da Conceição Oliveira Marques Faia Correia (1998-2001), Maria da Saudade Alves Nunes (2001-2008), Álvaro Augusto Teixeira Lopes (2008-2009), Carlos Alberto Lopes Farinha (2009-2018) e Alexandra Maria da Silva André Milhazes desde 2018.

38. Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro, artigo 41º, alínea b).

39. Aqui entendida como metodologia da investigação criminal para aquisição de prova vocacionada ao tipo de crime concretamente investigado.

40. Termo desprovido de conotação, tão só significando o que é distinto do comum.

41. Jargão - 1. Linguagem incompreensível. 2. Linguagem característica de um grupo profissional ou sociocultural. 3.

Linguagem artificial usada por determinado grupo e que é incompreensível para as pessoas que não fazem parte desse grupo. «Jargão», in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/jarg%C3%A3o> [consultado em 07-02-2021].

42. «O LPC cumpre com os critérios de acreditação para Laboratórios de Ensaio, estabelecidos na norma NP EN ISO/IEC 17025:2005 "Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração"», informação pública conforme sítio na internet da PJ acedido em <https://www.policiajudiciaria.pt/lpc-exames-periciais/>.

Alavancagem

Certo dia de 1988, acabada de sair da Escola de Polícia Judiciária, fui colocada como Agente Estagiária na 13.ª Secção da Diretoria de Lisboa da Polícia Judiciária (PJ), onde se investigava o furto e o roubo em residências.

Era jovem, gira e irreverente, uma espécie de novidade na PJ.

Imaginem: 23 anos de idade, vinda das melhores escolas, para quem tudo era uma aventura e pura diversão.

Choque enorme – olhava à minha volta: tantos velhos rezingões de patilhas e bigodes – que susto. E agora?!...

A PJ é isto?...

Tive tanta sorte!... Conheci pessoas extraordinárias, carinhosas, paternalistas (no melhor sentido) e eu deixava-me levar por aquele entusiasmo posto em cada detalhe.

De dia, de noite, tanto fazia.

Cada caso era o mais importante, cada vítima era única.

Aprendi a perceber a violência da intrusão na residência, o horror de verem remexidas as suas recordações mais queridas, as fotos dos filhos, a roupa íntima, uma terrível sensação de nudez e de desproteção que nos tocava a todos.

Aprendi a olhar para o outro e a pôr-me no seu lugar.

Aprendi que as vítimas podem ser alguém da minha família.

Chorei com as suas vidas, ri com elas quando conseguíamos prender os criminosos.

Senti muitas vezes o calor dos seus abraços de agradecimento, mesmo quando o resultado não era o esperado.

Aprendi que, ao tratar a vítima com dignidade, respeito e dedicação se está a fazer Justiça.

Foi com aqueles «feios, porcos e maus» titulares de imponentes e feios bigodes que aprendi a nossa missão.

E depois havia a minha querida CS que prometeu à minha mãe que tomava conta de mim!

A todos eles, nunca conseguirei agradecer o suficiente!

Muitos anos e muitas peripécias mais tarde e a aguardar a tomada de posse como Inspetora-chefe, fui colocada na 3.ª Secção da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo, onde se investigam incêndios e crimes ambientais.

Um grande desafio para quem, como eu, tinha apenas conhecimentos teóricos sobre essa matéria.



Helena Gravato

Desde 1988 na PJ como Agente/Inspetora e Inspetora-chefe

Verdade seja dita que, embora tivesse mais de 20 anos de experiência como formadora nessa área – sabia tudo sobre entrevista e interrogatório, perfil do incendiário, etc. –, certo é que, nunca tinha visto um local de crime de incêndio, nem imaginava o que seria uma investigação no terreno.

Para colmatar estas falhas e para ser uma chefia «à séria», comecei a acompanhar as inspeções ao local de crime e a liderar as ações no terreno.

Sabia-me bem ser operacional, sentir a adrenalina, dar confiança à equipa e, acima de tudo, ter soluções criativas. Era isso que os meus esperavam de mim!

Deu tanto trabalho chegar lá! Não me podia defraudar e sobretudo não podia defraudar aqueles que depois de tantas batalhas acabaram por me aceitar como chefe.

Não se pense que 75 anos depois, ser chefe no feminino é tão natural como respirar.

A vida tem destas coisas... e a PJ também.

Mas não é este o tema que hoje me leva a escrever estas palavras.

O desafio era partilhar uma história.

Quando pensei nisso achei que era muito fácil. Trinta anos de um tempo em que vivi, não uma vida, mas muitas vidas!

Claro que sim... vou contar uma estória, já me fartei de escrever e ainda não contei nada.

Mas agora que quero concretizar, não consigo, tenho tantas... não sei por onde começar.

Talvez aquela em que... Ah, não, esta não se pode contar, talvez quando... hum, esta não interessa a ninguém... em que é que ficamos?!...

Uma história emocionante?

Adrenalina?

Lágrimas?

Episódios de bandidos que nem isso sabem ser?

Homenagem àqueles por quem, apesar do tempo, continuamos a chorar?

Elogio aos bons velhos tempos?

Ou estórias como aquela que colocou à minha guarda, por momentos, num piquete, um jovem de 17 anos que tinha acabado de matar, com uma facada, outro jovem da mesma idade por tentar seduzir a única pessoa que alguma vez o amou, e que quando lhe perguntei:

– Então o que aconteceu?

Respondeu:

– Tem tempo para me ouvir?

– Claro! Tenho todo o tempo do mundo - disse-lhe.

E ele chorou copiosamente.

Não, não vou contar histórias. Nem tristes nem emocionantes, nem daquelas que achamos que só acontecem aos outros!

Acabei por me decidir:

Vou contar uma grande operação para detenção de um perigoso incendiário, cujas ações criminosas eram movidas pela sua enorme sede de vingança, sempre com o nobre pensamento de que «se não é para mim não é para ninguém!».

Alguns incêndios mais tarde, finalmente perceberemos onde estava o autor.

Pedimos mandados de busca domiciliária.

Quando chegou o momento, conforme mandam os manuais de boas práticas, fizemos reconhecimentos ao local, verificámos as condições de acesso à residência, confirmámos que estava habitada, tudo certo!

Havia a indicação de que o visado era perigoso, poderia estar armado e, para além disso, teria um cão dessas raças consideradas perigosas.

Num precioso guardanapo, estrategicamente retirado do dispensador pousado na mesa do café, enquanto conversava com os elementos da brigada, comecei a fazer o planeamento operacional.

Dividi-os em equipas, posicionei cada equipa no terreno – a casa era térrea, rodeada por muros relativamente baixos, do lado da entrada havia uma cerca de arame com um portão e tinha vários acessos. Defini a equipa que faria a entrada, onde eu me incluía, enfim, tudo previsto conforme tinha aprendido. A formação estava a dar os seus frutos.

Nada poderia falhar.

Marcámos o dia. Às primeiras horas da manhã lá fomos todos equipados: coletes à prova de bala, pistolas, algemas, armas de apoio, não fosse o cão atacar..

Chegados ao local, cada equipa cumpriu o planeado. Cada um posicionou-se no local previamente desenhado no guardanapo.

Eu, acompanhada de D e C, dirigi-me à entrada da casa.

Lá estava a cerca de aramado, o portão também aramado com fechadura, o cão perigoso, tudo conforme!

O planeamento é garantia de sucesso.

Num olhar mais próximo verificámos que a fechadura, que eu jurava que tinha visto, afinal não era fechadura, era uma chapa grossíssima que não conseguíamos abrir.

Claro que o plano não podia falhar!

Tentámos abrir com a chave-mestra, uma vez e outra e (ainda) outra e nada. A fechadura não cedia de maneira alguma.

Mais uma vez o plano não podia falhar!

O C usava vigorosamente a chave-mestra.

Eu, com umas botas tão grossas que não cabiam nos buracos do arame e muito mais pesada do que uns anos antes, não conseguia trepar.

O plano era bom e era para manter!

Munido da caçadeira, que colocou a tiracolo, não fosse o cão atacar, o D, muito mais novo do que eu, trepava o aramado para saltar para o quintal.

O plano não iria falhar.
Já nada podia correr mal.
D estava no topo da cerca!
C conseguiu abrir o portão.
Excelente, o plano não falhou!
D preparou o salto enquanto C já estava no pátio.
Eu preparava-me para entrar... pelo portão, naturalmente!
Obviamente que o plano estava a dar certo.
Mas, de repente... nem tive tempo de me entusiasmar.
D estava pendurado no topo da cerca. A caçadeira ficou presa na videira que cobria o pátio.
O cão ladrava desalmado.
Era preciso atuar.
O ruído já tinha alertado meio mundo...
Tudo conforme planeado!...?
O C estava já junto à porta da casa, mas sozinho. O visado pela operação não tardaria a reagir.
E agora?!
Um à porta, outro embrulhado na videira, bonito!
Num rasgo de criatividade iria utilizar a técnica da alavancagem.
É de difícil execução, mas poderia resolver-nos o problema e salvar a operação.
O plano tinha de dar certo!
Respirei fundo e, num ato de coragem, abdicando de qualquer decência, ergui os braços, coloquei as mãos no rabo do D e com todas as minhas forças alavanquei-o, soltando-o das amarras da vinha.
E assim se fez hi(e)stória.
Fora criada mais uma importante técnica ao serviço da Justiça!

Fernandel – Da Sé ao inferno

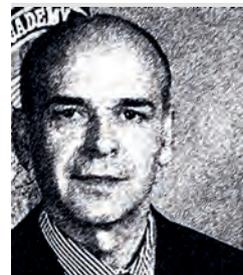
A zona histórica da cidade do Porto desenvolve-se a partir da Ribeira, no lado direito do Rio Douro, estende-se pela encosta, protegida pela antiga muralha Fernandina, elevando-se até à zona da Sé Catedral, local a partir do qual a vista humana pode contemplar o rio no seu esplendor até à Foz. A partir do Largo do Paço é ainda possível observar-se o aglomerado de ruas, ruelas, vielas, travessas, estreitas, esconsas e labirínticas, onde se mantêm enraizadas casas seculares, térreas ou com dois-três andares no máximo. Casas habitadas por gente anónima, humilde e laboriosa, dedicada ao comércio, atividades afins e outras práticas mundanas.

No coração deste espaço a circulação, quase exclusivamente apeada, processava-se em grande medida pelo pavimento granítico e irregular da Rua Escura⁴³, Rua da Bainharia⁴⁴, Rua do Souto⁴⁵, e Rua do Pelames⁴⁶. É nesta confluência de artérias seculares⁴⁷, da freguesia da Sé, que no início dos anos 90 surgiu a nossa estória e protagonista.

Fernandel, alcunha outorgada pelos pares devido às evidentes características fisiológicas com o popular ator francês, portuense e portista indefetível, 45 anos, estatura baixa, barriga distendida, cabelo escurecido com farandol, jovial e folgazão, alardeando o famoso sotaque e linguagem brejeira à moda do Porto. Não conseguia esconder a sua origem e vivência duradoura na Rua dos Pelames, próxima da Sé Catedral, que deu nome à freguesia - Sé. As diversas vicissitudes sofridas durante a vida, um negócio de mercearia falido, dois filhos toxicodependentes, um casamento desfeito devido aos arremessos constantes perante o sexo feminino, foram sendo ultrapassadas pela sua sagacidade e agudeza negocial, essencialmente no segmento ilícito.

As deslocações de *Fernandel*, entre Porto e Lisboa para acompanhar e apoiar o clube do coração, com os parceiros da zona da Sé, a personalidade extrovertida e o bom humor facilitaram o contacto com adeptos do clube rival – Benfica - e robusteceram a amizade e interesses comuns externos ao jogo de campo – o «negócio do pó». Os contactos, então já estabelecidos pelos parceiros, com Edmundo, residente na área da Picheleira, apodado no universo benfiquista com a alcunha de *Picha*, permitiram a *Fernandel* obter deste as quantidades necessárias de «pó» – heroína e cocaína – que paulatinamente, mas de forma consolidada, lhe garantiram o monopólio da revenda e distribuição na zona histórica do Porto, que nos jornais e televisão da época ganhou o epíteto penalizador de «supermercado de droga».

A dimensão do negócio, os proveitos gerados pela nova atividade económica do



Henrique Noronha

Ingressou na PJ em setembro de 1986
Agente, Inspetor,
Inspetor-chefe e
Coordenador de
Investigação Criminal.
Retirou-se em janeiro
de 2021

43. Toponímia adotada devido à dificuldade de penetração da luz solar.

44. Toponímia adotada devido à localização de diversos artesãos que se dedicavam ao fabrico de bainhas para espadas.

45. Toponímia como a dos Pelames adotada devido a atividades com curtumes.

46. Toponímia que como a anterior caracterizava-se pela existência de estruturas escavadas na rocha ligadas a atividades de curtimento de pele.

47. Artérias da zona histórica onde se concentrava o tráfico de estupefacientes.

antigo merceeiro, as denúncias recebidas, a dimensão do fenómeno ilícito e as suspeitas de proteção de elementos das forças de segurança foram-se avolumando na Polícia Judiciária (PJ). *Fernandel* apesar de afadigado com o negócio, fazendo jus à sua sagacidade e propensão negocial, não descurou nem subestimou o potencial perigo que poderia representar a SRITE⁴⁸ da PJ do Porto.

Algumas informações prestadas pelos filhos, que já tinham passado pelas instalações na Rua Pereira Reis⁴⁹, deixavam-no inquieto e receoso, decidindo agir por forma a prosseguir o negócio que seguia de vento em popa. Prudente e com receio da serpente apelou à proteção divina de S. Miguel Arcanjo⁵⁰, devido às múltiplas e úteis valências que representava, e recorreu à profana, neste particular a elementos da PSP local, para que os desígnios divinos pudessem ser zelosamente cumpridos na zona histórica e fora desta.

Com este planeamento, *Fernandel*, pretendia: a) que a sua atividade ilícita ficasse oculta; b) eliminar a concorrência e impor o monopólio da revenda e distribuição na área histórica; c) através daquela força, obter informação que permitisse controlar as intervenções da PJ.

Foi com este propósito que recrutou dois carismáticos elementos da PSP, António e Alfredo. Os seus guardiões assumiram com galhardia e especial desvelo a função privatística contratada e tão generosamente recompensada. A trama urdida a três, na qual António e Alfredo desconheciam a participação de cada um deles, parecia retirada dos métodos de investigação adotados por Eugène Vidocq⁵¹, em Paris, que o tempo veio a refutar devido aos potenciais perigos que revelou.

Fernandel não podia imaginar que o plano gizado e aplicado estava já a ser acompanhado pela PJ que, fazia tempo, estava com o ouvido encostado em si e nos amigos e, simultaneamente, observava nas janelas das costas dos seus guardiões os passos no centro histórico e as deslocações a Lisboa.

Os receios, a ansiedade permanente, os conselhos e recomendações dos guardiões colocavam *Fernandel* de sobreaviso, levando-o a adotar comportamentos e cuidados acrescidos no decurso da atividade ilícita.

Passou a recorrer à casa de um vizinho para falar com o habitual fornecedor e combinar as deslocações a Lisboa. O diálogo cuidadoso e os códigos linguísticos eram tema para longas conversas de onde se extraíam segmentos de frases do tipo: «Sr. *Picha* preciso de mais vinho tinto⁵² pois a qualidade é excelente e tenho muito mais gente interessada, percebe? ...Vou a sua casa para o recolher e levo comigo o compadre seguro», para logo referir que «as últimas garrafas eram de uma cepa maravilhosa e beberam-se todas em dois dias»... Ao que o interlocutor respondia: «Venha por aí abaixo, em segurança, percebe?... Em Lisboa não falta vinho, tinto ou branco, para vender na mercearia».

E *Fernandel* viajou para Lisboa com António ou Alfredo nos seus veículos particulares, fazendo sempre a viagem a dois, ao longo de quatro meses, sem qualquer percalço ou transtorno. A qualidade funcional do motorista-guardião mantinha a via aberta em

48. Secção Regional de Investigação de Tráfico de Estupefacientes.

49. Edifício da PJ onde estava instalada a SRITE.

50. Padroeiro da PSP e protetor do povo.

51. Foi um criminoso e criminalista francês, fundador e diretor da Sûreté Nationale – França. Os métodos e sistema implementados por Vidocq na investigação criminal conduziram à sua demissão (1812-1827).

52. Vinho tinto e vinho branco – expressões com significado de heroína e cocaína, respetivamente, no contexto do tráfico de droga.

segurança... e o «pó» continuava a entrar e circular.

Além da função já descrita, António e Alfredo, autonomamente, continuavam a destroçar a concorrência e a reforçar o monopólio de *Fernandel* na zona histórica, realizando detenções de pequenos traficantes, deixando o mercado livre para o patrão. A conduta profissional permitia-lhes granjear, com estes «serviços», a estima dos superiores devido à elevada competência demonstrada, mas deixando nos seus pares um sentimento de desconfiança face a tamanho e qualificado desempenho.

Apesar de se sentir em segurança e protegido, pois António e Alfredo iam dando informações que a PJ estava controlada e desinformada, *Fernandel* vivia em permanente sobressalto e percecionava PJ em todo lado, na área da Sé.

Este estado de alma e a fulgurante vivacidade da sua imaginação revelava-se no quotidiano. Assim se verificou no dia em que saiu de casa com uma quantidade considerável de heroína no bolso e, de repente, sentiu uma mão no ombro direito e uma voz rude: «Com que então a passear...». *Fernandel* sentiu calafrios, o chão a fugir e pensou: «Chegou a hora..., 20 anos no mínimo». Eis senão quando, lentamente, virou-se para trás, buscando a cara do seu algoz e deparou com a de um seu conhecido da área. Qual relâmpago, desatou a insultá-lo com o vernáculo mais fino da Sé e acusações desabridas de o querer matar de susto, perante a estupefação do conhecido que não entendeu o que se estava a passar. Ou então no dia em que estando sozinho em casa a «tratar do pó» que estava húmido, recorrendo a um aquecedor para o recuperar, e ouviu o bater na porta de forma vigorosa. Mais uma vez, o solilóquio da desgraça iminente surgiu-lhe na boca e logo representou a imagem de elementos da PJ a arrombar a porta, pelo que, imediatamente, lançou o «pó» na sanita dissolvendo-o com uma descarga de água. Porém, perante a insistência das pancadas na porta, dirigiu-se para esta, com as calças na mão, abrindo-a com mil pedidos de desculpa. Ficou, então, frente a frente com o carteiro, passando de imediato ao insulto, recusando-se a receber a correspondência e ameaçando-o de morte se voltasse a bater na porta com aquele ímpeto. Tudo perante o assombro do funcionário.

O dia de Carnaval do ano de 1990, foi escolhido por *Fernandel* e António para, novamente, se deslocarem a Lisboa, regressando ao Porto ao final do dia, com satisfação pelo dever cumprido, mais uma vez; o primeiro por transportar cerca de um quilograma de heroína que iria revender na sua cidade, o segundo, por poder pagar mais uma prestação do *Alfa Romeo* que estava pendente, porque o salário auferido era manifestamente insuficiente e o suplemento remuneratório extra pelo serviço de proteção a *Fernandel* supria as dificuldades.

Os fatídicos acontecimentos ocorreriam na área da portagem dos Carvalhos.

Fernandel ficou atónito, emudecido de espanto, não conseguia articular duas sílabas. O impacto visual das armas de fogo, o som das comunicações via rádio, as luzes, sirenes e o movimento dos carros em direção ao Porto, com a noite como pano de fundo, não prenunciavam tempos fáceis. O agente destacado para vir a seu lado personificava

o algoz que sempre temera. A sucessão de perguntas a que este o submeteu, do tipo: «Onde está a droga? deve estar escondida na barriga... a viagem a Lisboa foi agradável e proveitosa?... Também és polícia como o outro?», levaram-no a considerar rapidamente que o melhor seria contribuir para a descoberta da verdade, já que desta vez não havia dúvidas: a ficção fora substituída pela realidade.

O guardião, António, no momento da abordagem enrubescou como se estivesse a debater-se com a sufocação, paralisou ao volante, tremia violentamente e ficou com uma palidez de morte. Saiu pesadamente do veículo, exalando um fétido odor proveniente da zona da cintura.

No dia seguinte, Alfredo foi igualmente detido, recaindo sobre todos a suspeita do crime de tráfico de estupefacientes agravado, que determinou a prisão preventiva para os dois primeiros e a permanência na habitação para o terceiro. Em sede de julgamento os três foram condenados pelo crime sobredito em penas superiores a 10 anos de prisão.

A detenção de Alfredo e António, facto incomum na época, provocou alguns atritos entre as duas forças policiais locais.

Para desanuviar o ambiente entre polícias, o então Diretor da PJ do Norte e o Comandante da PSP decidiram levar a cabo um jogo pacificador de futebol entre as duas corporações, realizado num dos campos de treinos do Estádio das Antas. O pontapé de saída entre os dois dirigentes, lado a lado, teve o insólito do Comandante da PSP, a utilizar sapatilhas, escorregar na relva e estatelar-se no chão com uma perna partida. Já o fotógrafo do jogo, contratado pela PSP, residente na zona da Sé, viria poucos meses depois a ser detido por tráfico de estupefacientes, possuindo na sua habitação fotografias dos jogadores da PJ, nas quais estavam devidamente sinalizados os elementos da Secção Regional de Investigação do Tráfico de Estupefacientes (SRITE) do Porto.

Decorridos 30 anos sobre este peculiar processo, o jovem magistrado do Ministério Público e o agente da PJ voltaram a encontrar-se para trabalhar juntos: o primeiro na qualidade de Diretor e o segundo de Coordenador na Diretoria do Norte da PJ.

Posto isto, qualquer semelhança com a coincidência é mera realidade.

O menino com nome de telenovela

A Maria, com pouco mais de 20 anos e algumas fragilidades cognitivas, ia no quarto filho. O homem que ela apontava como pai da criança fora viver para Viseu e dizia que o filho não era dele. A família era próxima: irmãos, tios e sobrinhos viviam juntos numa casa do Estado, apertada para tanta gente. Decidiu que, quando o menino nascesse, lhe poria o nome da sua personagem preferida da telenovela mais em voga em meados dos anos 90.

O Marco nasceu no Hospital D. Estefânia com uma insuficiência renal, sendo necessário sujeitar-se a tratamentos médicos nas primeiras semanas de vida.

Assim, a Maria deslocava-se regularmente ao hospital com o filho, por vezes acompanhada de uma das suas tias. Na sala de espera travou conhecimento com a Celina, de cerca de 40 anos, que dizia acompanhar a filha e o neto às habituais consultas de rotina. Esta levava sempre consigo um saco com produtos para higiene de bebé, no intento de tornar mais credível a sua história.

Tornaram-se «amigas» e criaram o hábito de tomar café ou lanchar nas pastelarias mais próximas.

Naquele dia, quando acabaram de lanchar, a Celina pediu à Maria que fosse esperar a filha, que esta ainda não tinha tido a oportunidade de conhecer, numa esquina ali perto. Ela ficaria com o Marco para a mãe se deslocar com mais facilidade.

A Maria lá foi procurar uma pessoa sua desconhecida. Como esta não chegasse a aparecer, regressou à pastelaria. Contudo, quando aí chegou, por mais que procurasse, não encontrou a Celina: tinha desaparecido levando o seu filho.

A Maria nem hesitou e deslocou-se de imediato ao Serviço de Piquete da Polícia Judiciária, a funcionar nas instalações da Sede, a fim de relatar a situação. Tinha uma confiança absoluta na Instituição, pelo que nunca duvidou que encontrariam o seu filho.

Como Inspetora, que à época chefiava a 2.ª Secção, com competência para a investigação dos crimes de sequestro, tive conhecimento da situação e, sinceramente, não me senti tão segura como a mãe. Tinha consciência da complexidade do caso e das dificuldades com que se deparava a investigação. As diligências que se seguiram de imediato não apaziguaram a minha preocupação. A mulher e a criança tinham desaparecido sem que alguém tivesse dado conta: nem os clientes, nem os empregados da pastelaria, nem os motoristas de táxi da praça ali próxima, tinham reparado no que se passara. Afinal, eram duas mulheres e uma criança vulgares, sem qualquer comportamento que chamasse a



Isabel Polónia

Na PJ de 1985 a 2019,
Agente/Inspetora,
Coordenadora de
Investigação Criminal,
Coordenadora Superior
de IC e Dirigente

atenção sobre si e, muito menos, que causasse alarme.

Aquando da realização do retrato-robô da Celina, com base nos testemunhos das tias da Maria e dos empregados das pastelarias onde tinham estado, verificou-se que as informações eram díspares: uns davam-lhe 30 e tal, outros 40 e tal anos.

A preocupação adensava-se. Lembro-me de ter ido falar com o Subinspetor e perguntar-lhe: - E agora Chefe?

Não consigo recordar-me quanto tempo demorámos a recuperar a criança. Na altura pareceu-me uma eternidade, mas lembro-me bem de a Maria ir quase todos os dias à Secção e de se sentar no meu gabinete, à espera, enquanto eu trabalhava. Estava completamente confiante do rápido aparecimento do filho, tal era a fé depositada na competência do nosso trabalho. Já eu, apesar de nunca duvidar da nossa competência, não estava tão segura: era como procurar um grão de areia numa praia, ninguém tinha visto nada.

À época os meus filhos eram pequenos, de modo que lhe dei para ler algumas publicações minhas, dedicadas à educação de crianças, que a Maria lia atenta e quase com reverência. Nunca perdeu o sono, mas eu e a minha equipa perdemos.

Naturalmente, os factos chegaram ao conhecimento dos jornais e a Maria andava também entusiasmada a organizar um álbum de recortes para futuramente mostrar ao filho.

Entretanto, apesar dos nossos esforços, não tínhamos logrado recolher informações sobre o paradeiro da Celina e da criança.

Assim, avançou-se para a divulgação, através dos órgãos de comunicação social, do retrato-robô e de uma síntese dos factos ocorridos.

Criaram-se, previamente, equipas constituídas por investigadores experientes e, recordo-me, por alguns estagiários, para avançarem logo que fossem obtidas possíveis informações sobre o paradeiro da mulher e da criança desaparecidas.

Foram recebidos mais de 300 contactos presenciais e telefónicos e, após uma seleção baseada numa breve análise do seu teor, as equipas avançaram rapidamente para os locais onde, segundo as informações recebidas, se encontravam.

O empenho era imenso, todos queriam encontrar a criança quanto antes, garantindo, desse modo, maiores possibilidades de se encontrar em bom estado de saúde.

O Marco foi localizado ao fim dessa mesma manhã por uma equipa chefiada por um Agente que, já anteriormente, havia participado numa investigação de factos semelhantes.

A alegria de todos, quer das equipas envolvidas na procura, quer de quem tinha ficado na Secção, foi indiscreto. A Maria pegou no filho, suspirou de satisfação e voltou à leitura das revistas. Afinal ela nunca duvidara, seria uma questão de tempo.

Duas Agentes levaram a criança ao hospital, onde se confirmou que estava de boa saúde e tinha sido alimentada e bem tratada no geral.

A Celina contou a sua história: era mãe de filhos adultos, mas não conseguia engravidar do atual companheiro, alguns anos mais novo e com quem queria muito ter um filho. Não o podia perder, pelo que apenas encontrou como solução forjar a gravidez e

sequestrar um recém-nascido. Na sala de espera do hospital pediátrico reparou na Maria, apercebeu-se das suas fragilidades, aproximou-se dela, ganhou a sua confiança, criou a oportunidade e desapareceu levando a criança para casa, onde preparara o quarto como se fosse para o seu próprio filho.

Foi a única vez, em toda a minha vida profissional que presenciei alguém a pedir, chorando, que a detivéssemos. Não tinha coragem para encarar a família, especialmente o companheiro, depois dos atos que praticara.

Junto ao portão principal da Sede da PJ tinham-se juntado muitos profissionais da comunicação social, aguardando informações.

Na altura de a mãe e a criança serem levados a casa, no intuito de proteger a sua privacidade, decidiu-se que saíam pelo portão junto ao então Piquete, mais resguardado. O carro que os transportava era um *Renault 5*, já muito velho, e no noticiário da noite ainda vi de fuga a imagem do Subinspetor no lugar ao lado do condutor.

Afinal, à porta de casa de família já se encontravam vários jornalistas, e a Maria e as tias contaram radiantes tudo o que tinha acontecido. Na mão, a Maria ainda segurava o saco com as revistas sobre crianças, que eu lhe dera.

Nunca mais soube deles, mas não os esqueci. Dei comigo muitas vezes a pensar como teria sido a sua vida.

É assim o nosso trabalho, cruzamo-nos com as pessoas, vivemos os seus problemas e depois de concluídas as investigações saímos das suas vidas. Este foi um de entre os muitos casos que ainda recordo.

Efetivamente, o meu percurso na Polícia Judiciária foi muito rico em casos e pessoas, bons e maus.

Gostei de trabalhar em equipa, com gente muito dedicada, competente, interessada e incansável, que recordo com admiração e respeito.

Claro que, também houve os outros, mas desses não reza a história.

Mesmo sabendo do odiado «*cross das laranjeiras*» do meu tempo de aluna na Escola de Polícia Judiciária, das noites perdidas, das refeições fora de horas, das viagens a altas velocidades e de tantas outras experiências, se fosse hoje voltava a percorrer igual caminho.



Jaime Borges Pereira

Desde 1998 na equipa de Segurança da PJ

Três semanas em Bissau

Corria o ano de 2009 quando me foi solicitado pela Direção da Escola de Polícia Judiciária, que integrasse uma equipa com o objectivo de ministrar formação aos primeiros seguranças da nossa congénere guineense.

Sendo que, em simultâneo, decorria um curso de agentes, a equipa de formadores cobriria as duas áreas, e eu, como segurança, ficaria adstrito ao pessoal da minha carreira.

Tomadas as sete vacinas obrigatórias, nada mau para quem tem fobia de agulhas, embarco rumo ao Aeroporto Osvaldo Vieira, onde me aguardavam o Inspetor-chefe LR (responsável pela formação) e o Inspetor MC (o nosso Assessor à Direção da PJ/GB). Dizem-me à chegada que tive sorte: - «Havia luz na pista, e só a TAP aterra quando a não há!». Sou um sortudo! A Bissau já tinha chegado o Inspetor-chefe CC, que encontrei mais tarde, já na cidade.

Levanto a bagagem, que continha todos os conteúdos em papel. Quilos de papel. «Quem vai ao mar, avia-se em terra», aprendi cedo na PJ. Paguei excesso de bagagem, mas salvei-me de males maiores como contarei mais adiante. Já no hotel, em que tenho a sorte de apanhar o único quarto que tinha internet (sou um sortudo!), recordo-me de olhar através da rede mosquiteira e ver a terra vermelha, o céu azul-claro pontuado por abutres e a pobreza. Muita pobreza. Lembro-me de pensar: «Que estou eu aqui a fazer?». Um pensamento que nos acompanhou a todos.

Perceba-se que Guiné-Bissau era/é um dos países mais pobres do mundo, e um Estado numa situação particularmente frágil em todos os pilares da civilização. Nino Vieira tinha sido morto há pouco tempo. Fora assassinado e o seu corpo profanado. Era um guerrilheiro e, como os guerrilheiros são imortais, era preciso garantir que não voltava à vida. A Polícia de Ordem Pública era conhecida por mandar parar carros para pedir dinheiro, a famosa «gasosa», enquanto os militares, dizia-se, estavam conluiados com os traficantes de droga colombianos. Fora da capital, o território não era considerado seguro e as viagens eram desaconselhadas. Lembro-me de o nosso Inspetor-chefe A. ter sido assaltado por militares na estrada para Bafatá, contou-me o próprio. Estava lá numa missão organizada pela União Europeia. Recentemente, alguns militares tinham entrado nas instalações da PJ local, retiraram uma pessoa da cela onde se encontrava e decapitaram-na ali mesmo, junto à porta.

Mas havia trabalho para fazer, e não se fazia sozinho. Pusemos mãos à obra. As aulas eram ministradas em João Landim, um antigo *resort* do tempo colonial. Devia ser lindo e tudo indicava que o fora. Outros tempos. A sala de aula era um pré-fabricado com telhado de palha, mas tinha o mínimo de condições. Logo na primeira semana tivemos que alte-

rar horários, o Chefe CC tinha comido peixe estragado e estava a passar um mau bocado, ao ponto de equacionarmos o seu transporte para Lisboa, porque os hospitais não tinham meios nem eram de confiança. Demos as nossas aulas em lugar das dele, enquanto se recompunha. Demorou uns dias. Ficou mais magro. Menos mal.

A parte da tarde dos dias era a pior. Ao clima tropical juntava-se o facto de não haver um aluno que não estivesse contaminado com malária. Faziam educação física perto da hora de almoço, e suavam em bica por via do calor ambiental, mas também por força das febres que os afetavam. Lavavam-se como podiam, num *bidon* de água. Não havia balneários. E assim, ficavam criadas as condições necessárias para que aulas à tarde fossem ministradas com a porta e as janelas abertas. Uma corrente de ar pode até ser salutar. Na verdade, era a forma menos desagradável de avançarmos com a missão.

Uma das sessões de formação foi particularmente difícil. O Chefe LR pediu-me para o ajudar na aula de revista e algemamento. Fomos para o interior de um pré-fabricado. Calcei as luvas e o Chefe apertou comigo:

- Vais usar luvas com este calor?

- Já vai perceber porquê, Chefe! – respondi-lhe.

O calor apertou e os alunos suavam tanto que, de mãos nuas, os braços deles escorregavam como enguias. As luvas protegiam-me do contacto e davam aderência. O Chefe rendeu-se à ideia. No fim da aula, parecia que tínhamos tomado banho ali mesmo. O Chefe LR tirou o polo que usava e torceu-o, como quem tira a água a mais da lavagem de roupa num tanque. O suor do homem caiu em bica na terra vermelha. Apelidamos o espaço de «corredor da morte». Justa homenagem.

Nem tudo era difícil. Depois das aulas íamos ao Ponto de Encontro, um café onde se bebia um sumo e se comia qualquer coisa. Íamos com alguma fome, o almoço servido na formação era composto por trinca de arroz com molho e, para os formadores, peixe de rio ou carne. Dávamos a nossa parte aos alunos. Muito provavelmente, seria a única refeição no dia para alguns deles. Nós comíamos barras energéticas ou fruta. A papaia era uma bênção. Outras vezes íamos ao Porto, um café-restaurant com uma óptima esplanada. O choco frito era bom e podíamos beber bebidas com gelo, feito a partir de água engarrafada, a única recomendável. Depois, dávamos um curto passeio e voltávamos ao hotel. Pelo meio, o desabafo que se repetia: - O que é que estamos aqui a fazer?

Alegrava-nos o facto de, nas várias turmas, haver gente com qualidade: «Aquela é esperta!»; «Este vai dar um bom polícia!». Dava-nos alento a ideia de que o nosso melhor esforço poderia contribuir para que aquele pobre povo tivesse direito a um futuro mais digno, ainda que longe de o darmos como adquirido. A realidade era dura e incutia a descrença.

Num outro dia, farto de ser apertado por ter levado comigo quilos de papel, tive a merecida e saborosa vingança. Faltou a luz. Não havia *PowerPoint* para ninguém. Distribui pelos alunos os meus *slides* em papel e dei as aulas. Que brilharete! Coisa de principiante, mas que deu para safar a situação. Ainda nos rimos com aquilo.

Um dia, um aluno disse-me que ia faltar. Tinha a mulher doente e queria ir ao curandeiro. «Qual curandeiro? Vais à cidade, ao Dr. Ali!». Dei-lhe dinheiro, que ele nada tinha. No dia seguinte dizem-me que a mulher morreu. Uma infeção qualquer. Dei-lhe a notícia de manhã. Ficou igual. Disse que não tinha como pagar o funeral. «Ainda tens o dinheiro do médico?» Sim, tinha. «Chega?». Chegava. «Voltas quando quiseres, és dos meus melhores alunos!». E era.

Entretanto, chegou mais um colega, o Especialista Superior JG. Veio só ele, a mala perdeu-se. Cada um contribuiu com o que pôde, eu cedi roupa interior.

Na cidade, crianças vendiam bananas e sementes de caju. Outras pediam para lavar a viatura, uma *Mitsubishi L200*. Usavam água do esgoto, que corria na berma da estrada.

Perto do dia em que festejam a independência da Guiné-Bissau, a Embaixada de Portugal avisou-nos que devíamos ficar no hotel. Os militares iam estar na rua e podia haver um golpe de Estado. Se fosse o caso, os agentes do Grupo de Operações Especiais retiravam-nos para a Embaixada, onde estaríamos mais seguros. Penso que havia também uma fragata ao largo.

Era a minha primeira formação. Tive a sorte de acompanhar colegas de elevadíssima qualidade pedagógica, profissional e, acima de tudo, humana. Aprendi tanto com eles. Já me tinham dito, no curso de formação de formadores, na PJ: «Quando não tiveres condições, vais ver o que é pressão!». Mas aquela equipa conseguia tudo, numa terra em que não havia nada. Estou-lhes grato. Cresci como profissional e como homem, com a sua orientação. Ganhei um mundo de ensinamentos. Já o fado da «falta de condições de trabalho» passou a soar (mais) desafinado.

Fica tanto por contar. Mas há coisas que só podem ser vividas, ali, com os cheiros, os silêncios, as gargalhadas, o trabalho duro, a partilha e o companheirismo. Fizemos tudo para deixar lá alguma coisa. Deixámos uma semente de justiça, de liberdade e de Estado de direito. Deixámos por lá um pouco da nossa PJ: humana, corajosa, inteligente e competente. Mas ficou tanto por fazer. Que reguem a semente e que ela floresça, forte e vertical. Ter esperança era a solução. Em muitos casos a única.

Hoje, recordo com saudade aquelas três semanas em Bissau. Acima de tudo, agradeço por ter tido o privilégio de as viver. Mudaram-me. Quero acreditar que voltei melhor. Uma riquíssima experiência de vida que a Polícia Judiciária me proporcionou. Mais uma, entre tantas outras. Sou um sortudo.

Uma noite nos intervalos da chuva e do nevoeiro

Tenho muitas histórias vividas nos meus 27 anos da PJ, não apenas daquelas dos grandes serviços, das investigações bem sucedidas, mas sobretudo daquelas das pequenas coisas, as quais somadas nos davam o alento para continuar, apesar de fisicamente esgotados, ou para ultrapassar os momentos difíceis e inglórios, que também os houve. Entre muitas, recordo esta pela sua simplicidade, pelo ambiente em que se desenrolou e pela vivência coletiva que lhe esteve subjacente. Ainda hoje a recordo, recordando os que a viveram com particular emoção.

Seriam uma ou duas horas, de uma daquelas madrugadas de Inverno de chuva miudinha. Estávamos mais ou menos emboscados entre árvores e arbustos, docas, cais de embarque e um mínimo estaleiro. Éramos espetros adornados nos dorsos de pequenos barcos com motor fora de borda, e os eretos mastros de alguns veleiros, junto às Quatro Águas, em Tavira. Aguardávamos uns italianos, da Máfia, pois então, dado que qualquer italiano que pusesse os pés em terras algarvias e se dedicasse ao tráfico de estupefacientes por via marítima, seria policialmente etiquetado daquela forma. Se não fossem passavam a ser. A verdade é que tinham saído dali com uma lancha rápida durante a madrugada do dia anterior e, pelas nossas contas, ali deveriam regressar durante aquela noite.

Assim poderia vir a acontecer, já que tinham feito um desembarque de haxixe, que os SVA⁵³ tinham localizado na margem espanhola do Guadiana, uns quilómetros a norte da ponte internacional. Foram ainda perseguidos pela lancha da Brigada Fiscal depois de descarregarem, mas conseguiram escapar-se. Aliás, o mesmo havia acontecido ao helicóptero das autoridades aduaneiras espanholas que, ao esgotar a sua autonomia de voo, permitiu aos traficantes fugirem para o lado português via alto-mar, pelo que, presumimos, já «limpos», deveriam regressar ao porto de partida, onde estávamos para lhes podermos dar «as boas vindas».

A páginas tantas, a meio da noite, um rapazote que o luar iluminou, dando ares de anjo toxicodependente, passou por nós sem se aperceber da nossa presença e dirigiu-se a um pequeno barco que se encontrava ancorado junto ao cais de embarque com intenção, certamente, de o usar para se dirigir à Ilha de Tavira ou a outro local próximo da Ria Formosa. Começou a remar e, ao afastar-se, entrou em cena, esbaforido, um militar da GNR já com uma certa idade e um peso considerável, que não lhe permitia grande agilidade ou veleidades na perseguição. Certamente, ali estaria de serviço a sono solto. Encaminhou-se para o cais atrás do presumível meliante e começou a gritar para o vulto, que era então um navegador solitário e que pôde contar com os favores da corrente e da maré. O esforçado militar gritava, contando com o pouco fôlego que lhe restava e tanto quanto permitiam os seus cansados pulmões.



João Carreira

Coordenador de
Investigação Criminal,
Coordenador Superior
de IC e Dirigente de
1990 a 2017

53. Serviço de Vigilância
Aduaneira do Reino de
Espanha

- Ó Zé, anda cá! Ó Zé, deixa aqui o barco! Anda cáaaaaaaa!!! Zéeee!!!

E as correntes e os remos foram levando o Zé e a embarcação, percebemos posteriormente furtada, cada vez para mais longe, o que a deixava cada vez mais submersa na penumbra da ilha. A chuva contínua e o vento que insistia em soprar, deixavam transidas no meio da ria as palavras e ordens cada vez menos imperativas do representante da lei, que, impotente, passou a vociferar para a intimidade dos seus botões, deixando assim que ecoassem na paisagem noturna uns tantos, bem portugueses, palavrões.

Dado o desespero que tocava o homem de farda, dispusemo-nos a abordá-lo para conhecer melhor o que se tratava e poder disponibilizar alguma ajuda. O guarda ficou estupefacto com a nossa presença e lá se foi lamentando da sua triste sina, pois aquele «vagabundo» – representante de uma «juventude perdida», mais uma vez tinha roubado um pequeno barco, ali mesmo nas suas «barbas».

No entanto, aquele surpreendente contacto noturno com desconhecidos pareceu ocupar, por momentos, o lugar de uma certa angústia que nele notáramos. Foi perguntando aos colegas que o interpelaram quem eram e o que estavam ali a fazer, ouvindo como resposta que eram da PJ e que estavam «a trabalhar», calando qualquer cabal esclarecimento daquilo que ali nos tinha levado, o que deixou o militar desconfiado, esquecendo o episódio do «furto de embarcação». Atendendo a que a noite estava fria e chuvosa, o diálogo ficou por ali. O militar, visivelmente intrigado e transtornado, regressou ao conforto do seu posto de vigilância algures, presumimos nós.

Porque, a qualquer momento, os traficantes poderiam estar de volta ou alguém para lhes dar apoio, regressámos aos nossos locais de esconderijo dentro das viaturas «refundidas» e lá continuamos, um cigarro ali, uma prosápia ou historieta acolá, e ainda um tropeção numa hélice que me fez ver estrelas na noite de breu e soltar meia dúzia de pragas.

Eis senão quando, já tinha passado cerca de meia hora, quando aparece de novo o militar, agora acompanhado por outro. Deduzimos que se tratasse de um seu superior hierárquico, por nos termos apercebido do brilho das divisas. O primeiro ia comentando: «Estavam aqui, aqueles filhos da mãe da PJ, mas onde é que eles se enfiaram? É verdade meu sargento!» Andava para um lado e para o outro a tentar descortinar entre arbustos, barcos e outros adereços da paisagem, revelando significativo desnorte, nunca soubemos se devido ao excesso de bebida, ao cansaço do final do turno ou a ambos em doses desiguais. Perante o fracasso, os dois militares abandonaram o palco das operações com grande alívio da nossa parte, pois poderiam pôr em causa o sucesso da nossa estratégia.

Já era madrugada quando se confirmou o regresso dos italianos que, após ancorarem a lancha na doca, foram por nós abordados e «convidados» a esclarecerem detalhes da sua viagem, da qual já tínhamos, obviamente, fortes evidências sobre a sua natureza.

No dia seguinte, numa página mais ou menos irrelevante do CM, com maior ou menor destaque, sairia a notícia: «A PJ deu mais um rude golpe no tráfico de estupefacientes, por via marítima. Após operação conjunta com as autoridades espanholas, detiveram vários cidadãos estrangeiros e apreenderam x toneladas de haxixe ...»

O Caso *Farfalha* e a comunicação social

Viajei para os Açores nos finais de 2002, em Novembro, para dirigir o Departamento de Investigação Criminal de Ponta Delgada (DICPD), numa altura em que os órgãos de comunicação social davam um grande destaque a um processo que ficou conhecido como o Processo Casa Pia, ou Caso Casa Pia ou, ainda, Escândalo da Casa Pia (veio a público em 23 de Setembro de 2002, e, a partir daí, abriu telejornais, fez primeiras páginas, compôs manchetes em número incontável).

Este caso, pela mediatização, pelas figuras envolvidas, pelo escândalo, pelo teor das acusações, pelo facto de as vítimas serem crianças à data dos acontecimentos, pelo tema em si, fez com que se começasse a olhar para a questão da pedofilia com maior acuidade. E aquilo que era dito, comentado em surdina, entre dentes, passou a estar na ordem do dia.

Também nos Açores havia consciência de que a pedofilia existia, mas ninguém, ou muito poucos tinham a ousadia de assumir o que quer que fosse em público, até porque, conforme vim a constatar ao longo do tempo, ela era praticada, maioritariamente, no âmbito da esfera familiar mais reduzida. Chegava a ter cariz de fenómeno cultural, não se lhe dando a importância que deveria ter, não se lhe atribuindo a gravidade que tinha, sobretudo, pelas consequências, pelas marcas deixadas nas vítimas para o resto da vida.

Os processos, nesta atmosfera de maior abertura, iam-se sucedendo cada vez em maior número, dado que as vítimas, através dos tutelares do direito de queixa, adquiriram coragem para participarem os factos, independentemente da exposição e do falatório, que sempre acontece em meios pequenos.

Recordo que, a dada altura, o que diz bem da realidade escondida, uma mãe me ter dito: «Saiba que, aqui nos Açores, mulher que tenha uma filha a fazer dez anos, para além de todas as suas tarefas normais de esposa e de mãe, junta uma outra, a de proteger a sua menina das investidas do próprio pai ou de um familiar próximo.» Dramático!...

Pouco tempo após a minha chegada, ainda em fase de adaptação à nova vida profissional e à sociedade em que estava inserido, veio ao meu gabinete um inspector para me dizer que nos últimos tempos tinham chegado informações de que na cidade da Lagoa, numa garagem, seriam praticados actos de abuso sexual de menores, estando envolvidas pessoas com alguma notoriedade na sociedade açoriana. Apesar das diligências feitas, ainda que sem grande profundidade e sem a importância que o caso merecia, até porque se esbarrava no mutismo daqueles que poderiam dizer algo com interesse, nada de muito concreto se apurou. No entanto, as pessoas estariam a despertar para esta nova realidade e ficariam mais colaborantes, o que poderia propiciar um trabalho de investiga-



João Dias da Silva⁵⁴

Na PJ de 1975 a 2006. Investigador criminal nas várias categorias da carreira e dirigente a partir de 2002

⁵⁴. Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

ção mais sistemático, deixando-me um dossiê sobre o assunto.

Comecei logo a analisá-lo e, no dia seguinte, chamei o inspector e disse-lhe que elaborasse uma informação detalhada, que resumisse o que era dito e o que já tinha sido apurado, para se proceder à abertura de um inquérito.

Assim, começou o processo que ficou conhecido pelo Caso Farfalha ou Caso da garagem do Farfalha.

Sem entrar em pormenores, a investigação implicou todo o efectivo do DICPD, se não diariamente, pelo menos em muitas diligências, exigindo muita criatividade para passarmos despercebidos numa sociedade fechada, num meio onde todos conhecem todos, destacando a preciosa colaboração de algumas pessoas que, nada tendo que ver com a Polícia Judiciária, prestaram uma preciosa ajuda, disponibilizando, nomeadamente, locais para instalar meios de vigilância que elas próprias iam controlando, comunicando-nos factos mais estranhos/importantes, pois era impossível um qualquer inspector não ser notado se se deslocasse ao local dois ou três dias seguidos. Há que ter em conta que o efectivo da Polícia Judiciária em Ponta Delgada era curto para possibilitar a rotatividade necessária numa investigação deste tipo, para além de serem facilmente reconhecidos.

Durante quase um ano de muitas vicissitudes, de muitos avanços e alguns recuos, dúvidas e certezas, como acontece no fluir duma investigação criminal, procedemos, em Novembro de 2003, à detenção do dono da dita garagem, conhecido pela alcunha de Farfalha, na cidade da Lagoa, na ilha de S. Miguel, aonde as crianças (rapazes e raparigas) eram atraídas e onde os «predadores» as aguardavam/compareciam e satisfaziam os seus desejos lascivos.

No final desse mesmo ano, numa operação que envolveu todos os profissionais do Departamento, mesmo alguns dos serviços administrativos e de apoio à investigação (pois, não quisemos envolver outras forças policiais para evitar eventuais fugas de informação), detivemos dezassete suspeitos, entre os quais figuras conhecidas da sociedade de Ponta Delgada, tal como um médico, um funcionário bancário, empreiteiros de construção civil e outros empresários da Região que, apresentados ao Juiz de Instrução Criminal, ficaram em prisão preventiva, indiciados pela prática dos crimes de abuso sexual de menores, actos sexuais e homossexuais, exibicionismo e violação.

Tenho de realçar, no decurso das investigações, a estreita colaboração e entendimento entre a Polícia Judiciária, o Ministério Público e o Juiz de Instrução que levaram à definição e aplicação de estratégias que permitiram o decurso normal do trabalho de cada uma destas entidades, com principal preocupação com a tão prejudicial fuga de informações. Refiro, como exemplo, que apenas um único oficial de justiça, escolhido para o efeito, sabia da existência do inquérito, cujo processo físico apenas era apresentado no Tribunal pelo tempo mínimo indispensável para a realização de actos judiciais ou para registos, e só se não fosse possível fazê-lo através de fotocópias.

O julgamento fez-se em seis sessões, em Março e Abril de 2005, em que 14 dos 18

arguidos foram condenados com penas entre os 18 anos de prisão e os dois anos de pena suspensa, e a sentença transitou em julgado em Junho de 2007.

Posteriormente, até por comparação com outros casos, foi escrito que «Este processo terá ficado marcado, “exemplarmente”, pela sua rapidez processual e reserva mediática».

Antes de mais, realçar que os principais factores para o êxito têm que ver com a postura colaborativa de todos os actores judiciais e com os extraordinários profissionais que compunham o DICPD, que não regatearam esforços, que abdicaram de muitas horas do seu descanso e do convívio familiar, para que cada diligência tivesse o resultado pretendido. Muitas vezes, o objectivo não se limitava à investigação propriamente dita, mas à protecção das vítimas (cerca de duas dezenas) e à preservação da sua exposição, inventando-se a cada momento formas de camuflar acções e até viaturas, manobras de diversão, de dissimulação, para não falar de muitas conversas tidas com os pais e com as crianças relativamente à discrição necessária. Esta discrição passava, nomeadamente, pela não divulgação da existência da investigação. Muitas diligências programadas foram adiadas, para que acções futuras não fossem comprometidas.

Em minha opinião, o facto da imprensa só começar a falar deste processo após a detenção do Farfalha foi relevante para o seu êxito.

Cedo me apercebi da importância que na Região se dava às notícias criminais, quase que uma obrigação «diária» da imprensa escrita e falada. A pressão que os *media* colocavam sobre a PJ, traduzia-se em interpelações constantes sobre este, aquele e aquele outro caso, para saberem o ponto em que estavam as investigações e, num caso ou outro, tentarem prever o futuro.

É sabido que as relações com os *mass media* podem gerar alguma tensão, onde o equilíbrio é difícil e o bom senso nem sempre impera, que tanto podem propiciar coisas boas, como provocar situações desconfortáveis, podendo pôr em causa, num ápice, o trabalho de meses.

No entanto, ciente de que não era possível afastar a imprensa, sempre muito activa, e sabendo, ao mesmo tempo, que não é profícua uma atitude de confronto, adoptei um relacionamento empático, por forma a transformar um potencial problema numa convivência onde cada parte pudesse fazer o seu trabalho sem atropelos, num clima de descontração e de responsabilização, simultaneamente.

Decidi que nos contactos com os jornalistas houvesse sempre um tempo para uma conversa informal, por forma a adquirirmos um conhecimento mútuo que conduzisse a um clima de confiança. Aliás, quando me solicitavam uns minutinhos para colocarem algumas questões, respondia que não tinha uns minutos para o(s) receber, mas que se tivesse(m) 15 minutos para conversarmos, que o(s) recebia.

Esta estratégia começou a dar frutos, pelo que defini um código de conduta informal, que foi bem aceite pela maioria dos representantes da imprensa regional e que assentava no seguinte:

1. Não haver informações em *off*;
2. Não haver privilégios;
3. Liberdade para serem feitas todo o tipo de perguntas;
4. Que as respostas seriam uma de três:
 - a) «Sei!» e daria a esclarecedora resposta
 - b) «Não sei!», pelo que não haveria resposta e
 - c) «Sei!», mas não poderia responder (segredo de justiça, perturbação da investigação, etc.)

Estas «regras» contribuiriam definitivamente para o aumento da confiança mútua e o respeito pelo trabalho de cada um.

Contudo, os directores dos órgãos de comunicação social do Continente não se conformavam com as notícias que os seus correspondentes na Região enviavam, pelo que, descontentes com a cobertura noticiosa dos acontecimentos que estavam a fazer, decidiram destacar para a ilha de S. Miguel, um autêntico contingente de jornalistas, tantos eram os que todos os dias desembarcavam no Aeroporto de Ponta Delgada.

O director de uma estação de televisão terá mesmo desabafado que a gestão da informação que o director da PJ dos Açores estava a fazer ruiaria assim que os seus colaboradores ali chegassem.

De tal forma isto foi sentido pelos jornalistas locais, que cheguei a ser interpelado sobre se o código de conduta oficioso implementado era para manter, tendo garantido que, pela minha parte, não seriam postos em causa a dignidade e o brio profissional já demonstrados.

A partir daqui, surgiram peças nalguma imprensa que não eram consentâneas com a realidade, onde se lançavam conjecturas de iminentes detenções e algumas inverdades e, nomeadamente, foram tomadas atitudes pouco edificantes para esta classe profissional.

Recordo, a título de exemplo:

- Um jornalista que, para atingir os seus objectivos de chegar à fala com uma das vítimas, ter-se-á identificado como inspector da PJ.
- A proposta de um outro de se fazer passar por «infiltrado», colaborando com a polícia, a troco de informações privilegiadas.

Mas, outras situações aconteceram, embora sem a gravidade destas, como as seguintes:

- Passámos a ter a companhia diária de uma câmara de filmar sobre tripé apontada à porta de entrada das instalações do DICPJ, na esperança de ser conseguido um exclusivo.

Com tanta sorte ou tanto azar, o operador não conseguiu filmar nem a chegada dos detidos nem a ida destes para o Tribunal, já que não usámos a entrada principal. Para sua consolação ficou o facto de ninguém ter sabido da operação.

- Algum tempo após esta «invasão» de jornalistas, começámos a aperceber-nos

que nas imediações do Departamento «estacionavam» caras que nos eram familiares. Eram homens da comunicação social em posição de seguirem os inspectores que saíssem para fazer diligências, o que nos obrigou a maior atenção.

- Com o arrastar do tempo sem notícias quentes, os profissionais da comunicação iam diversificando a actividade, acompanhando outros acontecimentos e procurando outros motivos de reportagem.

- No dia em que ocorreram as referidas detenções, por mera coincidência, embora muita gente tenha pensado que fora de propósito para desviar as atenções, iniciava-se o julgamento duma importante rede de tráfico de estupefacientes, o que foi aproveitado pela maioria dos jornalistas para irem assistir.

No preciso momento em que estávamos a conduzir os detidos para o Tribunal, utilizando uma porta das traseiras, um fotojornalista saiu para ir fumar e, apercebendo-se do movimento, voltou-se para trás e gritou: «Ei, malta! A PJ já fez as detenções».

Escusado será dizer que a estranha acalmia dessa manhã tinha terminado naquele momento, já que em menos de nada, havia jornalistas a surgir de todo o lado.

A narração destes acontecimentos não pretende ser uma crítica à actividade jornalística, mas dar nota que é necessária uma sensibilidade que vai muito para além do dever de informar, nomeadamente porque, no caso concreto, se estava a lidar com matérias muito delicadas, tendo em conta o tipo de vítimas.

Por outro lado, tendo isto em atenção, é possível, através dum distanciamento saudável, ter a noção do espaço em que cada um se movimenta.

A investigação criminal não se confunde com a actividade jornalística, assim como a actividade jornalística não se confunde com a investigação criminal. Aliás, não sendo confundíveis os fins que perseguem, só é possível o bom entendimento se cada parte estiver consciente disto.



**João M. Alves
de Oliveira**

Na PJ desde 1990
como Agente/Inspetor,
Coordenador de
Investigação Criminal
e Diretor do IPJCC

O Velho e o Cigano

Os anos noventa tinham há pouco passado os seus meados.

A Sul de Coimbra, na zona envolvente a um grande monumento nacional, havia o dia nascido há muito, mas ainda a manhã resistia à entrada da tarde.

Ali, no terreno, estavam dispostas múltiplas equipas, previamente «brifadas», estrategicamente posicionadas e prontas a intervir logo que houvesse sinal para o efeito.

A operação em curso visava a detenção de um grupo afro-europeu, cujos elementos estavam maioritariamente radicados na zona de Lisboa e se dedicavam, sobretudo, ao tráfico de estupefacientes, os quais viriam «carregados» com apreciável quantidade de drogas duras, dólares falsos e, possivelmente, armas de fogo procedentes do Leste.

O núcleo central era constituído por africanos, originários das ex-colónias.

O aprendiz de escriba e autor destas despreziosas linhas, tinha conseguido, uns meses antes, aceder e ganhar a confiança desse grupo, sobretudo do seu chefe.

Depois de uma sucessão de inauditos episódios e peripécias, cada um deles e de *per si* merecedor de divulgação, eis que finalmente se avançou e, por entre correrias, gritos e tiros à mistura, tudo acabou em bem e com enorme êxito.

Fez-se a maior apreensão, até então, de pastilhas *ecstasy*, heroína, dezenas de milhares de dólares falsos, armas, viaturas, tendo sido detidos todos os suspeitos.

Tudo isto dito, apenas com intuito contextualizador, pois o objetivo principal é a partilha de um episódio, singelo é certo, porém determinante de todo o desenrolar dos factos e do meritório desfecho que teve, bem ilustrativo do quão contingente podem ser as ações encobertas e da finíssima linha que muitas vezes separa o sucesso do fracasso, que enleva a importância do detalhe, a inspiração de um momento, que por vezes vai além da organização, transcendendo o método, o rigor, e que, não raro, torna tão arrebatadora e única esta fantástica profissão que abraçámos.

A intensidade e diversidade com que tinha vivido os poucos anos que levava como agente, matizado com a devida dose de, chamemos-lhe inconsciência, que ufanamente achava ser coragem e valentia, que só os verdes anos permitem, conferiam-me cada vez mais lastro para incursos em algumas ações investigatórias com ocultação de identidade, de natureza mais duradoura, interações com indivíduos e estruturas criminosas já de alguma dimensão e... concomitantes riscos associados.

Implicavam por isso, histórias de cobertura consistentes e ajustadas à natureza da missão, elevado autocontrolo e permanente avaliação dos contextos, ainda que sempre

num registo autodidata, de aprendizagem com os erros⁵⁵.

As experiências anteriores na realização de «tangas»⁵⁶ tinham-me aguçado algum jeito e robustecido condições para outros balanceamentos e exigências.

Da análise à informação colhida, retiravam-se assinaláveis índices de fidedignidade. Debruçávamo-nos sobre a atividade suspeita do tal grupo, mas o conhecimento das suas concretas dinâmicas de atuação e composição eram ainda muito incipientes.

Sabia-se apenas que tinham como líder um compatriota «muito bem colocado», com esmerada educação e formação superior.

Estranhamente, relacionava-se com um discreto homem, já com assinalável idade, de uma pequena vila do distrito de Viseu.

Um informador – o *Alfa* – bem colocado e que naturalmente eu conhecera noutros «negócios», garantiu-nos estar em preparação uma transação de heroína e que o *Velho*⁵⁷ era um elo importante, deslocando-se com frequência à capital para se encontrar com eles. Tinham a ambição de se projetar para Espanha e diversificar a atividade para outros domínios como o fabrico de dólares falsos em larga escala e tráfico de armas.

Era esta a janela de oportunidade. O informador disponibilizava-se para mo apresentar e caso corresse bem, levar-me-ia ao cabecilha, passando eu a poder lidar diretamente com este.

Foi então combinado um primeiro encontro. Iríamos almoçar num pequeno restaurante de província, precisamente no centro daquela vila do interior, donde ele era natural.

Eu era o *Mário*, português radicado em Espanha, com muitas ligações ao mundo da noite. Um tipo duro, perigoso, com muitas conexões ao crime.

Como planeado, o informador já estava com o nosso homem à mesa, chegando eu deliberadamente alguns minutos atrasado.

Naturalmente que a aparência e indumentária escolhida para compor a personagem tinha de estar em alinhamento com o perfil que havia sido traçado, aportando um resultado impactante, esdrúxulo mesmo: botas texanas pretas com tachas metálicas cromadas, calças de ganga, blazer vermelho, camisa azul índigo e gravata inglesa de seda em tons prateados. O cabelo longo era apanhado em rabo de cavalo e, a rematar, uma pose muito diretiva.

Acerquei-me da mesa com alguma rigidez de modos. O *Alfa* apresentou-nos e, apesar do descritivo que me havia feito do homem, este conseguiu surpreender-me, pois era uma figura claramente deslocada do perfil típico do traficante, para mais com ligações a estruturas de relevo, sendo muito mais próximo de um «Ti qualquer coisa» de aldeia do que um intermediário daquelas andanças.

Era um tipo baixote, notoriamente para lá da meia idade, marcadamente rústico, com um olhar muito vivo, denotando tarimba e firmeza.

Ainda antes de me sentar, disse-lhes secamente que ia primeiro à casa de banho. O que pretendia era dar algum tempo para o informador poder fazer os ajustes necessários depois de o *Velho* me ver.

55. Relembra-se que a UPAT e a Secção de Encobertos ainda não existiam, pelo que esse tipo de trabalhos era feito pelos colegas que revelavam mais características e apetência para o efeito.

56. Designação que normalmente era dada às interações de muito curta duração com indivíduos do meio criminal, em que era ocultada a qualidade profissional, normalmente com o objetivo de recolher informação e/ou facilitar alguma operação policial em curso.

57. Forma pela qual o informador e o grupo se lhe referiam.

Por tal motivo, propositadamente, demorei alguns minutos. Ao regressar à mesa e ainda a alguma distância, apercebi-me que o homem estava agitado, zangado mesmo, gesticulando muito com o meu «amigo».

Resolvi avançar e, sem mais delongas, perguntei se havia algum problema.

O *Alfa*, notoriamente atarantado, respondeu que o *Velho* estava furo, que já se queria ir embora, «pois não negociava com ciganos».

Sentia-se enganado e, muito alterado, alegava que ele *Lhe* tinha escondido esta minha origem, coisa que não suportava, sendo para ele ponto de honra não ter nenhum tipo de negócio com ciganos.

Incrédulo e titubeante lá *Lhe* foi dizendo que eu não era cigano, mas o nosso homem, teimoso, beirão rijo e muito cioso da avaliação que fez, não desmobilizava da sua convicção.

Controlada, num primeiro instante, uma quase irresistível vontade de soltar uma sonora gargalhada, olhei o *Velho* nos olhos, de modo firme embora apaziguador, sentei-me, estendi-lhe a mão e, à queima-roupa disparei-lhe uma felicitação: «Tenho que *Lhe* dar os meus parabéns, o senhor é muito perspicaz, gosto disso, não acertou completamente, mas andou lá perto, vamos entender-nos!».

Tinha naquele relance conseguido perceber que contraditá-lo seria, mais do que pura perda de tempo, um exercício de efeitos totalmente contrários ao pretendido. O ideal talvez fosse jogar na antecipação, surpreendendo-o, de molde a insuflar-lhe ainda mais o ego inflamado, deixando-o embebedar-se consigo mesmo, para a partir daí tomar totais rédeas daquele jogo.

Era uma parada muito alta, mas a única que, na inspiração do momento e quase intuitivamente, entendia idónea aos fins a prosseguir.

O boneco⁵⁸ que tinha construído para esta missão, ao que parecia, estava tão realista que o levou a tomar-me como cigano.

Que raio de situação! Por regra, o grande drama de um infiltrado era poder ser descoberto na sua qualidade de polícia. Ali, provavelmente por excesso de caracterização, via-me confrontado com o perigo da missão morrer à nascença. Bizarro e cómico.

De imediato, e para segurar o meu «amigo», virei-me para ele e disse-lhe:

– Aprende com os mais velhos e com quem, em meros instantes, conseguiu perceber o que em anos e até agora, nem imaginavas.

Na passada, e então para o *Velho*, já visivelmente diferente e com indisfarçável curiosidade do que *Lhe* ia dizer:

– Acertou, mas isso não é impeditivo de falarmos, pois sou cigano, mas só pela metade, pelo lado da minha avó materna, que era uma *gitana* espanhola, o resto de toda a minha família é branca.

Os olhitos ficaram-lhe ainda mais pequenos e brilhantes, tendo quase saltado da cadeira com alegria, repetindo vaidosamente:

– Eu sabia, eu sabia, eu sabia, cheiro-os à distância. - Acrescentando que, não sendo eu cigano puro, poderíamos negociar.

E assim se fez.

⁵⁸. Tinha por hábito chamar *boneco* às diferentes personagens que encarnava e à caracterização que procurava fosse cuidada e ajustada a cada uma delas.

Uma questão de tamanho...

Era mais um grupo de assalto a carrinhas de transporte de valores, cuja investigação tínhamos entre mãos na Secção Regional de Combate ao Banditismo da Diretoria do Porto, e que nos andava a dar água pela barba.

O novo milénio havia entrado fazia algum tempo.

Depois de longa e árdua investigação, estávamos já muito conhecedores do seu modo de atuação, composição, reais identidades de cada um dos elementos, endereços, situação familiar, papel que cada um desempenhava, entre muitos outros aspetos úteis.

Para além deste manancial de conhecimento, extremamente importante no domínio do crime organizado, também no plano da prova indiciária as coisas estavam muito bem, motivo pelo qual estava chegada a hora de dar a estocada final, entenda-se preparar e executar a operação policial que permitiria deter os suspeitos e apreender armas, viaturas, dinheiro entre outros bens que se revelassem úteis.

Chegado finalmente o grande dia, e como ditam os bons costumes, madrugada alta lá demos início aos trabalhos.

Pese embora, com participações e responsabilidades internas diferenciadas, o grupo criminoso era grande e... perigoso, muito perigoso! Bem armados, com espingardas metralhadoras, não hesitavam em disparar se assim fosse o caso. Donde, a planificação feita primou pelos detalhes e com forte assento tónico na segurança.

Com todos os cuidados, as buscas e detenções foram-se fazendo. Chegado, porém, o final do dia, ainda faltavam localizar dois ou três suspeitos. Considerada a alta perigosidade dos indivíduos, os respetivos mandados consagravam a possibilidade de, se assim se viesse a justificar, lançarmos mão de formas mais incisivas de execução.

Porfiou-se no terreno e, já noite dentro, conseguiu-se saber por onde andavam.

Um deles, tinha o hábito de ir com a mulher para um conhecido motel, situado numa das saídas da Invicta, em direção a Braga.

Prontamente se procurou confirmar essa possibilidade, tendo-se apurado que ela tinha feito a reserva de uma suite, deslocando-se para lá no seu pequeno Smart, à época veículo muito desejado por uma certa ideia de prestígio e sinal *fashion* que tinha associado.

Subsistia ainda um espaço de dúvida, que era o de saber se tinham ido juntos ou se ele iria lá ter mais tarde noutro carro, o que só uma deslocação ao local conseguiria esclarecer.

Avaliada a situação, e no costumeiro contexto da escassez dos meios para os muitos afazeres, concluímos que uma equipa de três elementos conseguiria dar conta do recado, aqui se incluindo proceder à detenção do perigoso assaltante. De imediato partimos para lá, eu, o Luís Rocha, colega mais velho, bom profissional, mas sobretudo um amigo e grande alma, que cedo demais nos deixou, mas cuja memória a todos nos gratifica. O trio era completado pelo Brites, hoje ilustre Juiz, mas na época ainda um inspetor novato, com pouco tempo na Brigada, mas também ele um excelente companheiro, muito dedicado, e a quem, por brincadeira, chamávamos de *Padre* pelo facto de ter feito a sua formação superior no seminário, onde esteve prestes a ser ordenado.

Na receção do estabelecimento hoteleiro, e como se impunha, procurámos confirmar se o suspeito lá estava e qual era o número do quarto. A jovem, e inexperiente, rececionista ficou atarantada com a nossa presença e, por defesa, negava-se a dar-nos as informações solicitadas. Não havendo mais tempo a perder, passamos a ser mais diretivos e dissemos-lhe para chamar o seu chefe (por volta da meia noite e num motel...). Assim fez e, passados breves instantes, para nosso grande espanto surgiu diante nós... o chefe, mas de cozinha, ou seja, um cozinheiro, devidamente ataviado como tal, e que ali, ao que se perfilurava, tinha um duplo grau funcional e... de chefia.

Predispôs-se a ouvir-nos e explicámos-lhe a situação. Com muita sensatez e sentido de cidadania, ele concordou em apoiar-nos no que pudesse, tendo, inclusive, anuído a fazer um *croquis* da suíte, para que nos inteirássemos daquele espaço e melhor nos pudéssemos organizar taticamente. Acompanhou-nos de seguida ao alojamento munido com a chave mestra. Tudo quanto precisávamos.

Conforme combinado, abriria a porta devagar e em silêncio e depois abandonaria de imediato o local, face à potencial perigosidade que a situação poderia desencadear.

Ele estava visivelmente nervoso e a indumentária de cozinheiro, com o barrete, jaleca e lenço de pescoço, acentuava-lhe ainda mais o escorrer de suor pelo rosto. Procurávamos tranquilizá-lo, tarefa que, diga-se, igualmente servia como autodiscurso, pois também nós não estávamos propriamente tranquilos. E não havia razão para menos, tendo em conta o perfil do suspeito.

Ao chegarmos à porta era audível do interior a música alta, o que ajudava a camuflar o barulho impossível de evitar com a abertura da fechadura.

Mal o apartamento ficou à nossa mercê, ordenei: «Pire-se já!» - e o cozinheiro e chefe de serviços obedeceu de imediato e até algo apressado. Desapareceu num ápice. De armas aperreadas e muita taquicardia à mistura, tal como planeado minutos antes, e com a planta dos aposentos na cabeça, lá entrámos. No primeiro compartimento, uma sala de razoáveis dimensões onde ao fundo pontificava uma pequena piscina, não estava ninguém. Virei à direita para o quarto e também estava vazio. Os colegas voltaram-se para a esquerda, de molde a termos um controlo total do espaço.

Numa ação policial deste tipo, os níveis de tensão são naturalmente elevados, sendo decisivo o bom trabalho de equipa. Só isso permite que confiemos as nossas costas uns aos outros.

Na continuação do quarto havia uma casa de banho, cuja luz estava acesa, deixando perceber que havia algum movimento. Os muitos decibéis que percorriam todo o espaço do apartamento permitiam que a nossa presença continuasse a ser ignorada.

Ao assomar à entrada da casa de banho, deparei-me com a mulher do suspeito junto ao espelho. Estava completamente despida e com uma barriguinha própria de alguns meses de gestação. Ao ver-me de arma apontada começou a gritar desabridamente, numa reação de notório descontrolo emocional.

Realizando que não tinha percebido a minha qualidade de polícia, tomando-me como malfeitor, lá procurei acalmá-la como pude, preocupado que fiquei pelo estado da mulher, não excluindo a possibilidade de ali entrar em trabalho de parto, atento ao susto que apanhou e a forma como o manifestou.

Perguntei-lhe pelo marido e ela lá conseguiu fazer uns gestos a indicar que ele estava para o outro lado, exatamente para onde se deslocaram o Luís e o Brites, que, por certo, já o teriam controlado.

Disse-lhe para se cobrir com o robe que estava sobre a cama, e dirigimo-nos para a sala da entrada. Nesse entretempo, os colegas aproximavam-se com o meliante já detido.

E quando pensamos que já pouco ou nada nos pode surpreender, esta vida de investigador criminal parece existir para nos reposicionar e provar o nosso erro. Abriu-se então, mesmo à frente dos meus olhos, um inacreditável e hilariante quadro.

O detido era alto, entroncado à conta das toneladas de ferro levantadas em ginásio, e vinha algemado atrás das costas.

Os colegas, ambos de estatura mais baixa, ladeavam-no, segurando-o pelos braços, naquela que seria uma típica postura policial com detido, não se desse o caso dele estar completamente nu, ou melhor dizendo, muito próximo da nudez integral, uma vez que, seguro por cinto, ostentava pendurado um falo de dimensões extraordinárias, porquanto quase lhe roçava os joelhos.

Era deveras impressionante aquela imagem de risível e surreal galheteiro humano, com a figura do mauzão ao centro, de súbito inofensivo, apanhado naqueles insólitos e embaraçosos preparos, com a expressão facial a condizer, contrastando com a dos meus distintos companheiros que faziam um grande esforço para não perderem a pose, quase trincando os lábios para não soltarem sonoras gargalhadas, mas rindo desbragadamente com os olhos.

Óbvio se tornará antecipar que fui solidário com eles e me juntei às suas dificuldades em manter uma atitude séria, o mais possível, comungando daqueles imperdíveis e inesperados momentos.

Faltava, porém, ainda um detalhe: o homem tinha de ser desaparelhado para depois se poder vestir, oportunidade que eu e o Luís aproveitamos para pôr o neófito Brites à prova, dizendo-lhe que, na qualidade de mais novo teria de ser o executor desse trabalho... mas ele aguentou-se com galhardia ao esquivar-se à missão com um meio sorriso.

A senhora – que, diga-se, prontamente se disponibilizou para tão delicado ato – libertou o companheiro de tão avantajado e humilhante falo, ficando a descoberto o seu membro natural, sumido, quase ridículo pela inevitável comparação com o artificial, mas também, certamente, como reflexo direto do enorme susto sofrido.

Para terminar diria que, inevitavelmente naquele contexto, a tão defendida e propagada solidariedade masculina nestas matérias não singrou suficientemente, pois foi necessário mais um sobre-esforço coletivo da nossa parte para a contenção da risota, cuidado que nunca tivemos ao longo dos anos que se seguiram e o episódio vinha à conversa.



In memoriam

Em maio de 1987, enquanto Agente-estagiário, fui transferido, com outros sete camaradas do mesmo curso, para a Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB). Fomos todos reforçar as brigadas externas de recolha de informação criminal. No meu caso e de outros dois colegas, participámos na criação de uma 3.ª brigada.

Integraram essa brigada cinco agentes mais antigos, entre eles o Joel Santos Agostinho (1939-2018), o Albino Pompeu dos Santos (1951-2009) e a Maria dos Anjos Viegas (1958-1992).

Especialista em fotografia e nas técnicas de captação de som e imagem – então ainda bastante rudimentares - o Joel era antigo na Casa. Cumprira comissão de serviço nos Açores ao ascender à categoria de agente de 1ª classe, mas foi cofundador da Secção Central de Investigação de Atividades Concertadas de Violência, a «CIAVAC», criada em dezembro de 1976 e embrião da futura DCCB, que estaria operacional em maio de 1982. Formado no *ancien régime*, o Joel era homem à boa maneira antiga, ideologicamente tradicionalista e conservador. Cordato e polido, era um verdadeiro *gentleman*, com competências sociais e capacidade de relacionamento humano muito acima da mediania. Talvez por força das dificuldades económicas que enfrentara em determinados períodos da vida, era espartano nos gastos, com vincado sentido de aforro. Talvez pela sensação de posse, conforto e abundância, adorava ter consigo elevadas quantias monetárias. Sem qualquer ponta de vaidade nem laivos de exibicionismo, até com certa ingenuidade, proclamava: «Hoje, ando aqui com 200 e tal contos...» (à época isso equivalia a cerca de três vencimentos mensais). Rezava também amiúde: «Chego a casa e olho para as minhas coisinhas com muita satisfação» ou ainda «A coisa está difícil...se não forem umas ajudinhas de custo p'rá gente fazer face à vida...». De facto, percorríamos o país de lés a lés, de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Dias consecutivos fora de Lisboa, por vezes até semanas. E claro que as ajudas de custo vencidas, que diligentemente recebíamos em *cash*, quase todos os meses das mãos do inefável Xande, funcionário da tesouraria no edifício-mãe à Rua Gomes Freire, rapidamente passaram, numa jocosa alusão à expressão do nosso querido Joel, a ser designadas como «as faces à vida». Apesar de ser polícia antigo, de quem porventura se esperaria rudeza, o Joel era um homem bom na verdadeira e ampla aceção da palavra. Ficou na chefia da 3.ª brigada apenas cinco meses, transitando depois para a 1.ª, a cargo do Subinspetor João Pinhão. O lugar já estava destinado ao (futuro) Subinspetor Fernando Almeida que, enquanto agente, acompanhara um dos arrependidos das FP-25 e, entretanto, frequentara o curso de formação de acesso à categoria superior, ele próprio também cofundador da «CIAVAC» onde era conhecido entre os seus pares como o *Nandinho*.



João Paulo Ventura

Na PJ desde 1986,
como Agente/Inspetor,
Inspetor-chefe e
Coordenador de
Investigação Criminal

Depois do Joel, o Albino Pompeu era o agente mais antigo da novel brigada. Ingressara na PJ em 1979, e estivera na fundação da DCCB para onde transitou oriundo da Secção Central de Prevenção Criminal, a «Central». Frequentara a universidade e fora oficial miliciano da Força Aérea atingindo a graduação de tenente. Nós, os novatos, não poderíamos encontrar personalidade mais castiça e colorida. Depressa lhe atribuímos um *nickname*, o *Pompio*. Dotado de grande perspicácia e intuição, tinha dentro de si uma inquietação permanente. Com postura próxima da irrequietude motora, não tinha paciência para esperar os alvos. Tinha, outrossim, humor volátil e irritava-se com facilidade, nomeadamente quando era contrariado. Profissional dedicadíssimo e atento, adorava conduzir a alta velocidade e por vezes fazia malabarismos ao volante verdadeiramente incríveis, arriscando em demasia, por vezes nos limites do acidente. Era comum, circulando em vias rápidas ou autoestradas, a 140 ou 150 km/hora, enveredar por saídas sobre a direita e reduzir repentinamente a marcha, engrenando a terceira velocidade. Como o veículo estremecesse e outro colega comentasse: «Eh pá... ainda partes o carro!!...», respondia num tom simples e breve, quase cândido: «É... é para limpar o carburador!!...».

Quando chegámos, meninos e moços, o Pompeu já tinha oito anos de serviço, e sobre nós cerca de 12 anos a mais, de idade. Tentou criar algum ascendente. Certo dia, estando o trio de maçaricos a fazer equipa, falhámos o reconhecimento prévio de um objetivo na periferia de Lisboa – o automóvel estava efetivamente estacionado junto à porta do imóvel e não o detetámos – e o *Pompio*, visivelmente agastado, desabafou para outro colega: «Ando a trabalhar com miúdoossss!!!...». Logo no início tive um pequeno despique com ele. Por alguma razão veio à baila a «CIAVAC» e comentei que, apesar de se ter firmado essa designação, por mero comodismo e facilidade de linguagem, na verdade a sigla era SCIACV (eu sabia porque prestara serviço na Diretoria de Lisboa, trabalhando em salas que tinham albergado aquela secção e consultara listas telefónicas internas que não deixavam margem para dúvidas). Reagiu muito mal e respondeu-me: «Ainda és muito principiante!...». E perante a minha insistência, devolveu: «Não seas buurrroooo!». De tal sorte que o desafiei a apostarmos um jantar. Anuiu ao repto... e perdeu, mas só depois de consultar as tais listas telefónicas se convenceu... e pagou o repasto. Era um homem bom.

Devo sublinhar que ao longo das mais de três décadas que já passei ao serviço da PJ, o *Pompio* pertence ao núcleo de pessoas com quem criei e desenvolvi empatia, ligação e verdadeira cumplicidade. Uma amizade que extravasava o serviço, as muitas horas que passávamos em equipa, sobretudo no exterior. Normalmente sem horários, por vezes em autênticas maratonas, de manhã à noite, com algumas madrugadas e fins de semana ocupados. Fora disso, convivíamos, bebíamos umas imperiais, assistíamos a jogos de futebol e nas manhãs de sextas-feiras, quando o serviço permitia, organizávamos peladinhas de futebol de salão em que participavam outros colegas da DCCB.

O Albino Pompeu tinha uma visão perfeitamente estereotipada e categorizada da vida, das pessoas e das coisas. Mas essa característica da sua personalidade emprestava-lhe

certo ar de diversão que fazia as delícias da rapaziada mais jovem. Saía-se com tiradas inesquecíveis. Aí pelos alvares de noventa, assistia com ele a um jogo do Benfica que defrontava o Sporting de Espinho. O *keeper* da equipa nortenha era um jovem, Silvino, que fez quatro ou cinco magníficas intervenções, evitando vários golos. Mas evidenciava um *handicap* que observei num comentário, constatando a sua reduzida estatura: «Se ele fosse um pouco mais alto...». Lesto, o Pompeu retorquiu: «É verdade...o problema do gajo é um problema de fémur...tem o fémur muito curto...!».

O Pompeu tinha regras e preocupações gastronómicas, desvalorizando completamente o que gastava. «Na minha carteira mando eu!», anunciava. Muito cioso da sua boa mesa e criterioso na escolha dos restaurantes e ementas arvorava-se em *connoisseur* de comidas, de carne, peixe e também de vinhos. Dizia esporadicamente: «De peixe percebo eu!». Durante uma temporada trabalhámos assídua e intensamente na zona de Alcântara e dispondo de pouco tempo para almoçar e/ou jantar, abancávamos com frequência numa cervejaria local onde, à pressa, degustávamos uns bitoques. Numa ocasião, de supetão, porque algum colega aludiu à baixa qualidade do bife, atirou sem reservas nem hesitações: «É... isto é carne congelada... importada da Argentina!...» adivinhando as condições da carne e a sua origem. Um verdadeiro tratado, de facto.

Noutra altura, eu procurava adquirir um automóvel usado e numa pausa no serviço, dolosamente e com intuito de (mais uma) paródia, reunimos quase toda a brigada num exercício que consistia no seguinte: um colega com jornal aberto nos usados para venda lia os anúncios, descrevendo o automóvel em oferta e, automaticamente, o *Pompio* atribuía a profissão do proprietário e tecia comentários adicionais. O colega: «Um *Ford Cortina* de 1984, com quatro portas...» e o Pompeu: «Eh pá...esse é bom para um gajo que tenha um lugar de hortaliças, frutas e legumes!...». E «um *Renault 4 L*, carrinha, de 1983» – resposta: «Isso é bom para um electricista... para transportar uns cabos e umas bobines!...». Era deveras impressionante...

Sempre sofri de alergias respiratórias e naqueles anos de 1987 e 1988, com outro colega de brigada fazíamos tratamento quinzenal num consultório em Lisboa. Algumas vezes ele transportava-nos até lá e numa das ocasiões comentou: «Vocês sofrem de alergias... felizmente não tenho nada dessas tretas... sou alérgico é a carteiras vazias!...».

Naquele já distante ano de 1987, a Maria dos Anjos Viegas era a mais jovem colega dos cinco que se juntaram aos três mais novos na 3.ª brigada. Tinha 29 anos de idade e era oriunda do curso anterior. Estava na «Malhoa» há 14 meses e fazia equipa com o marido. Natural do concelho da Lourinhã, já era escriturária da PJ antes de atingir a categoria de agente. Reservada e algo condicionada por constituir o casal da brigada, era de fino e impecável trato. Uma colega excelente, leal e solidária. Tinha dois filhos pequenos e percebi muito cedo que era mãe extremosa e esposa dedicada. Desembaraçada e corajosa, mexia-se muito bem na movimentação exterior. Nós, os três estagiários e ela, cumpríamos a função de «peões» no acompanhamento de objetivos no terreno. Comunicávamos através de rá-

dios portáteis gigantesco, os *walkie-talkies*, do comprimento de um antebraço, envoltos em sacos de plástico opacos.

Direcionávamos a trajetória e percurso dos alvos e orientávamos os colegas que seguiam nos móveis, que tinham rádios instalados e a operar em canal restrito. Por vezes acompanhávamos objetivos durante dias inteiros, de transporte em transporte, debaixo de chuva ou de sol, ao longo de dezenas de quilómetros. Quando as baterias dos rádios atingiam o limite, tínhamos de as substituir rapidamente, o que nem sempre era possível. Caminhávamos ou permanecíamos de pé, horas esquecidas, esforço que obviamente requeria boa condição física. Eu e outro colega tínhamos 24 anos – o terceiro tinha 28 – mas a Maria dos Anjos, uns anos mais velha, também aguentava o ritmo sem desfalecimentos nem queixumes. Sem desprimor para os restantes elementos da brigada, ela era uma pedra fundamental. De resto, tinha predicados especiais para certas missões mais espinhosas ou conspícuas. Por ser o único elemento feminino entre sete homens, passava mais incólume ou velada, em certos cenários.

À época, a DCCB estava quase exclusivamente dedicada ao desmantelamento e neutralização da organização terrorista doméstica, *Forças Populares 25 de Abril (FP-25)* cujo estertor se aproximava. Ainda em pleno tirocínio, menos de três meses após a chegada à «Malhoa», a 17 de agosto de 1987, realizou-se melindrosa operação para capturar dois dos principais operacionais das FP-25. Nessa operação, na zona oriental de Lisboa, sucumbiu o nosso colega Álvaro Militão dos Santos, com apenas 32 anos de idade, que se transformou num mártir e num ícone, da PJ e da DCCB, sempre saudosamente recordado (é, até aos dias de hoje, a segunda vítima direta do terrorismo entre as nossas fileiras). Nos meses que restavam até final de 1987 e no primeiro trimestre de 1988, para além de «lambermos as feridas», procurando superar o trauma e a consternação generalizada pela morte do Militão, concentrámo-nos no trabalho que culminaria no fim de ciclo, e de uma época, com a extinção das FP-25 que já se prenunciava no horizonte.

Em 25 de Junho de 1975, após uma década de luta armada contra as forças coloniais ocupantes, iniciada em 1964, a República Popular de Moçambique (RPM) tinha alcançado a independência. Mas o governo e a Presidência da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) depressa enfrentariam firme oposição rebelde, representada pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). O conflito reduziu partes substanciais do vasto território moçambicano a zonas de insurgência e de guerrilha. Em 1988, essa tensão estava ao rubro e parte significativa das cúpulas dirigentes e outros quadros importantes da RENAMO estavam radicados em Lisboa onde se movimentavam livremente. Entre eles o antigo secretário-geral da organização, Evo Camões Fernandes, advogado e antigo inspetor da PJ Militar em Moçambique. Então com 44 anos de idade, de origem goesa e nacionalidade portuguesa, era alegado opositor ao diálogo e aproximação entre as partes desavindas e beligerantes.

A capital portuguesa fervilhava de atividades, mais visíveis ou mais discretas, de representantes da FRELIMO e da RENAMO. No início de março de 1988, a 3.ª brigada da DCCB passou a monitorizar toda essa ampla teia de contactos e movimentações, dimensionando a rede e identificando os protagonistas. Entre eles, o Secretário das Relações Exteriores do movimento rebelde que estava domiciliado em Frankfurt, na Alemanha, e viajou com destino a Lisboa para participar nas conversações entre as partes.

Detetámos também a presença de AXC, um português que vivera décadas em Moçambique e, entretanto, regressara a Portugal com o propósito de recolher dados para os serviços de informações, o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), da RPM. Deslocava-se na companhia de outros dois portugueses, mais jovens, que recrutara, JCM e MJPC, que eram seus motoristas, guarda-costas e ajudantes.

No dia 18 de abril, a mulher de Evo Fernandes denunciou o desaparecimento do marido, ocorrido na véspera. A investigação em sede do inquérito preliminar 5509/88 – ainda inexistia o hoje bem conhecido NUIPC – correria termos na 2.ª secção da DCCB. Ficou a cargo de um valoroso colega e profissional, o então agente Vítor Antunes, que se retirou recentemente como inspetor-chefe. A investigação, extraordinariamente complexa, prolongar-se-ia praticamente durante um ano, até março de 1989.

No dia 21 de abril, o cadáver de Evo Fernandes foi localizado num sítio ermo, nas imediações da Malveira da Serra, entre o Guincho e Sintra. Nós, os três elementos mais jovens da 3.ª brigada, então já agentes de 3.ª classe, frequentávamos um curso de vigilâncias na Escola de Polícia Judiciária, mas fomos imediatamente mobilizados para apoiar a investigação do caso. Conhecíamos o meio conspirativo moçambicano que pululava em redor de Lisboa.

Rapidamente se apurou que Evo Fernandes fora atraído por AXC a um jantar em Cascais na noite de 17 de abril – com o pretexto de debaterem assuntos relacionados com a paz em Moçambique e eventual acordo entre FRELIMO e RENAMO –, seduzindo-o depois a acompanhá-lo no seu automóvel, conduzido por JCM. Noite dentro, seguiram marcha em direção ao Guincho e poucos minutos volvidos sobre o início da fatídica viagem, AXC que se sentara na traseira do veículo junto ao dirigente da RENAMO, executou-o com sete tiros de pistola desferidos à queima-roupa. Abandonaram de imediato o cadáver da vítima no local ermo, onde seria descoberto quatro dias mais tarde. AXC e JCM escapariam através da fronteira espanhola, junto a Vila Verde de Ficalho, seguindo depois para Marrocos através de Algeciras e Ceuta. Seriam detidos em Casablanca no dia 30 de abril de 1988, e em seguida extraditados para Portugal. No julgamento no Tribunal Judicial de Cascais, em julho de 1989, foram condenados, respetivamente, nas penas de 18 e 8 anos e meio de prisão. O imperturbável RCM, alegado e intocável mandante da execução do dirigente da RENAMO, ligado ao SNASP e à embaixada da RPM em Lisboa, beneficiou da inerente cobertura e imunidade diplomática e eximiu-se ao julgamento e provável condenação. As autoridades moçambicanas recusaram liminarmente o levantamento da imunidade diplo-

mática do seu representante. Mas em março de 1989, foi formalmente declarado *persona non grata* pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e forçado a abandonar Portugal.

Prossegui ao serviço da 3.^a brigada externa da DCCB até final de 1991, transitando então para outro setor funcional.

Pouco mais de três meses depois, a infeliz Maria dos Anjos teve uma morte violenta e prematura. Pereceu num estúpido acidente de viação, durante um fim de semana em família, no dia 18 de abril de 1992. Chorámos e sentimos profundamente a sua morte. Deixou uma enorme sensação de vazio, um sentimento de perda e consternação entre quem com ela trabalhou e privou. Tinha apenas 34 anos.

O Albino Pompeu manteve-se na mesma área operacional da DCCB, onde sempre exerceu funções até se retirar em 2005, como Inspetor, após 26 anos de carreira. Vivendo relativamente isolado, desocupado e com reduzidos apoios sócio-afetivos, a sua saúde mental degradou-se drasticamente e desenvolveu quadro psiquiátrico. Sentindo-se perseguido por fantasmas, deu cabo da própria vida em outubro de 2009, aos 58 anos. Para mim – que à data estava ausente em serviço no estrangeiro e nem ao funeral pude assistir – e para todos os colegas que mantiveram com o nosso querido *Pompio* uma relação de muitos anos, foi mais um choque indizível, outra perda irreparável. Mais um amigo que perdemos.

O Joel Agostinho também terminou a carreira na DCCB, na mesma área onde sempre o conhecemos. Saiu como agente de 1.^a classe em 1995, com 56 anos de idade. Teve vida longa e gozou a merecida reforma, falecendo no final de março de 2019, aos 80 anos, na sequência de acidente vascular cerebral.

Maria dos Anjos Viegas, Albino Pompeu dos Santos e Joel Santos Agostinho - três briosos colegas, excelentes e dedicados profissionais que dignificaram e honraram os pergaminhos da PJ. Três pessoas de elevada estatura humana. Temos saudades vossas. Sentimos a vossa falta. Bem hajam onde quer que estejam.

Quando eu era um jovem investigador 1

Enquanto agente, fiz toda a minha carreira no furto, se quiserem no gamanço, na gíria usada nessa área da investigação criminal.

Cada agente tinha paletes de processos, uma vez que tudo era da exclusiva competência da PJ. Não me esqueço que tive processos para investigar furtos de periquitos e em galinheiros.

Entre as centenas de processos que investiguei, alguns (ainda) saltam à memória.

Certo dia, corria o ano de 1979, recebi, entre outros, um processo de furto numa residência, na Av. João XXI em Lisboa. O nome do queixoso era pomposo. Da lista dos artigos furtados, constava um fraque, um serviço de prata D. João V, vários artigos em ouro, sapatos de marca, roupa dos mais diversos estilistas, pinturas de «não sei quem» e, pasme-se, artigos de cozinha, como batedeira e faca elétrica, micro-ondas e copos em cristal, eu sei lá.

Como não era parvo de todo e a experiência já era alguma, aquilo cheirou-me logo a esturro. Assaltam uma residência e entre artigos tão valiosos, levam batedeiras e facas elétricas?... os gatunos também têm as suas especialidades. Um fraque e uma faca elétrica?... Não, não te vais safar...

A porta estava munida de fechadura de quatro entradas e o furto tinha, supostamente, ocorrido através de chave falsa.

Um ou dois dias depois, foi junto ao processo um requerimento para ser passada certidão a entregar numa companhia de seguros para efeitos de indemnização. Pensei logo para comigo: «Fava, abre a pestana que isto é uma golpada à seguradora e as tuas suspeitas iniciais acabam de se confirmar».

Sofri algumas pressões de um «colega», por acaso antigo legionário, que não me largava, para que assegurasse a emissão da tal certidão, sem a qual a seguradora não pagaria. Aparecia na minha brigada para falar comigo e, em tom autoritário - resquícios da Legião, certamente -, dizia: «Ouça lá, quando é que trata do processo para passarem a certidão ao meu amigo?...». Regressava à brigada dele, de homicídios, e declarava: «Aquele comuna de merda tem a mania que é bom, mas ainda lhe faço a folha». Soube disso, porque na mesma brigada trabalhava um colega do meu curso que me contou.

Chamei o queixoso, um tal de Americano e respetiva esposa, uma F. de Almeida. Tive sempre a mania que «não me comiam por anjinho» e não iam ser aqueles.

Seria fastidioso descrever o que se passou durante cinco anos – sim, cinco anos! – em que o processo esteve em «banho-maria» na minha posse. Ia fazendo algumas diligências para empatar, nomeadamente chamando os ofendidos para informarem sobre



Jorge Fava

Agente, Subinspetor/
Inspetor-chefe
de dezembro de 1975
a março de 2002

mais este ou aquele pormenor. Numa dessas ocasiões, a senhora, sempre muito bem vestida, contrastando comigo, e já não me conseguindo aturar, disparou: «Você está a falar com uma F. de Almeida». Respondi: «e você está a falar com um Patronilho e Fava». «Você é pior que o Salazar» – dizia ela... «E você, se fosse um homem, já estava a amarinhar pelas paredes acima», devolvi eu. Foi-se embora e o processo continuou em «banho-maria». Até que, não recordo exatamente como, eu soube que o casal se tinha separado. Aproveitei esse facto para chamar o queixoso e «meti a carne toda no assador». «Senhor Americano, sabe tão bem quanto eu que não houve furto algum. É altura de esclarecer as coisas, você não chegou a receber da seguradora, o arrependimento é atenuante e ficamos amigos». Começou a chorar. Alto! isto está bom... «Diga lá senhor Americano o que se passou de tão grave, para uma pessoa de bem como você, com o cargo que tem na empresa onde trabalha, se ter metido num comboio destes?...». E ele explicou: «Senhor agente, sempre fui infeliz. Tenho bom ordenado, mas não há dinheiro que chegue à minha mulher. Isto foi tudo planeado por ela, precisamente por isso...». «Mas então, onde estão as coisas dadas como furtadas?» – indaguei. «Estão num apartamento que temos no Algarve», devolveu o senhor Americano. Ala que se faz tarde e para que não haja arrependimentos. Era de tarde. «Então podemos lá ir senhor Americano?». «Sim, podemos», anuiu.

E lá foi o bom do Fava, com outros dois colegas que já não recordo, direitos ao Algarve. Na viagem, em Canal Caveira, pausa para jantar.

Jantávamos e diz o senhor Americano: «Senhor Fava, se não se importar, eu gostaria de pagar o jantar». «Vai pagar sim, mas só o seu», sublinhei. Mas ele insistiu: «Então gostava de pagar uma garrafa de uísque». Esclareci em definitivo: «Depois disto resolvido, até bebemos duas». Claro que não bebemos coisíssima nenhuma.

Apreendemos o material no tal apartamento no Algarve - não me perguntem onde -, e regressámos à Gomes Freire nessa mesma noite.

Decorridos quase cinco anos, fui notificado para depor no Tribunal da Boa Hora, onde me voltei a encontrar com a minha «amiga» F. de Almeida, estando ambos os elementos do casal acusados de tentativa de burla à seguradora e simulação de crime.

O processo, para além de outro relativo ao mesmo tipo de crime - mas muito mais requintado e com dupla tentativa -, proporcionou-me o único louvor que recebi enquanto investigador da PJ.

Quando eu era um jovem investigador 2

Quando eu dava os primeiros passos na profissão que muito me honrou, o serviço de piquete da PJ em Lisboa funcionava assim: uma sala de atendimento ao público, pequena, com um balcão de cerca de dois metros de comprimento, uma máquina de escrever em cima, várias prateleiras onde se colocavam os impressos, autos e outro expediente. Em frente, duas ou três cadeiras para os utentes aguardarem a sua vez de atendimento. Sobre a direita estava a secretária do chefe, onde anos mais tarde também me viria a sentar. A um canto dessa sala, estava instalada uma pequena secretária com

máquina de escrever. Havia dois ou três telefones.

Numa outra sala contígua, um televisor, um sofá, telefones e algumas cadeiras. Esta era a sala de repouso, embora houvesse uns «rapazes» que a «alugavam» em permanência e de lá não saíam.

O *staff* de piquete era composto por seis agentes, dois lofoscopistas e dois motoristas, se não erro.

Logo pela manhã, saíam duas viaturas transportando os agentes que faziam as inspeções aos locais de furtos ocorridos durante a noite. Os restantes permaneciam ali no piquete, à espera dos fregueses e nesse dia eu era um deles.

No início dos idos de oitenta, num sábado ou domingo, eis que pela manhã, entra um meia-leca, com cerca de 1,60 metros e uns cinquenta quilos, aparentando ter mais de sessenta anos de idade. Fui eu quem o atendi. – «Venho entregar-me, acabei de matar a minha mulher».

Não o disse, mas pensei: «já estou tramado». Ainda por cima, naquela altura não havia violência doméstica nos jornais e na televisão.

«Como se chama e a sua identificação?» – perguntei. «Chamo-me Manuel (não sei se era exatamente este o nome) e não tenho identificação».

«Então onde mora?». Devolveu-me: «Isso queria você saber. Não é da Judiciária? Então descubra. Vocês têm a mania que descubrem tudo. Nos jornais é só notícias: a Judiciária descobriu isto e aquilo, prendeu este e aquele, agora é que eu quero ver. Se eu lhe dissesse, amanhã nos jornais lá vinha: a Judiciária prendeu um gajo que matou a mulher. Descubra!...»

Comecei a sentir-me como uma espécie de saco de boxe e a levar murros no estômago. «Ó senhor Manuel, como é que você quer que descubra se não ajudar?...». Respondeu tranquilamente: «Isso é problema seu, não é você que é da Judiciária?... descubra!».

Os murros no estômago deixavam-me sem ar, mas davam-me tempo para pensar na estratégia: «como dar a volta àquilo?»... e convidei: «Mas, ó sôr Manuel vamos os dois ali fora, tomamos um café e conversamos». Resposta: «Você não é parvo. Pagava-me um cafezinho e eu dizia-lhe o que quer saber. Nem pense nisso». Tive de dar a volta ao texto: «Então fazemos assim: pegamos num carro, vamos para a rua e conversamos». Acedeu como quem ordena: «Vá lá buscar o carro!».

O motorista apareceu com o carro e com um colega, que já não recordo quem fosse, e lá fomos os quatro, no que se adivinhava ser a travessia do «mar das tormentas». Logo à saída, perguntei: «Sôr Manuel, para a direita ou para a esquerda?» – «Meta lá para a direita». E pouco adiante inquiri: «E agora?... Rua Gomes Freire ou Conde de Redondo?» – «Vá para baixo». A custo e com muitas lambidelas, chegámos à rotunda do Marquês de Pombal. Mas tudo isto com paragens, quase às arrecuas, à velocidade de cruzeiro de 15/20 km por hora com dezenas de automóveis atrás a buzinar.

«E agora senhor Manuel?» – «Descubra!...». Esse foi um gancho de esquerda que me deixou a cambalear. «Ó sôr Manuel, já viu os carros todos a buzinar e nós aqui parados?... diga-me só, para cima ou para baixo?...» E a custo lá adiantou: «Vá lá para cima». Subimos a Joaquim António de Aguiar até às Amoreiras. Tinha terminado o terceiro rou-

nd e eu já estava um bocado massacrado. Aproximava-se a hora do almoço e tentei um «golpe baixo». «Senhor Manuel, vamos almoçar, eu pago-lhe o almoço e depois continuamos». Desafiou: «Já há bocado lhe disse que você não é parvo, mas o que você quer sei eu. Vá lá almoçar que eu fico no carro à espera». Fiquei quase KO, confesso. E mudei novamente de estratégia: «Mas ó sôr Manuel, porque é que você matou a sua mulher? Você está a dar-me música. Não o vejo com tomates para matar ninguém, só se foi sem querer. Você é um meia-leca». Espicacei o bicho: «Não matei?!... não matei?! Levou com o ferro de engomar nos cornos que ficou logo estendida... você tem a mania, conhece-me de algum lado? Se repetir isso não abro mais a boca. Vocês só têm mania, mas se não for eu, não vai descobrir nada». Dessa vez levei um *uppercut* no queixo. Estávamos parados nas Amoreiras. «Vá lá sôr Manuel, eu sei que você os tem no sítio. Olhe, já me apeteceu fazer o mesmo à minha, mas não tive tomates. E agora vamos para onde?». E a resposta já conhecida não se fez esperar: -«Descubra!...».

Nova estratégia. Disse ao motorista: «Mete p'ró Monsanto que este gajo mora na linha de Sintra». Comentário do Manuel: «Você está armado em esperto! meta para a Ponte 25 de abril». A coisa estava a melhorar. «Sôr Manuel, quando chegarmos ao final da ponte, se não disser para onde seguir volto para trás e quero que você se dane. Estou a perder a paciência e daqui a pouco há fandango». Assustou-se. Chegados ao final da ponte: «E agora senhor Manuel?» – «Descubra!». Foi um KO quase definitivo. O que fazer a um filho da mãe destes?... ainda por cima eu tinha a mania que era bom a dar a volta às coisas, conseguindo sempre levar os diálogos para onde mais me convinha. Mas este gajo dava luta. Não saía do mesmo: «Descubra!».

Já tinham passado duas horas desde a saída da Gomes Freire. Não houve grandes alterações no teor dos diálogos. A coisa foi decorrendo no mesmo tom, até que após mais uma ou duas horas, depois de muito lambido, algumas ameaças e muitos elogios, chegámos ao Seixal. «É aqui!», disse ele... «Pronto sôr Manuel, diga lá então onde é a sua casa». Retomou: «Descubra!». Filho da mãe. Só que agora a bola já estava do meu lado.

«Olhe, sôr Manuel, se não disser onde mora levo-o ali ao posto da GNR que eles conhecem-no de certeza e fica lá». Acertei na *mouche*: «Isso não, isso é que não!!, para o posto não vou, se quisesse tinha-me lá ido entregar, não tinha ido ter convosco».

Por fim, subimos a um segundo andar, com escadas em madeira velha, que rangiam por todo o lado. Uma casa velha. Abriu a porta e na cozinha estava uma senhora com uns cem quilos, tombada entre a tábua de passar a ferro e o frigorífico. A cabeça esfacelada, por golpes desferidos com o ferro de engomar. O Manuel deu-me o número de telefone de uma filha, a quem pedi que comparecesse na casa dos pais. Disse-me que o pai andava obcecado, que a mãe o traía e que aquele desfecho sempre a atormentara.

Enquanto agente, fiz toda a minha carreira no furto, ou no gamanço como se dizia. Depois, como subinspetor/inspetor-chefe, trabalhei em quase todas as áreas, mas nunca nos homicídios. Não gosto de mortos. Tudo isto para contrariar quem me diz, frequentemente, que tive uma vida boa...

- Uma ideia de Justiça. E de humanidade-

Ao honroso convite para escrever uma história vivida em serviço, replico propondo um conjunto de experiências na minha, ainda curta, carreira na PJ, mas que considero ilustrativas do que é pertencer a esta nobre Instituição. São tantas as histórias, os episódios, as estórias (que ouvimos contar), que seria ingrato escolher apenas uma.

Iniciei o estágio em outubro de 2013, no DIC de Setúbal, juntamente com os colegas VP, IP e AM. Fomos extremamente bem integrados na brigada de roubo à mão armada, chefiada por JB, nosso orientador de estágio.

Honra lhes seja feita, um grupo de profissionais que ao longo de quatro meses cumpriu com distinção a sempre complexa missão de receber e integrar novos inspetores. Foram dignos de tal tarefa. Agradeço-lhes.

No final da primeira semana, fomos chamados a reunir com o orientador de estágio, JB. Esperávamos uma ordem de trabalhos exigente, quiçá, com uma ou outra chamada de atenção para as tarefas até ali desenvolvidas. Mas não. Fomos, sim, autenticamente brindados com uma manifestação de humanidade e amizade inesquecíveis, com o orientador a partilhar fotografias da família, dos seus passatempos, canções, poesias. E até alusões históricas à cidade de Setúbal.

A primeira grande lição estava assim assimilada: na base de bons grupos de investigadores, estará sempre uma relação de amizade, entreaajuda, confiança e lealdade.

Quanto às investigações, foram-nos distribuídos alguns processos de furto em igrejas do concelho de Alcácer do Sal. Confesso que ansiávamos pelos assaltos com arma de fogo, mas a nossa missão passava por investigar uma vaga de furtos de arte sacra – patenas, píxides, cálices e crucifixos.

As diligências iniciais indiciaram um suspeito: dava pela alcunha de *Cavilhas* (sem ofensa). Não foi difícil de rotinar. O facto de residir próximo de uma das igrejas arrombadas, e o parentesco com a secretária do pároco de outra não arrombada reforçaram as suspeitas.

Seguiu-se a Operação *Sanctum* (JB preferira código em língua portuguesa), e das buscas nas duas residências de *Cavilhas* resultou a apreensão da chave de uma das igrejas, de um suporte digital com as edições originais do Jornal da Paróquia e de um par de ténis, clássicos, *Puma*, cujo rasto havia ficado impresso em pó numa cadeira doutra das igrejas assaltadas.

Na viagem entre Alcácer do Sal e Setúbal, *Cavilhas*, o nosso «temido ladrão» de igrejas partilhou parte da sua história, da sua vida, mediante um olhar convalidado: drogas, a patologia irreversível do pai, outra de um filho menor, a violência com a mãe dos filhos. Foi para mim como um murro no estômago.

No dia seguinte, ao entrar no tribunal para interrogatório, não consegui afastar a ideia (errada) de que estaríamos perante uma bagatela. Até que a sua própria advogada



José Alberto

Inspetor, ingressou na PJ na Unidade Nacional de Combate à Corrupção, em 2013, e na 1.ª Secção – Homicídios, da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo, em 2020

(de defesa!!!) censurou energicamente a conduta de *Cavilhas*, evocando o tamanho alarme social que a vaga de furtos havia causado na comunidade local. A «sentença» estava dada, e logo pela própria defensora. E elogiou o trabalho da PJ.

Na Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo, iniciámos a Primavera de 2014 inseridos numa brigada de investigação de incêndios, chefiada por HG, nossa orientadora, cujo olhar, maternal – e, quando necessário, reprovador –, deixava antever o quão ela gostava (e gosta) da nossa PJ. Na realidade, a sua grande preocupação passava por aferir se éramos, ou não, dignos de assumir as funções de inspetores da PJ. Percebi a exigência. Agradeço-lhe por isso.

Fomos integrados num grupo de investigadores de elevada competência técnica, que muito nos ajudou a compreender o desenho caótico de um local de crime de incêndio. Foi uma rotação de estágio rica em formação, e variada, com experiências também na investigação de crimes sexuais, pornografia de menores, burla, falsificação e homicídio.

Num final de tarde, quase Verão, o telefone tocou. Conduziu-nos até São Julião, uma aldeia na Serra de São Mamede, Portalegre, a escassos metros de Espanha. Por ali, dois casais espanhóis haviam encontrado as suas casas de fim de semana, situadas do lado de cá, na margem do rio Xévorá, consumidas pelas chamas.

Seguiram-se vários dias de trabalho e, do exercício de análise, correlação e síntese, resultaram algumas conjecturas quanto ao móbil: vingança; burla a seguro; desvalorização; dano. Quanto a hipóteses de trabalho, as primeiras suspeitas recaíram sobre um bombeiro espanhol que, coincidentemente – a que atribuímos suspeição –, andaria a passear por entre eucaliptos e pinheiros quando se deparou com os imóveis em chamas. Percebemos, porém, que fora esse mesmo bombeiro a extinguir os incêndios, sem uma gota de água, apenas com recurso a ventilação e arrefecimento.

E foi já no final de um desses dias, ao regressarmos à base, que nos deparámos com um jovem pastor que nos alertou para alguns acontecimentos bizarros ocorridos recentemente: rituais de espiritualidade, sacrifícios de animais, misteriosos disparos de arco e flecha, rituais com fogo... tudo no seio daquelas bonitas paisagens. De porta em porta, árvore em árvore, ribeiro seco em ribeiro seco, conversas com pessoas (poucas) lográmos, finalmente, chegar à identidade do autor das bizarras e, conseqüentemente, dos nossos incêndios.

Aproximámo-nos da residência do suspeito, decidimos estacionar a poucas dezenas de metros. Já a avistávamos. No instante em que decidimos que iríamos tentar aferir se ele estaria em casa, percebemos também que estávamos já do lado de lá, em território espanhol...

A investigação do crime económico é complexa, difícil, morosa. Mas também desafiante e vasto em experiências, que dotam os investigadores de excelentes conhecimentos técnicos e jurídicos.

Corria o início do ano de 2016, quando, do outro lado do Atlântico, chegavam notícias de uma mega investigação a crimes de corrupção e branqueamento, que envolviam altos quadros de empresas estatais e também titulares de cargos políticos. E chegou também uma carta rogatória à secretária... Da sua leitura, resultaram algumas evidências: a importância do que era requerido; a expectativa das autoridades brasileiras no desempenho da PJ;

e... a dificuldade em compreender o valor astronómico das verbas envolvidas nas fraudes.

A missão era clara: localizar e deter um suspeito que estaria escondido em Portugal, identificar e apreender eventuais vantagens dos crimes investigados. E, aparentemente, não seria difícil, na medida em que o suspeito detinha conta bancária nacional e uma morada referenciada. Além de que todas as bases de dados consultadas, conduziam a essa mesma residência, na Costa do Sol – Estoril, o que deixava antever até alguns banhos de sol.

Seguiram-se diligências de vigilância com intuito de localizar o suspeito e confirmar a morada. O imóvel em causa, bem junto ao mar e habitado por várias pessoas, detinha apenas uma acessibilidade, vigiada por segurança privada.

Volvidos alguns dias, e várias horas de vigia ao som de gaivotas – interrompido apenas pela passagem do comboio a cada 12 minutos –, os moradores estavam identificados (algumas caras conhecidas). Porém, nem sinal do suspeito que nos propuseram localizar.

Absorto naquele pensamento clássico de que se fosse fácil, não seria para mim, fico a saber que estaria para muito breve o embarque com destino a Portugal, proveniente do Brasil, de uma comitiva do Ministério Público Federal e de investigadores da Polícia Federal. E que até já estaria definida a data para a realização da primeira operação fora do território brasileiro. Tudo parecia definir-se, prestes a acontecer, apenas o suspeito não estava a colaborar.

Insisto na vigilância ao imóvel e, certa manhã, no interior do carro de serviço, já condicionado por alguma impaciência (e pressão), deixo cair negligentemente a mão sobre o botão da sirene e... até as gaivotas voaram. O vigilante de serviço decidiu aproximar-se, observando as viaturas até deparar-se comigo no interior. Só de o observar, percebi que era dedicado e competente. Antigo militar, certamente. Olhou-me e percebeu de imediato qual seria a minha missão. Sem me abordar diretamente, encostou-se ao carro e, fingindo ajeitar as botas, perguntou: - Andas à procura de quem?

Na viagem de regresso à base, pensava na informação prestada pelo vigilante: «- A família de brasileiros deixou de ali viver há seis meses; foram viver para a Baixa de Lisboa; ele era devoto de Santo António». Uma agulha no palheiro... ou não. Um jovem e diligente funcionário da empresa de águas, com base naquela parca informação, logrou identificar uma morada na baixa pombalina, correspondente a contrato titulado pela esposa do visado, cujo nome se apresentava, em parte, trocado. E por isso, não detetado nas pesquisas prévias.

A comitiva chegou e avançámos com a Operação Polimento. A porta da residência levou-nos a um interior luxuoso, com dezenas de obras de arte: pintura, escultura e arte sacra. E conduziu-nos ao nosso procurado. Com alguma surpresa, tratava-se de uma pessoa extremamente afável, culta, mecenas de arte, amante do fado. Porém, ao aperceber-se da presença de autoridades brasileiras na sua residência, o pânico tomou conta do seu olhar. A sua linguagem corporal era desconcertante. Não queria, de modo algum, sujeitar-se à justiça brasileira. Porventura, à exposição mediática e à exigência de delação de gente muito poderosa.

As horas correram e aquela residência transformou-se no frenesim das salas de brigada em dias de operação, com vários investigadores envolvidos na formalização de documentação bancária e empresarial muito relevante, e também de valiosas obras de arte. O

calor apertava. Alguém abriu uma das janelas das traseiras. A dada altura, cruzei-me com o nosso suspeito. Nos seus olhos, em pânico, levava toda a sua vida. Dirigiu-se para a janela aberta, um segundo andar, e eu segui-o. Chegámos ao mesmo tempo, olhei-o fixamente nos olhos, ele sorriu, dizendo: - Não vou fazer nenhuma loucura, apenas apanhar ar. Uns metros abaixo, lá estava a Igreja de Santo António.

Volvido cerca de ano e meio, e um dos mais complexos processos de extradição que correu termos em Portugal, voltei a encontrar RS numa diligência processual. Após, dirigiu-se-me dizendo: - Ainda hoje recordo que correste atrás de mim quando me dirigia para aquela janela. Sorriu e agradeceu.

Desde há pouco mais de um ano, fui colocado na Secção de Homicídios da DLVT. É incrível a quantidade de histórias – e de estórias – que ali presenciei em tão poucos meses. Numa área de trabalho em que, como afirma o meu honroso chefe, LF «A realidade ultrapassa, e muito, a própria ficção».

Não evocarei nestas linhas qualquer episódio concreto vivenciado. Não me sinto digno dessa voz. Pelo menos por enquanto. Muitos investigadores(as) por lá fizeram e fazem carreira, a sua própria história, cabendo-lhes, querendo, a partilha das suas experiências. Na parte que me toca, e por toda a experiência e conhecimento com que me vão brindando, agradeço-lhes por isso.

Não abdicarei, porém, de destacar o que mais me surpreendeu desde então. Sempre me questioneei como reagiria ao olhar nos olhos de um homicida. Temia ficar condicionado pela minha própria emoção, passando assim o controlo das diligências para os suspeitos. O que não esperava, isso sim – e tal como por lá tenho visto fazer –, era a capacidade espontânea para estabelecer empatia para com autores do crime mais gravoso. Alguns deles, com evidente desprezo pela vida humana, dentre homicídios de jovens, crianças, idosos, familiares diretos, grávidas.

Desconhecia, até aqui, a capacidade de humanizar com tamanha desumanização. Uma nova dimensão nas minhas competências, e na minha própria personalidade e cidadania. Acrescidos do compromisso para com as vítimas e seus familiares, que tão mais fortalece o nosso sentido de missão.

Neste particular, não queria deixar de evocar o investigador, AP, que em plenos interrogatórios acaba por comungar dos episódios dramáticos da vida dos suspeitos e das vítimas. E chora. E chora com eles(as). E para eles(as). Dentre a doutrina dos investigadores correm duas opiniões: a de que se trata, em concreto, de uma técnica de entrevista; e a de que se trata, somente, de uma reação emocional espontânea e autêntica. Eu alinho pela segunda.

A nobre missão das pessoas da Polícia Judiciária assenta, assim, em dois grandes desígnios atinentes à proteção de pessoas e instituições – que são também dois princípios essenciais: justiça e humanidade.

A crítica e a coerência

«Fixamos os nossos destinos, bons ou maus, e nunca poderemos desfazê-los. O mais leve sopro de virtude ou de vício deixa a sua cicatriz indelével».

William James

Ao longo do exercício do cargo de Diretor da UDI - Unidade Disciplinar e de Inspeção procurei inteirar-me, através das mais diversas vias, dos obstáculos/problemas relacionados com a atividade no âmbito das competências desta unidade orgânica, com o objetivo de melhorar o desempenho da PJ.

No que respeita às infrações de natureza disciplinar mais recorrentes procurei, através da troca de opiniões com os elementos da Unidade e fora dela, descobrir as causas e as formas adequadas de as prevenir.

Esta indagação permitiu chegar à conclusão de que um dos instrumentos mais eficazes era assegurar a adequada formação aos quadros da PJ.

Na altura, o ISPJCC – Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (atual IPJCC), solicitou à UDI participação na formação de futuros inspetores, bem como na formação permanente dos quadros da Polícia.

Sabendo eu da larga experiência na formação, da assertividade crítica e das sugestões de formação do Inspetor-chefe F..., como modo de prevenção e diminuição da prática de condutas censuráveis disciplinarmente, decidi convidá-lo para colaborar na mencionada formação.

No entanto, o Inspetor-chefe F... recusou-se a colaborar por motivos que considerei ultrapassáveis.

Perante tal resposta, manifestei a minha estranheza ao Inspetor-chefe F... por desperdiçar a oportunidade de poder contribuir para a importante interiorização dos princípios éticos, prevenindo as más práticas dos formandos no exercício futuro das suas funções, mediante a sensibilização para as boas práticas profissionais, por delas beneficiarem eles próprios e os cidadãos, conforme o próprio Inspetor-chefe F... defendia nas conversas havidas.

De nada valeu. Manteve a decisão de não colaborar.

Consciente da importância do seu contributo, insisti dando-lhe um dia para pensar. E esclareci que aguardava pela resposta no dia seguinte.

Deixei ainda claro que, futuramente, caso a resposta fosse negativa, me recusava a conversar com o Inspetor-chefe F... acerca das referidas más práticas, face à sua incoerência.

No dia seguinte, repensando sobre a decisão inicial e afastando uma situação que se revelava de alguma incoerência, coerentemente, o Inspetor-chefe F... aceitou colaborar na formação!



José André Vaz

Diretor da UDI
(atual DS-DI - Direção
de Serviços de
Disciplina e Inspeção)
de 2002 a 2015



José Banastrinha

Agente/Inspetor e Inspetor-chefe da PJ de setembro de 1986 a maio de 2018

Notificação por terceiro

Quando acabei o meu curso de Agente fui colocado a estagiar na secção «Central» que fazia capturas, rusgas e outros serviços, como recolha da mais diversificada informação. Nessa secção, em razão da minha residência, fui colocado num grupo da margem sul do Tejo, composto por mais dois colegas, o Silva, agente de 1.ª classe, mais antigo e chefe de equipa, e o Simões, agente de 2.ª classe.

Para mim tudo era novo. Todos os dias era surpreendido pela forma de trabalhar daqueles dois homens. Cedo me habituei a respeitá-los como se de deuses se tratassem. Tudo neles era novo para mim. Nada do que eles faziam no dia-a-dia policial eu tinha aprendido na Escola de Polícia Judiciária (EPJ). Cedo percebi que era ali que estava a vertente prática da minha formação.

O Silva, natural de uma aldeia do distrito de Viseu, viera cedo para Lisboa à procura de melhor vida. Encontrou trabalho como estivador no porto de Lisboa, até ser chamado para o serviço militar que cumpriu na Polícia do Exército, sendo mobilizado para o Ultramar. Foi em Luanda que começou a estudar à noite. Quando terminou o serviço militar obrigatório, e por já ter adquirido habilitação para tal, concorreu à PJ. Entrou e manteve-se em Angola até ao 25 de abril de 1974.

Com a independência daquela antiga colónia, foi forçado a regressar a Portugal, onde esteve bastante tempo sem trabalho, à espera que lhe resolvessem a situação. Casado, com quatro filhos, passou por muitas dificuldades. Quando finalmente foi readmitido na PJ, colocaram-no naquela Secção de Prevenção Criminal onde faria toda a carreira até se reformar.

O Simões, filho único, estudante do Liceu de Almada, galanteador de mulheres bonitas, apreciador dos prazeres da vida, entrou para a PJ já depois do 25 de abril de 1974. Casou e teve um filho, divorciou-se e voltou para casa dos pais, na margem sul. Trabalhou na secção de furtos até ser colocado, a seu pedido, na já referida «Central».

Eu, acabadinho de chegar da EPJ de Loures, depois de ter feito um estágio intercalar de um mês, escolhi aquela secção para fazer o meu estágio de um ano. O chefe, depois de saber que eu também vivia na margem sul «entregou-me» aos dois referidos agentes, por razões de logística. A nossa semana de trabalho era dura, percorríamos todo o país atrás de foragidos à justiça. Acordávamos muito cedo, para, mal o dia rompesse, já estarmos à porta do «alvo» para o prender. Isto, depois do trabalho de recolha de informação que nos levava à respetiva localização. A semana era de tal forma desgastante e

preenchida que a sexta-feira, último dia de trabalho semanal, servia apenas para, durante a manhã, pôr a papelada em ordem. Depois íamos almoçar e já não regressávamos senão na segunda-feira seguinte.

Numa dessas sextas-feiras, descemos os três até à baixa lisboeta para almoçar um franguinho assado no Bom Jardim, com arroz à brasileira. Após o repasto, de caminho para o cacilheiro que nos levaria à outra margem para um fim de semana merecido, parámos na Ginginha do Rossio, para tomar um cálice da tradicional bebida. Ao entrarmos na tasca, os meus colegas foram cumprimentados com vénias e educação pelo empregado e alguns clientes que, pelo seu aspeto, eram com certeza habituais.

Depois de servidos, o Silva chamou o empregado um pouco mais à parte e perguntou-lhe:

- Ó Manel tens visto por aqui o Carlitos *Marreco*? E o outro, quase em sussurro, respondeu-lhe: - Sim senhor Silva, ainda ontem esteve cá, quer que lhe dê algum recado?

- Quero sim, diz-lhe para na segunda-feira ir ter comigo à Polícia, pelas 10h00 horas, que tenho um mandado de captura em seu nome. Ele que vá preparado para ficar preso 45 dias por ordem do juiz de Loures, leve roupa e aquilo de que precisar.

Fiquei abismado. Não podia ser. Não queria acreditar. Quando saímos da Ginginha, já vínhamos Rua Augusta abaixo quando ganhei coragem para falar no assunto.

- Ó Silva, você acha que o *Marreco* vai lá acima ter consigo?... não será que ele desaparece e ninguém mais o vê?

- Estás doido ou quê?... ele têm-me cá um respeito... Respondeu-me o Silva, enquanto o Simões dava uma gargalhada. Calei-me e nada mais disse sobre o assunto. Durante o fim de semana a minha perplexidade continuou a aumentar, estava curioso para ver se um cadastrado por assaltos à mão-armada, com largo registo criminal como o Carlitos, se iria apresentar voluntariamente ao agente Silva para cumprir uma pena de prisão de 45 dias a que fora condenado à revelia, por um crime menor praticado na área da Comarca de Loures.

Na segunda-feira fui o primeiro a chegar ao serviço. Queria assistir a tudo, pela positiva ou pela negativa, mas queria ver tudo. O Silva chegou pelas 09h45 horas e perguntou-me logo:

- Então o *Marreco* já veio?... Eu respondi que até àquela hora nem sinal dele. - Deve estar aí a chegar! – Exclamou o Silva confiante.

Passados alguns minutos o telefone interno tocou. Era a portaria a informar que se encontrava à porta o senhor Carlos Moita, para falar com o agente Silva. Fiquei boquiaberto, enquanto o Silva me ordenava:

- Vai lá abaixo e traz o homem. Se ele vier acompanhado pela mulher deixa-os despedirem-se e diz-lhe que ele vai ficar no Estabelecimento Prisional de Lisboa, onde ela o pode ir visitar às segundas e quartas a partir das duas da tarde.

O criminoso volta sempre ao local do crime...

A heroína começava a fazer as primeiras vítimas em Portugal. Como droga dura que era, não perdoava a juventude de então. Começavam a surgir os primeiros farrapos humanos, acampados perto dos centros de distribuição que Lisboa criou: Casal Ventoso, Quinta da Curreleira, Picheleira, Bairro do Relógio, entre outros. Diretamente associados a esse consumo, aumentavam os roubos por esticção e os furtos em residências.

Entretanto, eu acabara de concluir o estágio e, voluntariamente, concorri a uma vaga na Inspeção de Faro, no Algarve, de onde toda a minha família é originária e onde vivi grande parte da infância. Encontrei ali uma realidade diferente, em termos de trabalho, tudo era mais calmo, pouca coisa ocorria comparativamente à grande Lisboa, onde estagiara. Mas quando acontecia era a valer e todos éramos mobilizados para ajudar a resolver, no mais curto espaço de tempo, trabalhando dia e noite se fosse preciso.

Poucos meses depois da minha chegada, a cidade começou a ser assolada por uma onda de furtos em residências. O *modus operandi* era sempre igual: escalamento puro, ou seja, o ladrão entrava sempre por uma janela mal fechada, por distração ou desleixo dos ofendidos, quase sempre nas traseiras dos apartamentos.

Nalguns casos foram recolhidas impressões digitais, mas depois de comparadas com as existentes na base de dados, não coincidiam. O que significava que o ladrão não era cadastrado.

Pensou-se que os furtos poderiam estar relacionados com o consumo de heroína, que também ali começava a fazer-se sentir. Toda a PJ foi mobilizada, foram cumpridas rusgas por toda a cidade, identificados centenas de suspeitos, contactados todos os informadores e decorridos dois meses de trabalho árduo, foi possível saber quem era o autor daquela onda de furtos que inundara a cidade. Tratava-se de um jovem de 19 anos, baixo e magro de cabelo alourado e olheiras profundas, que foi detido numa casa devoluta, por sinal, perto da residência da mãe, em Alto Rodes, Faro.

Na altura da detenção o jovem estava sob o efeito da droga. Muito falador, começou logo a contar a vida desde que nascera, saltando algumas vezes de um raciocínio para outro, sem lógica aparente.

Apesar de tudo, e uma vez que estava disponível para falar, pelo menos enquanto a ressaca não chegasse, architectou-se um plano para tentar deter, em flagrante, o seu fornecedor habitual de heroína.

Foi então iniciada uma pequena operação policial junto a uma obra de grande envergadura, na zona de Vilamoura, um futuro hotel, onde trabalhava um estrangeiro a quem o jovem comprava habitualmente as doses de heroína. No planeamento da operação foi decidido que eu, por ser polícia menos experiente e ainda sem provas dadas, ficaria nas imediações da obra num carro com o jovem consumidor e com 500 escudos em dinheiro, provenientes de coleta feita entre todos nós. Dinheiro que eu lhe daria na altura

em que ele saísse do carro para comprar a droga, depois de os outros colegas estarem instalados disfarçadamente no local, de modo a visionarem o contacto e intervir no momento certo. Assim fiz, depois de receber a ordem através do rádio da viatura para dar o dinheiro ao rapaz, tirei-lhe as algemas e deixei-o ir fazer a compra.

Ficara combinado que, logo após, ele voltaria ao carro onde eu o aguardava. Entretanto os outros colegas viam onde o traficante ia buscar a droga e atuavam, detendo-o e apreendendo o produto estupefaciente.

Fiquei ali sozinho a aguardar. Mas passados alguns minutos de silêncio ensurdecedor, não aguentei e dominado pela curiosidade, abandonei a minha posição para me aproximar da zona onde a ação decorria. Chegado perto, espreitei, mas nada vi, nem os colegas nem o rapaz. Regressei de imediato para junto do carro. Pouco depois chegaram os colegas desiludidos. A operação correrá mal, pois o traficante não alinhou e perguntaram-me pelo rapaz. Disse-lhes que não sabia, pois não mais o vira.

Mas, ao olhar para o espelho retrovisor da viatura do lado do pendura, reparei que o dinheiro fora ali deixado, entalado entre o espelho e o vidro. Não tive dúvidas, ele regressou ali, não me viu, deixou o dinheiro e fugiu. Nos dias e noites seguintes não parámos na tentativa de encontrar o fugitivo, mas sem sucesso.

Algumas semanas depois, numa tarde de enorme calor, estando eu de piquete, desloquei-me com outro colega a uma residência na parte velha da cidade, onde ocorrera um furto. Chegados ao local verificamos que se tratava de um escalamento. De imediato veio-me à memória o nosso fugitivo. «Seria ele o autor?»... pensei, à saída do prédio, enquanto aguardava que o colega terminasse o trabalho no interior da casa. Ao acaso olhei em frente, para o passeio onde circulavam algumas pessoas, e não quis acreditar no que vi: ali mesmo, a cerca de 100 metros de distância, caminhava apressadamente rua abaixo o dito-cujo, jovem toxicodependente, colaborador e fugitivo. Recompus-me da surpresa e com a adrenalina em alta, reagi, correndo na direcção dele. Ele, quando me viu, voltou para trás e iniciou uma correria louca rua acima.

Bem preparado fisicamente como estava, graças aos fabulosos fins de tarde de futebol de salão no ringue da Cruz Vermelha, persegui-o e deitei-lhe a mão. Baixei-lhe os braços atrás das costas, algemei-o e regressámos à residência assaltada, onde o meu colega, preocupado, sem perceber o que se estava a passar, aguardava. Fizemo-lo entrar para o banco traseiro da viatura e dirigimo-nos à Base. Quando ali entrámos com o jovem algemado, os colegas, reconhecendo-o e surpreendidos, aproximaram-se. Todos queriam saber como eu o tinha descoberto. Orgulhoso, apenas lhes disse por entre um enorme sorriso:

- Nunca ouviram dizer que o criminoso volta sempre ao local do crime?



José Leal

Ingressou na PJ em 1995, foi Segurança, Agente/Inspetor, Inspetor-chefe e atualmente é Coordenador

A polícia do judiciário, a cultura profissional e o serviço público através da investigação criminal

Muitas estórias se podem contar sobre um percurso institucional de 75 anos, ainda para mais quando a continuidade transformativa do campo cada vez mais especializado da investigação criminal, tende a recuar até à vigência da Polícia de Investigação Criminal (PIC); desde epopeias de coragem, de serviço público, de vidas resgatadas às garras da maldade humana, e de sacrifícios pessoais, até ao da própria vida.

Em 1945, a PIC transformou-se na Polícia Judiciária (PJ), num movimento evolutivo centrado na necessidade de dotar o Estado português de uma polícia do judiciário, que auxiliasse a dimensão da justiça na busca da verdade material e na realização simbólica da paz social.

Foram inúmeros os desafios que ao longo da trajetória evolutiva, foram sendo cumpridos, em paralelo com a evolução política, económica e social de uma sociedade que no dealbar do século XX balouçava na instabilidade da transição de regime. Titubeante, só nos anos 30, através do Estado Novo alcançou a estabilidade que rapidamente se transformou num processo de fechamento político e económico com repercussão na evolução dos grupos sociais e das condições de vida dos portugueses. Até se atingir a fresca brisa de liberdade e futura prosperidade económica e social, conseguidas através de abril de 74 e consolidadas ao longo das décadas seguintes.

Por entre toda a memória coletiva da sociedade portuguesa, que se vai materializando no seu *continuum* histórico, e no serviço público prestado através da investigação criminal pelos homens e mulheres que a fizeram, apenas embarcámos nessa viagem material, de cultura e simbolismo, sobre o controlo do comportamento desviante e da repressão do crime, no ano de 1995. Na verdade, a juventude e o desejo de futuro são dimensões com que se celebra a vida, e que na confluência com o servir a comunidade através da PJ, procurámos alcançar e densificar o sentido individual da vida e da própria existência.

É recorrendo aos despojos da memória que encontramos, com simplicidade, as primeiras experiências vividas no exercício do dever, e que melhor traduzem o sentido de serviço e a razão da cultura da PJ, através do empenhamento, da abnegação, e do trabalho. Que se reflete no profícuo contributo para o equilíbrio, sempre instável, da vida em sociedade e por consequência no imaginário do cidadão sentido através da confiança.

Conto-vos a estória de um grupo de colegas, que se fizeram amigos e companheiros no âmbito de uma das muitas brigadas que tinham a competência de investigação dos

crimes de furto e roubo na Diretoria de Lisboa em plena década de 90, em que a pressão do trabalho se refletia na elevada pendência processual, impondo entrega à causa pública sem horários, compensações económicas ou temporais; apenas a satisfação e a sensação do dever cumprido, dia após dia, frequentemente desde os primeiros raios da alvorada, pela noite dentro. A vontade de concluir as investigações com sucesso, explorando todos os indícios possíveis, no sentido de conseguir a identificação dos autores, a recolha da prova e muitas vezes culminando com a detenção.

Gilberto e Valdemar, nomes fictícios para esta estória, agentes da PJ como tantos, jovens investigadores, viviam o seu dia a dia na brigada com o fervor do cumprimento de missão e a alegria de poderem ser intervenientes. O Subinspetor Afonso, referência de coragem e perseverança, tinha distribuído um inquérito de furto em instituição pública ao jovem agente Valdemar.

O crime ocorrera numa instituição na Avenida de Berna, em Lisboa. No horário de funcionamento ao público, uma mulher, aproveitando a distração de algumas das pessoas presentes, abriu-lhes as malas, subtraindo-lhes o dinheiro e desaparecendo de seguida. Os factos ficaram registados em imagens captadas através de atenta câmara de videovigilância, inexistindo mais testemunhas, ou qualquer outro registo sobre a autora. A situação comunicada semanas após a ocorrência do crime, inviabilizou qualquer inspeção judiciária ao local. Apenas restavam imagens de uma desconhecida, a apropriar-se do dinheiro que constava das carteiras nas malas de outrem, tendo de seguida, provavelmente, desaparecido para sempre.

Valdemar, inquiriu vários funcionários sobre os factos, exibindo os fotogramas recolhidos, mas sem resultado. Ninguém se lembrava de a ter visto ou a conhecia. Pesquisou casos semelhantes, na esperança de um indício adicional que conduzisse à identificação da desconhecida, mas sem efeito. Teimoso e obstinado, visionou inúmeras vezes as imagens, extraiu mais fotogramas da suspeita e mergulhou dias inteiros nos arquivos fotográficos da PJ: mulher, caucasiana, entre 35 e 45 anos, ladra, em estabelecimento, ou carteirista, a atuar na grande Lisboa, foram os elementos que orientaram a seleção do acervo de *clichés* no arquivo.

Não obstante o empenhamento, a entrega e o trabalho, não logrou identificar a suspeita no acervo fotográfico. Restava a redação do relatório final e o envio do caso para os serviços do Ministério Público com proposta de arquivamento, a aguardar melhor prova. Outros casos em aberto exigiam o seu entusiasmo, energia e motivação.

Certo dia, estando Valdemar e Gilberto a fumar frente a uma vitrina de um quiosque na Rua Gomes Freire, junto à sede da PJ, uma pessoa aproximou-se de Valdemar, pediu-lhe um cigarro e logo de seguida lume. Valdemar acedeu, a pessoa agradeceu, seguindo o seu caminho, atravessando a estrada em direção às instalações da PJ. Valdemar, incrédulo e surpreso, com absoluto ar de espanto, voltou-se para o seu companheiro Gilberto e segredou-lhe ao ouvido:

– Meu, é ela! A gaja! – Gilberto, num tom de estranheza retorquiu:

– Mas que gaja pá!? ‘Tás a falar do quê?

– Daquela tipa do processo do gardanho das carteiras na Avenida de Berna. Aquela que ficou gravada!

– ‘Tás a brincar!?

– ‘Tou-te a dizer pá, é a gaja. Vamos atrás dela!

Atravessaram a rua no encalce da mulher, que estranhamente se dirigiu às instalações da PJ, entrou pela porta e deteve-se a falar com o segurança. Gilberto, precipitou-se sobre ela e interpelou-a:

– Bom dia, minha senhora – ao mesmo tempo que exibia o crachá de polícia – agente Gilberto, faça o favor de se identificar – ordenou-lhe.

A moça com ar sofrido, aparentando mais idade do que aquela que teria, respondeu-lhe:

– Maria do Carmo, senhor agente.

– O que vem fazer à Polícia? – instou Valdemar.

– Venho visitar um amigo que se encontra preso – disse-lhes, olhando para os dois, e exibindo o cartão de identidade.

Gilberto observando rapidamente o cartão, mas sem ler a informação ali existente disse-lhe:

– Tem de nos acompanhar, minha senhora, pois precisamos de falar consigo.

A moça, meio atarantada com a situação, seguiu Gilberto e tomaram os três o elevador até ao segundo piso. Entraram na brigada deserta, à hora de almoço, e ofereceram uma cadeira à Maria do Carmo. Valdemar recuperou o inquérito do armário, retirando-o da pilha daqueles que aguardavam relatório final, e referiu-lhe:

– Sabe porque a trouxemos aqui?

– Não, não faço ideia! – referiu a moça, trémula.

Num tom conciso e duro, Valdemar disse-lhe sem hesitar:

– É suspeita de ter furtado várias carteiras num instituto público na Avenida de Berna, no dia 7 de maio, e por isso vou constituí-la arguida.

– Impossível. Nem pensar. Estão enganados! – retorquiu Maria do Carmo quase em tom de choro.

Por entre o choro e um contínuo de negação, a mulher foi constituída arguida. Valdemar, em movimentos frios e seguros, abriu o inquérito nas páginas onde constavam os fotogramas e exibiu-os, dizendo-lhe:

– Dona Maria do Carmo, e esta quem é? Serei eu? – perguntou num tom severo – Está a brincar connosco?

Maria do Carmo, perante tal evidencia, incrédula, desatou num choro, inconsolável. Valdemar abrandou o olhar e disse-lhe:

– Acalme-se Maria do Carmo, ninguém lhe vai fazer mal. Quer contar-nos o que se passou?

E assim, sem que fosse expetável, concluiu-se, de forma improvável, mais um caso de investigação criminal. Maria do Carmo, constava já nos arquivos fotográficos da PJ como consumidora de drogas e com ligação ao pequeno tráfico de estupefacientes, mas nunca ao furto.

Alguns dirão que o desfecho desta estória se deveu à sorte de Valdemar e ao azar de Maria do Carmo. A verdade é que, nada do que sucedeu se deve a qualquer acaso, mas sim e fundamentalmente à conjugação de vários contextos com a dedicação e o trabalho de Valdemar. Maria do Carmo pediu um cigarro ao único homem do planeta que a poderia reconhecer, mas a verdade é que tal só foi possível devido à busca incessante e ao estudo de Valdemar.

Assim se faz investigação criminal, numa confluência entre circunstâncias, empenho e método; e cada vez mais devido aos produtos da ciência e da técnica aplicados, mas sobretudo ao caráter e à tenacidade dos homens e das mulheres que construíram, que insistem, e que farão o que a PJ representa e representará, no presente e no futuro, para a sociedade, o cidadão, e os sistemas de justiça e segurança, enquanto matriz de referência de polícia do judiciário.



**José Luís Carrapiço
Pereira**

Ingressou na PJ em
1995 - Agente/Inspetor
e Inspetor-chefe

O Plano do *Franklin*

Dia 11 de março de 1996... já a dona Justa levava 50 anos de vida, quando mais um se apresentou na *Base Mike*, novato proveniente do 31.º Curso de Formação de Agentes Estagiários da Polícia Judiciária.

Uma colocação inicial desejada, mas de difícil concretização. Resultou de arrojada decisão de manifestar aos decisores a vontade imensa de trabalhar na área criminal que estava dentro daquela «caixinha» da Avenida José Malhoa. O dia D e mais um ou dois que se seguiram, foram de enorme expectativa.

O doutor Orlando Romano, diretor da Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), explicou que aquela unidade tinha uma estrutura composta por três áreas bem definidas: análise, investigação e recolha de informação. Dentro dessa realidade, transmitiu alguns dados sobre a especificidade de cada uma dessas áreas, dando desde logo a entender que havia uma delas mais deficitária, com um possível lugar por preencher.

Eu estava ali com espírito de missão, pronto para qualquer realidade, mas a minha vontade não estava de acordo com aquilo que parecia ser uma ideia pré-definida para o recente reforço. Fui percebendo isso lentamente.

A análise, era uma área muito sensível, a investigação estava composta por funcionários muito experientes, com provas dadas e mérito reconhecido, e por fim, a «recolha», com necessidade pontual de renovação para continuar a produzir trabalho de excelência para alimentar as áreas que tanto careciam de informação.

Era esta dinâmica em que a DCCB funcionava que, mais tarde, me levou a perceber uma frase citada em alguns contextos: «A DCCB é uma unidade com um pulsar diferente!».

A indefinição estendeu-se até ao terceiro dia. Nessa manhã, pedi ao doutor Diolino de Almeida, subdiretor da DCCB, permissão para ir à Diretoria de Lisboa recolher os meus pertences, recebendo a devida autorização e simultaneamente, com sorriso semi-escondido, o comentário: «Vá lá tratar disso, mas para vigilâncias não vai precisar dos Códigos!». Nesse instante assumi com serenidade que tinha a minha colocação definida.

Regressado, já no período da tarde, fui chamado ao gabinete do subdiretor para formalizar a colocação. Para meu espanto, a pergunta de saída foi se eu já tinha ideia quanto à área em que pretendia trabalhar... fiquei baralhado! Aproveitei para comentar de imediato: «Investigação!!!». A minha vontade era integrar uma das brigadas de investigação.

Depois de breve silêncio, veio a decisão: «Tínhamos pensado numa coisa diferente... mas pronto! Vai ficar colocado na brigada do senhor subinspetor Manuel Rodrigues».

Integrei, nesse mesmo dia, a minha brigada de sempre. De sempre porque, até aos dias de hoje, nunca saí de onde fui inicialmente colocado. A brigada ficou, o edifício mudou e o movimento de pessoas foi acontecendo naturalmente.

Apresentações feitas, fui integrado numa brigada bem experiente em que os mais novos tinham quase mais uma década de existência do que eu. Todos os elementos da brigada tinham nome de código que era usado nas diligências externas e sempre que houvesse necessidade de recurso a comunicações rádio. Era uma cultura instituída e esse nome tinha que ser definido quanto antes. O chefe *Franklim* ditou as regras: um nome curto, sonante, que ficasse no ouvido. O facto de ser o mais jovem e menos experiente, ditou o código: *Rookie*. Passou a constar na lista onde já figuravam o *Cid*, o *Alfa Lima*, o *Gama*, o *Jimmy*, o *Fox*, o *Astra* e o *Cristal*.

Numa fase inicial, a comunicação não foi fácil, ouvia-se o *Franklim* a chamar o *Roque* e ninguém respondia... no seu gabinete, de portátil na mão, virado na direção do retransmissor do Parque Florestal de Monsanto, insistia: «*Roque*, é *Franklim* a chamar!!!». Ausência de resposta às inúmeras chamadas motivou esclarecimento sobre a situação, e a necessidade de soletrar o código «*R-o-o-k-i-e*» de modo a facilitar o entendimento em futuras chamadas. Não me livrei de pequeno reparo por ter escolhido um «nome estrangeiro», desenquadrado com os parâmetros que tinham sido definidos. Foi uma questão de hábito. Duas ou três chamadas com resposta imediata ditaram a continuidade do *Rookie*.

Esperava-me o primeiro inquérito para investigar já na qualidade de «pronto». Um processo que já andava há algum tempinho no gabinete do *Franklim* a aguardar a entrega a um timoneiro. Antevia-se investigação trabalhosa, prolongada no tempo, arrojada para um investigador jovem, mas que, com o apoio de colegas experientes, tinha tudo para dar certo. Implicava esmiuçar toda a atividade de uma empresa de cobranças difíceis associada a crimes de extorsão, ameaças e coação, entre outros. A factualidade estendia-se a todo o território nacional, originando um «processo-mãe» com oitenta e um apensos.

O *Franklim* de imediato assumiu o acompanhamento direto dessa investigação, determinando a elaboração de plano de diligências para apreciação e decisão. Como a dedicação àquela investigação era exclusiva, o esperado plano não tardou a sair. Contemplava uma divisão do mapa de Portugal por zonas onde havia registo da ocorrência de factos. Fossem eles os contratantes do serviço de cobrança ou os seus alvos fechando essas zonas paulatinamente, com o critério de começar pelas zonas mais longínquas e deixar para o final as zonas mais próximas da *Base Mike*.

«Não, nada disso! Na investigação há uma regra mandando que primeiro se abordem as vítimas e só depois os suspeitos!» Ou seja, as zonas definidas no mapa estavam corretas, «... mas teriam de ser feitas por etapas distintas. Divida o plano em dois! Numa tabela coloque de um lado os devedores e do outro os credores e por fim, numa fase final, vamos aos cobradores!» – sentenciou o *Franklim*.

Correção cumprida, tudo estava perfeito. Toca de distribuir a missão pelas equipas constituídas. O horário das diligências, tal como a paragem para «vitaminar» (hora e local), eram determinadas pelo chefe *Franklim*. Começava-se a trabalhar cedo para respeitar a hora de almoço, o que permitia prosseguir o trabalho na parte da tarde.

Foram largos meses de trabalho árduo. O livro gastronómico do *Franklim* nunca falhou e sofreu importantes atualizações, tanto para a causa própria como para apoio a terceiros. É assim!... faz parte desta dura vida de polícia. Fomenta a união do grupo, fortalece as relações da amizade e, mais do que tudo, abastece aquele cantinho da memória que permite, 25 anos depois e os demais que possam vir, recordar momentos únicos!

A missão e o resultado nunca foram postos em causa. Quis o destino, porque polícia é polícia e bandido é bandido, que o fundador da empresa de cobranças difíceis acabasse por ser detido pela DCCB, em flagrante delito, num segundo episódio em que nos cruzámos. O insucesso na atividade das «cobranças» empurrou-o para o assalto à banca, uma evolução qualitativa, mas com o invariável resultado de sempre, porque as contas se fazem no fim...

Assaltaram um comboio. Em Portugal?...

Decorria o ano de 1982, e os assaltos sucediam-se, alguns com extrema violência. Eram ourivesarias, lojas de eletrodomésticos, ourives ambulantes, um pouco por todo o País.

O resultado de tais assaltos cifrava-se em dezenas de milhares de contos de prejuízo, entre os proventos dos crimes e os danos causados. Um morto e vários feridos. Feridos a tiros de metralhadora *G3*, granadas de mão ofensivas e o morto com disparos de uma metralhadora *AK-47 (Kalashnikov)*, enfim, uma panóplia de crimes.

O *Santos* e a sua diversificada quadrilha não davam tréguas. Enriquecia (principalmente ele) e já tinha dado muito trabalho à polícia. Muitas e muitas horas de trabalho, noites mal dormidas ou em branco, mas, finalmente, conseguimos identificá-los.

Restava proceder às detenções.

Eis senão quando, nos princípios de 1983, na sua senda criminoso, *Santos* planeou e levou a cabo algo inédito no meio criminal português: o assalto a um comboio.

Para tanto, «nomeou» alguns dos seus comparsas, dos muitos que com ele já tinham participado noutros roubos. Sabia que determinada composição da linha de Sintra trazia o cofre carregado com as receitas de bilheteira e venda de passes, recolhidas nas estações ao longo do percurso. A preciosa informação jorrou-lhe do interior da empresa e a polícia nunca conseguiu apurar quem fora a fonte.

O golpe dar-se-ia em S. Domingos de Benfica, onde havia a bifurcação para Lisboa e para Oriente. Visando imobilizar o comboio ali, soltou as cavilhas da linha. Antes, porém, tinha colocado dois automóveis furtados, um de cada lado da linha, de modo a permitir a fuga para a Serra de Monsanto e o outro pelo bairro de Benfica.

Assim, munidos de várias armas, nomeadamente a espingarda automática *G3*, restou-lhes esperarem pela composição que, ao chegar ao cruzamento das linhas, descarriou como fora previsto pelos criminosos.

Rapidamente, os membros do bando avançaram em direção às carruagens visando localizar o cofre, o que aconteceu, não sem antes terem feito alguns disparos de intimidação. Arrancaram então o referido cofre de onde estava fixado e o *Santos*, não fosse o diabo tecê-las, carregou-o às costas atravessando a linha para o lado de Monsanto. Mal conseguiram meter a preciosa e pesada carga no carro, fugiram do local.

O cofre arrombado veio a ser localizado em Monsanto, enquanto os sacos do dinheiro foram encontrados num contentor do lixo numa avenida do Cacém, onde ele tinha então um quarto de recuo.

Todos seriam capturados, as armas apreendidas, bem como algum ouro e objetos, no fundo, o que restava do muito que haviam roubado nos variadíssimos assaltos praticados.



José Manuel Coelho Gonçalves

Ao serviço de 1977 a 2011 como Agente/Inspetor e Inspetor-chefe

Mais tarde, no Tribunal de Caldas da Rainha, sozinho (já que os depoimentos dos colegas foram dispensados) perante vários advogados, prestei depoimento durante todo o dia. Fora nessa cidade que ocorrera o homicídio, na sequência de mais um assalto a uma ourivesaria. Todos foram condenados, cabendo a pena mais elevada ao *Santos*, que se cifrou em 25 anos de prisão. Mais tarde seria reduzida para 20 anos, na sequência do recurso da defesa para o Supremo Tribunal de Justiça. Porém, de nada lhe valeu a redução de pena, já que, no estabelecimento prisional foi cometendo crimes, que lhe valeram ir somando penas sobre penas, conquistando o triste prémio de ter sido o criminoso que mais tempo passou encarcerado nas cadeias portuguesas até aos dias de hoje.

Os crimes cometidos por esta quadrilha seriam um ótimo ponto de partida para o argumento de um bom filme.

Confiança

Naquela tarde de domingo festejava-se o aniversário do filho de um casal amigo. Tarde de sol, boa disposição, conversa animada.

Oiço o meu telemóvel e, em acto contínuo, atendo. Do outro lado, o Director-Geral:

– Sousa Pinto, já sabes o que aconteceu no jogo da final da Taça de Portugal?

Dei-lhe conta do meu desconhecimento, pelo que subitamente, disparou:

– Houve uma morte, ao que parece causada por alguém que lançou um *very light* de uma bancada do estádio para outra do lado oposto que atingiu um jovem. Quero que a tua Secção de Homicídios investigue o caso.

Fiquei desde logo surpreso e apreensivo e, de seguida, preocupado, uma vez que a tarefa me pareceu de difícil êxito (como encontrar o presumível autor do crime num estádio repleto de público, com vários milhares de adeptos das duas principais equipas da cidade de Lisboa?).

Recompus-me o melhor possível e referi que iria tratar da situação.

Seguiram-se os procedimentos inerentes ao início de uma investigação – contactos com o meu Subdirector mais ligado à área operacional, e com o Inspector que então dirigia a Secção de Homicídios.

Estava lançado aquele que, para mim, se afigurava como um caso de difícilíssimo êxito.

Enquanto Director-Geral Adjunto da Directoria de Lisboa, acompanhei muito de perto esta investigação. Vi como a Secção de Homicídios lançou mão à «empreitada»: contactos directos e indirectos com as claques de ambas as equipas, inquirições aos líderes e membros das mesmas, buscas, peritagens, entre muitas outras diligências.

O enleado novelo começava, paulatinamente a desembaraçar-se e, o fio que nos levaria ao apuramento da facticidade subjacente ao crime em causa, ia-se, organizadamente, enrolando.

Este homicídio continha outra especificidade, para além das já apontadas, que poderia conduzir a um, ainda mais difícil, deslindar do caso: não tinha na sua base uma motivação pessoal ou passional, ou mesmo social ou anti-social, posto que o agente teria agido, muito provavelmente, com dolo eventual ou negligência grosseira.

Pese embora todas essas dificuldades, o que é certo é que a 1.ª Secção da Directoria de Lisboa, em escasso mês e meio após a ocorrência – verificada em 18 de Maio de 1996 –, deteve o suspeito e apresentou-o às autoridades judiciárias.

O arguido veio depois a ser julgado e condenado pela prática dos crimes de homicí-



José Maria Sousa Pinto⁵⁹

Director-Geral Adjunto na Directoria de Lisboa, de Dezembro de 1995 a Março de 1999

59. Nota do editor: Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

dio, detenção e uso de substâncias explosivas e utilização de documento de identificação alheio, na pena de quatro anos de prisão.

Esta é apenas uma das investigações da Directoria de Lisboa que me impressionaram, sendo paradigma da qualidade, do saber, da persistência e da abnegação dos seus profissionais.

Muitas outras pude acompanhar, e poderia aqui relatar, nas diversas áreas de actuação daquele que era, e é, o maior departamento da Polícia Judiciária, nem sempre devidamente compreendido e, ou, apoiado, mas dos mais importantes para a população em geral, para a sociedade e opinião pública, por lhe competir a investigação dos crimes comuns (aqueles que muito – nalguns casos mais - afectam os nossos cidadãos) – desde o roubo aos homicídios, passando pelos crimes de natureza sexual, de fogo posto, falsificação de automóveis e documentação, burlas e outros da área económica. Os seis mil caracteres que me foram destinados não permitem, porém, que o faça.

Recordo ainda, assumindo a sua relevância preventiva, um trabalho que foi desenvolvido por uma das secções de investigação, sob sugestão/proposta de uma das Inspectoras Coordenadoras, o qual se traduziu no levantamento e acompanhamento que foi feito a alguns profissionais de estabelecimentos de diversão nocturna, neste contexto, os porteiros [na sequência de alguns casos então ocorridos em que aqueles foram intervenientes], com o intuito de se saber quem estava, então, a trabalhar na «noite» e, por outro lado, deixar correr a informação de que a Polícia Judiciária estava no terreno e atenta. Trabalho de prevenção nem sempre bem aceite pelos visados, mas que teve como efeito, não só apetrechar a Polícia Judiciária de elementos indispensáveis para a resolução de futuros crimes (como veio a acontecer), como também de moderar alguns comportamentos e actuações mais violentas que se vinham verificando.

Noutro âmbito, digamos de política judiciária e policial, tem-se muito presente o denominado «Encontro do Vimeiro».

Numa fase mais complicada e tensa do relacionamento entre o então procurador geral da República, e o director-geral da Polícia Judiciária, algures no ano de 1998, foi decidido promover um encontro entre alguns magistrados do Ministério Público, com responsabilidades na área criminal, e os directores-gerais adjuntos entre outros dirigentes e inspectores da Polícia Judiciária.

O encontro ocorreu num hotel do Vimeiro durante todo um fim de semana.

Realizaram-se várias sessões de trabalho, e muitas horas foram despendidas a debater as questões inerentes ao enquadramento de ambas as instituições no seio da política criminal e investigatória. O papel que cada uma deveria assumir no quadro legal existente. O Ministério Público, defendendo *grosso modo* uma maior subordinação da Polícia à sua orientação; esta, tentando manter a sua autonomia investigatória e a distância possível face àquela.

Todo esse «mal-estar» derivava da circunstância de a lei consagrar um sistema

misto, de dependência funcional da Polícia Judiciária face ao Ministério Público, que não era, e continua a não ser, nem um sistema de autonomia orgânica e funcional daquela face a este, nem um sistema de total dependência orgânica e funcional da Polícia face à autoridade judiciária.

Tratando-se de querela antiga, ainda hoje vivenciada (embora em moldes menos visíveis), durante os anos de 1996 a 1999, foi sentida muito intensamente, porventura, por via da personalidade muito vincada dos dirigentes máximos das duas instituições.

Todavia, o que me faz aludir a esse encontro, não é tanto o que nele se discutiu – de seguro interesse, mas então antecipadamente votado ao insucesso quanto a resultados práticos, dadas as posições extremadas então publicamente assumidas pelos responsáveis máximos de ambas as instituições –, mas fundamentalmente o que ele contribuiu para o estreitar de relacionamentos, quer com os magistrados do Ministério Público que nele participaram, mas, principalmente, com os diversos inspectores coordenadores da Polícia Judiciária que aí estiveram, o que foi de louvar pelo relevante contributo que deu à melhoria da comunicação e eficiência das instituições. Encontro este que, propiciando as refeições comuns, os jogos de matraquilhos, as conversas soltas e mais restritas, típicas destes eventos, permitiu o aligeirar de posturas, esbatendo algumas tensões com origens, muitas delas, inusitadas, que entorpeciam a eficiência que todos pretendiam.

Encontros dessa natureza, implementados em circunstâncias distintas daquelas que então se viviam, em ambiente mais pacificado, poderiam ter resultados bem mais positivos do que aqueles então alcançados, poderiam levar a um debate mais franco e frutífero das questões importantes no relacionamento entre estas duas instituições que necessariamente terão de continuar a coabitar em prol da boa administração da Justiça.



José Marques Vidal⁶⁰

Director-Geral
da Polícia Judiciária
de 22/11/1985
a 22/11/1991

Argúcia feminina

É suposto o director de um departamento policial ser arguto e observador, de espírito em permanente alerta e atento aos pequenos pormenores, por vezes essenciais para o êxito de uma investigação. E, se possível, usar cachimbo ao melhor estilo Maigret na criação de Simenon, e boné no toutiço com a displicência de um Sherlock Holmes, em conformidade com a imaginação de Conan Doyle.

Se eu, na altura director-geral da Polícia Judiciária, podia na aparência passar pelo estereótipo desenhado por usar cachimbo e boné, na realidade não tinha as virtudes que ao policial e investigador se exigiam. Não era vigilante, nem atento a pormenores.

Não assim minha mulher, de espírito alerta quanto ao que se passa em redor, exemplo vivo de que em argúcia as mulheres são superiores aos homens, o que concedo sem discussão.

Vivíamos então em Benfica, num arruamento de prédios recentes. Frequentávamos, após o almoço, um café fronteiro à residência. Meses depois, abriu um novo café cerca de cinquenta metros acima, com um nome sugestivo: *Cem Nomes*.

Uma semana depois da abertura, movida pela curiosidade, minha mulher, com a nossa filha ao colo, bebé de ano e pouco, resolveu estrear o novo café, indo lá lanchar. Relatou-me em pormenor que mal entrara, duas senhoras de meia-idade que se encontravam por detrás do balcão a fixaram com manifesta hostilidade, como se a sua presença as molestasse, quedando hirtas a bichanar em surdina qualquer coisa que não conseguiu apreender.

Minha mulher deve ter deixado transparecer na face o desconforto que a situação lhe criara. Então, um homem de presença agradável que aparentava estar de serviço, aprestou-se a atendê-la. Pediu uma sanduíche de queijo e uma bica.

O homem trouxe-lhe a sanduíche, com uma grossa fatia de queijo e brindou-a com um largo sorriso - parecia o único com à-vontade no ambiente de constrangimento que se criara -, ao mesmo tempo que sussurrou com ar divertido:

– A senhora esteja serena, que nós nunca lhe faremos mal, nem a si nem à bebé.
Nem resposta lhe deu, deveras assustada.

Quando ao fim do dia cheguei a casa ouvi-lhe as preocupações, depois do relato da aventura.

Que era uma intuitiva e observadora e o coração lhe dizia haver um mistério com a gente do café, as duas senhoras mesmo com ar de senhoras burguesas e não de emprega-

60. Nota do editor: Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

das, e o homem sem aspecto de comerciante. E mais: quase jurava que uma delas era uma colega da sua irmã mais velha que trabalhava nos TLP, e da qual ouvira dizer que andara metida nas histórias das FP-25 ; que os olhares que elas lhe deitaram eram explicitamente hostis; que a fatia de queijo que o homem lhe servira era grossa, bem fora das talhadas, transparentes de tão finas, servidas normalmente nos cafés, indício seguro da inexperiência de quem a cortara; e que, para além do mais, o homem tinha uma tez muito pálida, indicativa de que deixara a cadeia há pouco tempo; assim, quando o homem a ameaçou, já estava consciente que dera de caras com tipos das FP.

Resolvi indagar. No dia seguinte fui ao café e pedi uma bica. O homem não estava e uma das senhoras serviu-me. Notei que evitava fitar-me nos olhos e, ao poisar o pires na mesa, as mãos lhe tremiam intensamente.

Telefonei ao doutor Orlando Romano, a dirigir a DCCB, que visse o que se passava. A informação veio pouco depois. O homem era membro das FP-25, deixara há pouco tempo a cadeia, uma das senhoras era mulher dele e a outra casada com o sócio, simpatizante da organização terrorista.

– Aliás – rematou o doutor Romano -, para topar os artistas bastava atentar no nome do café, Cem Nomes, o número de terroristas a aprisionar quando foram emitidas as ordens de captura.

Espero que esta pequena história em que se realça a argúcia feminina agrade às muitas mulheres que servem a instituição, sem desmotivar os homens que nela labutam...



Leonor Sá

Na PJ desde 1990, mantém a responsabilidade pelo Museu da PJ desde 1993. Foi Assistente Estagiária no IPJCC até integrar o quadro como Especialista Superior, em 2008

O Museu longínquo, ou as estradas que lá vão dar

Procurando corresponder ao honroso convite de contribuir, «de preferência na primeira pessoa», para este *Diamante de Histórias* comemorativo dos 75 anos da PJ, pensei que, muito mais interessante do que falar sobre mim, seria contar a aventurosa história do Museu de extraordinário potencial que, mal ou bem, tenho procurado montar ao longo de quase 30 anos nesta instituição. Terei de admitir, porém, que essa história se confunde, em larga medida, com a minha própria história dentro da PJ, com a da Especialista Auxiliar Teresa Castro (que me acompanhou nesta aventura desde 1994), com a das Direções que nos abriram caminho e apoiaram, e com a de tantos funcionários que conosco colaboraram ao longo de tantos anos.

No fundo, não admira: a História das instituições é isso mesmo: uma imbrincada construção orgânica a partir das histórias de todos os funcionários ao longo dos tempos, em quaisquer níveis ou setores, em miríades de contextos que nunca conseguiríamos exaustivamente enumerar.

Eis, portanto, a história que, cortando mil detalhes importantes, tenho para contar:

Em 1990 respondi – não sem hesitação - a um anúncio de jornal que pedia um/a professor/a de línguas para a Escola de Polícia Judiciária (em vias de se tornar Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais pelo Decreto-Lei n.º 295-A/90 de 21 de setembro). Depois de uma longa entrevista - num salão cuja enorme extensão na altura considerei intimidadora - e prestação de provas escritas na Biblioteca, fui selecionada, e em novembro ingressei no já INPCC, onde fui muito bem acolhida pela Direção, colegas, e pelos lindos jardins da Quinta do Bom Sucesso. Iniciei assim uma etapa totalmente nova da minha vida, já que tinha terminado recentemente o meu mestrado em literatura, dava aulas no liceu, escrevia artigos culturais para o *JL*, o *Independente* e o *Expresso* - e não sabia nada, absolutamente nada de polícia.

Em 1991, quando já estava perfeitamente integrada no INPCC e dava as minhas aulas de inglês aos futuros Inspetores da PJ, soube que, exatamente um mês antes de eu nascer – ou seja, a 2 de outubro de 1957 – tinha sido legalmente criado o «Museu» da PJ, juntamente com a «Escola Prática de Ciências Criminais» e o «Laboratório de Polícia Científica», mas com uma diferença determinante: destas entidades, o Museu tinha sido o único que não se tinha concretizado e permanecia no limbo das intenções. Fiquei fascinada. Nunca mais consegui deixar de pensar na ideia de quão interessante poderia ser o «Museu» da PJ e, com o tempo, na hipótese de eu própria o poder catalisar, já que,

segundo legislação de 1978, o museu era precisamente tutelado pelo INPCC⁶¹. Desatei a ler livros sobre museus, a procurar textos sobre a história da PJ e inscrevi-me numa pós-graduação em museologia. Apresentei então uma proposta para efetivação do «Museu» da PJ ao então Diretor do INPCC, Dr. Manuel Ferreira Antunes, magistrado culto, acessível e aberto a inovações, que me autorizou a iniciar um processo que, com o tempo, acabaria por se tornar num projeto sério, sólido - e reconhecido a nível nacional e internacional.

No final da pós-graduação em museologia tive a oportunidade de frequentar um estágio no Canadá (Quebec), no Écomusée de La Haute Beauce, liderado pelo prestigiado professor Pierre Mayrand, finalizando com um périplo por vários museus dos EUA, que muito enriqueceu a minha formação museológica no que concerne à vanguarda teórica e às melhores práticas da museologia mundial.

Mas a minha aprendizagem foi também muito potenciada pelo facto de que, na verdade, fui aprendendo e fazendo ao mesmo tempo, num verdadeiro processo de *hands on*. E isso fez toda a diferença. Mergulhei e empenhei-me a fundo num processo que não mais viria a abandonar, acreditando sempre no extraordinário potencial que teria o futuro Museu de Polícia Judiciária e nas implicações extraordinariamente positivas que essa efetivação poderia ter para a imagem da PJ e para a sua ligação à comunidade. No final da formação, elaborei um extenso documento intitulado *Contributos para o Projecto de Criação do Museu de Criminalística da Polícia Judiciária*, aprovado pela Direção do INPCC, pela Diretoria Geral da PJ e, finalmente, pelo Ministro da Justiça. Nesta sequência, o atual Projeto de Museu, assim como a minha designação como «Responsável» pelo seu desenvolvimento, foram oficializados em Ordem de Serviço da Diretoria Geral da Polícia Judiciária n.º 39, de 2 de abril de 1993.

Estava oficialmente lançada a primeira pedra do novo projeto de efetiva concretização do Museu de Polícia Judiciária. Em fevereiro de 1994, apresentei o Programa Museológico (depois sucessivamente atualizado), que veio lançar as bases programáticas para a instalação definitiva do museu, desde a filosofia orientadora até às especificações e organização do futuro espaço.

O primeiro passo de trabalho no terreno (não necessariamente separado dos passos aqui referidos como seguintes) consistiu em obter espaços no INPCC onde instalar – provisoriamente – as reservas do museu, já que o espaço expositivo, que exigia dimensão e dignidade, teria naturalmente de ficar para uma segunda fase. Com sorte, e o apoio do Dr. Ferreira Antunes, conseguiram-se três salas amplas devolutas no então novo edifício da Carreira de Tiro que acabara de ser construído.

O segundo passo consistiu no início da recolha de material museológico. Conseguimos recolher material, não só da PJ – criada em 1945 – mas também da sua antecessora PIC (Polícia de Investigação Criminal), com origens monárquicas mais complexas, que remontam a 1867. Ao longo da recolha os materiais começaram, naturalmente, a aglutinar-se à volta de três eixos distintos, consoante a sua especificidade, criando o que mais tarde viriam

61. No Dec. Lei 37/78, de 20 de fevereiro, o «Museu» surge como órgão da Escola da Polícia Judiciária, depois Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais e hoje Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais. De acordo com o seu art.º 13.º, «Ao museu compete a recolha, catalogação, guarda e exposição dos objectos de interesse criminalístico e didáctico existentes na Polícia Judiciária e dos que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado, nos termos do artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 364/77, de 2 de Setembro, se não se tornarem necessários ao Laboratório de Polícia Científica.»

a constituir o Arquivo Histórico Documental, o Arquivo Histórico Fotográfico, e o Núcleo Central. Todos juntos, pretendiam constituir a «Casa da Memória da Polícia Judiciária».

O terceiro passo consistiu em criar condições ambientais adequadas à conservação dos materiais recolhidos, o que foi conseguido mediante a instalação, nas salas em questão, de equipamentos que permitiram o controlo da temperatura e da humidade relativa, consoante as necessidades específicas e diferenciadas das três tipologias de espólio dos três núcleos, cada qual com um percurso e história próprios.

O Arquivo Histórico Documental (AHD), por exemplo, foi difícil de localizar, concluindo-se ao fim de vários meses que estava depositado no próprio INPCC. Não tinha sido arquivisticamente tratado, não sendo por isso pesquisável, mas era relativamente pequeno - 250 metros lineares - resultado de um processo de seleção nos anos 70 por funcionários da PJ cujos critérios se desconhecem até hoje - e parte do espólio remontava ao séc. XIX. Sem recursos arquivísticos próprios que permitissem levar por diante esta tarefa, selecionou-se uma empresa de tratamento arquivístico - Arquivárius - que, além de apresentar o orçamento mais favorável, era formada pelos melhores técnicos da área, que haviam cessado funções no recém extinto IPA (Instituto Português dos Arquivos) na Torre do Tombo. Assim, o AHD tornou-se pesquisável nas suas duas componentes:

1) - Documentação administrativa da PIC e PJ e 2) - Processos arquivados⁶², tendo sido depois consultado e pesquisado ao longo do tempo por grandes historiadores como Irene Pimentel, João Madeira, e muitos outros. Com a demora na obtenção de instalações definitivas para o museu e a construção da nova sede da PJ (inaugurada em 2014), propus que o AHD passasse para o Centro de Documentação da PJ (que tinha passado a dispor de excelentes condições para receber público), sem prejuízo de continuar a fornecer ao museu documentos sempre que necessário. O transporte e instalação do AHD no Centro de Documentação e Arquivo da PJ (DS-PQA) ocorreu a 20 de fevereiro de 2015.

A história do Arquivo Histórico Fotográfico do Museu da PJ (AHFMPJ) é mais complexa. No princípio, o que se nos deparava eram amontoados de caixas de negativos não identificados depositados no sótão do designado palácio do IPJCC e noutros locais da PJ em Lisboa.

Estas coleções de imagens fotográficas foram sendo recolhidas a partir de 1992, em diversos momentos e locais da PJ e reunidas no Museu. A vasta coleção fotográfica que assim se recolheu em condições de higiene e conservação deficitárias era constituída na sua maior parte por negativos em vidro, de origem desconhecida. Apresentando em parte já preocupantes sinais de deterioração, considerou-se o seu tratamento prioritário no âmbito da organização do MPJ.

Num primeiro momento contactou-se o então Arquivo Nacional da Fotografia (ANF), dependente do Instituto Português dos Museus, entretanto extinto. O ANF reagiu com grande interesse e efetuou uma visita ao então INPCC, confirmando presencialmente a raridade e o valor da coleção fotográfica policial do MPJ. Porém, apesar do interesse demonstrado, o ANF cedo demonstrou não ter capacidade de resposta no que concerne

62. De acordo com o art.º 17.º da lei dos Arquivos de então (Dec. Lei 16/93 de 23 de janeiro) - a componente do AHD composta por processos arquivados só se tornou pesquisável após um expurgo específico levado a cabo pela então funcionária do museu Dra. Suzete Geraldês, que para tal frequentou um curso nos AN/TT, fruto de um protocolo de colaboração com o INPCC.

à necessidade urgente de tratamento da coleção em causa. Esta situação levou-me a frequentar um módulo de formação sobre conservação de fotografia antiga na ARCO e a visitar várias vezes o Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, que constituiu uma referência. Mediante a transmissão dos conhecimentos adquiridos à EA Teresa Castro e a um grupo de estagiárias do então Instituto Rainha Dona Leonor e a aquisição de equipamento especializado, foi possível efetuar o tratamento adequado de limpeza e estabilização, assim como de pré-inventário informático e armazenamento da coleção numa das referidas salas da Carreira de Tiro. O AHFMPJ assim constituído e instalado contou com as visitas dos especialistas em conservação (e meus antigos professores) Eng. Elias Casanovas e Eng. Luís Pavão, que fizeram uma avaliação muito positiva do mesmo.

Uma vez garantida a estabilização e conservação da coleção, e uma vez sumariamente registada a sua constituição – cerca de 30 000 imagens -, importava agora conhecê-la e, portanto, inventariá-la imagem a imagem. Dada a diminuta composição da equipa do museu, este inventário demorou vários anos a ser completado, com interrupções por vezes prolongadas.

A etapa seguinte consistiu na digitalização do espólio. Uma vez adquiridos formação básica e equipamento adequados, deu-se início a este processo que, de novo devido à falta de recursos humanos do museu, levou também alguns anos a ser completado, com várias interrupções. Tanto a inventariação como a digitalização do AHFMPJ muito ficaram a dever ao trabalho sistemático e incansável da EA Teresa Castro.

Finalmente concluídas estas várias etapas, em 2017, ao fim de mais de 20 anos de obstáculos ultrapassados, estavam criadas as condições para se proceder à componente mais interessante da abordagem deste espólio fotográfico único: a pesquisa e cruzamento de dados que permitiram um conhecimento historicamente contextualizado dos seus conteúdos. Para tal me preparei academicamente, pois em 2016 terminei o meu doutoramento em Estudos de Cultura na Universidade Católica Portuguesa, cuja tese se debruçou precisamente sobre os primeiros retratos judiciais em Portugal, oriundos de uma coleção particular até então inédita, datada de 1869 a 1895⁶³, e, portanto, antepassada da coleção do AHFMPJ.

Esta última fase do tratamento do AHFMPJ trouxe algumas belíssimas surpresas, revelando um espólio muito mais diversificado e rico do que à partida se poderia esperar, constituindo uma recompensa inesperada para todo o esforço despendido ao longo de mais de 25 anos. O resultado do estudo e pesquisa que assim tive oportunidade de levar a cabo será em breve publicado sob o título *Polícia, Ladrões & outras Revelações: fotografias inéditas de Arquivo Histórico Fotográfico do Museu de Polícia Judiciária 1912 – 1945*.

No que diz respeito ao terceiro eixo, o Núcleo Central do Museu, houve uma preocupação acrescida em conseguir recolher objetos (e respetiva informação contextual) em todos os departamentos e todo o território nacional⁶⁴, de modo a representar o melhor possível a realidade criminal portuguesa. O resultado desses esforços constitui um espólio

63. A tese, publicada pela Almedina com o título *Infâmia e fama: o mistério dos primeiros retratos judiciais em Portugal 1869-1895*, foi galardoada em 2017 com o «Prémio BPI-Lisbon Consortium-UCP» de melhor tese de doutoramento de 2016 em EC e com uma Menção Honrosa do Grémio Literário em 2019.

64. Com exceção da atual Diretoria do Norte, que possui o seu próprio Núcleo museológico.

bastante interessante e heterogéneo de quase 6000 objetos que foram informaticamente inventariados e divididos em duas secções: a secção policial e a secção criminal.

A secção policial é composta, sobretudo, por equipamentos usados pela PIC ou pela PJ que se tornaram obsoletos. A secção criminal, composta por toda a sorte de objetos apreendidos ao longo do trabalho policial, é por isso mais eclética e vasta.

A par deste trabalho de recolha de objetos, foi também iniciado um processo de recolha de memórias através de um «Projeto de História Oral» direcionado para funcionários reformados da PJ que se dispuseram a registar em vídeo a narração dos seus percursos profissionais na PJ.

Neste momento, estão também em fase de finalização um documentário e um livro sobre a História da PIC/PJ, o primeiro da autoria do realizador Paulo Seabra, do ES Nuno Silva e minha, e o segundo dos dois últimos.

Tal será de enfatizar para melhor se compreender como ao longo dos anos se foram tentando implementar as quatro funções básicas de qualquer museu: recolher, conservar, estudar e divulgar. Do que ficou dito até aqui facilmente se depreende que, destas quatro funções, a divulgação ficou por cumprir de modo adequado pela simples razão de que não foi possível até hoje montar, com a dimensão e dignidade necessárias, o espaço expositivo do museu.

Entretanto, a ausência de um espaço expositivo não conseguiu impedir-nos totalmente de cumprir a quarta função museológica de divulgação. Tendo escolhido a Prevenção Criminal – uma das competências básicas da PJ para a qual sempre pensámos que o museu poderia ser um canal privilegiado - como «função social» do museu, e tomando conhecimento do risco que várias componentes do património cultural português atravessava, ençetámos e coordenámos três projetos museológicos de prevenção criminal para a proteção do património cultural português que se podiam desenvolver extramuros, a saber: *Catálogo Nacional de Obras de Arte Furtadas de Coleções Públicas Portuguesas*, *Igreja Segura – Igreja Aberta* e *SOS Azulejo*. Os resultados destes três projetos excederam as expectativas, sendo galardoados com importantes prémios a nível nacional e internacional.

Ainda no que concerne ao espaço expositivo do museu, após muitas vicissitudes ao longo dos anos, o Diretor Nacional-Adjunto Dr. Carlos Farinha deu-nos recentemente uma boa notícia: o espaço que em 2015 propusemos para o MPJ - no R/C da atual DLVT, com entrada na R. Joaquim Bonifácio -, ficará definitivamente devoluto e disponível para o MPJ em 2021.

Há, portanto, e finalmente, hipóteses de - quase 30 anos após o início deste projeto - ser possível termos um espaço para montar um MPJ completo, aberto ao público e com múltiplas atividades, estabelecendo novas pontes entre a PJ e a comunidade.

Assim tudo corra bem nesta derradeira etapa de concretização do Museu de Polícia Judiciária que, estou certa, irá encantar e ensinar miúdos e graúdos - e ligar ainda mais a PJ à comunidade.

Duas moratórias de confiança – ou duas oportunidades em favor da ressocialização de delinquentes

Sintra, 1997.

Em situação económico-financeira precária e pretendendo organizar o batizado de dois filhos, CS decidiu participar no roubo de uma agência bancária local.

No próprio dia dos factos, lesta intervenção da Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) da Polícia Judiciária (PJ), permitiu localizar e deter, num registo pós-flagrante delito, todos os autores do crime.

CS colaborou com a investigação. Foi presente ao juiz de instrução criminal e ficou a aguardar julgamento em prisão preventiva. O batizado dos filhos, num bairro tradicional de Lisboa, aproximava-se no tempo, mas o arguido detido não vislumbra qualquer chance de comparecer (ele que resolvera aderir à conspiração criminosa, essencialmente para financiar a festa). Os serviços prisionais invocavam indisponibilidade para o transportar, até por se tratar de preso preventivo ainda recente e que não oferecia garantias de confiança.

À época, eu era o Inspetor responsável pela 2.ª Secção da DCCB e sensível ao drama humano e familiar do arguido, resolvi proporcionar a CS a presença no batizado dos descendentes. O sentido humanista, não é incompatível com a nossa qualidade de investigadores criminais. Antes pelo contrário. E, não-raras vezes, já basta a intrincada e delicada situação em que os arguidos se encontram.

Assim, acompanhado de vários colegas, o VP e outros dois companheiros da 2.ª Brigada da Secção, requisitámos o preso junto do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) e conduzimo-lo ao evento sob custódia, com total discrição. Durante um par de horas, beneficiou do contacto com os entes mais próximos e familiares mais queridos, os restantes convidados desconheciam a qualidade de detido do CS, que desfrutou da presença no batizado, assim mitigando a especial fragilidade em que vivia, natural face à inevitável contrição dos seus direitos: recluso, privado da liberdade e então com reduzido apoio sociofamiliar.

Sem incidentes, e muito grato pela oportunidade que lhe concedemos, CS regressou à prisão. Foi julgado e condenado numa pena de prisão relativamente elevada e cumpriu o seu tempo de penitência. Hoje, é quadro responsável numa empresa contactando-me tempos a tempos.

*

Em novembro de 1992, a DCCB desmantelou um grupo criminoso organizado, responsável pelo maior número de roubos em dependências bancárias alguma vez consumado em Portugal: 29. Integrava nove operacionais e cinco elementos de apoio. Em momento anterior, mas contemporâneo da operação desencadeada pela *Base Mike*, JAMS, então com 25 anos de idade e desempregado, decidira juntar-se ao grupo. Vivia num quadro de extrema vulnerabilidade e precariedade – ele e a companheira, igualmente sem trabalho



Luís Neves

Inspetor/Coordenador de IC de 1995 a 2006, Coordenador Superior de IC desde 2006, Diretor Nacional-Adjunto na DCCB de 2007 a 2009, Diretor da UNCT de 2009 a 2018 e Diretor Nacional da Polícia Judiciária de junho de 2018 à atualidade.

– e aprestava-se a ser pai. Comparticiparia nos derradeiros cinco assaltos que o grupo a que aderira protagonizou, em quatro deles conduzindo os comparsas num automóvel, e no quinto irrompendo nervosa e intranquilamente, à mão armada, numa agência bancária dos arredores de Montalegre.

Condicionado pelo seu frágil contexto de vida e exprimindo arrependimento, JAMS colaborou com a investigação no completo desmantelamento da rede criminosa e revelou-se crucial nesse aspeto. Foi tributário do devido retorno e compensação. Num dia de março de 1993 os seus agentes captores, em serviço na DCCB, levaram-no a visitar e a conhecer a sua filha recém-nascida, ao terceiro dia de vida, numa maternidade da capital.

JAMS era oriundo do Norte do país. De uma região de transição entre o Minho e Trás-os-Montes. De uma aldeia remota e distante do concelho de Mondim de Basto.

No primeiro dia de junho de 1996, um seu irmão pereceu em consequência de doença prolongada e incurável. Uma morte aguardada, mas nem por isso menos dolorosa. À data, JAMS cumpria já a pena a que fora condenado. Eu era, ainda, Inspetor-estagiário na DCCB e congregando esforços e sinergias, decidimos transportar o homem até à sua região de origem, onde, sem algemas e com a nossa confiança, assistiu, primeiro ao velório e em seguida ao féretro do irmão. Ele próprio e a família mais próxima ficaram profundamente emocionados, gratos e reconhecidos pelo gesto. Convidaram-nos, inclusive, a participar num jantar na modesta casa dos seus pais, onde jantámos na companhia de mais de 30 familiares do homem que acompanhávamos. Afinal de contas, estava-se a assistir à partida de um filho, marido, pai e irmão, ao mesmo tempo que se antecipava o regresso a casa de outro ente querido. A viagem de ida e volta até ao Norte e os funestos acontecimentos que ali ocorreram não tiveram sobressaltos. Na alvorada do dia imediato, JAMS seria devolvido ao EPL.

JAMS cumpriu uma pena cifrada, em cúmulo jurídico, em oito anos de prisão e ressocializou-se. É hoje, e desde há cerca de 20 anos, motorista de uma empresa e respeitável homem de família. Com um comportamento de cidadania irrepreensível e sem mácula posterior.

*

Dois casos, dois exemplos de confiança e de concessão de oportunidades. Exemplificativos e ilustrativos de que pequenos gestos e concomitantes ações de humanidade, mesmo no exercício de uma profissão com um cunho eminentemente repressivo – como é a nossa, de investigação criminal – são suscetíveis de prestar um contributo, por modesto que seja, para a reabilitação e ressocialização de delinquentes. Até porque o Sol, quando nasce, é para todos.

Mas atrevo-me ainda a contar um terceiro episódio.

A aquisição de uma oferta (par de ténis) ou um salvo conduto para a evasão

Estávamos também em meados dos anos 90 do século transato. Culminando uma bem-sucedida onda de assaltos em agências bancárias, o jovem angolano FMR – chame-

mos-lhe *Chiquitá* – acabaria por ser capturado por elementos da 2.ª Secção da DCCB, então liderada pelo Paulo Rebelo. Acompanhei esta operação enquanto Inspetor-estagiário, estágio que realizei na DCCB sob orientação da minha querida Dr.ª Maria Alice. Testemunhas oculares dos diversos roubos cometidos pelo *Chiquitá* e correligionários associados, destacavam a extrema agilidade do autor na execução dos crimes: «Parecia um gamo», diziam.

Logo após esta primeira grande operação, os diálogos que fomos mantendo com o arguido, na saudosa *Base Mike*, ele lamentava-se: «Chefe Neves, chefe Neves, *Chiquitá* é um desgraçadoooo!!! Chico não tem nadaaa!!!... não tem escova de dentes, não tem roupa, não tem calçado... não tem nadaaa!!!». Esta conversa foi entabulada também com o nosso Grande António Luís – Homem extraordinário - já com o ambiente desanuviado em face do sucesso da operação, com mais de uma dezena de detidos, com os factos referentes a dezenas de assaltos esclarecidos, e comidos que estavam os habituais frangos assados, sensível com o nível de penúria e de míngua de recursos em que o *Chiquitá* coexistia, decidi ir às compras. Para além de objetos comuns de higiene e uso pessoal, e para seu gáudio e regozijo, comprei-lhe um par de ténis. Assim foi para a cadeia. Esse gesto suscitou alguma surpresa e até estupefação de alguns investigadores da DCCB mais antigos e até empedernidos, designadamente de um antigo Subinspetor da Secção.

A marcha inexorável do tempo prosseguiu. A investigação continuou, *Chiquitá* e os demais comparsas recolheram ao Estabelecimento Prisional de Setúbal (EPS), prisão de onde se evadiu, facto que não nos havia sido comunicado. Poucos meses decorridos, registou-se nova vaga de roubos em agências bancárias. Testemunhas inquiridas descreviam o líder do grupo de assaltantes como uma figura ágil e que mal entrava na agência alvo saltava logo para cima do balcão, isto apesar de coxear.

Não tínhamos recebido notícia da fuga recente do *Chiquitá* que, subindo para uma baliza no recreio prisional, se evadira do EPS. Ao transpor o muro exterior da penitenciária, caiu mal, tendo fraturado um pé. O que, de resto, não o impediu, mesmo coxeando e calçando os incontornáveis ténis, de prosseguir na senda criminosa, retomando a rentável razia em dependências bancárias. Seria recapturado algum tempo depois.

Entretanto, claro, tive de ouvir e suportar alguns «bocas» e comentários bem-dispostos: «Andamos a comprar e a oferecer ténis para facilitar a fuga de assaltante.» Recapturado, uma vez mais, veio a ser preso juntamente com os seus novos comparsas. Esta personagem veio a evadir-se (se a memória não me falha) pelo menos mais duas vezes, arrastando para a cadeia inúmeros co-autores.

Mas nesse, como em muitos outros casos em que trabalhei ao longo de 23 anos de carreira na DCCB, nunca deixei de fazer prevalecer o lado mais humano e solidário da nossa ação enquanto investigadores e de autoridades de polícia criminal. E digamos que se trata de uma postura ideológica. Somos Homens, não somos esbirros nem sequazes.



A amante pública

Completo no passado dia 20 de Outubro, 75 anos de idade. Todos aqueles que a conhecem nutrem por ela profunda admiração e respeito. Dedicou-se à justiça, à protecção das vítimas da crueldade humana, da avidez, dos maus instintos, tentando que o fiel da balança que afere o bem e o mal nunca penda a favor do segundo.

Conhece bem o lado negro da vida, os lugares mais sombrios e a noite. Alguém um dia chamou-lhe *Judite*. O nome permaneceu até hoje.

Lembrar esta data na primeira pessoa significa um desfiar de memórias. Memórias de um amor vivido intensamente durante 33 anos, embora já conhecesse a *Judite* mesmo antes de nos enamorarmos.

Voltemos ao princípio. A primeira vez que a vi, era ainda um rapazito, impressionou-me a sua forma de andar. Vi a *Judite* várias vezes no Bairro da Sé, no Porto, onde vivi a minha infância e juventude. Chegava ligeira, sempre ao raiar do dia, visitava duas ou três casas do interior do bairro e esgueirava-se com a mesma leveza com que chegara, saindo quase sempre acompanhada. Nunca se via muito bem quem ia com ela, embora mais tarde se viesse a saber pela cusquice da vizinhança, que a *Judite* tinha levado o *Tretas*, o *Rapinas da Rua Escura*, o *Choné da Bainharia*, o *sapateiro da Rua do Sol*. Enfim, um desfile de figurões não propriamente conhecidos por dar milho aos pombos, mas sim pela queda para o crime, do furto ao roubo, às agressões violentas ou mesmo homicídio. Altiava, dava-se ao respeito e era respeitada. Ninguém levantava a garimpa, não fosse sobrar alguma solha perdida.

Quis o destino que em meados dos anos 70, através da Academia Soshinkai, as artes marciais me aproximassem de alguns investigadores da PJ. O agente Carvalho morto pelas FP-25 em Massarelos, o agente Agostinho baleado na mesma operação, viriam a ser figuras chave para que eu tentasse estabelecer uma relação séria com a *Judite*.

E assim, em 1979, eu e a *Judite* começamos a ver-nos diariamente, crescendo aos poucos sentimentos que foram da paixão louca às tormentas que sempre explodem nos amores tórridos. Eu era um jovem de 24 anos. Ela já madura e traquejada com 34.

Nos primeiros tempos, na fase de encantamento, arrastou-me para os perigos da noite, ambiente normal em secções operacionais como a 12.ª. Esses perigos complementavam-se com as visitas madrugadoras às casas de meliantes que de alguma forma, fruto de actividades criminosas, exigiam uma resposta. Sentá-los perante um juiz.

E com o tempo a paixão cresceu, sendo mais as noites que passava acordado com



Manuel Maria Rodrigues⁶⁵

Na PJ de 1979 a 2012, como Agente e Subinspector/Inspector-chefe

65. Nota do editor: Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

ela, do que aquelas em que ia dormir a casa. Excessos próprios de apaixonados.

Mas em 1983, sempre insatisfeita, a *Judite* elevou a fasquia de exigência e convenceu-me a mudar. Passámos a estar juntos na Avenida José Malhoa num apartamento mais pequeno e discreto. Pareceu-me boa ideia! Aí demos asas a uma relação ainda mais intensa, com momentos únicos e irrepetíveis. Já nada nos podia separar a não ser a morte. Infelizmente ela, a morte, viria a atingir outros que viveram idêntica paixão. Lembro com saudade o Álvaro Militão atingido à minha frente pelas balas das FP-25, em 16 de Agosto de 1987. Ninguém se acobardou. A perseguição só terminou com os assassinos detidos minutos depois. Nem isso serviu para diminuir a dor da perda deste companheiro. É indizível a dívida de gratidão que o país tem para com os homens e mulheres da *Base Mike*.

Esta relação com a *Judite*, que me viria a transformar num dos «Gajos da Malhoa», durou 23 anos. Anos de paixão ardente, de envolvimento, de entrega total. Comecei ainda jovem e ali se consumiu toda a minha juventude, transformando-me num adulto experiente e observador, mas simultaneamente disposto a ir para onde a *Judite* me quisesse levar.

E ela, segura da nossa relação, em 1996, levou-me até Macau onde vivi uma experiência inimaginável e inesquecível. Aí a paixão tornou-se absorvente. Vivi para a *Judite* e nada mais, meses sem fim. Sem descanso, mas sem cansaço, sem olhar para o lado enquanto nada escapava do que se passava em volta. Foi seguramente o período de maior entrega, maior perigo, mais potencialmente fatal, mas vivido com profissionalismo, dedicação e alicerçado numa forte corrente de camaradagem e entreajuda. O combate às seitas e ao crime organizado obrigava a permanente estado de alerta. Muito devem os políticos à *Judite* pelo papel que desempenhou em Macau. Lamentavelmente nunca foi publicamente reconhecido.

No fim da década de 90, e já como Inspector-chefe, aprofundi a ligação à Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), à qual sempre pertenci desde a sua fundação. Dirigi a Associação Sindical durante seis anos. É hercúlea a tarefa de ser sindicalista e polícia em simultâneo. Nem sempre este esforço é reconhecido pelos colegas, sindicalizados ou não. Afinal, todos beneficiam das vitórias conseguidas pelo trabalho sindical.

Nos primeiros anos de 2000, a *Judite*, provocante, levou-me a conhecer o combate à corrupção. A impotência que senti foi manifesta. Os responsáveis políticos deviam envergonhar-se face ao contraste do discurso de empenho na luta contra a corrupção e os poucos meios que são dados a quem ali trabalha: humanos, técnicos e legislativos. Foi o momento mais frustrante de toda a nossa relação.

Outros momentos intensos foram vividos na área da negociação de reféns, na assessoria à Direcção, no trabalho directo com o MP. Todos eles, sem excepção, apimentaram a nossa relação.

Em 2012, a *Judite* pôs-me as malas à porta, vincando com a argúcia própria das amantes que ninguém é insubstituível.

Sem ressentimento, mantem-se o respeito e a amizade. Admiro-a e defendo-a contra os que a denigrem e gostariam que desaparecesse. Rejubilo ao vê-la passar com os seus 75 anos, mas com ar jovial de quem se regenera com as dificuldades que enfrenta, a despertar invejas e ciúmes, talvez por ter casa nova e continuar a dar nas vistas.

Desejo-lhe felicidades, longa vida e uma postura de dignidade, rigor, isenção e saber, para que possa estar à altura dos incomensuravelmente superiores desafios da criminalidade actual e consiga manter os predadores à distância, indiferente à posição social que ocupem.

Será sempre a minha amante... é público!



A equipa

Esta Instituição passou a fazer parte desta minha caminhada pela vida em 1999. Ou melhor, foram três entradas de concursos seguidos: julho de 1999, como Técnico de Polícia; maio de 2000, como Especialista Auxiliar; setembro de 2001, como Especialista Adjunto. E nesta Casa, o seu passado e o seu legado em prol da justiça, é um «fardo» que ajudamos a carregar quando aqui chegamos. Entrámos para uma equipa com provas dadas mas que, a cada momento, tem de continuar esse caminho sempre com a mesma determinação e competência. A Lei, e o seu cumprimento, como um farol guiando todos quantos aqui trabalham e que está sempre presente em todas as ações. Ao longo do tempo, a minha estada aqui tem sido acompanhada por pessoas que me têm marcado profundamente e, muitas histórias, embora a maioria não deva ser contada pela reserva que lhes está implícita.

Pessoas sempre disponíveis e verdadeiras, que viveram e vivem a Instituição para além de si próprias, colocando-a sempre em primeiro lugar, como o Luís Andrade, o Tony, ou o Engenheiro Sotero e, bem assim, como a família que fui encontrar no Setor Técnico de Apoio à Investigação.

Histórias, como quando conduzia a viatura com o senhor Procurador e as colegas do Laboratório e da Direção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes no IP5, a caminho de Aveiro para o almoço, depois da queima de droga efetuada na fábrica de pasta de papel do Caima. A dado passo, um tubo do circuito de água do aquecimento do carro rebentou e encheu o habitáculo de vapor, mal encostei na berma todos saíram à pressa porque o «fumo» tudo invadiu. Ou a loira escultural que me foi trazida para recolher as ameaças que enviaram para o seu telemóvel. Andava perdida nos corredores do edifício, o que provocou um aumento inusitado de transeuntes no corredor, porém, quando me entregou o Bilhete de Identidade para verificar a identidade e retirar os dados, deparei com um João qualquer coisa!... Ainda não tinha efetuado a alteração do nome. Para não se perder, acompanhei-a/o à saída. Ou ainda as muitas vítimas que atendemos e suas histórias, enviadas pelos tribunais ou outras entidades para recolha de prova dos seus telemóveis, os seus dramas e desespero, esperando de nós o último apoio e efetuar o trabalho técnico, pois as situações eram muitas vezes bastante complicadas, casos humanos que não podiam deixar ninguém indiferente. Mas não só, ao dar uma olhadela para verificar se eram os registos solicitados, por vezes surgiam surpresas, queixosos com registos bastante comprometedores para eles próprios, gerando momentos constrange-



Manuel Rocha

Na PJ desde 1999
como Técnico de
Polícia, Especialista
Auxiliar e Especialista
Adjunto

dores. Recordo uma noite em que uma criança, devido aos maus resultados escolares, estava «desaparecida» e como tinha levado com ela o telefone fixo - sem fios de casa, e solicitavam a sua localização. Ou a recusa de uma operadora em informar a localização de um suspeito pois não aceitava a justificação do pedido: suicídio. A pessoa em questão havia matado alguém e dizia que ia matar-se mas entretanto, acabou por haver mais um homicídio, embora, nas circunstâncias, nunca se venha a saber se isso poderia ou não ter sido evitado com uma atuação mais célere.

Quando se lida com a maioria dos órgãos de polícia criminal, trabalhando num serviço fundamental em muitas das investigações criminais que o Ministério Público lhes delegou, em que a disponibilidade e exigência dos que nele trabalham são muito elevadas, com o acumular de situações, é inevitável um desgaste elevado. Apenas a camaradagem e bom espírito de entreatajuda contribuem para que seja possível continuarem a dar o seu melhor ao longo dos anos. Cada dia é um dia novo, sempre com novos pedidos, novas urgências, a que é necessário dar seguimento para que se possam satisfazer, apoiando as operações em curso.

Mas num mundo em que tudo é contabilizado e rentabilizado, o funcionário é avaliado como mais uma máquina, em que o mais importante não é a pessoa, mas o seu rendimento, que terá de ser sempre maior a cada ano que passa. Claro que a otimização dos processos pode fazer aumentar o rendimento, mas não pode acelerar indefinidamente o ritmo com que se fazem as coisas. Há limites para tudo. Há que ter sempre em atenção que em qualquer organismo o seu maior bem são as pessoas. Por mais bem organizado que possa estar o melhor equipamento, se os funcionários não se sentirem bem, não «vestem a camisola», e será uma questão de tempo até se esgotarem. Aí, as perdas serão sempre superiores aos ganhos obtidos e a todos os sacrifícios que possam ter sido feitos. Todos devem remar para o mesmo lado e sentir-se como sendo uma parte importante da engrenagem, o que de facto são, pois só assim será possível continuarem a dar o seu melhor todos os dias, sentindo-se sempre apoiados. O respeito pela individualidade, pela identidade, deve fazer-se notar, pois todos somos diferentes, únicos e ainda bem que assim é, pois é essa diversidade, com essas características únicas de cada um, que em equipa faz a diferença, e que permite que se vá entrar para uma Instituição como a Polícia Judiciária é entrar para uma equipa cuja função é servir as pessoas e ajudar a que esta cumpra a cada momento a sua missão. Só com cada um dos seus elementos cumprindo as suas funções específicas e individuais, contando com a sua diversidade e conhecimentos conjugados, se pode continuar a servir bem, permitindo que esta Casa esteja sempre na vanguarda do apoio à realização da justiça em Portugal.

O senhor Peneque

Se as paredes têm ouvidos, as da receção da Polícia Judiciária, no antigo edifício-sede em Lisboa, estão impregnadas com centenas, talvez milhares de histórias, algumas do mais surreal que a mente humana é capaz de imaginar. Lembro-me de sermos três a trabalhar naquela receção, e do meu querido e saudoso colega César Oliveira comentar que estas histórias deveriam ser escritas para que um dia fossem publicadas em livro, a fim de que muitos outros as pudessem conhecer. Também elas podem ajudar a aproximar-nos, um pouco mais, dos mistérios insondáveis que alimentam a natureza humana.

Entre tantas que guardo na memória, há uma em especial que recorro com nostalgia, a do senhor Peneque.

Era um homem com mais de 70 anos, afável e com boa aparência. Começou por entrar pela porta do edifício e tratar-nos a todos por «colegas». Perguntava qual era a sua sala de trabalho e nós encaminhávamo-lo para a antiga sala de espera - a das cadeiras corridas, junto à parede da receção. Todos os dias, cumpria o horário como se de um funcionário se tratasse, das 9h00 às 17h30, consistindo a sua função em desejar bom trabalho a todos os que iam entrando: «Bom trabalho colega». A forma como se apresentava, a sua inconsciente desfasagem da realidade, mas essencialmente a sua simpatia eram marcantes e foram os condimentos que nos levaram à falta de coragem para pôr fim àquela rotina, permitindo-lhe que por ali ficasse, dia após dia, agarrado ao jornal e a umas quantas folhas de papel branco onde ia anotando algumas ideias.

Tudo decorria dentro desta «normalidade», até surgir uma tarde especial. O Dr. Fernando Negrão era, na altura, o Diretor-Geral da PJ e ao entrar no edifício, o senhor Peneque, sorridente como sempre, dirigiu-lhe a palavra: «- Boa tarde, colega, bom trabalho».

A curiosidade foi tanta em querer saber quem era aquele senhor, que o Dr. Fernando Negrão se dirigiu a nós, questionando-nos. Após a nossa resposta, pediu-nos que o encaminhássemos ao gabinete de Psicologia, que se localizava no quarto andar, junto à direção. Assim fizemos.

Jamais me esquecerei daquele rosto sereno, mas pleno de felicidade, ao saber que ia entrar pela primeira vez no edifício da PJ. Foi o meu colega César quem o levou. Ficou toda a tarde no gabinete e quando saiu, fê-lo mais sorridente do que nunca.

Ainda nos visitou mais algumas vezes, sempre com o mesmo propósito: ficar por ali e cumprimentar quem passava, desejando bom trabalho a todos os «colegas».

Entretanto e subitamente deixou de aparecer. Passaram dias, semanas, talvez até



Manuela Lopes

Entrou para o Economato da PJ em 1996, passando depois para a Receção do edifício da Direção Nacional, onde ficou cerca de 22 anos. Atualmente está no Gabinete de Imagem e Comunicação

meses, sem recebermos a sua visita. Curiosamente, através de um colega da investigação, soubemos da existência de um sobrinho do senhor Peneque.

Todas as histórias têm um fim, mas nem todos os fins são os que mais desejamos. Foi o caso, mas a verdade é que a marca que a sua figura gerou ficará para sempre gravada na minha memória.

Uma praxe das antigas

Corria o já longínquo ano de 1995.

Com 29 anos, e volvidos mais de três anos desde a apresentação da respetiva candidatura à PJ, em dezembro de 1991, havia finalmente iniciado, em janeiro, o curso de formação de inspetores estagiários, categoria atualmente correspondente à de Coordenador de Investigação Criminal.

Porque, em agosto, o então designado INPCC - Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais iria encerrar, os formandos sem vínculo à PJ seriam distribuídos, durante aquele mês, por alguns dos seus Departamentos, naquele que seria um primeiro contacto com a atividade de prevenção e investigação criminal, agora, numa perspetiva mais operacional e não só académica.

À signatária calharia em sorte o, então designado, Departamento Central de Informação Criminal e Polícia Técnica (DCICPT), atualmente Unidade de Informação Criminal, mais concretamente, uma das suas Secções, a emblemática, e ainda hoje assim identificada como a «Central».

À data, era frequente a realização de ações exteriores tendentes à localização de indivíduos procurados, quer objeto de mandados de detenção, quer de pedidos de localização de paradeiro, sendo esta uma das principais missões da «Central».

Pelo que, foram várias as ações exteriores noturnas com estas finalidades, em que, durante aquele quente mês de agosto, tive o gosto e a oportunidade de participar.

Estabelecimentos de diversão noturna, tais como bares e discotecas, mas também o Parque Eduardo VII e outras zonas de prostituição, feminina e masculina, de Lisboa, foram alguns dos espaços e locais abordados pelo pessoal da «Central».

Das diferentes ações realizadas durante várias noites, há uma que não mais esquecerei, não porque se tenha logrado deter ou localizar alguém há muito procurado pela Justiça, mas porque eu própria seria apanhada, numa brincadeira da rapaziada, à laia de praxadela.

Assim, numa bela noite, partimos da Gomes Freire, no sentido da zona visada, ou seja, para as ruas circundantes do Instituto Superior Técnico, à época, muito frequentadas por um certo tipo de profissionais do sexo feminino, que «ofereciam» os seus préstimos aos transeuntes, numa altura que em esta área de negócio não podia ainda recorrer às atuais tecnologias digitais de angariação de clientes...

Chegados ao local, e seguindo as instruções que me foram dadas, saí da viatura, pois a mesma iria ser parqueada um pouco mais afastada daquela zona. Admitindo que



Manuela Santos

Na PJ desde 1995, atualmente Diretora da Unidade Nacional Contraterrorismo - UNCT

seria o procedimento habitual, constatei alguns minutos depois, que tinha sido a única ser largada a ali, pois, olhando em redor, nenhuma das viaturas nem nenhum dos elementos das várias equipas se encontravam por perto, pelo menos visíveis. Subitamente, todos se eclipsaram...

Rapidamente, senti o ambiente de poucos amigos, ou melhor dizendo... de poucas amigas, claramente perceptível pelos olhares de inegável desaprovação que me eram dirigidos pelas outras «meninas», que habituadas a ocupar um determinado território, alcançavam subitamente a possibilidade de o mesmo ter de ser partilhado por uma nova candidata à clientela, já de si escassa.

Não perdendo, contudo, a pose, aguardei serenamente que me viessem recolher, o que viria a acontecer após alguns minutos, para meu alívio, e de outrem...

A noite de trabalho prosseguiria, com resultados satisfatórios.

A PJ na minha Vida Profissional

Ensinamentos e Recordações

Ao longo de toda a minha vida profissional as mulheres e os homens da PJ foram sempre uma referência, uma fonte de ensinamentos colhidos através da sua rica experiência profissional.

Poderia relatar esta experiência de múltiplas formas, mas parece-me expressivo utilizar os dois textos que se seguem e constam de obras publicadas.

O primeiro deles foi editado em 2003. É um breve testemunho dos ensinamentos da PJ no combate ao crime económico.

O segundo consta de obra publicada recentemente, em Março de 2021 e recorda os meus primeiros tempos de Delegada do Ministério Público, as primeiras acusações, os primeiros contactos com a investigação criminal.

- *O Inimigo Sem Rosto*⁶⁷

(Uma Chave Para A Investigação da Corrupção E Do Crime Económico)

«[...] O quadro de Magritte, *A Chave dos Campos*⁶⁸ fascinou-me, numa época em que os problemas de estratégia e de organização da investigação criminal do crime económico e da corrupção me atormentavam. A transformação sobreposta da realidade em fragmentos ainda mais fortes, a luta entre a aparência e verdade, a inquietação subjacente, correspondem de certo modo à dinâmica do ato de investigar, de apreender a vida através dos meios de prova, e desse modo alcançar concretamente a justiça possível. Fascinou-me este *puzzle* de reconstituição da realidade através dos meios de prova, que não são mais do que reflexos válidos dessa mesma vida, tal como no quadro.

A sugestão da composição de Magritte, de uma realidade falsamente harmónica, é semelhante ao cenário do mundo da grande corrupção e do crime económico organizado, quando por detrás de técnicas de camuflagem desenvolvidas com êxito, se subvertem as instituições e se atingem os objetivos de poder. Por detrás de reposteiros dourados, de sociedades fantasmas de certos escritórios, estão as comissões pagas para obter vantagens fabulosas em negócios de milhões, os dinheiros silenciosamente transferidos por certos políticos e dirigentes corruptos para paraísos fiscais, os circuitos financeiros ocultos da fraude e da corrupção, a aparente respeitabilidade dos poderosos do crime organizado, o poder subterrâneo cimentado por pactos de silêncio, a paz traiçoeira da impunidade.

A invisibilidade da corrupção foi das primeiras lições que me foram dadas pelos operacionais do combate ao crime económico, na minha breve comissão na PJ/DCIC-CEF⁶⁹. Nos primeiros dias desse meu desempenho, os polícias explicaram-me que aquele trabalho de investigação não era como os outros no crime comum, ou no tráfico de droga, onde o inimigo tinha um nome, um sítio, uma cara. O inimigo que enfrentavam ali, no crime económico, todos os dias, era um inimigo sem rosto, não localizável ou identificável através de métodos de investigação tradicionais. Aprendi assim que a realidade era en-



Maria José Morgado⁶⁶

Procuradora-Geral Adjunta jubilada

66. Fotografia - <https://expresso.pt/sociedade/2016-09-22-Maria-Jose-Morgado-diz-que-ha-alcapoes-legais-que-dificultam-luta-contra-corrupcao>.

67. In *O Inimigo Sem Rosto. Fraude e Corrupção em Portugal*, Maria José Morgado e José Vegar. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2003.

68. Óleo sobre tela, 60x80, de 1936, da autoria do belga René Magritte (1898–1967).

69. Atual Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC)

ganadora e que era preciso trabalhar com firmeza inquebrantável para atingir resultados mínimos no combate à grande corrupção.

Quebrar o vidro, tal como no quadro, é pôr termo à falsa serenidade da paisagem, sem nunca sabermos o que pode acontecer a seguir. Mas estão lá os recortes do vidro fragmentado, a lembrar que é necessário prosseguir, manter a pressão sobre o crime. E para isso é necessário definir estratégias adequadas de investigação criminal, acertar o passo entre polícias e, MP e Juízes, obter as condenações justas num tempo razoável. É preciso construir um sistema de investigação criminal da grande corrupção que mostre a possibilidade de conciliação entre eficácia, justiça e celeridade.

[...]

Nada se faz na vida sem percorrer um caminho de luta, sem métodos de trabalho corretos, sem aprendizagem com os que estão na linha da frente. Muito do que registo aqui deve-se a esse método insubstituível: ouvir longamente aqueles que estão no terreno, sintetizar a enorme riqueza da sua experiência, traçar uma ponte interminável entre tribunais e polícias do crime económico. Só assim venceremos a cegueira enganadora da paisagem filtrada. Devo dizer que ao longo da minha carreira como magistrada do MP, e especialmente na breve comissão no combate à Corrupção, sempre encontrei gente, dentro e fora dos tribunais, seriamente empenhada nesta luta desigual. Compreendemos que não é possível viver em democracia sem um combate e denúncia intransigentes da grande corrupção e do crime económico-financeiro, que constituem hoje uma das maiores ameaças para um estado de Direito. Os resultados do combate à corrupção representam o julgamento da qualidade da própria democracia.»

[...]

- Depoimento tirado do livro *45 Anos de Combate À Corrupção*⁷⁰

Os meus primeiros contactos com a investigação criminal e com a PJ nos anos oitenta, quando exerci funções no TIC, no período compreendido entre junho de 1980 e abril de 1986.

«Descobri coisas espantosas: assaltos com homicídios no centro e nos arredores de Lisboa, homicídios com violações... Quase dava para fazer o mapa do crime de Lisboa com os processos que passavam pelo tribunal. **A PJ era a principal polícia que trabalhava connosco, levavam-me os processos e explicavam-me as coisas.** Comecei ali a ter uma proximidade com a polícia que também era entusiasmante, porque ficava a saber muita coisa do “crime canalha”. E, então, tinha um esquema com a PJ que era assim: enquanto investigavam, iam-me mandando os factos que tinham para eu ir fazendo um rascunho da acusação. Na véspera de terminar o prazo de noventa dias, tinha a acusação concluída. Naquele tempo não havia computadores, era tudo feito em papel e em contacto direto. Foram seis anos gloriosos...»

Assim descobri o papel essencial que a PJ desempenhou ao longo de toda a minha vida profissional. Deixo aqui registado o meu sincero respeito, admiração e gratidão.

70. Luís Rosa, *45 anos de Combate à Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, p. 5.

A caminho de uma “Aventura”

Foi um acaso!

Licenciatura atribulada..., com uma interrupção, forçada pela necessidade de assistência a prestar na doença e falecimento de ambos os progenitores, numa, na altura, recôndita aldeia de Trás-os-Montes.

Recomeço.

Um casamento a meio do curso.

Licenciatura terminada.

Processo pronto para ingressar nos quadros da Direcção Geral de Transportes, auditoria jurídica, como técnica superiora.

Acontece o 25 de Abril e tudo fica suspenso. Há que recomeçar outra vez, de novo, à procura de trabalho que urgia encontrar.

Quis o destino que, naquela manhã quente de fim de Primavera, princípio de Verão, me fosse encontrar com colegas de Faculdade conhecedores da minha situação:

Nascimento prematuro de gémeos, nascidos oito dias após a urgente mobilização do pai para a guerra na Guiné;

Parcos, ou nenhuns, recursos económicos;

Situação familiar atribulada, com o falecimento dos pais e sem outros parentes próximos.

É neste encontro que tomo conhecimento da recente publicação no, na altura, *Diário do Governo* da possibilidade de as mulheres poderem concorrer aos quadros do Ministério Público e da Polícia Judiciária. Concorri de imediato, tendo sido nomeada Delegada do MP e colocada na Comarca de Vila Flor.

Prestes a tomar posse, sou nomeada também Inspectora da Polícia Judiciária, à data com estatuto e funções de MP, lugar a que igualmente, como disse, me havia candidatado.

Com a vida organizada em Lisboa e com duas crianças de tenra idade, na iminência de ter que me deslocar sozinha para longe, fiz a opção que, na oportunidade, me pareceu mais adequada: permanecer em Lisboa junto da família, entretanto reunida com o recente regresso do marido da Guiné.

Mentiria, se afirmasse que o meu ingresso na Polícia Judiciária tinha sido por vocação pois que, à época, era uma hipóse a nem colocar face à legislalção em vigor, que não o permitiria.



Maria Leontina Trigo Fernandes⁷¹

Na PJ de 1974 a 2006, como Inspectora/ Coordenadora, Coordenadora Superiora, Subdirectora Nacional Adjunta e Assessora de Investigação Criminal

71. Nota do editor: Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

Assim, chega o dia 2 de Setembro de 1974, dia marcado para a tomada de posse.

Manhã cinzenta, mas quente, uma chuva miudinha a anunciar o fim do Verão; vestido camiseiro, às flores, e um casaquinho de malha, vermelho, assim me apresentei nas instalações da secretaria da Directoria, onde uma funcionária administrativa me atendeu e me «conduziu» ao gabinete do Subdirector da Subdirectoría de Lisboa.

O Director estava de férias (à época, o Director era a entidade máxima, correspondente ao actual Director Nacional).

Nove «colegas» me esperavam, solenes, de pé e em semicírculo. Todos de fato e gravata, excepto o responsável por uma das secções competentes para a investigação dos crimes de homicídios e ofensas corporais (assim se denominavam, tecnicamente, as ofensas à integridade física...), e eu, pequenina, franzina (à data), perdida naquele ambiente imponente e, para mim, desconhecido mundo de homens... Confesso que me senti amedrontada... e com receio de não conseguir sobreviver.

Apresentações feitas, juramento, discurso do Subdirector finalizado (a apelar à humildade, à ética, às dificuldades, às grandes exigências e especificidades da profissão), eis-me entregue, para estagiar, ao único colega, Juiz, que me tinha sorrido e parecido, de algum modo, menos formal, o que me trouxe algum alívio e tranquilidade: o Inspector da 2.ª Secção - homicídios e ofensas corporais.

E lá vou eu, rumo ao desconhecido de uma profissão, para mim cheia de «mistérios»!

Lembro-me, como se fosse hoje, do périplo que se seguiu, guiada pelo meu orientador, por todos os serviços da Casa, sem esquecer a apresentação aos JIC, que, nesse tempo, funcionavam no último andar do velho edifício da Rua Gomes Freire, e de como me senti confusa no meio de tantos corredores, tantas portas..., elevadores, escadas..., sobe e desce, tantos serviços para mim desconhecidos e misteriosos... Laboratório, ACRI, Zona Prisional, TIC... e até uma pequena e incipiente Biblioteca, com pouco mais de meia dúzia de volumes.

Tudo para mim era uma surpresa e uma descoberta!

Fiquei no mesmo gabinete, numa secretária ao lado do meu «mestre».

Começo pela leitura dos processos, e apreciação da prova neles vertida, com a elaboração dos respectivos despachos que submetia sempre à sua aprovação.

O entrar e o sair quase permanente dos funcionários e colegas no gabinete - acabei por perceber a curiosidade natural de quererem ver «o macaquinho em exposição», como agora em retrospectiva, costumo dizer, a sorrir...

O contacto com situações, novas para mim, reveladoras de toda a sordidez da sociedade...

Funções que tínhamos de MP, acompanhávamos todas as fases do processo penal até ao despacho de pronúncia (confirmação dos autos de interrogatório dos arguidos em

processos de querela (ainda estava em vigor o velho Código de Processo Penal), medidas de coacção, despachos de arquivamento, dedução de acusações, interposição de recursos...)

Bem, já quase integrada e decorridos pouquíssimos meses de estágio, eis o saneamento, então muito em voga, de um colega.

Chamam-me para o substituir, com um delicado pedido de desculpa por (sendo eu uma mulher...) se tratar de uma Secção muito complicada, e aí se investigarem matérias muito «escabrosas», crimes sexuais nas suas várias formas e particularidades, e todos os tipos de crime que não fossem da competência das secções especializadas: crimes por negligência - ainda estávamos no tempo em que a PJ investigava os acidentes e viação -, homicídios e ofensas corporais voluntárias, furto e roubo, burlas, falsificações e abusos de confiança, consumo e tráfico de estupefacientes, bem como todos os tipos de crime previstos em legislação avulsa.

Aqui, fiz uma boa parte do meu percurso profissional e onde, de facto, tive contacto com os aspectos mais sórdidos da sociedade.

Lembro-me, não sem um sorriso, que no início, muitos dos funcionários quase me pediam desculpa por me fazerem presentes situações absolutamente incríveis. Nunca vacilei, mas não quero passar sem confessar como, nessa altura, inexperiente e num mundo de homens, quantas vezes me senti insegura quando havia que tomar decisões que bu-liam com a liberdade das pessoas, como fosse a aplicação de alguma medida de coacção mais pesada.

Então valia-me do conselho de um ou outro colega mais velho, em especial do meu ex-orientador que, nunca me recusando o apoio pedido, sempre me perguntava: - Qual a sua opinião? E a seguir me retorquia: - Siga sempre o que pensa e decida sempre de acordo com isso.

Recordo-me ainda de um outro, vizinho de gabinete, que a sorrir me dizia: - Mas porque pergunta, se já sabe o que vai fazer?!

E, deste modo, fui abrindo o meu caminho.

Sempre preocupada em fazer, fazer o que pensava estar bem e de acordo com os padrões exigíveis e com as respostas que eu considerava idênticas às dos colegas. Não que mo demonstrassem, mas, lá no fundo, sentia as atenções postas em mim. Não podia falhar, não podia cumprir menos, não podia dar o flanco e a que se dissesse: «- mulheres!» Sentia que comigo as exigências poderiam ser maiores. As falhas, se as houvesse, seriam mais escrutinadas. Se falhasse não era eu a falhar era toda uma oportunidade que se perdia. Era preciso abrir caminho, num ambiente não acostumado à existência de mulheres.

Conquanto tenha sabido, posteriormente, de movimentos internos e de reuniões atribuladas de funcionários que se opunham à entrada de mulheres na Polícia Judiciária, principalmente para cargos de chefia, movimentos esses prévios à minha «chegada»,

devo, porém, dizer, em abono da verdade, que nunca senti o mais leve vislumbre de rejeição, falta de respeito, de consideração ou qualquer outra atitude que demonstrasse um comportamento diferente para comigo ou para com os colegas.

Afinal, não foi difícil a integração da primeira mulher na investigação criminal.

Despedi-me, já como subdirectora, que o tempo e a idade não perdoam.

Percurso emocionante, cada dia foi uma aprendizagem, numa caminhada conjunta e enriquecedora, com colegas sempre disponíveis e solidários, costas com costas com os funcionários que, cada um a seu modo, foram fundamentais quer para a minha formação quer para a imagem de segurança, confiança e profissionalismo que a PJ transmite e sempre há-de transmitir a todos os cidadãos.

A todos com quem trabalhei, que comigo colaboraram e com quem muito aprendi, um grande Bem Hajam.

O Irlandês

– Amanhã vou com o pessoal da cave⁷² a casa do *Irlandês*.

–Vá, depois do que aconteceu hoje, deve ir – disse o diretor.

Nesse dia à tarde, o camião que o pessoal das vigilâncias e da cave tinha andado a vigiar durante mais de 24 horas tinha saído do armazém na zona centro, onde estivera durante horas largas, não tendo sido alvo de qualquer intervenção por minha ordem. Não detetámos qualquer movimento de pessoas, desconhecíamos se o camião sairia cheio ou vazio e não íamos queimar o pessoal da vigia, que, por regra, não deve ser «dado à morte» em operações de intervenção. Deixámos que partisse e continuamos a segui-lo até onde nos levasse. Talvez não fosse cheio...

Interessava, na altura, encontrar o máximo de indícios que nos possibilitassem uma intervenção com apreensão de material valioso e, sobretudo, ligar esse material à cabeça da organização. Só que o camião foi dirigido para a fronteira e assim, possivelmente seguia carregado com milhares de contos em tabaco para contrabandear no Reino Unido.

Para além do auxílio que pedimos às autoridades espanholas para seguimento do veículo, sem intervirem, e do aviso às autoridades inglesas, com quem colaborávamos, para intervirem logo que o camião chegasse a Dover, tratei de equacionar com o pessoal o que deveríamos fazer já dentro de fronteiras. E foi decido que o passo seguinte deveria ser a intervenção junto de um cidadão irlandês bastante referenciado neste processo, que tinha inclusivamente falado com os do camião na véspera, e que morava na zona de Cascais, em Alcabideche.

Ao contrário dos parceiros portugueses e espanhóis - bastante conhecidos dos nossos colegas que investigavam o tráfico de estupefacientes - que recentemente se dedicavam também, ou mesmo unicamente, ao contrabando de tabaco, este irlandês era para nós desconhecido em termos criminais ou policiais. Tínhamos então de indagar os colegas ingleses sobre o que haveria nos registos relativamente a ele.

Na manhã seguinte, enquanto aguardávamos pela resposta das autoridades inglesas, fomos passar busca à residência do *Irlandês*.

Ficava num andar de um prédio em Alcabideche. Às 7h00 tocámos à campainha pela primeira vez, mas tivemos de esperar para que a porta fosse aberta. Ainda equacionámos um eventual arrombamento, mas este não seria de fácil execução face à logística presente no local, além de não se encontrarem reunidas as condições de segurança para tal. Finalmente, uns 15 minutos mais tarde, depois de instado várias vezes, a porta foi



Mariana Raimundo

Inspetora/
Coordenadora de
Investigação Criminal
de 1983 a 1995,
Inspetora
Coordenadora/
Coordenadora Superior
de IC de 1995 a 2019,
Dirigente por cerca
de 20 anos

72. Espaço de arrecadação interior do edifício na Rua Alexandre Herculano em Lisboa, sede da DCICFIEF – atual UNCC - desde a segunda metade dos anos 90 até à inauguração da nova Sede da PJ, para onde transitou. Por falta de outro espaço, a brigada que foi criada no final dos anos 90 para investigar as fraudes aos impostos especiais sobre o consumo, vulgo brigada do contrabando, foi aí instalada. Os funcionários da brigada eram conhecidos por «os da arrecadação» ou «os da cave».

aberta e fomos recebidos por um casal estrangeiro – o *Irlandês* e a companheira - e um *rottweiler*. As nossas armas ficaram a postos.

Afinal correu bem. O *rottweiler*, calmo, acompanhou à distância os nossos passos, e encontrámos algumas centenas de milhares de contos em escudos – estávamos no final dos anos 90 do século passado - e, sobretudo, libras inglesas. Também apreendemos algumas armas de forte calibre, que não esperávamos encontrar.

O meu telemóvel soou no decurso das diligências de busca e apreensão. Era um dos da cave. E o diretor.

- Doutora Mariana, o homem é do IRA! Um ex-operacional! Cuidado!

Embora a paz estivesse para ser assinada com os ingleses e os do IRA não quisessem problemas, era um antigo operacional que ali tínhamos. E, pelos vistos, bastante próximo do Gerry Adams⁷³, como viemos a apurar alguns dias mais tarde. Mas a busca correu bem, sem sobressaltos, e resultou numa apreensão excelente em dinheiro e armas, alguns documentos de interesse, e, sobretudo, não foi comprometida a operação dos colegas ingleses que ocorreu alguns dias depois com êxito.

O *Irlandês* foi detido, claro. A prova contra ele já era bastante e ampliou-se com as restantes operações, que foram decorrendo tendo como alvo a organização criminosa portuguesa, de que resultou a detenção de vários cidadãos portugueses e espanhóis do grupo do *Lagostas*⁷⁴, incluindo o próprio, detido mais tarde.

Foi um caso grande e moroso, processos em Lisboa e Leiria, mas que teve um final feliz em termos de investigação, acusação e julgamento. Contrabando de tabaco, com a consequente fraude aos impostos especiais sobre o consumo (IEC), tráfico de estupefacientes e associação criminosa. E dinheiro do contrabando de tabaco para financiar ações do IRA... Seria este facto crime?

Este episódio que relato é apenas um dos muitos que espelham os altos e baixos das operações policiais e das decisões que envolvem. Num dia as coisas correm mal, ou menos bem, no dia seguinte correm na perfeição, ou bastante melhor... É sempre bom ter consciência disso.

Quero deixar também aqui expressas algumas das outras razões que me levaram a contar esta estória e não outra qualquer das muitas que poderia partilhar.

O período em que o caso ocorreu, final dos anos 90, impulsionou importantes mudanças legislativas no combate ao crime económico organizado. Foi também período de mudanças importantes no *modus faciendi* dos agentes do crime.

O contrabando de tabaco era visto como um crime menor até meados dos anos 90.

O facto de termos aderido à CEE levou a que algumas organizações criminosas que então se dedicavam quase em exclusivo ao tráfico de droga, se apercebessem que o contrabando de tabaco e álcool dava dividendos tão grandes ou maiores do que o tráfico de droga e com menos risco para os agentes do crime – as sanções penais eram muito mais

73. Gerry Adams - antigo militante e político irlandês, presidente do partido *Sinn Féin*, também conhecido como o braço político do IRA - Exército Republicano Irlandês da Irlanda do Norte.

74. Um dos maiores contrabandistas de tabaco português e um ativo traficante de estupefacientes da Península Ibérica. No meio policial era vulgarmente conhecido por *Lagostas*.

baixas! Porque não diversificar? As polícias não poderiam deitar mão às medidas processuais de exceção já previstas para o combate ao tráfico de droga...

Por outro lado, a adesão de Portugal à então CEE levou o Estado Português – e os restantes Estados-membros – a dar outro enfoque a este crime, sobretudo pela quebra que induzia nos impostos especiais sobre o consumo, impostos que viriam a ser grandes financiadores do orçamento da futura União Europeia.

Não foi, pois, por acaso que a Lei 36/97⁵, de 29/9, deu azo a que estes delitos fossem encarados, em determinadas circunstâncias, como *infrações económicas e financeiras de âmbito internacional ou transnacional*, como tal passíveis de serem objeto de medidas policiais e processuais mais apertadas a aplicar aos crimes de corrupção e outros económicos e financeiros, à semelhança do que se passava com a investigação do tráfico de droga ou do terrorismo – primeira lei anti-corrupção, ainda parcialmente em vigor, cerca de 26 anos depois.

Este caso, bem como outros ocorridos na mesma época, foram muito importantes para a jurisprudência fixar o que se deveria entender por *infração económica e financeira de âmbito internacional ou transnacional* para efeito de aplicação das medidas processuais excecionais previstas naquela lei e noutras posteriores.

E também foram importantes para o alargamento de novos mecanismos entretanto surgidos para prevenção e combate a este tipo de criminalidade – como a criminalização do branqueamento de capitais surgida em 1993, que foi alargado aos crimes económicos e financeiros mais graves como crimes precedentes em 1995.

Por fim, se voltarmos a fixar-nos na estória, temos em plenos anos 90 um caso típico de financiamento do terrorismo através do crime de contrabando de tabaco. Só que na altura não era crime... Só viria a ser contemplado internacionalmente depois do ataque às Torres Gémeas e em Portugal na versão de 2008 da Lei 52/2003⁶, de 22/8.

75. Medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira.

76. Lei de combate ao terrorismo



Mário Melo⁷⁷

—
Agente/Inspetor de
1979 a 2018

GIBS – Giros, inteligentes e brutalmente *sexies*

Retornado de Moçambique, facção progressista, voltei ao continente a 22 de Junho de 1975. Era um miúdo de 19 anos.

Vivi intensamente o PREC (Processo Revolucionário em Curso) e, em Maio de 1977, assentei praça no RLL – Polícia do Exército, onde estive até Agosto de 1978, vindo a ser ordenança do aspirante Armelim Fonseca, mais tarde meu camarada na Polícia Judiciária, a quem a vida foi madrasta recentemente.

Ser polícia já estava escrito nas estrelas, não obstante a minha resistência passiva. Num dos meus últimos serviços na PE, calhou escoltar um militar detido ao TIC, instalado no 4.º andar do edifício-sede, na Gomes Freire. Enquanto esperava no corredor, fui abordado por um agente da PJ que, igualmente, esperava com um arguido. Meteu conversa comigo, e perguntou-me se eu tinha emprego quando acabasse o serviço militar. Ao saber que eu não tinha, disse-me para tentar entrar para a PJ. Educadamente respondi-lhe que não pensava nisso e, que não me levasse a mal, mas de polícia já me chegavam os 16 meses de tropa.

Depois de passar «à peluda», já pai de uma linda menina, cansado de procurar emprego compatível ou não (recordo ter-me inscrito da CM de Lisboa para ser homem do lixo), ao sair da *Manpower*, ao tempo empresa de recrutamento e colocação de pessoal, com instalações do lado contrário do Liceu Camões, desiludido, dirigi-me relutantemente para o edifício-sede da Polícia, onde me inscrevi. Na altura trabalhava nas Relações Públicas, o Carlos Pascoal.

Abreviando, fui apurado, e em 2 de Abril de 1979, com mais 31 camaradas, comecei o Curso de Formação de Agentes «Barroso Gonçalves», curso ministrado em instalações anexas ao EPL. Este curso teve a particularidade de ter sido o último antes de Loures.

Privámos com professores de alto gabarito, Laborinho Lúcio, Gomes Dias, Bento Garcia Domingues, Paquete de Oliveira, Rodrigues Maximiano, entre outros.

Guerras políticas levaram à demissão do Dr. Lourenço Martins e da sua direcção, composta por alguns dos nossos decentes. Mas o curso lá prosseguiu e em Agosto de 1979 começou o estágio, nas instalações da Gomes Freire. Iniciei as actividades na SCITE (Secção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes), ao tempo célebre pelos «Cavalos Espantados». Estagiei ainda na SCIEF (Secção Central de Investigação das Infracções Económico-Financeiras) - Moeda Falsa, Homicídios e 6.ª secção – Roubo e Furto.

Uma reestruturação geral levou à interrupção do estágio e à nossa colocação nas

77. Nota do editor: Por vontade do autor, este texto não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico.

secções respetivas. Fiquei colocado na 6.ª Secção, 3.ª Brigada.

Chefiada pelo Subinspector Francisco Pereira Calvão, esta Brigada era constituída pelos agentes Horácio de Freitas Amado, Jorge José Petronilho Fava, Carlos José Trostel da Costa Amorim, António da Conceição Moura, António Joaquim Mourinha Santana, por mim e pelo Agente motorista Arménio Gomes Veríssimo. Mais tarde, o Conceição Moura saiu, sendo o seu lugar ocupado pelo saudoso Eduardo Manuel Camacho de Ascensão, com quem, desde o primeiro dia, estabeleci uma forte relação de amizade, recordando dessa altura, quando tínhamos alguma pequena divergência, a expressão que ele usava para me picar, sempre com um meio sorriso estampado no rosto: - Tu tens a mania que és o *Lampadinha*.

No tempo em que Chelas, Camboja, Relógio, Musgueira, Urmeira, eram nomes de bairros onde só iam os mais valentes e/ou os mais inconscientes, e nomes como o *Manuel Alentejano*, o *Delfim*, ente outros que a memória olvidou, eram «estrelas» que respeitávamos, poderia contar inúmeras estórias, vividas particularmente por um quarteto constituído pelo Santana, Camacho, eu e o Arménio, que outros irão certamente contar. Não resisto, contudo, a contar uma pequena estória.

Numa noite fria e de algum significado para a PJ, jantámos os quatro, jantar esse que, como habitualmente, se não era farto na parte sólida, era farto na parte líquida, q.b. como dizem os mestres cozinheiros.

Sáímos depois rumo ao Bairro do Relógio, onde parava uma parte da «fina flor do entulho» dos assaltantes à mão-armada. Era o nosso objectivo um tal Manuel Henrique da Silva Mota, identificado em diversos inquéritos por assaltos desse calibre.

Estacionámos fora do bairro e dirigimo-nos a um bar no meio do bairro: a colectividade local. O Camacho seguia à frente, sempre bem «arreado», e assim que assomou à porta, foi logo topado pelo Manuel, que empurrou um indivíduo contra o Camacho, ao mesmo tempo que saía a correr por entre as barracas. O Santana reagiu de imediato e disparou para os pés do Manuel Henrique, facto que apenas lhe deu asas. Na altura, eu era jovem e «leve», e de imediato me pus em correria desenfreada atrás do homem, que corria qual lebre a ser perseguida pelo caçador Mário Melo, que ainda fez uso da sua *Walther 9 mm*, sem êxito - felizmente -, estranhando que, quando virava para determinado lado tinha o Manuel Henrique ao alcance quase da mão, mas que na recta seguinte rapidamente se afastava.

Cheguei a pensar que eu era um *Mini*, que quase apanhava o *Mercedes* nas curvas, afastando-se este nas rectas. Mais tarde, vim a saber que a razão seria outra.

O certo é que o meliante bem mais conhecedor da zona do que nós, se refugiou numa zona de mato contígua às barracas.

Olhando para trás, só tinha a companhia do Santana, dirigindo-nos para a colectividade. Ao chegarmos ao largo, verificámos que o Camacho ainda se encontrava à porta, mantendo no interior uma multidão e, com a sua calma, ia repetindo: «Daqui ninguém sai». Era assim o Eduardo.

Fomos até à sede para remunciar, encontrando aí camaradas da 6.ª, 2.ª, Rendeiro, Guimarães e Miguéis, a quem contámos a nossa demanda infrutífera, sendo que este último, que aguardava um inquérito em que tinha morto um cadastrado no *Trumps*, dizia: «- Foi melhor assim, olha a minha situação, estavam metidos em sarilhos se têm atingido o indivíduo.»

Despedimo-nos daqueles camaradas, que iam à zona do Casal Ventoso, tentar localizar um indivíduo. Perguntámos se precisavam de ajuda, tanto mais que íamos para Alcântara, zona próxima. Disseram que não, e marcámos encontro uma hora depois na esquadra da PSP dos Terremotos.

Passámos por Alcântara, seguindo depois para a esquadra. Não chegámos a entrar, porque a sentinela logo nos informou que os nossos camaradas tinham morto um cadastrado, no Casal.

De regresso à sede, conversámos com eles, relembando as palavras do Miguéis. Foi este camarada que terá morto o indivíduo, o segundo num período relativamente curto. Vindo a sair da PJ por via disso. Mais tarde, envolveu-se no lado errado da vida, que sempre combatera, vindo a ser detido e a cumprir pena de prisão. Histórias que dariam para muitas histórias.

Entre 1983 e 1984, estive em Portimão, na altura uma subinspecção que funcionava em regime de «clínica geral», regressando a Lisboa, onde fui colocado na área dos automóveis – onde ocorreu o episódio que pretendo contar – até abraçar, em 1999, então com 20 anos de casa, em sectores operacionais, um novo desafio: ajudar a implementar a nível nacional um sistema de informação criminal. Doze anos depois, quase que fechei o círculo, regressando a Portimão, à 4.ª Brigada – roubos, falsificação de veículos, incêndios, etc., chefiada pelo meu querido amigo Vítor Tavares de Almeida. Paralelamente, respondia também pela informação criminal local.

No dia 9 de Março de 2018, passei à situação de disponibilidade passiva. Escrevi na minha agenda uma breve e dolorosa nota: «ÚLTIMO DIA NA PJ. Custou». Saída quase à francesa.

Vamos então à breve estória que vos quero contar, uma singela homenagem a um camarada fantástico, um grande e destemido polícia, um bom malandro: Carlos Manuel Rodrigues Mendes. Mais um retornado, este de Angola que acabou de criar-se na zona de Alfama. Na PJ, fez quase toda a sua carreira no sector de automóveis, tendo também prestado serviço em Macau.

Era um *bon vivant*, amigo do seu amigo, com uma coragem acima do normal, sendo sempre o primeiro quando era necessário arrombar uma porta ou entrar em ambientes mais quentes. Se fosse forçado, gostaria sempre de ser o forçado da «cara». Duas pequenas histórias, reveladoras do seu carácter jovial e da forte cumplicidade existente entre nós.

Um belo dia, ou melhor uma bela noite, fomos os dois beber um copo a uma discoteca, que julgo se chamava o *Quatro*, existente na Rua José Pinheiro de Melo, curiosamente o meu trisavô, maçom e republicano.

Na pista, um grupo ainda grande de mulheres africanas, bem vestidas e divertidas, dançavam ritmos africanos, como só elas. Fora de pista, diversos jovens africanos, de fato completo, conversavam animadamente. Mais nenhum cliente se encontrava na sala.

A música, e não só, começou a mexer com o Carlos e comigo. Passado um bocado, estávamos os dois na pista, dançando com as miúdas africanas, que alinharam com os dois «pulas», que tão bem dançavam aqueles ritmos. Foi, porém, dança de pouca dura. Rapidamente a música foi silenciada, e as raparigas foram levadas para as mesas pelos seus jovens e atléticos acompanhantes.

O porteiro, que nos conhecia há anos, aconselhou-nos a partir, explicando que tais raparigas eram filhas do embaixador e das elites angolanas e que os seus acompanhantes, membros da segurança da Embaixada, ficaram incomodados com a dupla lusa, perguntando mesmo quem eram aqueles brancos que dançavam melhor que muitos negros. Assim, acabou-se uma noite de alguma diversão, continuando o nosso «trabalho» em qualquer outro lugar similar.

A segunda estória tem uma outra personagem central, a dona Fernanda (se a memória não me falha no nome), a mãe do Carlos.

Uma noite, jantei em casa do Carlos, onde também se encontrava a mãe, que conheci nessa altura. Após o jantar, fomos levar a senhora a casa. O Carlos, com a sua conversa da treta, dizia-me o que tínhamos de fazer nessa noite, pelo que deveríamos chegar muito tarde às nossas casas. Dona Fernanda apercebendo-se da conversa mole, dizia: «- Carlos, tem juízo, porta-te bem. A Glória (mulher do Carlos) anda cansada... toma cuidado.»

Eu, no banco traseiro, entre os bancos dianteiros, arrisquei um quase neutro: «- Dona Fernanda fique descansada, eu tomo conta do Carlos.»

A resposta não tardou e chegou fria: «- Você, com essa cara de santo, que parece não partir um prato, também deve ser jeitoso!» Até casa dela, percurso para uns dez minutos, o silêncio reinou naquele carro.

Aqui chegados, em data que não recordo, no âmbito de uma das muitas remodelações do sector de automóveis, foi a secção dividida em grupos de investigação, os GI. Dada a falta de subinspectores, no GI 4, atreveram-se a juntar quatro agentes: Carlos Mendes, o mais antigo e conseqüentemente o chefe do grupo, eu, o António Manuel Conceição Loureiro e o António José André Inácio, digamos que um «quarteto de cordas» ou um «quarteto de luxo», quiçá, um misto dos dois.

Curioso foi o facto de o grupo se ter voluntariado para acolher os processos mais antigos da secção, estabelecendo-se que não receberíamos inquéritos novos durante os próximos meses. Tal situação, foi devidamente ponderada por nós, pelo que os inquéri-

tos antigos eram maioritariamente virgens, o que permitia gerir melhor a estratégia da investigação. Por outro lado, era expectável, conhecendo nós os anteriores titulares dos inquéritos – conhecidos por investigarem sentados à secretária – que houvesse inúmeras diligências fora de Lisboa, facto também apreciado por todos nós.

Na ocasião, o Ministério Público procedeu a uma inspecção ao trabalho da Polícia Judiciária – nessa altura era frequente a ocorrência de tais inspecções.

Para isso, levámos os inúmeros processos à sala onde se encontravam os magistrados. Estes, apercebendo-se da idade vetusta dos inquéritos, em contraste com a nossa idade, comparativamente aos colegas dos outros grupos, ficaram muito admirados e pretenderam saber a razão de tal facto. Claro que ficaram sem resposta.

De imediato, montámos uma «fábrica» de despachar inquéritos, com uma linha de produção de fazer inveja ao Henry Ford, ou ao grande Chaplin nos *Tempos Modernos*.

A primeira fase foi a da leitura atenta dos inquéritos, separando-os por zonas de actuação, repetição de intervenientes processuais (agentes da PSP, por exemplo), o que permitiu organizar o trabalho.

Posto isso, fizemos entre os quatro, uma escala, que nos permita gozar um dia de folga a mais por cada semana, ou seja, apenas um dia trabalhávamos os quatro, procedendo a inquirições em série, uma média de 15 minutos por cada «cliente», o que permitia um elevado número de inquirições por dia.

Nos restantes dias, ficava apenas um na brigada, tratando do expediente burocrático, enquanto dois iam em diligências externas, ficando o quarto em casa de folga.

O certo é que esta linha de montagem funcionou na perfeição e os inquéritos saíram da secção rumo ao arquivo, a maior parte, e alguns, poucos, para tribunal. É preciso não esquecer que o mais novo dos inquéritos a nosso cargo, respeitaria a factos ocorridos havia cerca de quatro ou cinco anos face à data em que estávamos.

É minha convicção que a hierarquia teria conhecimento, ou pelo menos suspeitava, dos métodos pouco ortodoxos que aplicávamos, mas os resultados eram excelentes e superavam em muito as expectativas.

Importa ainda referir que encarávamos a situação com algum gozo, brincando com a realidade sempre que possível. Ainda recordo, termos colocado na porta debaixo do GI 4, a sigla GIBS.

Durante algum tempo, ali permaneceu, ignorando os restantes camaradas o seu significado: Giros, Inteligentes e Brutalmente *Sexies*.

Como é óbvio, o «Inteligente» era eu, até porque era uma espécie de ideólogo e mentor do grupo; o «Bruto» era o Conceição Loureiro, que dizendo ser do campo, logo assumiu esse título; agora ainda hoje não sei quem era o «Giro» e o *Sexy*, porquanto o Carlos e o André, eternos galãs e engatões, discutiam afincadamente o seu «título».

Tudo funcionava na «paz do Senhor», com todo o mundo satisfeito, particularmente o GIBS, até que nos chegou uma notícia que reputámos de trágica: um Subinspector, no

caso um homem bom, o Eduardo Lourenço Marques Galantinho, viria a ser colocado na chefia do grupo, em breve.

Reunião de urgência, e resolvi fazer uma informação de serviço, onde argumentei pretendendo provar que a colocação de um subinspector na chefia do grupo, iria descompensar em absoluto o trabalho, pelo que não se deveria efectuar a colocação. Tal informação era pomposamente dirigida ao «Exmo. Senhor Carlos Mendes, Chefe do GI4».

Despacho do chefe: «Concordo em absoluto. Ao Exmo. Senhor Inspector».

Chegada a informação, nesse mesmo dia, ao Inspector João de Sousa, o mesmo remeteu-a para decisão ao Director de Lisboa, o Dr. Silva Teixeira.

Resultado, no dia seguinte o Carlos Mendes e o Conceição Loureiro são recambiados para a *Venezuela* – burlas. Em seu lugar, perante a nossa surpresa, foram colocados o Eduardo Camacho e o Ribeiro Soares, mais conhecido por *Janeca*.

Assim que se apresentou como chefe do grupo o Subinspector Galantinho, tive com ele uma conversa franca, apresentando-lhe claramente os motivos porque queríamos ficar em «auto-gestão». Boa pessoa, o Eduardo Galantinho compreendeu e praticamente tudo ficou na mesma, com a excepção de termos perdido folga semanal, isto para mim e para o André. O Conceição Loureiro, o nosso querido «Bruto» foi o mais inconformado. Ainda hoje, deve dizer: «- Vocês dois (eu e o Carlos) fizeram a caldeirada, e eu é que me entalei.»

Se é verdade que em termos de saldo, nunca a Casa ficou a perder, bem pelo contrário, é igualmente verdade que nesse período, posterior às alterações no grupo, fomos invadidos por alguma frustração. O André e eu estudávamos na Faculdade de Direito de Lisboa. Muitas vezes, saíamos com algum inquérito, fazíamos o que tínhamos a fazer, ou não, e íamos para uma esplanada, de preferência frente ao mar, para prepararmos as aulas da faculdade.

Good old times!!!



Moura Melo

Agente/Inspetor desde
1990

Sorte de cão

Aconteceu em meados da primeira década do presente século a história que, neste âmbito, quero partilhar.

No decurso de uma investigação complexa, relacionada com o crime organizado envolvendo burlas qualificadas e falsificação de documentos – de cuja prática resultou a falência de inúmeras pequenas empresas e de empresários em nome individual -, foi levada a cabo uma operação policial com recurso a várias equipas, visando a realização simultânea de diversas buscas domiciliárias e em empresas, com o intuito de ser recolhida prova documental e informática.

Como é do conhecimento geral do universo de leitores deste livro, no caso concreto, a destruição deste tipo de meios de prova não é difícil de acontecer, mas pode pôr em perigo toda a investigação, a qual, pela sua complexidade, já decorria há cerca de dois anos.

Após o *briefing* e porque o Inquérito estava a ser investigado na minha Brigada, fui nomeado para chefiar uma equipa com o objetivo de realizar uma busca domiciliária à residência de um dos então considerados suspeitos mais importantes na organização, independentemente das conclusões finais, que para o efeito não são relevantes.

Interessa saber que se tratava de uma casa isolada, localizada na zona saloia dos arredores de Lisboa. Devido ao seu posicionamento no contexto urbano em que se inseria, resolvemos não efetuar o habitual reconhecimento ao local para não pôr em risco quer o êxito da nossa missão em concreto, mas também o de todas as outras buscas que se iriam realizar à mesma hora no dia marcado para o efeito.

Chegados à vivenda em causa, pouco antes da hora a que se iriam iniciar as buscas, constatámos que no logradouro cirandavam livremente dois pastores alemães de grande porte e ameaçadores. Pareciam furiosos com o mundo, tal a agitação manifestada e o estardalhaço que provocaram à nossa chegada. Era necessário entrar sem barulho, mas com uma receção destas, tal estava fora de questão.

Era um problema suplementar e imprevisto, que poderia exigir medidas mais drásticas, não se podendo afastar por completo a hipótese de nos vermos na iminência de abatermos os animais. Tínhamos de decidir rapidamente o que e como fazer, sendo certo que os cães não só denunciavam a nossa presença, como eram um sério, porque temível, obstáculo à entrada da equipa.

Tudo isto se passou num clima de enorme tensão, em que qualquer segundo conta e não raras vezes leva a atos menos refletidos, mas que nestas alturas surgem como a

solução menos má ou até boa. Impunha-se uma decisão. Era sério o risco de comprometermos toda a operação. Naquele momento, o «alvo» era suspeito e não podíamos dar-lhe tempo para destruir a prova que era suposto apreendermos na sequência da diligência a realizar ou, pior ainda, alertar outros eventuais alvos das buscas.

Depois de aquilatarmos os prós e os contras de todas as hipóteses emergentes, e tudo num ápice, arriscámos optando por acionar a campanha. Não se usa a arma impunemente, seja o preço a pagar aplicado institucionalmente ou pelo próprio.

Encontramos outras formas de ultrapassar o problema, ainda que não rigorosamente as mais indicadas em termos técnicos, onde a surpresa para o «alvo» deve ser a pedra de toque de qualquer operação deste tipo.

Entretanto, o «nosso homem» surgiu na varanda do primeiro andar. Depois de nos identificarmos, ordenámos-lhe que rapidamente prendesse os cães no canil, sob pena de termos de os abater. O tom foi de molde a nem sequer dar azo a hesitações. E resultou.

O amor aos animais ou outros valores por nós ignorados na altura, ou uma mistura das duas hipóteses, elevaram-se claramente, pois desta forma o homem colaborou exemplarmente, e assim a entrada pôde realizar-se em segurança.

Iniciámos a busca e, a dado passo, foi encontrado um documento que de imediato nos chamou a atenção. Tratava-se de um contrato assinado pelo nosso «alvo» e um representante de uma conhecida estação de televisão.

Da sua leitura pudemos concluir que um dos cães que ladrara à nossa chegada era um dos «atores» que fazia de *Inspetor Max* na famosa série televisiva com o mesmo nome que, por aqueles tempos, tinha grande sucesso em Portugal.

Olhámos uns para os outros com um meio sorriso porque o pensamento foi comum: se tivéssemos abatido os cães, e só o faríamos como única forma de garantir a entrada em segurança e o sucesso da operação, o resultado teria sido noticiado com grande destaque na comunicação social nos seguintes termos: *PJ abate Inspetor Max*.

Enfim, assim não aconteceu porque tudo se resolveu a bem e realizámos da melhor forma o trabalho, recolhendo os meios de prova necessários ao esclarecimento cabal dos factos e a devida imputação de responsabilidades e, para felicidade de muitos, o *Inspetor Max* continuou a ser estrela da televisão portuguesa.

**Nuno Moura**

Na PJ desde 2003, como Inspetor, Inspetor-chefe desde 2018

Isto é um assalto!

No âmbito de uma investigação relacionada com roubos praticados através do uso de armas de fogo e após algumas diligências de investigação, foi identificado um grupo composto por cinco indivíduos, alguns com relevantes antecedentes criminais.

O grupo tinha já cometido roubos, nomeadamente a dependências bancárias, onde era exercida enorme violência física através de disparos de armas de fogo e uso de barras de metal e martelos.

Numa das ações de vigilância policial, os indivíduos foram localizados a circular numa viatura roubada, nas imediações de uma dependência bancária.

Ao aproximarem-se do local, os sujeitos, que até ao momento mantinham uma condução regular, iniciaram a grande velocidade uma série de ultrapassagens até à entrada do edifício do banco.

O último veículo a ser ultrapassado foi, precisamente, um dos da Polícia Judiciária.

Logo após essa ultrapassagem, os indivíduos bloquearam a estrada, impedindo o trânsito naquela via.

De imediato quatro dos indivíduos dirigem-se ao banco com martelos, pistolas e caçadeiras. O quinto indivíduo, condutor da viatura, empunhando uma pistola-metralhadora dirige-se à viatura da PJ gritando que era um assalto e para ninguém sair do local.

Os elementos da PJ mantiveram-se cooperantes e atentos à situação. Ao mesmo tempo, o dispositivo policial no local aproximou-se preparado para intervir, caso fosse necessário e as condições o permitissem.

Ainda assim, os elementos que se encontravam ameaçados pelo assaltante munido com a pistola-metralhadora, continuaram a transmitir através do rádio todas as movimentações que estavam em curso por parte dos assaltantes.

Cerca de dois a três minutos após, os assaltantes regressaram do interior do banco para a viatura e arrancaram a grande velocidade.

Dez minutos após, foram detidos, as armas apreendidas e o dinheiro do roubo recuperado sem que tenha sido efetuado qualquer disparo de arma de fogo.

Neste caso, os sujeitos não tiveram sequer a oportunidade de contar o dinheiro subtraído.

Tratou-se de uma operação de sucesso realizada pela Polícia Judiciária, que revela a capacidade de organização, de planeamento e, acima de tudo, de adaptação às vicissitudes e aos imponderáveis inerentes a todas as operações policiais.

Playstation

Após o roubo de uma viatura automóvel com recurso a arma de fogo – *carjacking* - a Polícia Judiciária procedeu à identificação do autor dos factos.

Aquando da emissão dos mandados de detenção, verificou-se que o autor tinha sido internado num hospital psiquiátrico pelo que o cumprimento do mesmo foi suspenso.

Alguns meses depois, após o indivíduo ter tido alta hospitalar, os elementos da PJ deslocaram-se à sua residência para formalizar a detenção.

Na residência era patente o conformismo e compreensão por parte dos familiares do visado.

Inicialmente, o indivíduo a deter mostrou-se bastante colaborante e de imediato deslocou-se para o seu quarto para recolher algumas peças de roupa.

De uma forma inesperada e sem que nada o justificasse, o indivíduo iniciou um comportamento agressivo, recusando-se inclusivamente a sair do quarto, partindo vários objetos que ali se encontravam.

Neste momento, foi notório que ele nutria um enorme cuidado com uma determinada zona do quarto onde estava uma secretária com uma televisão, uma *Playstation* e diversos jogos, perfeitamente alinhados e cuidados.

Perante este cenário, os elementos da PJ no local, após um breve diálogo com o indivíduo, propuseram-lhe um acordo.

O acordo consistia em realizarem uma partida de futebol na *Playstation*. Se ele ganhasse os elementos da PJ iriam embora sem dar cumprimento aos mandados de detenção, caso ele perdesse teria que acompanhar os inspetores ao Estabelecimento Prisional.

O resultado final foi uma derrota do sujeito por 3-0 e a condução imediata à Polícia Judiciária.

Findas as diligências processuais necessárias, a advogada do arguido, em conversa com os inspetores da PJ, agradeceu o cuidado que estes tiveram, mas referiu não perceber a insistência do seu cliente em lhe pedir de forma veemente que lhe fosse entregar ao EP a *Playstation* e um específico jogo de futebol.

Esta história revela a capacidade criativa e a forma tranquila com que algumas situações são encaradas pelos elementos da PJ no cumprimento das suas funções.



**Orlando
Mascarenhas**

Na PJ desde 1995,
como Agente/Inspetor,
Inspetor-chefe,
Coordenador de IC e
atualmente Dirigente

Polícia Judiciária – sentido de Justiça

Neste tempo de celebração, em que a Polícia Judiciária comemora 75 anos de existência, procurar nos meus 25 anos de serviço memórias que considere significativas para serem partilhadas não é tarefa fácil. Estar ao serviço dos outros, no cumprimento da lei, foi e continua a ser, uma das minhas maiores preocupações. Mas só sabemos que estamos no bom caminho, em cada dia que passa, em cada investigação que damos por concluída, quando vemos no cidadão comum o reflexo de que os objetivos da Polícia Judiciária estão a ser alcançados; que estamos de facto a ajudar a fazer cumprir a lei. O caso que acaba por vir à memória e que aqui recordo remonta já a alguns anos. Naturalmente não vou entrar em pormenores específicos. Esse respeito merecem-me os intervenientes.

Vivia mais uma semana de prevenção nos homicídios. As últimas tinham sido intensas. Parecia que uma boa parte dos humanos tinha enlouquecido, e resolvido tratar das suas angústias vingando-se fisicamente naqueles que os rodeavam.

Na madrugada daquele dia, frio e cinzento, o som do toque de chamada do telemóvel da prevenção acordou-me para um novo dia, e para uma das investigações que mais me marcou. Marcou-me pelos pormenores que envolveram o homicídio, pela inteligência que o seu autor manifestou na sua execução, pelo que foi necessário realizar para a sua resolução, mas, principalmente pelo efeito que a atuação da Polícia teve na vida dos familiares daquela vítima, ou seja, das muitas vítimas deste caso. Mas vamos a alguns pormenores, que uma boa história de polícias não se faz sem pormenores.

Um jovem rapaz havia sido encontrado sem vida numa zona descampada de um parque público. Apresentava sinais de haver sido atingido por disparos de arma de fogo. No local onde o corpo havia sido encontrado, verifica-se a azáfama habitual – carros das forças policiais locais, ambulância, bombeiros, elementos de forças de segurança de ordem pública. O corpo e respetiva zona circundante encontra-se preservado e delimitado por fitas coloridas de sinalização.

Os sinais de morte violenta contrastavam com a calma e o isolamento do local, muitas vezes procurado por casais de namorados.

O cadáver jazia no chão de gravilha, em posição de decúbito ventral e apresentava dois orifícios de entrada de projétil – um na região occipital e outro na região parietal. O único objeto que é encontrado na roupa é um cartão SIM de uma operadora de telemóveis nacional.

Naquele momento, e nos dois dias subsequentes, não foi possível realizar a sua

identificação. Tal só aconteceu quando a família, nas buscas que levou a cabo, o identificou no Instituto Nacional de Medicina Legal.

Não se pretende dar qualquer destaque a um homicídio cometido com contornos maquiavélicos, preparado e premeditado como se de uma encenação cinematográfica se tratasse. Tampouco se objetiva destacar que um jovem de 18 anos foi morto, naquilo a que se pode chamar de execução, para que o seu autor, com tal ato cruel, pudesse sentir a satisfação e o prazer de magoar a mãe desse mesmo rapaz, como «castigo» por esta ter terminado uma relação amorosa que mantinha com o mesmo.

Do mesmo modo, não se pretende com este texto dar maior ou menor relevância à investigação desenvolvida. Para essa história, conta que, após a investigação efetuada pela Polícia Judiciária, o autor do homicídio foi acusado, julgado e condenado em pena de prisão no seu máximo possível. Neste processo foi fundamental o cartão SIM encontrado no bolso da vítima, pois fez parte de um plano cirurgicamente montado que procurou incriminar a mãe da vítima, e levou até à colaboração de camionistas de longo curso em resposta a um apelo face a uma arma transportada num desses camiões.

Com este pequeno texto, mais não pretendo que partilhar o orgulho que sinto em verificar que a Polícia Judiciária é reconhecida pela família da vítima como o organismo que lhes devolveu algum sentido de justiça. Todos os anos, na data do homicídio, pela Páscoa, Natal, ou outros dias em que encontra essa necessidade, desde essa altura e até aos dias de hoje, sei que vou receber a chamada telefónica da avó deste jovem rapaz. Manifesta o seu apreço e agradecimento por a Polícia Judiciária ter investigado e descoberto o autor do homicídio, pelo apoio, moral e psicológico. Procura encontrar uma voz amiga na resposta às suas angústias, memórias e lembranças do ocorrido naqueles já longínquos dias, mas que para aquela família é como se ainda fosse hoje.



Patrícia Silveira

Na PJ desde outubro de 2001, como Coordenadora de Investigação Criminal, Coordenadora Superior de IC desde 2019

Uma Casa que deixa marcas

Por vezes penso que posso ser considerada uma nómada, tal é a quantidade de unidades dentro da Polícia Judiciária e instituições fora dela com as quais me relacionei, e onde trabalhei nos meus perto de 20 anos nesta Casa.

Neste momento, a trabalhar na Europol, recorro com saudade as pessoas e operações que coordenei em diversas áreas, desde as burlas, crime ambiental (quando dele ainda se não falava), incêndios, corrupção e muita criminalidade económico-financeira, tráfico de pessoas, raptos e sequestros, assaltos a ATM e a carrinhas de valores, terminando em beleza, antes da promoção a Coordenadora Superior, com o processo de Tancos.

Cada uma foi singular e cada uma seria, por si só, merecedora de uma história própria. No entanto, aquela que aqui trago passou-se fora e bem longe, a 11 000 km de distância.

No ano de 2013, após concurso internacional, fui selecionada pelas Nações Unidas (UNODC) como conselheira legal residente do Procurador-Geral da República de Moçambique e do Gabinete Central de Combate à Corrupção. Fui para aquele país com uma licença sem vencimento, tendo aterrado em Maputo no dia 16 de julho de 2013, dia em que coincidentemente foi raptado naquela cidade um distinto empresário português. Não conhecia nada, nem ninguém, naquela terra.

Dias depois, Portugal decidiu apoiar Moçambique na investigação daquele rapto, enviando colegas da Unidade Nacional Contra Terrorismo e da Unidade de Prevenção e Apoio Tecnológico. Consegui jantar com eles na véspera do seu regresso, e depois de terem garantido a entrega do empresário, estava eu em processo de instalação, sem casa e sem carro (bens essenciais naquele país). Lembro-me da cara deles na despedida e dos olhos que diziam «Coitadinha, não vais durar dois dias aqui...».

Durante os anos de 2013 e 2014, vários outros raptos aconteceram e houve problemas graves com as eleições, de tal forma que a guerra voltou ao país, depois de mais de 20 anos de paz. Fui dando apoio em tudo o que podia, não só no que dizia respeito à luta contra a corrupção, mas também fazendo a ligação com Portugal e a PJ na tentativa de resolução do martírio que eram os raptos.

Foi tal o sucesso da investigação dos colegas relativamente ao primeiro rapto que, um ano mais tarde, as autoridades moçambicanas lhes pediram para ir a Maputo dar formação a magistrados e polícias. Nessa altura, já instalada, com carro e conhecimentos, estive presente no aeroporto para os receber e apoiar durante as duas semanas que ali permaneceram.

Servir de cicerone a colegas que apenas tinha conhecido e visto uma vez no ano anterior e no mesmo local, foi como voltar à PJ e a Casa. Falar a «nossa» linguagem, sobre as «nossas» coisas com os nossos colegas trouxe-me de volta a Portugal e ao dia a dia da PJ, amenizando as saudades que sentia.

Curiosamente, uns anos mais tarde viria a trabalhar na UNCT diretamente com alguns dos colegas que lá foram.

E como todas as histórias têm uma moral, a desta é que, mesmo longe, não deixamos de sentir, sofrer e viver esta Casa que é a nossa PJ.



Paulo Alípio

Ingressou na PJ
em 1996,
Agente/Inspetor
e Inspetor-chefe

A vida humana é o que importa

São 10 horas da noite do dia 30 de setembro de 1999. O Subinspetor da 4.^a Brigada da 1.^a Secção da DCCB tem sentados à sua frente os pais da menor que horas antes havia sido dada como sequestrada. Há uma tensão latente naquele gabinete. Os progenitores estão nervosos e expectantes. Após breve compasso de espera, calmamente, e numa voz segura e determinada, o Subinspetor dirige-se aos pais:

- Tenho uma boa e uma má notícia relativamente à vossa filha. Qual delas querem ouvir primeiro?...

Segue-se um silêncio doloroso e durante breves momentos nenhum dos pais profere qualquer palavra. A mãe, com voz trémula, acaba por sussurrar:

– A má.

Oito horas antes, estava o neófito agente no seu suburbano e domingueiro descanso quando o telemóvel tocou. Era o chefe.

– Tens de vir para a *Base Mike*. Temos um serviço, um sequestro de uma miúda...

Já na base, com os restantes colegas de brigada e de serviço de prevenção, o chefe esclareceu:

– Os pais de uma miúda de dezassete anos participaram o seu desaparecimento, alegadamente por sequestro, uma vez que hoje, cerca das 11h00, saiu da casa de família nos arredores de Lisboa para ir estudar com uma amiga, encontro que não chegou a acontecer. Entre o meio-dia e a uma, enviou três ou quatro SMS aos pais a dizer que tinha sido sequestrada e estava a ser transportada no interior da caixa de carga de um camião. O telemóvel está desligado e eles nunca conseguiram falar com ela.

Nas horas seguintes, a brigada pôs mãos ao trabalho e inquiriu diversas pessoas, pais, primos e primas, outros familiares, amigas e falou com os vizinhos. Resultado: nada. Nenhuma pista que pudesse esclarecer aquele desaparecimento. Na aparência tratava-se de uma «miúda certinha», boa aluna, bem inserida numa família estruturada de classe média, com extenso, próximo e saudável apoio familiar. Nada de namorados conhecidos, apenas um possível namorico episódico, no início do ano, quando conhecera um miúdo numa festa popular. Mas a amiga que prestou esta informação, desconhecia qualquer dado que pudesse identificar o rapaz.

Também a informação complementar entretanto obtida não era esclarecedora. A do seu telemóvel. As únicas comunicações eram os SMS remetidos aos pais. O aparelho permanecia desligado, no entanto, tais comunicações tinham ativado a antena de Picoas,

no centro de Lisboa.

Ao fim da tarde, quando o chefe reuniu a brigada para fazer um ponto da situação, era isto que se sabia. Ficou claro para todos que dificilmente estaríamos perante um sequestro, atendendo ao detalhe da menor estar privada de liberdade, mas ainda assim, na posse do telemóvel. Dificilmente tal poderia suceder. Ademais, as comunicações tinham sido efetuadas todas na mesma área, o que colidia com a alegação da suposta viagem, no interior de um camião.

– Bem... – disse o chefe. – Isto deve ser mais um namorico adolescente e uma estratégia da miúda para justificar a ausência inusitada. Vamos para o terreno.

A brigada saiu para a zona de Picoas a fim de «bater» todas as unidades hoteleiras, especialmente qualquer pensão «manhosa» que pudesse albergar um jovem casal apaixonado. O agente novato, dececionado, ficou na base com o chefe, por determinação deste. Agora que a melhor parte estava prestes a começar, a de andar na rua, à procura, a falar com pessoas e a tentar descortinar algo que permitisse encontrar a jovem adolescente, eis que o chefe decidira colocá-lo na retaguarda, junto aos telefones, não fosse chegar alguma informação relevante dos pais ou de amigos.

No meio desse aborrecimento, e no interior da sua brigada vazia, o agente maçarico lá foi divagando. De pensamento em pensamento processou toda a informação sobre o caso. Até que, numa espécie de radar geográfico, inventariou mentalmente todos os locais existentes em redor da antena de telemóveis de Picoas, na perspetiva de identificar algum local – além de hotéis – que pudesse albergar ou contribuir para esclarecer o paradeiro da menor, no pressuposto, naturalmente, de que ela ainda estivesse na zona.

«– Ora bem, começando. A partir da Portugal Telecom temos a zona do Teatro Villaret, o Hotel Sheraton, a Maternidade Alfredo da Costa... Maternidade Alfredo da Costa!!! F...! A miúda conheceu um rapaz numa festa há sete ou oito meses, pela foto entregue pelos pais dá para ver que se trata de uma miúda forte, que usa roupas largas, passível de conseguir ocultar uma gravidez...»

– Maternidade Alfredo da Costa, boa noite.

– Boa noite. Estou a ligar da Polícia Judiciária. Pretendia saber se está aí uma jovem... internada...

Após breves momentos de espera:

– Sim. Essa moça está aqui. Deu entrada hoje pela hora do almoço, e já é mãe de um menino saudável. Correu tudo bem.

O agente maçarico irrompeu ofegante e lívido pelo gabinete do chefe:

– Chefe, já sei onde está a miúda. Está na Maternidade Alfredo da Costa.

– Ohhh!... deixa-te de tretas, pá.

– É a sério. Estava grávida e teve um menino. Liguei para lá e confirmaram-me.

– F...!!! Como é que descobriste?

– Foi sorte de principiante...

Após deslocação à Maternidade e breve conversa com a parturiente e a médica de serviço, confirmou-se a simulação tendente à ocultação da gravidez e do nascimento da criança, cuja paternidade aquela asseverou ser do tal rapaz.

O chefe ligou então aos pais e pediu-lhes para se deslocarem à *Base Mike*. Tinha novidades importantes, já sabia onde a filha estava, disse-lhes, sem mais.

Algum tempo depois os pais apareceram. Foram conduzidos ao gabinete do chefe e sentaram-se diante dele, instalado na imponente cadeira por detrás da secretária castanha, ao centro da sala. Ali estava também o agente imberbe, de pé e a um canto, encostado a um armário.

– Então querem primeiro ouvir a notícia má. Muito bem. Então é assim... as vossas despesas domésticas com comida e roupa vão aumentar. Possivelmente vão também passar a dormir mal. O cheiro nem sempre será agradável.

Fez-se um silêncio profundo e cortante. Os pais nem respiravam.

– E a boa notícia é que encontrámos a vossa filha e ela está bem. Nada de mal lhe aconteceu. Não foi vítima de qualquer crime e amanhã já estará em casa.

O silêncio manteve-se. Os pais incrédulos e atónitos a contemplar o chefe, tentando decifrar o que ele acabara de dizer.

Mas, de súbito, a mãe – sempre as mães, esses seres naturalmente dotados de poderes especiais –, exclamou:

– Ah!... já percebi. Ela teve um bebé. Não há problema nenhum. Vai ser muito amado.

O chefe deu uma gargalhada. O ambiente tenso desvaneceu-se, ainda que o pai se mostrasse algo atordoado. A mãe estava visivelmente feliz. O chefe prestou todos os esclarecimentos acerca do sucedido, mas agora sem brincadeiras.

Os pais desceram até à entrada do edifício. No exterior, à sua espera, uma vintena de familiares (tios, primos, avós) e amigos. Vieram todos, assim que os pais souberam que a PJ tinha descoberto algo. Estavam expectantes para saber o que tinha acontecido e onde estava a jovem.

Foi então que a mãe, do alto das escadas que davam acesso à porta principal da *Base Mike*, proclamou em voz alta:

– Ela está bem. Teve um bebé.

E de imediato, numa coletiva e eufórica explosão, a pequena multidão reventou de alegria e gritou:

– Ehiii!!! Urrah!! ..., enquanto se abraçavam e abraçavam os pais.

O barco, o portão, o VIP e o avião

Há cerca de 15 anos, mais ano menos ano, durante dois dias, decorreu na cidade do Porto, mais concretamente na Fundação Eng. António de Almeida, uma conferência de um determinado organismo europeu da área da justiça.

Nesta conferência, onde estavam algumas dezenas de estrangeiros, maioritariamente europeus, a segurança do evento foi garantida pelos efectivos dessa área da Polícia Judiciária do Porto.

No final do segundo dia, uma sexta-feira, para assinalar o encerramento, foi oferecido um jantar servido a bordo de um barco turístico no Rio Douro, onde, para além dos participantes na conferência, estavam também algumas personalidades da vida política e social do nosso país.

Na véspera, no âmbito das funções de segurança pessoal, foi-me transmitido, bem como ao meu colega, que estaria presente nesse jantar uma determinada pessoa pertencente a um órgão de soberania do Estado português, mas que teria necessidade de sair do jantar mais cedo, por ter avião para os Açores às 22h30.

Começámos então a preparar todos os procedimentos de planeamento que, entre outros, passou por falar com o comandante do navio sobre o programa da viagem. Ficámos sabedores que estava prevista a saída do cais de Gaia às 20h00, seguia em direcção à Ponte da Arrábida, invertia então a marcha e navegava até à Ponte do Freixo, regressando depois a Gaia, onde a atracagem ocorreria pelas 23h00. Ficou então acordado que, por volta das 22h00, havia necessidade de a embarcação fazer uma paragem rápida na marina do Freixo para que três passageiros saíssem, o que não suscitou qualquer problema.

Integrava o planeamento a disponibilidade de duas viaturas na Marina do Freixo, para dar cumprimento cabal à diligência, servindo a segunda como reserva, caso fosse necessária.

No mesmo âmbito, falámos com a empresa de segurança responsável pela Marina do Freixo, sendo na ocasião informados que, embora o portão fechasse às 22h, não haveria problema algum pois estaria por lá um vigilante para o abrir. Para acautelar a inexistência de surpresas desagradáveis, prontamente foram trocados os números de telemóvel. Assim, quando a hora chegasse, eu, o meu colega e a alta entidade (AE) sairíamos do barco, passaríamos o portão de acesso do cais, entraríamos na viatura e seguiríamos a caminho do aeroporto do Porto, e diligência cumprida!

Lá decorreu o dia, caiu a noite, foi servido o jantar de gala a bordo e lá estávamos nós, perto das 22h00, a atracar na Marina do Freixo. Tudo perfeito!

Sáimos os três, acenámos ao comandante, tendo este dado a ordem para zarpar e nós caminhamos no cais flutuante da marina. Tudo corria bem, ao ritmo desejado, e eis que chegados ao portão o vimos encerrado, bem encerrado a cadeado.

Os minutos começam a passar, ninguém aparece, tudo escuro, nada se ouvia. Li-



Paulo C. Almeida

Entrou no INPCC, como Segurança, em outubro de 1998 e em janeiro de 1999 mudou para a Diretoria do Porto. Em abril desse ano foi colocado como Segurança Pessoal afeto à Direção da Diretoria do Norte, cargo que mantém até à atualidade

gámos para o telemóvel que tínhamos registado, mas o sinal de retorno era o pior: estava desligado.

Somos informados pela AE que não poderia perder o avião, pois o voo de sexta-feira era o último da semana e tinha de embarcar pois, além do mais, nos Açores tinha ligação para Toronto, Canadá, na segunda-feira seguinte, com bilhete assegurado, onde estava agendada uma reunião com a Comunidade Portuguesa.

Após alguns gritos a chamar pelo vigilante, isto depois de alguns minutos a tentar estabelecer contacto telefónico, não encontrei outra solução e disse para a AE:

- V. Ex.^a aguarde aqui com o meu colega que eu salto o portão e vou procurar o vigilante.

Assim foi! O meu colega ajudou-me e eu galguei o portão com quase 2,5 metros para tentar chegar ao vigilante. Porém, mal dou meia dúzia de passadas ouço o gradeamento a abanar por todos os lados: era a AE pendurada lá no alto a tentar passar e virando-se para o meu colega:

- Se ele passou, nós também passamos. Que se lixe o fato!

Além do meu espanto, recuei para os ajudar e lá ficámos os três no exterior do cais. Ao chegarmos ao parque de estacionamento e passarmos pelo posto do vigilante, espreitámos e percebemos a ausência de resposta: o operacional fazia ó-ó que nem um bebé! Nem valia a pena perturbar-lhe o sono. O tempourgia: era entrar no carro e arrancar o mais rápido possível.

Assim foi, seguimos e ligámos para o *Load-Control* da companhia aérea de modo a avisarem o comandante do avião que estávamos a breves minutos de chegar. O comandante informou que só esperaria até às 22h35, pois se fosse mais tempo poderia apanhar um *Slot* (atraso na saída do avião, ordenado pela coordenação do espaço aéreo europeu).

Tudo foi tratado no carro, com a AE ainda mais excitada do que nós: vibrou por a viatura circular de pirilampo e sirene, com a velocidade bem para lá dos limites legais, mas assim tinha que ser, vibrou por ter conseguido saltar um portão bem alto, não obstante a indumentária.

Foram 6 minutos para fazer os cerca de 20 quilómetros do trajeto entre a Marina do Freixo e a entrada de embarque VIP, junto à torre do Aeroporto do Porto. Eram 22h30 em ponto.

Já de saída da viatura e acenando, a AE disse-nos que condução parecida com aquela só em Nova Iorque, aquando de uma escolta para uma reunião na ONU.

Para mim e para o meu colega, foi apenas mais uma diligência superiormente ordenada e (bem) cumprida.

Para a AE, uma primeira parte da experiência temerária e uma segunda excitante.

Passada uma semana, lá nos chegou a indicação através do senhor Diretor da Diretoria: a AE tinha agradecido o nosso fantástico trabalho, louvando-o... verbalmente!

27 de novembro de 1991

A gélida madrugada de Alijó escondia os movimentos de um bando de estranhos que se dirigiam às portas dos tidos por traficantes de droga locais.

Pópulo, Jorjais de Perafita, Carlão, S. Mamede de Ribatua, Favaios, acolhiam, sem o saber, a operação *A Cidade e as Serras*, homenagem tardia a um monstro das letras que colocou a duriense Tormes no mapa.

Já a manhã, soalheira, se espreguiçava, quando uma pequena multidão assistia boquiaberta, no largo do Tribunal, ao desfile dos transviados da vida sã, muito mais apreciadores das transações «canabísticas», «heroísticas» e «cocainísticas» do que das inebriações da Touriga Nacional, da Tinta Roriz e da Tinto Cão.

Em cima do acontecimento, a pirata rádio «Pala Pinta» relatava, em direto, como se de um *derby* se tratasse, a entrada de mais um atarantado delinquente.

Em todas as frentes, a *Judite* atacava e embasbacava as gentes que ainda não tinham outro *reality show* para se entreter.

À porta do café Palmeiras, na sede do concelho, o *Alfa*, empunhando uma vistosa *shotgun* ligeiramente apoiada numa acentuada proeminência barrigal que – francamente, *Alfa!* – deveria ser menor, mantinha a segurança sobre as buscas e revistas executadas a suspeitos pelos colegas, no interior.

Súbito, um flausino, cabelinho à *foxtrot*, botinha bicuda e casaco de cabedal de um castanho cor de uma matéria orgânica, irrompe pelo estabelecimento, como se de uma urgência se tratasse.

«Oh, amigo!» – observa-lhe, com bonomia, o *Alfa* – «Não pode entrar! Está aí a decorrer uma operação da Polícia Judiciária».

Sentindo-se coartado nas suas liberdades e garantias, quiçá constitucionais, o Danilo, como se chamava a criatura, retorque-lhe, desafiante: «O quê? Então não posso ir ao café? Eu sei os meus direitos! Quero entrar e mais nada!».

Alfa soltou um suspiro por entre a barba hirsuta. «Oh, pá, já lhe disse! Deixe lá isso, toma o café depois!»

Mas o oponente, ciente da sua razão, insistia, veemente.

Conformado, o *Alfa* largou-lhe um «Então, entre lá!» e, logo de seguida, dirigindo-se a um colega lá dentro «Oh, *Echo!* Revista aí esse cidadão!».

Ai, Danilo, Danilo, estúpido cordeirinho que te entregaste na boca do lobo!

Então não é que o meliante se esqueceu que guardava vinte e tantos «panfletos» de heroína no bolso? E daquela boa, da que reage!

Verdade se diga que naquele visual de rural «*freak* da passa», até que as pulseiras não lhe ficaram nada mal...



Paulo Rebelo

Na PJ desde 1986 a 2021, como Agente, Inspetor/Coordenador de Investigação Criminal, Coordenador Superior de IC e Dirigente



**Pedro Manuel
Marques Maia**

Na PJ desde 1995, como Agente/Inspetor, Inspetor-chefe desde 2011 e Coordenador IC a partir de 2017. Grande parte da carreira na Secção de Homicídios da DLVT

«O Caso de Alcáçovas»

No dia 28 de agosto de 2007, último dia de uma semana de prevenção na Secção de Homicídios, pelas 20h30, tocou o telemóvel da prevenção acionado por colega que se encontrava de piquete, informando que a GNR de Alcáçovas tinha comunicado o aparecimento do cadáver de uma mulher, identificada pelo nome de Alexandra, no interior da sua própria residência, apresentando lesões visíveis, estando o interior da casa totalmente revirado e remexido.

Contactei o militar da GNR afeto ao posto de Alcáçovas, que me confirmou as indicações que recebera momentos antes. A primeira observação efetuada apontava claramente para uma situação de provável homicídio, eventualmente ocorrido no interior da residência, situada na Rua de Camões, n.º 11, nas Alcáçovas.

Desloquei-me para o local acompanhado pela minha colega Sandra Semedo, e de uma equipa afeta ao LPC-SLC liderada pelo então Especialista Adjunto, Hélder Figueiredo.

Chegámos a Alcáçovas entre as 22h30 e as 23h00. Ao entrarmos na Rua de Camões observámos um mar de gente em redor da porta de uma casa térrea correspondente ao n.º 11, que se encontrava vedada pelas habituais fitas de demarcação de local do evento, ali colocadas pelos militares da GNR.

Do exame ao local resultou, para a equipa de inspeção judiciária, a fortíssima convicção de que a morte de Alexandra teria ocorrido na sala de estar, onde foi encontrado o cadáver, e que teria resultado do uso de força física, provocando uma eventual asfixia mecânica por esganadura. Todos os compartimentos da casa se apresentavam remexidos, contudo, num padrão de desarrumação demasiado homogéneo para uma situação de roubo normal e habitual. Ficámos com a nítida impressão que o eventual crime de roubo poderia não passar de uma simples encenação.

Indagámos sobre quem tinha encontrado o cadáver, uma vez que não havia qualquer evidência de arrombamento da casa, tendo obtido como resposta que havia sido o esposo da vítima, Duarte, que ao regressar de uma tarde de pesca na barragem de Vale d'Arca, dera com a mulher morta na sala de estar, com o desaparecimento do automóvel, pertença do casal, que estava estacionado à porta de casa, e com a subtração de uma alegada barra de ouro. O esposo da vítima tinha sido transportado para o posto da GNR após ter-se sentido mal e sido assistido pelo INEM, que foi acionado para o local.

Do exame efetuado à residência, e da observação do hábito externo do cadáver

não foi recolhido qualquer vestígio que pudesse indicar a autoria do crime. Foram, aliás, recolhidas marcas evidentes do uso de luvas por parte do, ou dos, autor(es) do crime, denotando que o facto decorrera de um plano previamente preparado. O automóvel havia sido levado, uma vez que as chaves respectivas também haviam desaparecido.

Deslocámo-nos em seguida ao posto da GNR, onde contactámos pessoalmente com o viúvo, Duarte, que se encontrava visivelmente choroso e inconsolável face ao crime ocorrido. Ainda assim, procedemos à sua inquirição, confirmando que, naquela tarde, tinha ido pescar com um tio da sua esposa e que dera pela falta do carro e com o cadáver da sua mulher ao entrar em casa, ao final da tarde. Relatou que tinha um excelente relacionamento com a sua mulher, sendo ambos pais de dois filhos já adultos, um dos quais casara no dia 4 daquele mês, em Chaves. Referiu que residiam em França, numa pequena vila próximo de Paris, e que era costume viajarem para Portugal todos os anos em agosto, passando quase sempre uma semana na casa de férias que possuíam em Alcáçovas. Foi confrontado com a possibilidade de poder ter existido discussão entre si e a sua mulher naquela mesma tarde, que pudesse ter resultado na morte ocorrida, ao que, revoltado, retorquiu que estávamos a ser desumanos pois não tinha qualquer relação direta ou indireta com a morte da sua esposa, que tratava carinhosamente por *Xaninha*, pedindo-nos que resolvêssemos o caso e descobríssemos quem lhe roubara a casa, lhe levava o carro e lhe houvera morto a *Xaninha*.

O tio da vítima confirmou que haviam estado durante a tarde a pescar na barragem de Vale d'Arca, afastando assim uma intervenção direta de Duarte na morte da sua esposa. Para uma melhor credibilização do seu álibi, o próprio tirara fotografias do local onde haviam estado a pescar com recurso a uma máquina digital que tinha sido localizada no interior da mala da pesca, por sua vez localizada e observada minuciosamente, no hall da residência.

Deixámos Alcáçovas cerca das 7h00, exaustos e com uma mão cheia de nada, mas com alguma convicção de que o esposo da vítima poderia ter alguma relação com a morte ocorrida, pois o crime parecera ter decorrido de acordo com um plano previamente elaborado e o Duarte, apesar de toda a sua teatralidade, não havia sido totalmente convincente nos seus sentimentos e declarações. O cenário encontrado na residência parecia ter sido encenado, e não resultado de um típico roubo a residência sem qualquer planeamento prévio.

A sustentar esta possibilidade estava a informação recolhida ainda naquela madrugada junto de populares, que no jardim da vila ao final da tarde e início de noite de dia 27 de agosto, tinha sido visto um indivíduo estranho, alto, magro, com rabo-de-cavalo e óculos escuros, que não contactou pessoalmente com qualquer pessoa. Mesmo quando viajou de camioneta desde Évora até Alcáçovas naquela tarde, e quando jantou num dos restaurantes da vila. A todos que o observaram pareceu um indivíduo desconhecido, com comportamento estranho e que deixou de ser visto após o cair dessa mesma noite.

Regressados a Lisboa, com o esposo da vítima a viajar para França onde vivia e mantinha a sua atividade profissional, relacionada com a comercialização de churrasqueiras, lareiras e outros artefactos similares, iniciámos diligências de recolha de informação tendente a detalhar melhor a relação do casal, tendo-se obtido informação por parte de testemunha bem informada e muito próxima do casal, que o Duarte tinha uma relação extra conjugal com uma mulher portuguesa, também emigrante em França, da qual possuía um filho com três anos de idade. Esta informação foi ocultada propositadamente pelo Duarte que sempre nos referiu que tinha uma relação perfeita com a esposa. Obteve-se ainda informação que após o nascimento do filho (que era desconhecido da esposa da vítima e dos dois filhos do casal), a amante começou a forçar Duarte a oficializar o relacionamento entre ambos, incentivando-o a divorciar-se da esposa, e que o prazo que lhe concedera para oficializar o divórcio ocorreria até ao final desse ano de 2007.

A autópsia médico-legal efetuada ao cadáver de Alexandra determinou como causa de morte a hiperextensão da cabeça em relação ao pescoço, provocando lesão irreversível junto da vértebra C5, com lesão irreparável da espinal medula, associada a síndrome asfíxico, decorrente de esganadura.

Entretanto, o automóvel utilizado na fuga do ou dos indivíduos suspeitos da prática do crime foi localizado em Madrid, Espanha. Em cumprimento de carta rogatória foi efetuado exame para pesquisa de vestígios morfológicos e biológicos no interior e exterior do automóvel, tendo sido possível determinar a existência de um perfil genético masculino, não coincidente com qualquer dos intervenientes conhecidos da investigação.

Com a saída de Duarte para França, após o funeral da esposa e tendo sido sempre considerado suspeito da prática do seu homicídio, anda que de forma indireta, a investigação iniciou interceção telefónica à pessoa residente em Portugal que mantinha uma relação mais próxima, quase confidente, com o suspeito, concretamente, um tio residente na zona do Bombarral.

O início da interceção telefónica revelou o que a investigação esperava, ou seja, o suspeito Duarte contactava quase diariamente com o seu tio e confidenciava-lhe quase todos os pormenores da vida quotidiana que então levava. Foi numa destas conversas que o Duarte informou o seu tio que iria providenciar pelo transporte para Portugal de três lareiras, uma das quais estava «estragada», pedindo-lhe que se desfizesse dela.

Considerámos muito estranho o conteúdo do telefonema, o qual fortaleceu ainda mais as suspeitas relativamente ao seu envolvimento nas circunstâncias que determinaram a morte da sua esposa. No entanto, o mistério adensava-se: o que iria Duarte enviar para Portugal fazendo questão que fosse ocultado, ao ponto de pedir esta importantíssima tarefa ao tio, seu confidente?

Paralelamente, obteve-se informação, junto das autoridades francesas, de que se encontrava desaparecido um indivíduo francês que tinha sido, em tempos, empregado de Duarte. No âmbito da cooperação policial internacional, estabelecemos contacto com as

autoridades francesas que estavam a realizar diligências relativas a este desaparecimento misterioso e obtivemos informação de que o indivíduo desaparecido deixara de ser visto após ter agendado um encontro pessoal precisamente com Duarte.

As diligências efetuadas pelas autoridades francesas tinham bastante profundidade e abrangência, chegando mesmo a realizar exame no interior da residência do suspeito português, tendo-o colocado sob a medida de *garde à vue*⁷⁸, sendo possível às autoridades interrogar o suspeito e, concomitantemente, realizar diligências no terreno. O que é facto é que Duarte não viu confirmada a sua detenção e acabou libertado, não obstante as suspeições que sobre ele recaíam de estar envolvido no desaparecimento do cidadão francês, Denis de seu nome. As autoridades francesas não conseguiram reunir acervo probatório suficiente.

Entretanto por cá, com a obtenção desta informação, fez-se luz relativamente ao que seria a «lareira estragada» que o suspeito já enviara de França para Portugal, recorrendo aos serviços de uma transportadora internacional e uma outra nacional e, finalmente, ao seu tio para, na zona do Bombarral, tratar de ocultar «a encomenda» que seria, muito provavelmente, o cadáver de Denis, o cidadão francês desaparecido.

Com a disponibilidade da identificação civil do cidadão francês, indivíduo com vasto cadastro criminal pela prática de crimes graves contra as pessoas e também contra o património em território francês, obtiveram-se fotografias do mesmo e fez-se correspondência entre as suas características físicas e as características descritas pelas testemunhas relativamente ao indivíduo estranho visto em Alcáçovas na tarde e início de noite de dia 27 de agosto de 2007, com exceção do rabo-de-cavalo que, afinal, era postiço, e viria a ser apreendido na sua residência em França aquando da realização de buscas domiciliárias por parte das autoridades francesas.

Na semana antes do Natal, recebi uma carta enviada pelo suspeito em que questionava o estado da investigação, referindo ser o seu maior desejo que a polícia portuguesa descobrisse o ou os autores da morte da *Xaninha*. Não se esqueceu de acrescentar que continuava a depositar toda a confiança na Polícia Judiciária, juntando à missiva uma fotografia da sua família obtida no casamento do seu filho, em Chaves, a 4 de agosto de 2007.

Aproveitámos o ensejo para questionar o suspeito acerca de uma data previsível para o seu regresso a Portugal, tendo o mesmo referido que estaria em Portugal na primeira semana de janeiro de 2008. Iria a Alcáçovas, ao cemitério onde estava sepultada a sua esposa, e depois ao Bombarral, onde tinha o seu pai e outros familiares, sem referir o seu tio, a quem pedira para ocultar a «lareira estragada».

No dia 8 de janeiro de 2008, através das empresas que efetuaram o transporte da «mercadoria» de França para o Bombarral, soubemos que o tio do suspeito tinha sido o receptor e que este a ocultara num dos terrenos adjacentes à sua residência, ou num pinhal da família.⁷⁹ Muito provavelmente estava em causa o cadáver do francês suspeito do assassinio de Alexandra. Havendo ainda a confirmação de que Duarte estava no Bombar-

78. Uma espécie de longo interrogatório com intermitências temporais que poderá ir até às 48 horas.

79. Informações recolhidas nas interceções telefónicas.

ral, foi desencadeada a operação que tinha por objetivo a localização e resgate do cadáver de Denis, bem como a detenção de Duarte.

Não foi fácil a localização do cadáver de Denis. Só a insistência, perseverança e argúcia do Inspetor-chefe Manuel Lico permitiu, na sequência de várias horas de conversa persuasiva com o pai do suspeito português, a obtenção de informação acerca do local onde Duarte, o seu pai e o seu tio, procederam à ocultação do cadáver de Denis, afinal assassinado por Duarte na sequência de um encontro na residência deste último, em França, à qual o francês foi atraído com fito de receber o pagamento pelo «trabalho» efetuado em Portugal.

O inquérito das autoridades francesas sobre o desaparecimento e morte de Denis foi transmitido para Portugal e incorporado no inquérito do homicídio de Alexandra, tendo sido ambos investigados em conjunto, dada a clara e óbvia relação existente entre ambos. Foi possível a recolha de abundante suporte probatório de natureza testemunhal, documental e pericial acerca do envolvimento de Duarte nos dois homicídios, um como autor imediato (o de Denis) e o outro como instigador ou autor moral (o de sua esposa Alexandra).

Duarte foi julgado no Tribunal Judicial de Évora, tendo sido condenado pela prática dos dois crimes de homicídio na pena única e em cúmulo jurídico de 25 anos de prisão, tendo a mesma sido reconfirmada em sede de recurso interposto pela defesa no Tribunal da Relação de Évora.

O burlão cinéfilo

Aprendi que uma boa história deve transmitir um elevado grau de ambiguidade e incerteza e que as narrativas não relatam realidades, são as próprias narrativas que as criam.

Acrescento que não é fácil escrever. Não é fácil escrever uma boa história. Não é fácil escolher uma história que pensemos que suscita interesse, pode ou deve ser contada.

Ainda assim, e respondendo ao desafio que me foi colocado, é esta a história que vos apresento.

Fazendo um esforço para não reproduzir o que é um relatório policial – o que se afigura difícil –, começo por dizer que os factos ocorreram no Funchal, em 2001, e relacionam-se com uma investigação de utilização indevida de cartões de crédito, o que na altura não era tão usual como hoje.

O suspeito exercia as funções de segurança num hotel do Funchal e, durante a noite, visitava o *back-office*, copiando os dados dos cartões de crédito dos clientes. De seguida, para aproveitar bem o tempo, dirigia-se a um computador ali existente e encomendava o que queria.

Os bens que adquiria, entre os quais computador, impressora, *scanner*, televisão, DVD e filmes – muitos filmes –, foram entregues numa residência no Funchal, que se veio a apurar pertencer aos pais do suspeito.

Seguiu-se uma busca naquele local, perante a surpresa do suspeito, que provavelmente nunca teria imaginado que a informação relativa às compras que tinha concretizado com cartões de crédito de turistas estrangeiros iria chegar ao conhecimento das autoridades portuguesas.

No decurso da busca, logo verificámos que a maior parte dos bens adquiridos não se encontrava naquele local, motivo pelo qual confrontámos o suspeito com este facto. Devo reconhecer que não foi de forma espontânea que este indivíduo revelou o local de destino do material em falta, mas acabou por fazê-lo.

Disse-nos que se tratava de um apartamento onde residia a sua namorada, alegando que não existia qualquer possibilidade de aceder a esse espaço, quer porque a namorada se tinha deslocado a Lisboa para fazer um exame médico, quer porque o suspeito não tinha a chave da porta.

Não acreditando na versão do suspeito, insistimos na deslocação ao local.

Ali chegados, tocámos insistentemente na campainha do andar indicado, sem que



Ricardo Tecedeiro

Na PJ desde 1988, como Agente/Inspetor, Inspetor-chefe e Coordenador de Investigação Criminal. Atualmente é Diretor do DIC da Madeira

ninguém nos respondesse. No entanto, a nossa insistência foi tanta que, passado algum tempo (para os polícias este tempo é sempre uma eternidade), surgiu à janela do 3.º andar uma rapariga, perguntando-nos quem éramos e o que queríamos.

Identificámo-nos e insistimos para que abrisse a porta de entrada de imediato para falarmos, esclarecendo ainda que estávamos acompanhados pelo seu namorado.

No lapso de tempo entre a abertura da porta e a chegada ao 3.º andar, eu e os colegas que me acompanhavam olhámos uns para os outros e também para o suspeito, tentando perceber o que se estava a passar: ou o suspeito nos tinha mentido quanto à ausência da sua namorada para nos convencer a não nos deslocarmos ao local, ou a namorada tinha mentido ao nosso suspeito, por qualquer razão até aí não apurada.

Já no interior do apartamento, verificámos a existência de todo o material fraudulentamente adquirido, o que constituiu para nós uma boa notícia.

No entanto, no decurso da busca, um dos colegas abordou-me, expressando alguma preocupação – não valorizada devidamente por mim -, ao verbalizar o seu convencimento de que, algures por ali perto, se encontrava um indivíduo escondido.

Disse-lhe que não era o momento oportuno para brincadeiras daquela natureza, adivinhando onde ele queria chegar, mas o colega insistiu, desta vez com uma expressão mais vincada que me fez rever a minha primeira impressão.

Dirigimo-nos então à arrecadação e verificámos que, na verdade, ali se encontrava um indivíduo um pouco assustado, com a roupa à míngua para o corpo todo.

Questionámos a namorada do suspeito sobre a presença do indivíduo na sua casa, respondendo-nos secamente que se tratava de um amigo.

Dei instruções no sentido de ser identificado, sugerindo-lhe que abandonasse aquele espaço face ao constrangimento da situação, o que foi fortemente contestado pela namorada do suspeito, alegando que tal não fazia sentido porque tinha sido ela que o convidara a deslocar-se ali.

Convirá referir que o suspeito do crime, presente no local, nunca interveio, concentrando-se apenas em seleccionar os filmes que tinham sido por si adquiridos fraudulentamente - pareceu-nos naquela altura que seriam para ele os bens mais importantes e a sua principal fonte de preocupação.

Antes de abandonarmos o apartamento, já depois de termos transportado todos os objetos apreendidos, a namorada do suspeito mostrou-se muito desagradada com toda aquela situação, insultando-o e pedindo-lhe para não mais a contactar, uma vez que se viu privada de parte substancial do recheio de sua casa.

O homem aguardou o julgamento em prisão preventiva e acabou condenado, cumprindo ainda mais alguns anos de reclusão.

Volvido algum tempo sobre o cumprimento da pena, o homem voltou a ser detido por nós, desta feita porque anunciava vendas de telemóveis em plataformas *online*. Pedia aos compradores para efetuarem o pagamento através do multibanco, fornecendo-lhes

para o efeito uma referência e um montante, que correspondiam, na verdade, a uma compra por si efetuada numa grande superfície.

O «telemóvel» chegava ao incauto comprador por via postal, devidamente registado para dar credibilidade ao negócio, só que, normalmente, o aparelho era representado por uma vulgar pedra ou por outro qualquer objeto sem valor.

Por outro lado, os artigos por ele adquiridos - alguns equipamentos, mas na sua maioria filmes -, viriam a ser por nós encontrados com muita dificuldade, num quarto alugado. Tratava-se de um espaço privilegiado para visionamento de filmes, onde se encontrava uma prateleira devidamente arrumada e apetrechada com várias dezenas de DVD que foram, naturalmente, apreendidos.

A reação do suspeito deixou-nos a forte convicção de que, mais uma vez, o importante para ele eram os filmes, aquilo de que não queria ver-se privado - tudo quanto não queria abrir mão.



Ricardo Valadas

Agente/Inspetor,
na PJ desde 1999.
Presidente da ASFIC
de 2016 a 2019

O seu brasão: Liberdade e Justiça

Como não me poderia recordar do dia em que me convidaste a entrar.

Estou sentado à mesa. Numa dessas manhãs nubladas, com um sol tímido e com o tempo a correr devagar, interrompido pelo som de um rádio abodegado.

Estou sentado à mesa. Nervoso, mas em indiferença. Sem por um só momento esquecer que jogava ali a minha vida. Esperando umas sopas de tomate, feitas religiosamente no dia da sua folga semanal. Toca a campainha da porta e recebo a notícia de quem nunca ou quase nunca demonstrou o orgulho que teve. Que tem. Verbalmente. Pessoalmente.

O mesmo que hoje, na minha ausência, mostra os jornais aos amigos quando aparece a minha cara. Exibe-a e nunca esconde a emoção. Nunca se emociona. Nunca fala. Só quando explode de felicidade ou de tristeza. Extremadamente fechado e emotivo, denuncia-se com gestos. Simples e simplesmente indiferente a tudo o que requer alguma decisão. Revoltado, mas acomodado. Em paz, mas perturbado com a vida. Vida madras-ta, dura e injusta, com laivos de Liberdade e de Justiça.

Rasguei um contrato de futuro com ímpeto. Com a vida em suspenso, todas as apostas foram para o sonho que não me era permitido sonhar. O sonho de uma impossibilidade que intimamente sempre julguei possível. Com a altivez adolescente de me pensar invencível acreditava que podia permitir-me esse sonho.

Poucos acreditavam. Eu era apenas um. Apenas podia ser um simples um.

No entanto, sempre de forma inocente e sem perceber a dimensão, julguei o sonho alcançável. Ali. Nessa manhã gloriosa. Estranha. Singular.

Recordo-me de o ver encostado ao lava louça e num momento de naturalidade, como se fosse algo simples, me entregar o ditoso postal. No mesmo local em que me deu a chave do *Renault*, quando regresssei do exame de condução. Com a mesma naturalidade. Com a mesma indiferença, a esconder algum nervosismo misturado com um orgulho acobertado.

Em casa, os poucos que sabiam do sonho, ensinaram-me a humildade que aqui e ali rompi. Impossível esconder o pecado do orgulho. Mortalmente pecador me confesso. É-me impossível nalguns momentos, por tua causa.

A humildade crava-se na pele e prejudica-nos. Impede-nos de sonhar. Mas defende-se. Usa-se como medalha de honra. Como um brasão familiar de nobreza. Um brasão de terra e de mãos calejadas de quem não pode aspirar a algo maior. Não lhe é permitido. Os deuses não lhe permitem nada maior. Está escrito. No fim, essa simplicidade, cravada nos ossos, prevalece e herda-se.

Passo em revisão todo o processo:

Uma prova de conhecimentos, sem noção da dificuldade. Uma entrevista que me silenciou em quase tudo, mas que convenceu aqueles que me observavam. Conflito israelo-palestiniano e a legalização das drogas como dissertação. Testes de liderança e uma prova médica feita de pulmão cheio. Uma prova física que, afastando-me da imortalidade, me perguntou num primeiro instante se era aquilo que queria. Ensinou-me que era humano. Um joelho no primeiro teste do dia. A vida a pedir-me para responder se era aquilo. Respondi, arrastando-me até ao fim, que era.

Ansiedade durante meses e a entrada na escola a um domingo de Novembro. Entro, na posse de um amargo nervoso êxtase e sem saber onde meter as mãos. Recordo-me de tentar esconder as mãos.

Tarde tibia. Fria. Suavemente militar e disciplinarmente ameaçadora.

Auditório. Silêncio. Cortinas abertas. Que comece a cerimónia. Entrada de um galã com um charuto aceso e uma voz rouca. Desejei ter uma voz assim. Cuidado com o que desejas.

Ouve-se um discurso em que um verso de Sérgio Godinho ecoou na sala e ficou durante estes anos em suspenso. O «primeiro dia do resto das nossas vidas» começava na distribuição de quartos e de parceiros. Companheiros. Amigos. O resto, depois do primeiro dia, era tanto tempo. Tão distante. Hoje tão chegado.

«Não vim para aqui fazer amigos», ouviu-se num canto. Anedotas, *whisky* de malte, gravatas e cigarros no quarto. Continuava sem saber onde meter as mãos. Medo. Medo de tudo. Medo de falhar. Duches eternos a pensar na minha casa. Adormeço apático.

Amanhece. Uma aurora como um olhar indiferente. Inebriante. Vejo ainda hoje as cores da invernia decalcadas na cor de rosa. Como não poderia reviver, o dia em que finalmente te vi. Eu. Um adolescente mortal que ousou sonhar-te.

Não se esquece aquele olhar indiferente. Sólido. Inexpugnável. Implacável.

Sonhei em apresentar-te à minha família, aos meus amigos, para que estes orgulhosamente dissessem aos seus, que casei contigo. Que saíssem a clamar, a gritar o teu nome e o meu. A apregoar que o primogénito casou.

Hoje, nesses teus 75 anos, ainda te desejava conhecer, nesta tua grandeza que te fez passar ditaduras e outras coisas peganhentas. Enlodadas. Enlutadas. Privada de Liberdade e de Justiça.

Ansiei, desde aquele dia, proclamar que me separei de tudo. De todas. Por ti.

Gritei, enraiveci, aprendi, contrariei, estudei, inventei, adaptei, improvisei. Ouvi. Falei.

Desconheço se fui ouvido. Ganhei alcunhas e ditos: «mouro sarraceno, general intrépido» e ofensas elogiosas: de «visionário rebelde» a «capitão».

«Viriato invencível que andas aqui pelos montes...», chamou-me um dos mestres. Um dos meus que me acolheu anos. Primeiro em casa, depois no peito.

«Intolerante aos idiotas» ou «estilhaço da revolução», mas, «os mestres me ensinam...» como diz a moda alentejana. Alguns que já passaram. Finados, mas recordados, finados, mas não mortos. Almoços fartos, ouvindo-os, dias sem comer e noites muitas. Noites ébrias. De sono ou de álcool. «Comes e dormes quando puderes». Olhos abertos sem força. Segredos sepultados. Família emprestada. Jantares de pena. Pena da solidão a que me devotei. Por ti. Por essa Liberdade e por essa Justiça.

Noites de insónia a sonhar com uma filha acabada de chegar.

Recordo as casas. Tantas. Casas da má vida, casas de uma má vida, coisas parecidas com casas, algumas sem portas, outras sem nada.

Os convívios obrigatórios. Aniversários de estranhos. Natais de «empresários». Peixe assado na janela do 174 ou frango assado do Bonjardim. Porta de brigada trancada. Confidências disfarçadas. Armários com pratos, talheres e garrafas escondidas.

Desabafos e piadas dos anciões: «Antes de uma operação há sempre um silêncio estranho» e o «o povo quer é vir-se». Chapadas de mão aberta que levei «quando digo o8hoo são o7h30, o8hoo é para os mais velhos». Lições de respeito que ouvi uma das antigas a dar «De pé, estagiária. Não nos encostamos às paredes. Encostamo-nos ao estatuto que tu ainda não tens...».

De trolhas nobres a deputados da plebe. Lidando os abastados miseráveis que, de tão pobres... apenas tinham dinheiro. Violentos afetivos, simpáticos cruéis, burlões com pinta, mafiosos... mafiosos com e sem família, com e sem honra. Sobreviventes, doentes e gananciosos, todos eles, claro, inocentes.

Altivez e pedantismo, dentro e fora do horário inscrito no ser de alguns. Entre copos e desabafos, engenheiros, filósofos, críticos e maldizentes. Interrogadores, entrevistadores, doutores e tantas outras dores derramadas em balcões tristes de enfado. Histórias de quem pensam estar em guerra, quando apenas limpa o país.

Sapatilhas entre os fatos a cavar com uma pá, dormir com pulgas no corpo, noites de luar na praia, incidentes diplomáticos, carne podre em seres vivos, caminhar em corredores de merda ou beber vinho engravatado, com requintes de malvadez, diria mesmo, de impiedade.

Investigações que se cravam nos ossos e que se tornam parte de ti. Pessoas. Vidas.

Sonhar com o melhor, com o que nunca se teve ou o que se vê lá fora. Sonhei para ti o melhor. Para ti e para elas. Elas... sempre elas.

Entrar em nobres fóruns que apenas tu me permitiste, porque me forçaste a abdicar da timidez, porque me pediste, às vezes suplicaste. Percorrendo estradas malditas. Todos a namorarem-te. Invejando-te. Nómada e sem dono.

Pagando-te. Nos anos em que fostes prostituta. Sem saberes que elas dependem tanto de ti... sempre elas, a Liberdade e a Justiça.

Pensando, formando, questionando, iludindo, declarando, aprendendo e discursando inventei frases. Gritámos juntos em silêncio que somos o último reduto... Rouco, afónico, exaurido e sem pinga de sangue no corpo afirmei, «Somos os primeiros juízes». Promovi-te. És a primeira juíza.

Outras quiseram-me. Não é currículo. Não existiu.

Apadrinhei. Na família e no teu ventre. Protegi. Revoltei-me com a tua Lei. Lutei. Lutei. Lutámos. Junto como irmãos, trabalhámos, inventámos, ensinámos, liderei, liderámos. Aprendemos. Fomos cúmplices e conspirámos. Por ti. Ganhámos e inventámos um novo futuro. Maltratados, destrutados, magoados, ofendidos, saímos desanimados.

Tantas noites de insónias, a sonhar com um filho acabado de chegar.

Tentados a desistir. Decididos a continuar, por elas ... a Liberdade e a Justiça.

De novo outras me quiseram. Não é currículo. Não existiu.

Foram namoros recusados, convites declinados para noites bem passadas. Mudanças que nunca me conquistaram. Por sentir que te traía. Ainda que por vezes sinta que pouco já te ajudo... pouco já te devo, que me recusas e me esqueces, lentamente.

Ainda hoje, cada namoro que rejeito, sinto que sirvo apenas para socorrer os que de ti necessitam. Fazendo isto ou aquilo. Sem aspirar a mais. O pouco e o muito. O nada e o tudo, porque somos de causas e não gostamos de túbios. Não gostamos de gente que apenas veste a pele de pessoa. Amarelos e sem gosto.

Nas entranhas de uma aventura já longa e demorada, os momentos épicos e de êxtase tornam-se, com o passar dos dias, numa intensa luta contra o fastio e contra a indiferença. Em que o bizarro e o cruel se transformam numa perigosa rotina. Em que o principal desafio é não permitir a desumanização oferecida pelos costumes.

Não são louvores de Ministros, promoções de coisa nenhuma. São os abraços e as palmas, de pé dos que contigo caminham, são os «quando sair daqui vou-te matar», «obrigado por tudo o que fez por mim» ou os «nunca o esquecerei», os troféus que exibo na minha estante. Os «amo-te meu amigo» ou os «fizeste-me chorar meu querido irmão» que guardo na minha casa. No meu peito, vestido com a tua responsabilidade.

Mostraste-me o meu país e as suas gentes. Roubaste muito aos meus, mas muito lhes deste sem que tenha certezas. Alguém, ao desistir disse: «casou com a *Judite*»... ele escolheu. Troca diabólica. Venda de alma sem Fausto. São golpes no corpo de um espírito que parece que não nos pertence. Condiciona o nosso ser e o nosso querer.

Ainda hoje, sofro quando te atacam. Te maltratam. Te ignoram. De forma imprudente e estranha sigo a teu lado, lutando por ti, resmungão e sem paciência para a tua insuportável indiferença. Sigo a teu lado e dos que te defendem. Abrigando diversas formas de sentir a calma e a firmeza do teu actuar. Dia a dia. Sabendo que cruelmente queimas e nos mastigas um a um, para nos cuspires de seguida, no oblívio. Os que te servem. Os que servem os outros. Os que te serviram.

Haverá algo mais bonito na vida que servir os outros e seguir o nosso caminho como se nada se passasse? Em frente. Incólumes, inalterados. Passo a passo. Passo a passo. Lutando pela Liberdade e pela Justiça, até ao esquecimento.

Por enquanto... como não me poderia recordar, do dia em que me convidaste a entrar.

À vossa glória, companheiros. À vossa glória, companheiras.



Rui Miranda

Inspetor, ingressou na PJ em 2003

O rapto encenado

Pelas 11h30 do dia 20 de junho de 2015, o Serviço de Piquete da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária (PJ), em Faro, contactou o Serviço de Prevenção da Secção Regional de Combate ao Terrorismo e Banditismo (SRCTB), comunicando-lhe a notícia de um suposto crime de rapto em curso.

Segundo informações apuradas, Maria T. residente na região do Alentejo, teria nessa mesma manhã recebido várias mensagens do telemóvel de António F., seu primo, alegadamente redigidas por raptadores, exigindo o pagamento de 800,00€ para o libertar, sob pena de o matarem, caso tal não acontecesse.

Segundo informações recolhidas junto da denunciante, os raptadores estariam na região do Algarve (Concelho de Loulé), pelo que e sob orientação da PJ, foi determinado que Maria T. deveria propor aos raptadores que se encontrassem pelas 13h00, num local em Loulé, previamente acordado, para aí fazer a entrega do dinheiro exigido, permitir a detenção dos raptadores e o resgate de António F.

Entretanto, em razão de informações recolhidas sobre António F., apurou-se que ele seria toxicodependente, com personalidade violenta e teria cumprido pena de prisão de quatro anos pela prática do crime de violência doméstica visando os próprios pais.

Perante os factos, foi montado dispositivo de vigilância pela PJ, próximo do local onde se deveria realizar o encontro, com os Inspetores Leonel M., Jorge M. e Miguel P., assim como eu próprio.

Previamente, foi acordado com a Maria T., que ainda se deslocava na sua viatura para Loulé (na companhia da mãe de António F.), que deveria encontrar-se comigo num local previamente definido para receber instruções específicas sobre o modo de proceder e agir no encontro com os raptadores.

No entanto, aproximando-se a hora previamente determinada para se encontrar com a PJ, Maria T. - após várias tentativas frustradas para a contactar telefonicamente - atendeu o seu telemóvel, comunicando que António F., momentos antes, teria abordado a sua viatura em Loulé, próximo do local combinado, e teria escapado depois de se apoderar de um envelope com 400,00€ que estaria na posse da mãe dele.

Relatados os factos às várias equipas da PJ que estavam posicionadas na zona, foi empreendida uma tentativa de localizar António F. que acabaria por ser visto a entrar na sua viatura. Pese embora tivesse sido seguido por uma das equipas da PJ, e dado que se deslocava a alta velocidade na localidade de Loulé, acabou por desaparecer do nosso contacto visual.

Foi então que se considerou que António F. estaria a simular o seu próprio rapto.

Por esse motivo e porque a totalidade do dinheiro exigido não tinha sido entregue, Maria T. foi instruída pela PJ para contactar por mensagem o telemóvel de António F., apelando a que não o matassem. Pela mesma via, obteve como resposta, que caso os restantes 400,00€ não fossem entregues, António F. morreria naquele dia.

Eis o argumento de que a PJ carecia para delinear novo encontro com os alegados raptos e confirmar que António F. estaria a simular o seu próprio rapto com o intuito de subtrair (mais) dinheiro à sua mãe.

Combinou-se novo encontro com os alegados raptos - por mensagem -, dessa feita ao final da tarde, em Almancil, para que o restante dinheiro lhes fosse entregue.

Com o Inspetor Jorge E. escondido na viatura de Maria T. e várias equipas da PJ posicionadas em Almancil em ação de vigilância, foi avistado António F. ao volante do seu automóvel, sozinho, confirmando-se assim as suspeitas de que estaria a simular o seu rapto.

Foi então pelas 17h30, que no local previamente determinado, António F. se aproximou, apeado, da viatura de Maria T., onde já se encontrava o Inspetor Jorge E., que, ao confirmar a sua presença, alertou as restantes equipas que se encontravam posicionadas próximo do local, desencadeando-se a abordagem.

A primeira equipa da PJ a chegar ao local, constituída por mim próprio e pelo Inspetor Leonel M., deparou-se com o António F. a confrontar fisicamente o Inspetor Jorge E. que o abordara e tentara deter. Perante tal cenário, eu e o Leonel M. procedemos à imobilização de António F. que manifestava uma agressividade e força atípicas, gritando por socorro, certamente apelando aos transeuntes que se encontravam na via pública e estariam a assistir à detenção.

Só a nossa conjugação de esforços, permitiu imobilizar por completo e algemar o suspeito, entretanto já detido, em flagrante delito, pelo crime de resistência e coação a funcionário. Foi conduzido para as instalações da PJ em Faro.

Durante o período em que permaneceu nas instalações da PJ, António F., já na presença da mãe e da prima, mostrou-se verbalmente violento apresentando um comportamento francamente alterado e agressivo perante os familiares.

Por estar detido em flagrante delito e não haver possibilidade de ser presente a Tribunal nesse mesmo dia, António F. aguardou numa cela da GNR em São Brás de Alportel. No dia seguinte, queixando-se de dores abdominais intensas, foi transportado para o Hospital de Faro (à guarda da PJ) onde não lhe foi diagnosticada qualquer patologia do foro abdominal. As dores de que padecia, comprovadas por análises clínicas, tinham origem em substancial consumo de substâncias estupefacientes, nomeadamente cocaína, opiáceos e benzodiazepinas.

A quantia de 400,00€, previamente subtraída por António F. à sua Mãe, nunca foi encontrada. Após análise ao seu telemóvel, detetaram-se várias mensagens que trocara com um aparente traficante, a quem teria comprado droga durante a tarde. O que sugeria a hipótese, altamente provável, de ter gasto integralmente a importância de que se apropriara na aquisição de produto estupefaciente.

**Rui Nunes**

Coordenador de
Investigação Criminal
desde 2000

Operação Liberdade

No dia 25 de Abril de 2005, enquanto Coordenador de Investigação Criminal da Secção Regional de Combate ao Banditismo da então Diretoria do Porto, coordenei uma operação que foi o culminar de uma investigação do crime de Escravatura de cidadãos nacionais ocorrido em Portugal e Espanha. A operação decorreu naquele dia feriado, e envolveu todos os elementos da Diretoria, do Departamento de Investigação Criminal de Braga e da então Unidade Local de Vila Real, com buscas e detenções simultâneas em quase todo o território nacional. Foram detidas 22 pessoas, e libertadas as vítimas que eram mantidas em cativeiro em território espanhol, mas algumas também em território nacional. Só lhes era permitido sair para trabalhar, não recebendo qualquer remuneração e sendo por vezes sujeitas a sevícias caso pretendessem fugir ou recusassem a prestação do trabalho. Alguns dos libertados tinham atraso mental em diversos graus, o que intensificava ainda mais o dolo desta prática, que pensava não ser já possível nos dias de hoje. Foi um momento marcante pelo dia em si e pela satisfação dos funcionários que restituíram à liberdade alguns cidadãos, precisamente no dia em que Portugal comemorava a restituição da liberdade ao seu povo.

As ovelhas motorizadas e a investigação criminal

Nota prévia

Em meados dos anos oitenta, com a adesão à CEE, Portugal veio a receber um conjunto enorme de verbas destinadas ao desenvolvimento do país, mas, como sempre, nem tudo correu como devia.

O uso indevido de verbas dos fundos, veio obrigar à criação de diversa legislação, como por exemplo o diploma 28/84 de 20 de janeiro⁸⁰, também conhecido por Fraude na Obtenção de Subsídios.

A Polícia Judiciária criou áreas de investigação para o efeito, tendo estas ainda um largo apoio das secções de crime económico 7.ª e 8.ª da Diretoria de Lisboa.

Da investigação

O presente caso, teve início em finais de 1989, na 7.ª Secção, GI2, sendo da minha responsabilidade e dos camaradas José Gomes da Silva, Carvalho Tavares (agentes mais antigos), com quem tive o privilégio de partilhar inúmeras situações inimagináveis.

A participação provinha do Ministério da Agricultura por suspeitas de irregularidades na atribuição de subsídios a produtores de ovinos na região do Alentejo. Os elementos da fiscalização «sentiam» que algo não estava bem, que os números apresentados, apesar de estarem certos, poderiam não o estar, mas não sabiam o que era.

O valor poderia ascender a várias centenas de milhares de contos (ainda não havia o Euro).

A componente territorial das fiscalizações abarcava Alcácer do Sal, Torrão, Vila Nova da Baronia, Viana do Alentejo, Alvito, Portel, Vidigueira, Cuba, Beja e Serpa.

Como método de investigação, decidimos visitar todos os proprietários de animais candidatos aos fundos, nos locais designados, e falar igualmente com os pastores responsáveis pelos rebanhos.

Dado que a PJ não dispunha de um veículo de todo terreno disponível (a brigada possuía um *Peugeot 309*) o Ministério da Agricultura disponibilizou, no seu escritório na Vidigueira, um veículo todo o terreno, uma incrível *Renault 4L*.

Acompanhados pelo engenheiro que tinha anteriormente realizado as ações de verificação com os fiscais, demos início às visitas aos proprietários dos animais e não houve avanços significativos na investigação. Alguns proprietários mostraram os seus rebanhos, bem como os rebanhos dos seus pastores. Uma percentagem do rebanho (4 ou 5%)



Vítor Agostinho

Na PJ de 1985 a 2020
como Agente/Inspetor e
Inspetor a chefiar

80. Decreto-Lei n.º 28/84,
de 20 de janeiro – Infrações
antieconómicas e contra a
saúde pública

era propriedade dos pastores, por acordo com o dono do rebanho.

Verificou-se aí que era frequente nas contagens presenciais, os animais do pastor serem incluídos no rebanho do patrão.

Noutros casos, dada a extensão do terreno, a contagem era feita por amostragem. Durante a investigação foram encontradas nestas propriedades ovelhas de cartão, localizadas nas zonas mais afastadas, querendo fazer entender que eram mais animais do que os que existiam na realidade.

A aposta na conversa/inquirição com os pastores mostrou-se fundamental.

Quando nos apresentávamos como agentes da PJ, os pastores sentiam-se na necessidade de partilhar as irregularidades que presenciavam no dia a dia, e das quais se sentiam prejudicados, pois o bom nome por aquelas paragens, ainda é um bem essencial.

Após outras e diversas diligências pelo Alentejo profundo, um dos pastores comentou que quando se encontrava em casa, em noites alternadas, via passar uma camioneta «carregada de ovelhas, sempre a coberto da noite» (deve ler-se com sotaque alentejano).

Após diversos dias de conversas e convívio, veio a ser identificado o mandante dos serviços de transporte, bem como o condutor do veículo que transportava os animais.

Tal indivíduo, era aparentado com alguns dos outros proprietários, tendo sobre eles um grande ascendente.

Da recolha de informação nos diversos locais, veio a confirmar-se que as informações eram de facto verdadeiras. Estávamos na presença do autor do crime em investigação que juntamente com o filho executavam o plano que haviam estabelecido.

A conclusão

Por insuficiência de profissionais de fiscalização, o Ministério da Agricultura (INGA) efetuava as marcações, mês, dia, hora e local onde o rebanho deveria pastar, para que conjuntamente com os seus proprietários, efetuassem a avaliação/contagem do rebanho e ver se estavam de acordo com o número de cabeças indicado no pedido de subsídio que haviam apresentado na candidatura.

Assim, conhecedores dos locais das fiscalizações, todas as noites e de acordo com as necessidades, carregavam o gado em camionetas e colocavam em cada local previamente agendado. As cabeças de gado eram sempre as mesmas.

Os suspeitos, residentes na zona de Beja, foram detidos e o mentor foi julgado e condenado na pena de oito anos de prisão.

Esta investigação deu origem a uma alteração legislativa, tendo levado que todos os rebanhos passassem a ser marcados para melhor identificação e reconhecimento.

O inquérito ficou conhecido pelo «processo das ovelhas motorizadas».

Riscos associados à investigação

O «tormento» gastronómico a que os investigadores estiveram sujeitos, pois não

conseguiam (nem queriam) evitar o consumo da conhecida sopa alentejana, da sopa de tomate, da sopa de cação e outras iguarias que me deixam ainda hoje com água na boca.

A sorte de termos por perto um colega da Casa, que residia na Vidigueira, de nome José Galante, e nos deu todo o apoio que lhe foi possível, no conhecimento dos locais e apoio logístico de diversa ordem.

Hoje o Galante é o homem do vinho da talha, em Vila de Frades.

Fica aqui uma das histórias de 35 anos da minha vida na «fábrica». Fiz um esforço para não trazer aqui nada relacionado com crime informático, onde também tenho outras histórias para contar.



**Vitor Francisco
da Cruz Melo**

Diretor da Unidade
Disciplinar e de
Inspeção / Direção de
Serviços de Disciplina
e Inspeção (UDI/DS-DI)
de 2015 a 2021

Ministério em contraluz

Foi-me pedido que pudesse relatar uma pequena história sobre a experiência pessoal na instituição. E a história nasceu com o eclodir de um sentimento. O meu relato pessoal começa por consubstanciar-se no expressar publicamente a emoção com que um dia, enquanto magistrado, em território profissional distante da Gomes Freire, recebi o honroso convite de nela me «infiltrar» para a vir servir como Diretor da Unidade Disciplinar e de Inspeção. No fundo, fiquei embebido pelo desafio do almejar do reconhecimento de que o nosso desempenho pudesse corresponder à excelência que a instituição granjeou. Tinha a perfeita noção de que era um caminho duro, mas aceitando percorrê-lo como um privilégio de um abraço de dedicação, sem angústia, com passos seguros, se necessário com os necessários recomeços, determinado a não poder descansar enquanto não venha o alcançar, como recorda a invocação de *Sísifo* por Torga. Tinha consciência plena da enormidade e exigência da tarefa a que me estava a entregar, do melindre resultante das situações concretas em avaliação, dos estigmas e preconceitos ligados à atividade disciplinar e inspetiva: o trabalho desenvolvido na área disciplinar é ingrato no concreto sentido de que, em génese, o desencadear processual não está norteado pela concessão de louvores, mas devemos ter a profunda convicção e perseguir o norte determinado de que, no final, não devemos deixar de louvar se o merecimento o exigir. Por isso, aceitei o desafio. Penso que fiz bem. Fi-lo porque queria fazer um exercício funcional que traduzisse a minha reverência a esta Instituição pela sua nobre missão voltada para a proteção das pessoas e dos valores do Estado de Direito, sempre presente, como recurso mais amplo do judiciário, quando tudo o resto claudica.

A história começou a desenrolar-se no caminhar lado a lado com esta instituição, atravessando com ela o deserto do Mundo, perdendo o medo para ver a verdade, tal como escreve Sophia. Aqui me apercebi efetivamente que há sempre uma história por trás de cada pessoa, e me deparei com o imperativo de, antes de formar qualquer juízo, ter presente que existe sempre uma razão para alguém ser como é. Privilegiando sempre um cunho pedagógico em todas as ações (do exercício de algumas décadas no judiciário guardo o ensinamento adquirido de que se deve fugir ao risco, fácil, de sermos muito bons advogados para os nossos próprios erros, mas muito bons juizes para os erros dos outros). Por tal motivo, impregnado de um dolo intenso de realização do justo, neste mister de apreciar disciplinarmente ou inspecionar, em cada caso concreto fui impelido a embrenhar-me pela vereda mais complexa que nos dita o envolvimento não apenas do

exercício de elementos de conhecimento técnico e de integridade pessoal e intelectual – que sempre se enfatizam como indispensáveis –, mas, também, uma plena consciência e compreensão das situações em apreciação orientada para o plano institucional, fugindo da simplicidade e ligeireza da abordagem. Como referia o Prof. Marcelo Caetano: «O procedimento disciplinar visa tutelar, única e exclusivamente, a capacidade funcional do serviço, por forma a satisfazer o interesse público que presidiu à sua criação»⁸¹.

Esta história não ficaria completa se deixasse de evidenciar as vivências enriquecedoras na área de formação, construindo um diálogo franco e aberto com os diversos intervenientes, onde senti que era o espaço ideal para poder inculcar nos interlocutores da nossa atividade a importância da disciplina, o sentido do dever, a noção clara da missão a cumprir, enquanto virtudes eminentemente éticas e não apenas técnicas. Situando no alinhamento ético, na honestidade de propósitos, no apoio à administração da justiça, na elevação das atitudes dos elementos da polícia a existência da confiabilidade, a grandeza, o apreço da população, o reconhecimento da sociedade. Ter sempre presente, com humildade, o recurso metafórico da advertência de Isabela em *Medida por Medida*, de W. Shakespeare, quando diz ser excelente ter a força de um gigante, mas ser tirânico usá-la como um gigante.

Nem sempre tem sido fácil construir esta história de desempenho, do jeito com que acima é contada. A disponibilidade de meios, por escassos, nem sempre é a desejável, mas tudo é ultrapassado e conquistável com o mesmo gosto e abnegação iniciais, valorizando o que temos e potenciando-o. Afinal, como revelado recentemente pela NASA, o deserto do Sara, um dos locais mais secos da Terra, tem cem vezes mais água do que a descoberta na Lua.

A moral desta história é de que, na procura das respostas que proporcionem o melhor servir o tal interesse público, o alívio é um mito pois, na verdade, a verdade do direito é apenas a verdade possível do real.

Castigo⁸²

Menino fez um mal feito
 agora está de castigo,
 Passarinho nada fez
 e sempre esteve cativo.
 (...)

O meu afetuoso agradecimento à Polícia Judiciária, a qual felicito pelos seus 75 anos, sendo que a vida segue com muitas histórias para contar.

81. *Manual de Direito Administrativo*, Volume II, 10.ª edição. Coimbra: Almedina, p. 777 e segs.

82. **Excerto do poema «Castigo»**, de Henriqueta Lisboa in *O menino poeta*.



Vítor Marques

Na PJ entre 1978 e 2013 como Agente-motorista, Agente, Subinspetor/ Inspetor-chefe

A história do rapto de um narcotraficante e as suas vicissitudes

Março de 1994, Mingachos – Lousã.

A meio de uma tarde soalheira de março, o pessoal da Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) da PJ, entra num cenário de horror. No espaço de um curral, numa moradia isolada no meio da Serra da Lousã, ali estava o homem raptado há três semanas.

No centro da loja, espaço sombrio e húmido, deitado numa cama de metal, um homem muito debilitado, vestido de forma andrajosa e sujo dos seus próprios vómitos e fezes, gemia em surdina. Corpo esquelético e com marcas de graves sevícias, o olhar cavado e membros atados com longas correntes de metal, presas a ganchos distantes, que antes tinham sido usados para segurar os animais, aqui jazia o homem que fora vítima da sua notoriedade criminal.

Ainda atordoado, mas já aterrorizado perante a incerteza de nova vaga de tortura e de mais um dedo partido a sangue-frio, por ironia, aliviado, serenou com a presença da PJ.

Tudo começara uma semana após o seu desaparecimento. Por se tratar de um cadastrado, a queixa do rapto chegou-nos de forma tímida e amedrontada, através de familiar já habituado às suas ausências.

A história do rapto, contada por testemunhas presenciais, começa com um *Mercedes* com três ocupantes que invocando falsa qualidade de polícias, se aproximaram da vítima na sua oficina em Lisboa, a algemaram e fizeram entrar na viatura, desaparecendo logo em seguida. Tudo indicava tratar-se de mais uma ação policial.

Dias depois e contrariando o já assumido - mais uma suposta detenção -, o mesmo familiar recebeu telefonema anónimo com o pedido de resgate de oitocentos mil euros (valor fixado em escudos, à distância de mais de 26 anos, com equivalência na moeda atual) insólito e inédito naquele tempo.

Tal exigência viria a tornar-se num caso de polícia complexo. Os perfis da vítima e autores, um comando anarquista luso-espanhol com robustos antecedentes criminais, levariam por caminhos quase desconhecidos.

No rasgar da investigação, o convencional: preparado o adiamento para a entrega do resgate, identificados o padrão e a área geográfica das cabines públicas já utilizadas e mais um final de tarde e noite de vigilância.

Contacto feito, autor descoberto. Várias horas de seguimento, sem rasto de parceiros, de contactos ou do cativo, decidiu-se pela detenção e por passos rápidos para a localização da vítima, ainda com vida.

Uma estratégia demasiado audaciosa que sem a presumível colaboração e boa vontade do «agrafado», rapidamente se poderia tornar numa catástrofe. Um cartão de visita apreendido na revista pessoal evitou-a, pois, colaboração e boa vontade não faziam parte do seu glossário.

A pista levou-nos à Lousã e a um distinto e madrugador taxista que, de tão expedito nas respostas, manhã cedo já o possível local de cativo estava determinado. De longe reconhecido, também o seu proprietário foi identificado.

Espalhados pela serra num envolvimento preventivamente distante, mas sempre de olhos postos no alvo, hospedava-se a indecisão nas equipas, expressas nas comunicações ponto a ponto. «Vamos partir aquilo», propunham uns, «aguardamos a saída de um deles», contrapunham outros. Mas todos sempre com grandes reservas. A casa estava demasiado exposta e isolada. Qualquer avanço precipitado poderia comprometer o resgate da vítima com vida, e permitir a fuga dos meliantes.

Decidido novo reconhecimento apeado, já com o objetivo de preparar a ação tática, foi feita a aproximação dissimulada, numa espécie de trabalho executado por drones.

Interiorizada a história de cobertura, amantes da natureza e futuros residentes, avançámos destemidos. Numa aproximação descontraída, mas interessada por tudo o que a natureza e o homem nos ofereciam, rapidamente fomos cercados.

Contrariando o silêncio exigido, pequenos, mas ruidosos cachorros que por ali vagueavam, uniram-se para rapidamente nos morderem os calcanhares, numa gravíssima falta de colaboração ou mesmo de respeito pela nossa autoridade encoberta. Enxota daqui, uma festa dali, um distrai de acolá, lá se acalmaram os ânimos e se concretizou a aproximação possível. De onde nasceu uma tosca planta do local, depois utilizada na reunião com o líder do GOE da PSP, entretanto mobilizado. Acabadinhos de chegar e já devidamente ataviados, desenvolviam exercícios de concentração e aquecimento, num exemplo de responsabilidade e profissionalismo.

No meio desta azáfama, um dos «pestanas», o único munido com uns binóculos que faziam jus ao nome, reportou a chegada apeada de um homem que, pelos sacos que transportava, indiciava vir das compras.

No distante posto de comando todos se alinharam de frente para o alvo e num movimento reflexo colocavam a mão sobre os olhos, para ver melhor o mais afastado.

A açãourgia. O GOE, devidamente equipado, concentrou-se na progressão em linha com passo miúdo e rápido e com uma coordenação e desenvoltura que nos encheu de orgulho. Não esqueçamos que estávamos em Portugal e aquelas eram as nossas forças especiais em plena ação.

Meio percurso feito e nova informação do homem dos binóculos: o alvo que transportava as compras, abandonara a casa e estava em fuga. Reajustamento imediato da estratégia operacional cujo líder ordenou o varrimento de uma construção inacabada, posicionada a meio caminho e no sentido da fuga.

Frustrada a ação, o grupo dirigiu-se para o alvo principal enquanto os que envolviam a zona, apertavam a malha, mas sem sucesso.

A ação tática terminara com grande eficácia. A vítima foi encontrada com vida e devolvida à liberdade, 22 dias depois, num período de cativeiro da maior duração na história criminal portuguesa.

Faltava o fugitivo escondido no mato. Os avistamentos de quem se encontrava com vista desafogada, sugeriam que andava por perto, mas no terreno nem um vestígio concreto. Autores em fuga deixavam um «sabor amargo», pelo que numa derradeira tentativa, foi convocada a Força Aérea, que prontamente disponibilizou um helicóptero e passou a zona «a pente fino», também sem sucesso. Cerca de três meses depois, a equipa que continuou na perseguição veio a detê-lo no norte do país e em condições adversas. Ao sentir-se detetado numa festa de aldeia, tentou virar a população contra os colegas que quase foram linchados.

Finalmente, o terceiro e último raptor que antes tinha saído do país, foi abatido na sequência de um assalto.



75.º aniversário da Polícia Judiciária

© 2021 – Polícia Judiciária